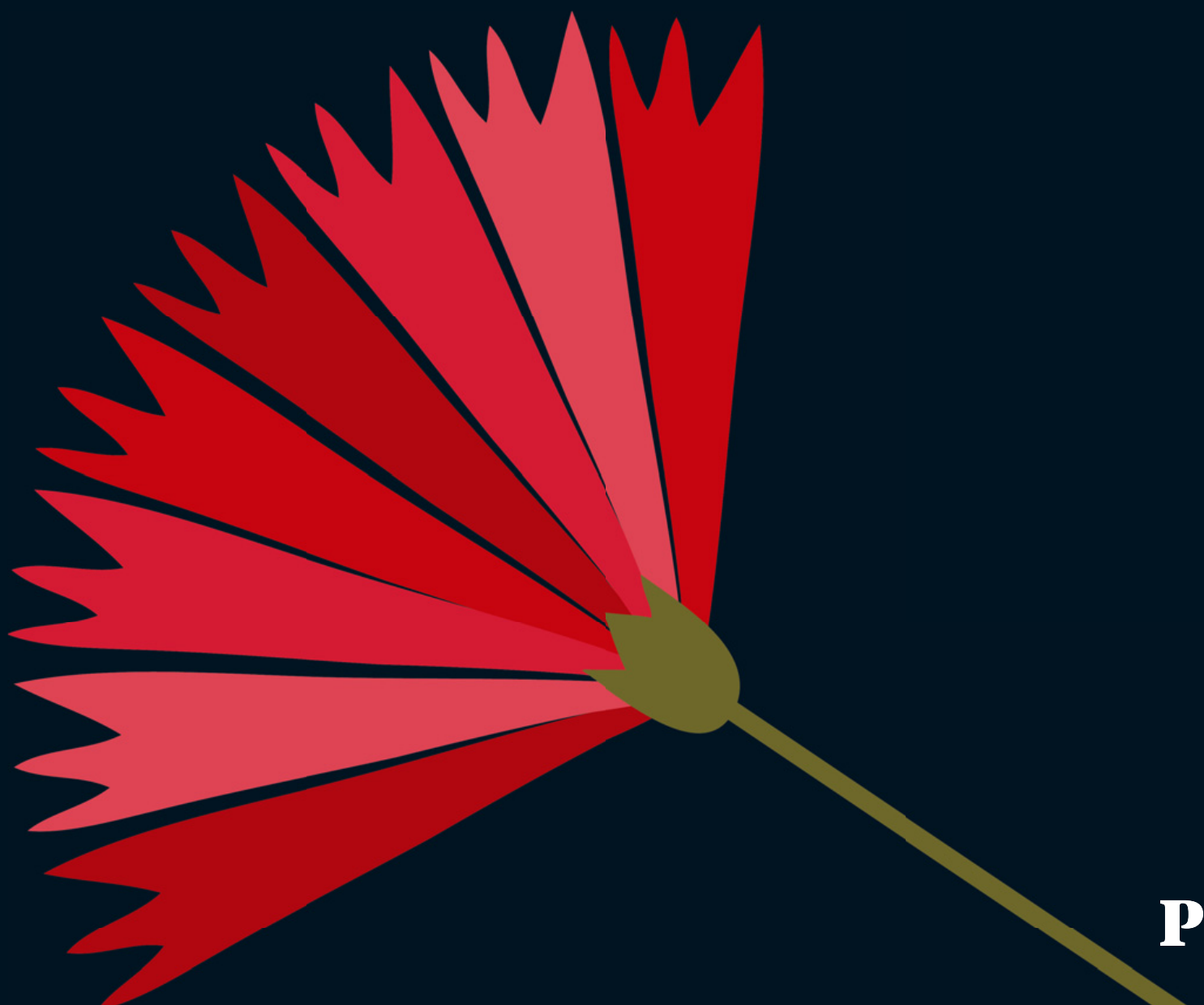


Dossier

25 de Abril

Editado por Miguel Gaspar



Livres, na substância do tempo

Miguel Gaspar 21/04/2014

Todos os anos revisitamo-lo, ao “dia inicial inteiro e limpo” que Sophia celebrou, “onde emergimos da noite e do silêncio”. E Primavera após Primavera, década após década, regressamos sempre a Abril. Para que não se esfume na noite do esquecimento o espanto dessa madrugada em que desapareceu uma ditadura aparentemente interminável, como uma pena de prisão perpétua. E para reavaliarmos o que fica da esperança que era ilimitada nos primeiros dias da revolução, depois. E porque “livres habitamos a substância do tempo”, como continuava o poema de Sophia, cada tempo releu a esperança, construiu o seu balanço, fez o seu deve e haver do instante revolucionário que nos fundou. São algumas dessas releituras que revisitamos neste dossier, no qual republicamos uma selecção de trabalhos jornalísticos do PÚBLICO- incluindo trabalhos de investigação, reportagens, entrevistas e textos de opinião -publicados em 1994, 1999 e 2004. Ou seja, no vigésimo, no vigésimo-quinto e no trigésimo aniversário da Revolução de Abril.

Se, nos 40 anos de Abril, os balanços estão indissociavelmente ligados às consequências dos anos da troika, há 20 anos os portugueses, (que eram então europeus felizes), mergulhavam na memória da polícia política do regime. Uma entrevista televisiva a um inspector da PIDE chocava o país e relançara um debate, que era também sobre a natureza da ditadura. Dez anos mais tarde, o Governo de Durão Barroso introduzia um mote: Abril fora uma evolução, não uma revolução. Foi quanto bastou para desencadear a polémica sobre a natureza do 25 de Abril.

Abril inventou-nos e, espalhados pelo tempo, as efemérides ajudam-nos a reinventar Abril, compreendendo-o, interpretando-o. Este dossier é o nosso convite ao leitor para viajar pela memória que fomos reconstruindo ao longo dos últimos anos. É a nossa maneira de livres, habitarmos a substância do tempo.

TEMAS

O MUNDO NEGRO DA PIDE

A REVOLUÇÃO VISTA DE FORA

BASTIDORES DO GOLPE

INQUÉRITO AOS MILITARES QUE

DERRUBARAM O REGIME

MULHERES DE ABRIL

JORNALISTAS ESTRANGEIROS

AS RÁDIOS NAS COLÓNIAS

ENTREVISTAS

MÁRIO SOARES MELO ANTUNES

MARIA DE LURDES PINTASILGO

VICTOR CUNHA REGO E OUTROS

OPINIÃO

OITO LEITURAS EM TEMPOS DIFERENTES

Dossier 25 de Abril

O MUNDO NEGRO DA PIDE

No vigésimo aniversário da revolução de Abril, uma entrevista a um inspector da PIDE, Óscar Cardoso, no canal de televisão SIC, relança a polémica sobre o papel da polícia política do Antigo Regime. O canal é acusado de ter tentado branquear a PIDE, acusação que refutou. Mas o debate estava lançado e a PIDE passou a estar no centro do debate nos 20 anos do 25 de Abril. O PÚBLICO entrava no debate através de um extenso dossier, que aqui republicamos, sobre a história e as práticas da PIDE. Cinco anos mais tarde, o jornal voltava ao tema através de um ângulo polémico: o papel dos médicos que colaboraram com a polícia política durante a ditadura.

O regime, a PIDE e as suas vítimas

Dos espancamentos brutais nos anos 30 à tortura do sono na década de 60, a polícia política nunca deixou de ser a espinha dorsal do vasto aparelho repressivo montado pelo Estado Novo. A ponta mais agressiva de um iceberg de condicionamentos e limitações. Os mais de vinte mil agentes surpreendidos pelo 25 de Abril foram a última encarnação de uma polícia com poderes quase ilimitados. A PIDE pagava ao informante, prendia, instruía o processo, recorria à tortura e à intimidação para obter declarações que valiam como prova, chegava a aplicar as penas e mantinha cárceres próprios para as fazer cumprir. Livre de toda a fiscalização, fiscalizou o país durante quarenta anos, deixando atrás de si uma história de violência e arbítrio.

Joaquim Trigo de Negreiros 22/04/1994

Exmo. senhor: Faço comunicar deste modo que a aluna do terceiro ano de Biologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, A. M. V. , necessita de ser vigiada (...). Esta senhora tem vindo já há dois anos a agregar às suas ideias políticas alunas inexperientes (...). Seria bom que a vigiassem, para que este ano seja um ano mais normal que o anterior e assim melhor para todos (...). Pelo nosso bem-estar político e a bem da nação, devem tomar providências.”

Um contínuo a soldo da PIDE assina o relatório. A denúncia chega à sede da polícia política. A vida de uma estudante portuguesa não voltará a ser a mesma. Nos serviços centrais da máquina repressiva do regime, a informação é recebida como pura rotina. Milhares de relatórios deste género – pagos a uma rede de informadores que cobre todo o tecido social e cuja dimensão é impossível determinar – alimentam o dia-a-dia da PIDE. A denúncia desencadeia o processo, põe a máquina em movimento. Agora debaixo de vigilância, o suspeito de crime contra a segurança do Estado está marcado. Dificilmente escapará à prisão. A etapa seguinte pode ser a tortura. Por vezes, o assassinato é o último acto. Pura rotina, repetida durante décadas, dia após dia, sempre em nome de mais um ano “normal”.

Antecedentes

Entre 1932 e 1951 (a partir daí os documentos não estão tratados e é arriscado avançar estimativas), a PIDE fez pelo menos 16.622 prisões (ver texto neste destaque). Um universo de detenções que se distribui de forma desigual através dos anos. São números que fornecem pistas sobre as diferentes fases por que terá passado o instrumento repressivo do Estado Novo por excelência – certamente não o único –, ao longo de mais de quarenta anos de uma actividade múltipla, onde as prisões são apenas um dos dados a considerar.

Criada à sombra da Constituição de 1933, a Polícia

de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) é a antecedente directa da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE. A PVDE surge em pleno movimento de institucionalização do regime e resulta, por sua vez, da uniformização das diversas “secretas” que marcaram os anos da ditadura militar instaurada em 1926.

As duas mudanças de nome – de PVDE para PIDE em 1945 e de PIDE para DGS em 1969 – não alteraram a natureza essencial da polícia política concebida nos anos 30: uma estrutura fortemente centralizada, com funções de informação e repressão. A evolução de que as diversas designações são sinal terá afectado os métodos, não os objectivos. Nem a violência mais ou menos subtil que sempre caracterizou a sua actuação como factor central e garante último da segurança de um regime, todo ele contaminado por um carácter “policial” onnipresente.

A face mais brutal

É ainda sob a sigla PVDE que a polícia política mostra a sua face mais brutal. O endurecimento do regime após a vitória da Frente Popular em Espanha, em Fevereiro de 1936, está patente na acção da polícia política, claramente empenhada em neutralizar qualquer tipo de “contágio” vindo do país vizinho.

A escalada da repressão é visível não só no gritante aumento do número de detenções, que passa de pouco mais de mil em 1935 para quase três mil no ano seguinte, como também nos abundantes registos de “baixas à enfermaria”, a denunciar a generalização da tortura, e de mortes entre os presos.

Alguns dos 29 “falecimentos” registados nos arquivos da PIDE entre 1936 e 1937 dão-se na recém-criada Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde, cujo primeiro grupo de detidos incluía militantes comunistas da Organização Revolucionária da Armada (ORA) envolvidos numa tentativa frustrada de sublevar guarnições

e enviar vasos de guerra portugueses em auxílio dos republicanos espanhóis. São casos como o do primeiro artilheiro Cândido Alves Barja, preso em Setembro de 1936, enviado para Cabo Verde no mês seguinte e morto antes do fim de 1937, aos 27 anos de idade.

O elevado número de detenções – sempre acompanhado por um alto índice de “baixas à enfermaria” e registos de falecimentos – mantém-se ao longo de 1938 e só cai com o início da II Guerra Mundial.

Mudar para manter

Ao contrário do que alguns oposicionistas chegaram a prever, o cenário resultante do fim da guerra não asfixiou o regime. Mas forçou adaptações, que se estenderam à polícia política. Para além de mudar de nome, o aparelho policial repressivo passou a mover-se num novo quadro institucional. A leitura do decreto-lei que cria a PIDE revela uma vaga preocupação legalista, mais condizente com os ares do pós-guerra.

Os julgamentos fogem da alçada dos tribunais militares especiais e, teoricamente, a polícia política perde terreno no campo da execução das penas, que passa a ser da responsabilidade do Ministério da Justiça. Mas a reforma processual é menos profunda do que aparenta: o carácter excepcional dos tribunais militares especiais perpetua-se nos tribunais criminais plenários (ver texto neste destaque) e as declarações obtidas pela polícia na instrução dos processos continuam a funcionar como prova. Os presos que tentam denunciar em tribunal a tortura e a intimidação de que a polícia fez uso para obter os autos das suas declarações cedo percebem que a tentativa é inútil. A polícia política mantém praticamente intocável o domínio de um processo só aparentemente “legalizado” no fim da II Guerra.

Em certa medida, a presença da polícia na condução do processo de “justiça política” será mesmo ampliada, com o alargamento dos seus poderes de prisão preventiva e com a introdução das chamadas “medidas de segurança”, a partir de 1947.

Em termos de prisão preventiva, note-se que o prazo concedido à PIDE chegou a ser de seis meses, durante os quais o preso ficava inteiramente isolado e à mercê de todo o tipo de sevícias. O período ultrapassa largamente os onze dias previstos na Espanha franquista – onde, por isso mesmo, os torturadores tendiam a adoptar métodos caracterizados por uma brutalidade mais concentrada –, ou, para dar um exemplo mais recente, os sete dias da controversa lei antiterror britânica de que se lembrará quem tiver visto o filme “Em Nome do Pai”.

Quanto às “medidas de segurança”, elas davam à PIDE a faculdade de propor (e, a partir de 1954, de aplicar) períodos de prisão adicional nos seus cárceres privativos a detidos considerados “perigosos” para a segurança do

Estado, ainda que absolvidos ou com pena cumprida. Essas “medidas de segurança” duravam de seis meses a três anos, mas, sendo renováveis, correspondiam, na prática, à possibilidade de a própria polícia política determinar sentenças de prisão perpétua.

Sofisticação e ilusões de óptica

Com o seu papel de nervo central da justiça política preservado por uma reforma mais formal do que substancial, a polícia política do pós-guerra começa a mudar por dentro. Altera-se gradualmente a base de recrutamento dos agentes, que passam a vir em maior número das Forças Armadas e menos do meio rural que alimentou a PVDE. Intensificam-se, sobretudo a partir da integração de Portugal na NATO, os contactos com a CIA e o FBI norte-americanos, cujo nível de colaboração com a PIDE parece ter ultrapassado a importância das visitas ocasionais de homens da Gestapo às instalações da PVDE, ou os contactos mais sistemáticos com a OVRA de Mussolini nos anos 30.

A influência norte-americana nota-se na gradual sofisticação técnica da polícia política portuguesa. Quer no campo da repressão – onde a tortura mais brutal dos espancamentos passa a alternar com formas mais subtis de violência, visando muitas vezes a destruição psicológica do preso –, quer na área da informação – onde os efeitos do apetrechamento tecnológico se sentem, por exemplo, na ampliação do sistema de escutas telefónicas.

Esta tendência, que se mantém até aos anos 70, não deve ser tomada como um “abrandamento” da polícia política, nem como um acentuar das tarefas relacionadas com a informação, em detrimento da actividade repressiva propriamente dita.

Embora ainda não seja ainda possível fazer uma análise quantitativa segura da actividade da DGS, última metamorfose da polícia política na fase final do regime, tudo indica que o 25 de Abril terá interrompido mais uma dura vaga de repressão, desta vez tendo como alvos prioritários o meio estudantil e os vários grupos de extrema-esquerda, em cujo “labirinto” a brutalidade da polícia política começava a encontrar caminho.

Por outro lado, o binómio informação-repressão foi uma constante desde o tempo da PVDE, como demonstra o investimento na montagem de uma rede de informadores desde cedo implantados por todo o lado, presentes em escolas e empresas, sindicatos e cafés, hotéis e repartições públicas. Através desses “ouvidos” do Estado, a polícia política media descontentamentos, detectava insatisfações, tomava o pulso ao país e apresentava o seu diagnóstico directamente ao centro do poder, como acontecia nas regulares e privadíssimas audiências concedidas por Salazar ao inspector Barbieri Cardoso.

Mas a “auscultação” proporcionada pelos informadores tinha um desígnio mais prático e imediato: localizar os transgressores, primeiro passo para os eliminar. Por isso é impossível separar informação e repressão (vigilância e violência) com o objectivo de estabelecer a prioridade de uma sobre a outra face da mesma moeda.

Outra ilusão de óptica resultaria da tentativa de ver a PIDE fora do conjunto de mecanismos de controlo à disposição Estado Novo. A lista dos instrumentos de “domesticação” social é longa: ideologização doutrinária do ensino básico, saneamento político do corpo de professores, enquadramento político obrigatório das crianças e dos jovens quando fora da escola, critérios políticos de acesso e permanência na função pública, imposição da organização corporativa, organização centralizada dos tempos livres dos trabalhadores, limitação da vida política ao partido único, censura, orientação oficial para a cultura e as artes...

Um cenário montado pelo regime para assegurar muitos anos “normais”. Para quem ousasse resistir à “normalidade” estava reservado um encontro com a PVDE/PIDE/DGS, a polícia política de um Estado-polícia.

A Pide e os militares

César Camacho 22/04/1994

Ligações perigosas. É como muitos militares qualificam a relação que existiu entre a PIDE/DGS e as Forças Armadas, durante a guerra colonial. A maior parte dos militares que fez a guerra reconhece a importância que a PIDE teve na área de recolha e tratamento de informações, fundamental nas operações militares. Outros preferem dizer que a relação mantida com a PIDE era fruto de “obrigações de Estado”. Parece ser o caso do general Silvino Silvério Marques, duas vezes governador-geral de Angola e segundo-comandante da Região Militar de Moçambique.

Silvino Silvério Marques afirma que no exercício das suas funções de governador-geral não tinha uma ligação directa com a PIDE. “A Polícia Internacional, no que respeita às colónias, dependia do ministro do Ultramar, em ligação com o ministro do Interior. Do governador-geral a dependência era formal, no âmbito administrativo.” O general refere a outra circunstância das suas funções, em que foi segundo-comandante da Região Militar. A relação com a PIDE era mantida directamente entre os responsáveis pelas direcções provinciais e o comandante-chefe (na altura o general Kaúlza de Arriaga). Não tinha contactos directos em que houvesse lugar a decisão sua.

Enquanto governador de Angola, Silvério Marques diz que conheceu e conversou algumas vezes com São José Lopes, que era inspector superior e chegou a ser o número um da PIDE para toda a África. “Ele – conta o general – disse-me uma vez que os militares deviam entregar logo à PIDE os guerrilheiros capturados.” Argumentava dizendo que os militares não sabiam, nem tinham que saber interrogar os prisioneiros. Era mais útil se lhes fossem entregues logo...

Silvério Marques, que qualificou São José Lopes como um homem extremamente inteligente e capaz, perguntou como conseguiam eles – PIDE – as informações sem molestar fisicamente os prisioneiros. Ainda por cima em guerra. “‘É simples, senhor governador’, respondeu-me o São José Lopes. ‘A pessoa é levada a uma sala, sóbria, onde só há uma mesa e uma cadeira. Deixamos lá umas quantas folhas de papel e lápis e dizemos à pessoa para escrever tudo o que souber sobre determinado assunto ou situação. A pessoa ao princípio não escreve nada, mexe nos papéis, no lápis. Ao fim de um tempo escreve. O interrogador volta lá à sala, lê, diz-lhe que sabe outras coisas que o prisioneiro

ainda não escreveu, porque já houve outro a contar a história...”

O general Silvério Marques parecia contar este episódio com convicção, como se tivesse acreditado na explicação de São José Lopes. O curioso da questão é que uma boa parte dos prisioneiros feitos na guerra e que acabavam por ceder e dar informações úteis para o combate de contraguerrilha não era constituída por gente alfabetizada. Há os menos frequentes casos de importantes condutores de guerrilha capturados, em que esta “cavalheiresca” técnica alegada por São José Lopes não podia ser produtiva. Seria o caso do capitão Peralta, oficial cubano capturado pelos pára-quedistas num combate. Peralta era um homem treinado para, na condição de prisioneiro, dizer o “número, o nome e a patente”. Só o próprio, hoje residente em Cuba, poderia explicar a diferença entre o tratamento que recebeu dos pára-quedistas que o capturaram e dos inspetores da PIDE que o interrogaram.

Em nome da guerra

Em muitos oficiais há um certo constrangimento quando se toca neste tema. Da relação com a PIDE. “Precisávamos dos resultados do trabalho deles, as informações. É um facto. Mas, convenhamos que eram ligações perigosas, face ao poder e liberdade de acção que a organização detinha”, diz um oficial superior que actuou no teatro de operações de Moçambique.

Até 1968 a PIDE não teve oportunidade de intervenção directa em combate. Ainda não possuía os “Flechas”, força paramilitar negra, bem treinada, constituída por recrutamentos interétnicos e na qual era importante a inclusão de guerrilheiros “recuperados” ou “reeducados”, como lhes chamavam. Quando foram criados os “Flechas”, na dependência e comando directo da PIDE, os militares da tropa de elite (páras, fuzileiros e comandos) manifestavam grande relutância quando ouviam falar em “operações combinadas” e a combinação significava a participação dos grupos “Flechas” e seus chefes.

Sabendo-se que a guerra de guerrilha já era suficientemente suja, com a participação dos “Flechas” deixava definitivamente de ter regras. Por exemplo, as que proibiam seviciar prisioneiros ou “fingir” que eles tentavam a fuga, abatendo-os. Neste ponto, o general Silvério Marques mostra-se concordante. Enquanto exerceu funções de comando militar, “nunca houve intervenção de elementos da PIDE nas acções de combate. A função da polícia era obter informações, a guerra competia aos militares”. “No meu tempo não havia ‘Flechas’ e eu não teria consentido na sua criação. A decisão de constituir essa força tutelada pela PIDE – diz o general – creio que coube ao governador Rebocho Vaz e ao comandante-chefe, general Costa Gomes.”

A referência a Costa Gomes, por parte de Silvério Marques, é seca. “Será talvez a pessoa melhor colocada, com Kaúlza de Arriaga, para falar da relação entre a PIDE e as Forças Armadas”, diz em tom de desabafo. A verdade é que a PIDE era quase omnipresente.

Subversão inventada

Silvério Marques conta que no seu desempenho como governador-geral presidia ao Conselho de Defesa, que reunia todos os 15 dias. “Apreciei relatórios onde a Polícia Internacional parecia ver subversão onde ela não existia.” Isso era um comportamento perigoso. Há um episódio que demonstra isso. Em determinada altura, na linha de caminho-de-ferro de Benguela, a PIDE soube que em certos troços da via faltavam as cavilhas de ferro que seguravam os carris às travessas de suporte.

“O relatório da PIDE descrevia uma situação de sabotagem, destinada a provocar descarrilamentos. Sugeria medidas urgentes de investigação na zona. Rapidamente se percebeu que o problema do desaparecimento das cavilhas não passava de uma questão de manutenção da via. As cavilhas saltavam por geração espontânea, devido à constante frequência do tráfego dos comboios e à ausência de manutenção da via.” Para a PIDE era sabotagem e havia que encontrar culpados.

Plenário, o tribunal da PIDE

Fernando Dacosta 22/04/1994

A polícia política de antes do 25 de Abril, a PIDE, tinha um tribunal próprio que coroa as suas actuações – e as avalizava sob o ponto de vista jurídico. Eram os tribunais plenários, colectivos de três juízes, a funcionarem em Lisboa e no Porto. Os seus réus vinham de todo o país, ilhas e colónias, trazidos pela PIDE, cujos agentes determinavam as acusações, as provas e as penas. Constituíram, juntamente com as mesas da Inquisição, a maior vergonha da justiça portuguesa.

Os processos, verdadeiras encenações de culpabilização, eram recebidos pelo juiz presidente do Plenário. Na data marcada para audiência, a polícia surgia com o preso. O julgamento começava pela leitura da acusação e seguiam-se as declarações dos réus. Quando estes tentavam denunciar maus tratos e torturas, os juízes interrompiam-nos para que os relatos não fossem ouvidos. O advogado de defesa e as testemunhas eram também interrompidos se pretendiam esclarecer factos acusatórios. Como medida de precaução, a sala enchia-se de agentes, antes de aberta ao público, para não haver lugares vagos.

“O inspector responsável pelo processo não ia sequer ao tribunal. Os médicos da PIDE, que assistiam aos casos mais graves de espancamento, também não iam testemunhar”, revela-nos José Augusto Rocha, um dos mais corajosos advogados de defesa do Plenário. “Todos os processos estavam viciados. As sentenças encontravam-se previamente ditadas. Eram processos não judiciais, mas inquisitoriais. Toda a acusação apresentada pela PIDE era dada como provada. Toda a acusação passava à sentença. O juiz limitava-se a fazer a sua construção jurídica, mantendo-se impávido e sereno. Dizia mesmo que tudo era formalmente correcto e verdadeiro.”

Nunca nenhum juiz, ou delegado do Ministério Público, tomou posição, ao longo de todo esse tempo, contra semelhante farsa. Alguns celebrizaram-se mesmo (Morgado Florindo, Silva Caldeira, Almeida Borges) pela inflexibilidade dos seus comportamentos.

Advogados e heróis

Sem auferir de vencimentos, os advogados de presos políticos – apenas 43 dos três mil existentes no país ousaram sê-lo – viam-se igualmente perseguidos. Artur Cunha Leal, por exemplo, recebeu um dia ordem de

prisão do juiz Caldeira, quando, na sala de audiências, fez a defesa de um detido.

Mariano Roque Laia, Manuel João da Palma Carlos, Salgado Zenha, Vasco da Gama Fernandes, Duarte Figueiredo, José Augusto Rocha, Duarte Vidal, Macaísta Malheiros, Lopes de Almeida, Joaquim Mestre, Jorge Sampaio, Victor Wengorovius, Mário Soares, foram dos que mais se destacaram.

“Participei num processo em que o meu cliente era réu com mais de 100 outros réus, pelo que o julgamento se fez no Castelo de São Jorge”, evoca-nos Mariano Roque Laia, hoje com 90 anos de idade.

A margem de manobra dos advogados tornou-se reduzidíssima. Limitavam-se, sobretudo, a aproveitar os julgamentos para denunciar os atentados à falta de liberdade e os métodos repressivos da polícia. A imprensa internacional dava-lhes, por vezes, eco no exterior.

“Embora tivesse havido uma cosmética com o marcellismo, a PIDE mudou de nome, os plenários ficaram na mesma”, sublinha José Augusto Rocha. “Nada, absolutamente nada, mudou neles. Pelo contrário, aumentaram o leque dos crimes, como o da traição à Pátria, destinado a sancionar os que preconizavam a separação das colónias do território metropolitano. Chegaram a pedir-se penas de 20 anos de cadeia por isso.”

Pátio de comédias

O Tribunal Plenário de Lisboa foi instalado na Boa-Hora, num edifício centenário, com claustros e painéis de azulejos, na Baixa pombalina. “O seu espaço era, no século XVI, um pátio de comédias, onde se representava autos e entremezes”, lembra o olissipógrafo António Valdemar. “Mais tarde dá origem a um convento, o convento da Boa-Hora, de três ordens religiosas.”

Foi ainda quartel da Guarda Real e, a partir de 1843, tribunal. Em 1945, a ditadura, que pretende consolidar o controle de defesa do Estado, cria a PIDE e os tribunais plenários – sucessores dos tribunais militares – para dispor de uma cobertura jurídica (Cavaleiro Ferreira é o legislador) da repressão.

Humberto Delgado, Henrique Galvão, Álvaro Cunhal, Mário Soares, Vítor Ramalho, Natália Correia, Diana Andringa, Perez Metelo, Amadeu Lopes Sabino, Fernando Rosas, Lima Rego, Francisco Rodrigues Martins, Rui de Espinay, João Pulido Valente são alguns dos milhares de portugueses que passaram pelo seu banco dos réus.

Tarrafal: o inferno português

Torcato Sepúlveda 22/04/1994

O Campo de Concentração do Tarrafal, situado na ilha cabo-verdiana de Santiago, foi inaugurado em 29 de Outubro de 1936, por cerca de 150 presos: sobretudo gente implicada na insurreição operária de 18 de Janeiro de 1936, na revolta dos marinheiros de 8 de Setembro do mesmo ano e outros militantes comunistas e anarco-sindicalistas que, espalhados pelas diversas cadeias do país, eram considerados de alta perigosidade para o regime salazarista.

Muitos deles vinham já transferidos da Fortaleza de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo, onde – ironia suprema – estivera também detido Gungunhana.

O chamado “Campo da Morte Lenta” era um recângulo de arame farpado, exteriormente contornado por uma vala de quatro metros de largura e três de profundidade, que na época das chuvas formava uma espécie de pântano, viveiro de mosquitos transmissores de paludismo. Tinha 200 metros de comprimento por 150 de largura. Dentro do perímetro, quatro barracões sem higiene, algumas barracas de madeira nas quais estavam instaladas as oficinas e o balneário e uma cozinha nauseabunda. Os presos viviam em 17 tendas de lona com 12 camas cada, instaladas sobre estrados de madeira. Tudo isto e alguns melhoramentos posteriores, já em alvenaria, foi construído pelos deportados.

O capitão Manuel Martins dos Reis foi o primeiro comandante do recém-inaugurado Campo de Concentração do Tarrafal. Manuel dos Reis foi escolhido para a tarefa pelo zelo brutal demonstrado na chefia da fortaleza de S. João Baptista. Figura sinistra – gaseado da I Guerra Mundial, notabilizara-se já na denúncia do Movimento dos Rolões (encabeçado por Rolão Preto), a que estivera ligado, provocando a prisão de um grupo de oficiais do Exército em Setembro de 1935 –, foi ele que mandou construir a célebre Frigideira. A baixeza deste homem, para além das brutalidades impostas aos prisioneiros, levou-o a roubá-los também. Locupletava-se com dinheiro e géneros alimentícios enviados pelas famílias e com os medicamentos que as organizações de ajuda aos presos encaminhavam para o Campo.

Para o secundar no trabalho de não deixar sair ninguém vivo do Tarrafal foi nomeado, em 1937, o médico Esmeraldo Pais Pratas. Um cínico que, quando os encarcerados morriam como tordos de doenças provocadas

por paludismos não tratados, se recusava a ministrar aos doentes o quinino, porque “estava já ultrapassado e havia sido desaconselhado em congressos internacionais”. Soro fisiológico? Apontava o mar e dizia: “Aí o têm em quantidade.” Para tudo aconselhava caldos de farinha e café com uma gota de aguardente. E que os detidos “fossem fazendo alguma coisinha”.

Foi, aliás, no consulado de Manuel Martins dos Reis que ocorreu o tristemente célebre “período agudo”, em que apenas oito presos conseguiam manter-se de pé, enquanto os outros se desfaziam em diarreias e iam morrendo... “Era a falta de remédios/E a negra ‘Frigideira’/Era o tirano do Médico/A dar Morte verdadeira”, escreve singelamente o tarrafalista Américo Martins Vicente, em “Brados do Tarrafal”, ed. Sementeira. E Acácio Tomás de Aquino corrobora em “O Segredo das Prisões Atlânticas” (ed. Regra do Jogo): “As roupas que se viam abandonadas, camisas, calças, cuecas, lençóis, botas, enxergas, fronhas, etc., na sua maior parte estavam queimadas pelo suor vertido pelos corpos febris, com temperaturas elevadas. Outras roupas estavam manchadas e sujas pelos vômitos amarelos e esverdeados da bília expedida pelos impaludados. E como complemento desta tétrica cena, viam-se, expostos aos raios ardentes do sol, vários recipientes contendo dejectos cheios de sangue.”

Em tempos de menos prostração, os presos eram metidos – ao mínimo sinal de resistência às arbitrariedades da direcção e dos guardas – na Frigideira, um cubo de seis metros de largo por três de alto, com dois cubículos, uma porta minúscula e duas frestas minúsculas também, por onde o ar se recusava a entrar. No interior, a temperatura chegava a atingir 60 graus e uma vez estacionaram lá simultaneamente dezoito castigados, a sufocar. Gabriel Pedro passou lá, ao todo, 130 dias; Joaquim Faustino de Campos, 108; Carlos da Conceição Galan, 97; Francisco Nascimento Gomes, 97; Tomás Ferreira Rato, 95; João da Cruz Cebola, 78; Augusto Alves Macedo, 70; José Correia Pires, 70.

Ao larápio Manuel Martins dos Reis sucedeu o nazi João da Silva, também capitão. Foi ele o inventor da “Brigada Brava”, formada por doentes recalcitrantes que se recusavam a trabalhar. Depois de saírem da Frigideira, iam trabalhar na Brigada Brava, de sol a sol, sem poderem fazer as suas necessidades, beber água ou fumar. Os guardas: “Desembaraça-me as mãos, se não trabalha o cassetete.” Para acolitar o novo director veio do Continente o pide Seixas, um brutal que dizia que do Tarrafal ou se saía morto ou louco.

João da Silva inaugurou ainda a política do “rachanço”, tentando desmoralizar os presos. Aos que abandonassem as suas organizações – o campo era maioritariamente habitado por comunistas e anarco-sindicalistas, acompanhados por uma minoria de re-

publicanos – era-lhes outorgado um regime especial, com passeios à praia, rancho melhorado, e prometida rápida libertação. Algo conseguiu, mas pouco, o que o deixou frustrado. Sucedeu-lhe mais um capitão, o doido Olegário Nunes, sempre de pingalim e bota alta, que chegava a espancar pessoalmente os presos. Com o capitão Filipe de Barros, que o substituiu, nada melhorou. Só sob a direcção de David Prates da Silva alguma coisa mudou, sobretudo porque o médico Esmeraldo Pais Pratas foi demitido.

De 29 de Outubro de 1936 a 26 de Janeiro de 1954, data do encerramento, passaram pelo Tarrafal à volta de 300 presos. Trinta e dois morreram enfraquecidos pelo regime de trabalhos forçados e de doenças sem tratamento. Entre os que lá ficaram contam-se os dois grandes dirigentes da classe operária da altura: o comunista Bento Gonçalves e o anarco-sindicalista Mário Castelhana. Uma meia dúzia enlouqueceu.

O Campo de Concentração do Tarrafal haveria de renascer nos anos 60 para albergar militantes dos movimentos independentistas das então colónias portuguesas.

Onde estão os brandos costumes portugueses?

Nota: Para além dos livros citados, utilizaram-se informações recolhidas em “A Resistência em Portugal – Crónicas”, ed. brasileira Felman-Rêgo; “Memória Viva do Tarrafal”, de Gilberto de Oliveira, ed. Avante!; “Nas Trevas da Longa Noite – Da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal”, de Manuel Firmo, ed. Europa-América; e “Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal”, de Correia Pires, ed. Dêagá.

Setenta mortos entre 1932 e 1951

O anuário da repressão

22/04/1994

Na primeira metade da sua longa vida (1933-1951), a polícia política do Estado Novo prendeu 16.083 homens e 539 mulheres, acusados de crimes contra a segurança do Estado. Metade dos detidos eram operários e camponeses e cerca de três quartos tinham até 40 anos à data da prisão. Um em cada três dos condenados esteve preso mais tempo do que o determinado pelo tribunal. De acordo com os registos da polícia, 70 presos políticos morreram enquanto cumpriam pena.

Algumas discrepâncias entre os diversos registos da própria polícia – como, por exemplo, nas contagens das deportações – mostram que nem todos os seus passos estão devidamente documentados, pelo que se pode supor que estes números pecam por defeito. Mas são os dados mais seguros de que é possível dispor até agora, aqueles a que os investigadores tiveram acesso até à extinção, em 1991, da comissão encarregada de analisar os arquivos da PIDE.

O tratamento dessa documentação permite uma análise ano a ano, mais fiável a partir da criação da PVDE, em 1933. E de imediato salta à vista que houve muito mais detenções logo no ano seguinte – o primeiro degrau de uma escalada constante, que se prolongará até às vésperas da II Guerra Mundial.

Em 1934, a PVDE faz 306 prisões por motivos políticos (contra 54 em 1933). Para além do crescendo das detenções, os registos revelam 13 mortes nas cadeias, 15 “baixas à enfermaria” e sentenças mais duras, com 20 por cento dos condenados sujeitos a penas entre os 10 e os 20 anos de prisão. Outro dado é o maior número de operários, que constituem mais de metade dos presos, a comprovar o peso da “greve revolucionária” de 18 de Janeiro daquele ano no número de detenções.

Ainda mais significativo é o aumento de prisões verificado em 1935. Há registos de quatro mortes e sobe o número de presos detidos fora de Lisboa e Porto, o que se deverá ao desmantelamento de uma importante célula do PCP em Baleizão. Dos presos condenados em 1935, 60 por cento cumprem penas superiores à sentença

1936, o ano da vitória republicana nas eleições em Espanha e do início da guerra civil naquele país, e 1937 marcam o pico absoluto da repressão em Portugal, durante o período em análise. As detenções ascendem a 2748 em 1936 e a 3135 no ano seguinte, tendo havido

201 “baixas à enfermaria” e 29 mortes registadas nas prisões. Incluem-se casos como o do funileiro Carlos Alberto da Silva, detido “para averiguações” no Porto, em 22 de Outubro do primeiro ano e morto a 13 de Novembro, aos 34 anos; ou o do pintor José Lopes da Silva, natural de Tomar, detido também “para averiguações” em 17 de Agosto de 1937 e morto cinco dias depois, com 21 anos de idade.

A partir de 1938, o número de detenções começa a cair. A PVDE regista metade das entradas contabilizadas no ano anterior. Entretanto, o campo passa a concentrar as atenções da polícia política – dos 1535 presos deste ano, 755 são camponeses e os operários, até aí sempre em maioria, não vão além dos 56.

O início da II Guerra é marcado por nova queda no número de prisões, que continuam a decrescer em 1940 e 41 e estabilizam até ao fim do conflito. 1946, o ano um da PIDE, que sucedera à PVDE no ano anterior, regista o menor número de detenções desde 1933: somam 286. É notória a influência dos ventos do pós-Guerra. Sobressai, além disso, uma presença mais sensível das classes médias entre os presos, como revela o número de empregados de comércio e serviços, pela primeira vez superior ao dos operários.

A relativa acalmia correspondente à derrota dos fascismos na Europa dura pouco. Em 1947, o número de detenções volta a subir, mantendo-se relativamente estável até aos anos 50. As mortes e “baixas à enfermaria”, embora nunca voltem a atingir os números da segunda metade da década de 30, continuam o figurar nos registos. E não deixa de haver casos “estranhos”, como o do vidraceiro António Lopes Almeida, da Marinha Grande, detido a 16 de Janeiro de 1949, “para averiguações”, encarcerado no Aljube no dia seguinte e morto 96 horas depois, com 36 anos de idade. **J.T.N.**

O último relatório recebido pela DGS a 24 de Abril de 1974

“Possibilidades do adversário – não se prevêem”

22/04/1994

Com o número 009820 e o carimbo “secreto” a marcar 26 páginas de considerações sobre as actividades da oposição (o “adversário”) em todo o país, o último relatório enviado pelo Comando-Geral da PSP à polícia política deu entrada na Direcção-Geral de Segurança (DGS) a 24 de Abril de 1974. Não há neste documento qualquer referência a movimentações de militares. E o comandante-geral da Polícia de Segurança Pública, Tristão Carvalhães, não hesita na avaliação que faz das “possibilidades do adversário”: “Não se prevêem”, diz muito simplesmente o chefe da PSP.

Não falta, apesar disso, material para encher as páginas do relatório, que se refere à semana de 6 a 13 de Abril. O “noticiário” abre com as “generalidades”, tratadas em dois blocos. O primeiro bloco leva o título “fora do meio académico” e refere a distribuição de panfletos do MRPP, CLAC (Comité de Luta Anticolonial) e RPAC (Resistência Popular Anticolonial) a “induzir o pessoal das Forças Armadas a manifestar-se no 1º de Maio” e da CDE a protestar contra o custo de vida, a guerra colonial e as empresas monopolistas. No bloco “no meio académico” são os protestos contra o “pretenso” aumento das refeições na Cantina Universitária, em Lisboa, a concentrar as preocupações. No Porto e em Coimbra, “nada consta”.

Antes de entrar no capítulo mais especificamente dedicado às “actividades do adversário durante o período”, ainda há espaço para duas pequenas notas em destaque: uma sobre um panfleto da “Luta Proletária” a reivindicar o vencimento mínimo de 6000\$00 para os trabalhadores da Transul e Carris e outra a dar conta de uma prédica do pároco da freguesia de Maximinos, que “se referiu em termos duvidosos a medalhas e condecorações recebidas pelas mães por seus filhos que morreram na guerra”.

A julgar pelo relatório, o “adversário” estava activo na distribuição de panfletos e nas inscrições murais. Só na zona de Lisboa, escritos em papel ou nas paredes, apareceram durante a semana novos protestos contra a guerra, contra a tortura, contra o agravamento do custo de vida, contra o imperialismo, contra a NATO,

contra a reforma do ensino. Isto em Moscavide, na Venda Nova, na Pontinha, em Torres Vedras, na Reboleira, em Odivelas, em várias estações de Metro ou “nas ruas da capital”.

O relatório destaca as frases de mais efeito: “CONTRA A OPRESSÃO MILITARISTA NOS QUARTEIS OS SOLDADOS E MARINHEIROS PEGAM EM ARMAS!” (panfleto do Comité Amílcar Cabral distribuído na Pontinha) ou “QUANDO A ALCATEIA MILITARISTA SE DIGLADIA” (Comité das Lutas Populares, Amadora).

Ainda na capital, prossegue o relatório, andam agitadas as faculdades de Ciências e de Medicina. Quanto aos sindicatos, recomenda-se especial atenção aos dos bancários e dos seguros.

E, atenção: chegou ao conhecimento da PSP que no domingo, dia 7, “se juntou grande quantidade de veículos junto da Cadeia de Caxias”, que, na saída e “já na Estrada Marginal, seguiam em comboio, buzinando com grande alarido” e “acenavam com lenços na direcção da cadeia”. Seriam estudantes de visita aos presos? A PSP levanta a hipótese, mas abstém-se de mais comentários.

Aparentemente, as “políticas subversivas ou suspeitas no meio não académico” do Porto resume-se à inscrição “LIBERDADE PARA ARNALDO E PISCO – ASSASSINOS DA PIDE – GRITEMOS”, que aparece numa rua de Matosinhos. Inscrição imediatamente “eliminada”, presta-se a informar a PSP.

O MRPP deixa a sua marca em Braga, com uma inscrição em pleno muro do Seminário Conciliar a vitoriar o 1º de Maio e a ditadura do proletariado. Em Barcelos surgem inscrições semelhantes, da responsabilidade da ACMLP. Todas prontamente eliminadas.

Mais a sul, surge o PCP, cuja Comissão Política do Comité Central assina um panfleto descoberto em Montemor-o-Novo com o título “APÓS CAMPANHA VITORIOSA – CONSOLIDAR POSIÇÕES – DAR NOVOS PASSOS EM FRENTE”. A “campanha vitoriosa” é a última campanha eleitoral, explica a PSP, acrescentando que se trata de “assunto ultrapassado”.

Em Faro, é o preço do gasóleo e as reivindicações dos pescadores a deixar as traineiras paradas. E não escapam à atenção da polícia as conferências sobre “Transição do século XVII para o século XVIII”, com José Neves Júnior, e “O Centenário do Prof. Egas Moniz”, a cargo de Miller Guerra. “Não consta que tenha havido inconvenientes”, diz a PSP, com base em informações vindas do Algarve, sem deixar de registar estes dois acontecimentos potencialmente perigosos.

Mais panfletos por todo o país: Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Setúbal. A única referência à “subversão” nas Forças Armadas vem de Viseu, onde um guarda da PSP, às 0h45 do dia 3 de Abril, abordou um grupo de militares “que, tocando instrumentos de

corda e cantando, perturbavam o sossego dos habitantes”. Um dos militares “assumiu inteira responsabilidade pelo que se estava a passar e ameaçou o guarda dizendo: “Ainda hoje mato mais um polícia”. Fica a DGS alertada e desde já ciente de que o tal militar é o aspirante a oficial miliciano nº 190 773.

“A PIDE sempre foi socialmente mal vista”

Fernando Rosas, historiador e professor de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, passou os últimos vinte anos a estudar o regime fascista até à sua queda em 1974. Consultou os arquivos da PIDE enquanto tal foi possível. Tem a própria experiência vivida de resistente ao regime. É hoje uma das vozes mais autorizadas sobre o assunto. Com ele, fizemos uma longa viagem ao regime e às suas particularidades, incluindo a verdadeira história da PIDE/DGS.

Entrevista Teresa de Sousa e Joaquim Trigo Negreiros 22/04/1994

Até que ponto se pode afirmar que a PIDE era um Estado dentro do Estado?

Não me parece que possa ser considerada assim. Dependia directamente da chefia de Salazar e dependia indirectamente da política de Salazar. Desde 1933 até ao pós-guerra, dependia de Salazar e só dele. Posteriormente, Salazar despachava directamente com este ou aquele inspector da sua confiança – o caso do Barbieri Cardoso, por exemplo –, mas a PIDE era tutelada pelo Ministério do Interior e essa tutela passou a ser mais eficaz e real quando Marcelo transforma a PIDE numa direcção-geral, a DGS.

Salazar fazia o controlo em termos efectivos. Era informado semanalmente dos principais processos, dava instruções directas sobre cada um deles e orientações globais.

Até que ponto a PIDE era fundamental na manutenção do regime?

Salazar sabe que a PIDE é fundamental para a manutenção do regime – para o controlo da sociedade, das empresas, do funcionalismo público, das escolas, dos sindicatos. A PIDE recolhia a sensibilidade do país e da opinião pública, era um espécie de Gallup do regime. Mas representava também a “ultima ratio” do regime.

O controlo da sociedade começa na escola, com o pároco, com o patrão, a repressão está socializada. Se você quer ter um emprego, é melhor que seja baptizado, que participe nas manifestações de apoio ao presidente do Conselho, assine os abaixo-assinados, tenha, em resumo, um determinado tipo de comportamento. Num sistema destes, só as pessoas que mesmo assim se dispunham a transgredir exigiam a intervenção directa da PIDE.

O fascismo português, ao contrário dos outros, assentava na permanente desmobilização social e política. E só aquelas pessoas – uma minoria, como sabemos – que tinham um nível de consciência muito elevado

ou uma determinação muito grande se atreviam a infringir este estado de coisas. Aí sim, a PIDE actuava para castigar quem não se aplacasse. Salazar tem uma frase espantosa que resume muito bem esta ideia: “O meu ideal é fazer viver as pessoas habitualmente.” O objectivo do regime era não tanto suscitar a adesão, mas a aceitação, a ideia de que lá estavam eles para pensar pelas pessoas, a ideia de que “a minha política é o trabalho”.

Há, por isso mesmo, diferenças entre os vários regimes totalitários da altura.

A sociedade portuguesa é que é diferente. A natureza da PIDE é idêntica à das outras polícias políticas mas actua num caldo social e político completamente diferente. A modalidade nacional do fascismo assenta num Estado que joga na desmobilização e na aceitação e não na mobilização e na adesão.

Que mudanças há com o marcelismo?

Há mudanças sobretudo quando o regime dá um sinal público de que a polícia deve conformar-se à legalidade formalmente estabelecida. O presidente do Conselho deixa de despachar directamente com a PIDE. Os Tribunais Plenários são aconselhados a dar mais valor (até aí esse valor não existia pura e simplesmente) à prova em julgamento e, sobretudo, permite-se aos deputados liberais que vão à cadeia ouvir as queixas de alguns presos que chegam por via das famílias. Há um ensaio de fiscalização.

Lembro-me que Sá Carneiro foi a Caxias falar com um jovem de 19 ou 20 anos que tinha sido completamente brutalizado e que se tinha queixado. Posteriormente, levantou o problema na Assembleia Nacional. Mas isto foi ainda na Primavera marcelista; depois, tudo voltaria ao mesmo.

Como é que a PIDE reagiu?

A fiscalização da PIDE era a morte da PIDE – duas visitas por semana significavam a morte da PIDE, estragavam-lhes completamente os métodos. Isso causou uma

grande perturbação, precisamente durante a Primavera marcelista. Em 1972, voltou tudo a perder a cabeça outra vez e foi a grande repressão, sobretudo contra a extrema-esquerda.

A PIDE estava sobretudo preparada para lidar com o PCP e com o “revirinho”. Como reagiu quando teve de lidar com outras forças políticas?

Estava preparada para o PCP desde os anos 40, depois da reorganização do Partido Comunista levada a cabo por Cunhal em 1940-41. Até lá, lidavam sobretudo com o anarco-sindicalismo e com as revoltas e as golpadas do chamado “revirinho” que se sucediam a ritmo impressionante de 1926 a 1931 e que se repetiram mais tarde.

Depois de 40, viram-se confrontados pela primeira vez com uma organização de modelo leninista, profissional, organizada, disciplinada, com regras duras, pseudónimos e uma estrutura criada para resistir à repressão com o mínimo de danos. A PIDE fica a navegar e só depois das primeiras prisões, em 1945, consegue começar a perceber. De 1945 aos anos 60, a PIDE conhece muito bem o PCP e o PCP a PIDE.

De repente, no final dos anos 60 rebenta-lhes nas mãos algo de totalmente novo, que é a extrema-esquerda, incluindo os católicos progressistas, e as primeiras acções armadas urbanas. Consegue, por exemplo, acabar rapidamente com a ARA, através das suas infiltrações no aparelho do PC. Não consegue fazer o mesmo às Brigadas Revolucionárias – nunca as consegue sequer beliscar.

E os católicos e a Igreja?

Repare que os católicos actuavam em apoio da extrema-esquerda e mesmo dos grupos armados. Claro que não tinham uma organização permanente, eram grupos de acção semiclandestinos, publicavam boletins anticolonial, tinham grupos de acção para fazer tarefas determinadas, questões sociais, etc., e depois distribuíam-se em apoio a várias organizações.

Mas atenção, foram muito mal tratados pela PIDE, eram considerados como ovelhas tresmalhadas... como traidores. Nuno Teotónio Pereira, por exemplo, levou pancada por todo o lado, embora fosse um intelectual, ainda por cima ligado a famílias do regime...

A Gestapo e a CIA

Os métodos de tortura também variam de acordo com variadíssimos critérios e épocas?

Antes de 1940 não era certamente a tortura do sono – era a força bruta, pancadaria, choques eléctricos. Vão aprender com a Gestapo, com a polícia de Mussolini e com os americanos, mais tarde. A grande escola, depois da Guerra, passa a ser a CIA. Quando chega o 25 de Abril, o Barbieri Cardoso, velho salazarista e ideólogo do regime, é o verdadeiro homem forte. E havia tam-

bém os infiltrados de Spínola e Costa Gomes. Toda a gente sabe que a polícia política não estava nos planos de operações do MFA para o 25 de Abril e que a PIDE só é extinta pela própria dinâmica gerada.

Voltando aos métodos da PIDE: havia tratamento diferente para várias categorias.

Evidentemente, um tipo operário ou camponês que não tinha qualquer possibilidade de eco social era tratado da pior maneira, nem sequer com procedimentos formais de conhecimento dos seus direitos. Valia tudo. As famílias não tinham qualquer possibilidade de os ver. Só quando começa a haver comissões das famílias dos presos políticos é que começam a ter advogado. Mas estamos a falar dos anos 60 em diante.

E a distinção entre operários e camponeses e os intelectuais do PC?

Era diferente. Eles até tinham polícias especiais para os intelectuais, um dos quais era o célebre chefe de brigada Abílio Pires. Era nos intelectuais que a tortura do sono era eficaz. Esta forma de tortura é voltada para o amesquinamento da vontade e da dignidade das pessoas. Ao fim de uma semana, você cheira mal, tem os pés inchados, é obrigado a descalçar-se, tem a barba por fazer. Os PIDES exploram isso: “Você é um porco, não tem vergonha”... É o amarfanhamento da personalidade em aspectos exteriores e naquilo que, para um intelectual, são valores de representação.

Não há dúvida que eles também batiam em muitos intelectuais, mas a estratégia de interrogatório de intelectuais apontava para a sua vontade, para os seus valores, para a sua representação.

Havia a preocupação também de deixar menos marcas.

Sim, porque depois havia as visitas e o risco de denúncia pública. Na véspera das visitas punham as pessoas a dormir para recuperarem, enchiam-nas de cremes para disfarçar os inchaços, e tinham cuidado a escolher os locais onde batiam – no estômago, nas costas, debaixo do queixo, atrás das orelhas, para não deixar muitas marcas visíveis numa visita.

A PIDE e as Forças Armadas

Como é que é a relação da PIDE com as Forças Armadas?

Antes da guerra colonial é uma relação de muito cuidado. Os golpes e as conspirações militares são quase sempre julgadas pela justiça militar. Até ao golpe da Sé em 1959, há uma espécie de respeito pela corporação militar, apesar da polícia política também ajudar às investigações. Depois, com a guerra colonial, a colaboração da PIDE com as Forças Armadas é total, até porque as Forças Armadas combatem um inimigo que a PIDE detecta e é sabido que há muitos casos em que são os

próprios oficiais que colaboram nos interrogatórios e em tudo o que de sinistro teve esse período.

O que não impede que o golpe de Beja (1 de Janeiro de 1962), que é feito em parte por militares, tenha sido um dos episódios de maior violência policial jamais visto, mesmo contra os militares que foram presos e entregues à PIDE.

Depois, há, por exemplo, a Abrilada de 61, o golpe do Botelho Moniz – nesses nem sequer tocam, eram ministros de Salazar e chefes de Estado-Maior, e nem sequer são disciplinarmente punidos.

E como é que se explica que a PIDE não dispusesse do mínimo de informação e análise sobre o 25 de Abril?

Acho que eles tinham. É pura intuição, porque está por fazer qualquer investigação séria sobre isso. Mas inclino-me para que eles estavam politicamente neutralizados pela confiança que tinham nos chefes: Spínola, Costa Gomes e outros comandos militares. Aliás, há relatórios a provar que eles informavam o próprio Governo das movimentações militares. O que provavelmente aconteceu é que não acreditavam que se chegasse ao golpe de Estado ou pensavam que era um simples golpe de generais. A investigação provavelmente também demonstrará que parte da PIDE estava com o golpe e outra parte não estava. Continuo a pensar que o Barbieri Cardoso, a alma da PIDE, não estava em Paris por acaso, no 25 de Abril.

A PIDE mantinha contactos regulares com as polícias secretas dos países democráticos...

Ah, isso com certeza. Eu lembro-me que, quando estava na PIDE, eles se vangloriavam explicitamente disso. Diziam-nos: você está para aí a queixar-se mas eu até estagiei em Inglaterra, lá também é assim. Com a polícia francesa, a inglesa, mas sobretudo com a CIA. A CIA é que fazia escola nessa altura.

Qual era o perfil sociológico do agente da PIDE?

Evolui muito ao longo do tempo. Estamos a falar de uma polícia política com quarenta anos. Na fase posterior aos anos 60, a grande base de recrutamento é a tropa, os homens que fazem a guerra das colónias e que são recrutados “in loco”, como o pide da SIC, aliás, demonstrou. Era uma espécie de recrutamento político do género: vamos lutar pela pátria contra o terrorismo internacional, etc. Fui preso em 65 e em 71 e encontrei uma grande diferença nos agentes da PIDE. Havia muitos ex-comandos, ex-páras, com outra mentalidade. Antes, era um recrutamento muito mais rural, o do homem que metia um empenho para vir para a polícia, porque levava uma vida melhor, tinha um ordenado certo, um emprego garantido, uma carreira. Os homens fortes da PIDE começaram como tarimbeiros. O Mortágua, o Tinoco, o Abílio Pires. Os chefes, esses, vinham da tropa, eram oficiais superiores, como o Saquetti, o Silva Pais,

o Agostinho Lourenço.

Não há grande recrutamento – como havia, por exemplo, na Gestapo – entre os intelectuais, entre os intelectuais fascistas assumidos, que vão por missão.

Isso também corresponde ao nosso modelo de fascismo.

Exactamente. A polícia política em 33, 34 ainda tem alguma função ideológica. Encontrei muitos relatórios dessa altura em que eles, por exemplo, criticam o patronato por estar a seguir uma política pouco corporativa, por quererem apenas ganhar dinheiro e serem a causa da agitação social. Mas isso desaparece com a II Guerra Mundial e passa a ser um puro corpo de repressão. Há informadores intelectuais mas não dirigentes.

A verdade é que a polícia sempre foi socialmente mal vista em Portugal; era a “secreta” que fazia mal às pessoas, que tinha o poder absoluto. A polícia política não era uma das vanguardas do regime como eram as SS; era uma polícia de Estado secreta, pouco atractiva para os intelectuais do regime. Há uma incomodidade desses intelectuais – encontra-os a todo o passo a dizer que não são denunciantes, que não colaboram com a PIDE.

A Legião Portuguesa

Como é que nas estruturas do regime se enquadra, por exemplo, a Legião Portuguesa?

A Legião é outro problema complicado. Quando é fundada, em 1936, no calor da guerra civil de Espanha, é de certa forma imposta ao Estado, corresponde à agitação dos fascistas portugueses durante toda a guerra civil de Espanha, que leva a que peçam ao Estado que constitua uma milícia. Salazar constitui-a mas pondo-a imediatamente sob sua tutela. A Legião vai ser sempre um reduto de extrema-direita do regime, dos ex-nacional-sindicalistas. Salazar, de facto, nunca deixa as coisas irem muito longe; submete-a sempre ao Estado e a homens políticos da sua confiança.

A junta central da Legião tem o Lumbrals, um braço direito de Salazar, e os comandantes militares que levantam a cabeça são afastados e substituídos por comandantes militares que são homens de confiança, como Craveiro Lopes, capazes de enquadrar a Legião como uma tropa de reserva do exército. Ela deixa de ter qualquer papel real no regime a partir do fim da II Guerra. Está lá, mas é uma brigada do reumático, no seu conjunto. Depois, ficam como corpos operacionais interessantes, as chamadas “brigadas especiais”, “brigadas de choque” ou “brigadas automóveis”, que vão funcionar como complemento da PIDE para alguns serviços sujos, como assaltar sedes, espancar oposicionistas, fazer ameaças. Assaltam as sedes da CDE em 1969, espancam candidatos da oposição nessa altura,

atacam a Sociedade de Escritores, sempre as brigadas de choque da Legião.

Qual é o papel da PIDE na manutenção e na longevidade, para além de todas as expectativas, do Estado Novo?

Acho que a repressão policial é uma das componentes da durabilidade do regime mas está absolutamente longe de ser a componente principal. Exactamente por este sistema de “ultima ratio” que a polícia política é. São causas sociais, culturais, de mentalidade e políticas que fazem o regime durar muito tempo.

Sobretudo a arte que Salazar tem de equilibrar os vários sectores e interesses da classe dominante e da elite política, de estabelecer, renovar e adaptar os equilíbrios de quem manda, por forma a que a elite mantenha coesão. Esta arte de manobrar e de equilibrar, e que é de facto a sua suprema arte, conjugada com um sistema muito eficaz de desmobilização social e cultural, de congelamento do desenvolvimento acelerado. O custo foi o desenvolvimento, a modernidade social, económica e política. Salazar dizia, numa das conversas com António Ferro, que a arte suprema da governação era saber durar: saber durar como valor político em si mesmo, saber durar, mesmo à custa da economia, saber durar, mesmo à custa de modernidade. Quando os marcelistas levantam a cabeça, saber integrá-los e dar-lhes coisas...

Até que a certa altura esse equilíbrio deixa de ser possível e se dá a ruptura, ou seja, quando qualquer cedência deixa de permitir o reequilíbrio do regime. Isso começa a tornar-se evidente a partir das eleições de 1958, porque qualquer cedência aos liberais é o fim do regime. O que é o período de 61 a 68 senão a longa espera, a longa vigília da morte física de Salazar, quando os reformistas deixam de poder operar militarmente por causa da guerra colonial? Tentam depois tardiamente a liberalização marcelista.

Naturalmente, a repressão tem aqui um papel, mas também tem um papel a censura, a Igreja, a escola e os sindicatos... A polícia é o núcleo duro que está por detrás; quando o resto não funciona, então funciona ela.

É possível saber, por exemplo, o número de escutas...

Isso está lá tudo, nos arquivos, mas não há acesso para se poder contabilizar. Devo dizer-lhes que eles passavam as escutas a papel e à máquina. Tive oportunidade de ler as escutas telefónicas de Mário Soares com Maria Barroso, quando ele estava em São Tomé. Ele dizia: “Não te posso dizer isso agora.” E eles punham reticências. Mas queimaram muita coisa naquelas vinte e quatro horas em que aquele pide telegénico [Óscar Cardoso] andou a mandar disparar sobre as pessoas. Queimaram os informadores, por exemplo.

Então ninguém sabe...

Talvez alguém saiba. Houve mais tarde chantagem sobre tanta gente.

Quer dizer que o PCP sabe?

Foram os primeiros a lá chegar. É sabido, por exemplo, que o inspector Pereira de Carvalho uma das coisas que disse foi que os primeiros interrogatórios de que foi alvo incidiram sobre as organizações de extrema-esquerda, por parte dos funcionários do PC. Eles não foram lá para fazer História, foram lá para trabalhar... Não há nenhum processo importante de nenhum dirigente do PCP que lá esteja.

As respostas de Álvaro Cunhal e de Mário Soares a Óscar Cardoso

22/04/1994

O que teria respondido se estivesse na presença do pide Óscar Cardoso no recente debate realizado na SIC?

Álvaro Cunhal:
A pergunta não tem resposta

Na minha vida estive várias vezes na presença de pides. Em interrogatórios em que fui torturado por me negar a prestar declarações. Durante cerca de dois anos, quando isolado numa cela da Penitenciária, pelos pides que faziam guarda permanente, dia e noite, à porta da cela e me faziam constantes provocações. No Tribunal Plenário fascista, quando julgado e condenado e onde tive ocasião de revelar e procurar fazer chegar à opinião pública as torturas feitas pela PIDE.

É uma ideia tão impossível de ser aceite estar num debate público com agentes desse corpo de torcionários e criminosos que a pergunta não tem resposta.

A PIDE/DGS, polícia política da ditadura fascista, constituía, no quadro da estrutura do Estado, um corpo especial de perseguição e repressão política, com largos poderes discricionários. Prendia, torturava, matava. Nunca esquecer que a superior responsabilidade pelos seus crimes era do governo fascista, de Salazar primeiro, de Marcelo Caetano depois.

Pede-se-me um curto depoimento sobre a minha experiência pessoal. Limito-me a dá-lo.

A primeira vez que fui preso fui violentamente espancado desde cerca da meia-noite a cerca das quatro horas da manhã por uma roda de agentes que se iam reveando. Agrediam a murro e a pontapé, com cassetes e grossas tábuas com cabo, para as empunharem. Deitaram-me no chão, imobilizaram-me, descalçaram-me os sapatos e com essas tábuas davam violentas pancadas de cutelo nas solas dos pés que se ressentiam violentamente por onda de choque na cabeça. Depois o espancamento continuava de pé no meio da roda dos torcionários. Repetiram a operação até perder os

sentidos. Voltei a mim numa cela de segredo numa outra prisão (Aljube). Quando cerca de 15 dias depois me pude ver ao espelho, não reconhecia a própria cara. O corpo estava também quase completamente coberto de variadas esquimoses.

A última vez que fui preso, a tortura foi diferente. Mantiveram-me num total de quase oito anos (dos quais cerca de um ano e meio incomunicável) isolado numa cela da Penitenciária de Lisboa.

Este o meu testemunho directo sobre o que foram no meu caso os “safanões a tempo” que Salazar dizia serem legítimas formas de interrogatórios da PIDE. Numerosos camaradas meus, assim como outros democratas, sofreram torturas mais requintadas: tortura do sono, tortura da estátua, choques eléctricos, queimaduras com borrões de cigarros, além de torturas psicológicas de extrema crueldade. Outros estiveram muito mais tempo presos que eu. Até mais de 20 anos. Muitos foram assassinados com torturas ou a tiro.

É nossa obrigação, daqueles que resistimos e estamos vivos, lembrar os mortos.

Mário Soares: A superioridade moral da democracia

Nunca aceitaria participar num debate onde estivesse um inspector da PIDE. Fui doze vezes preso, perseguido, sujeito à tortura do sono, deportado sem julgamento por tempo indeterminado e, depois, compelido ao exílio. Sempre considerei a PIDE como uma organização de malfeitores e de torcionários, responsáveis por inúmeros crimes (como o assassinato do general Humberto Delgado, por exemplo), perseguições e violências – embora sempre a coberto de uma legislação arbitrária e da vontade do ditador. Um debate pressupõe boa-fé e verdade. É óbvio que qualquer agente da PIDE não tem as condições mínimas de credibilidade e de idoneidade moral para poder participar, com objectividade, num debate desse tipo. É como se Barbie – o torcionário de Marselha – fosse convidado a debater com as suas vítimas...

Dito isto, sou dos que achei, logo em Abril de 74 (e tive a coragem de o dizer), que os agentes da PIDE não deveriam ser perseguidos – muito menos “caçados”, como alguns pretenderam – quando aos mais altos responsáveis do regime lhes foi permitido sair livremente de Portugal. As coisas são o que são e os agentes da PIDE não passaram de peões (muitas vezes sádicos e violentos) de uma vasta engrenagem repressiva. Nesse aspecto, os chefes e os inspectores têm maiores responsabilidades.

20 anos depois do 25 de Abril é preciso perdoar – eu já o fiz há muito tempo –, mas não esquecer. Muito menos permitir essa tentativa escandalosa de branquear

amento a que temos vindo a assistir, com completa impunidade e sem vergonha.

Os ex-PIDES são hoje cidadãos, como quaisquer outros portugueses. Têm direito à palavra mesmo quando no tempo em que tinham poder a retiraram aos outros. A lei não distingue entre portugueses. Essa é a superioridade moral da democracia, que se baseia no pluralismo, na liberdade e na tolerância. Mas a tolerância não pode ir ao ponto de os deixar participar em debates, que não têm nada de inocentes e que, finalmente, visam tão-só apagar a memória colectiva dos portugueses, confundir os jovens e reabilitar um regime odioso, mesmo que essa não tenha sido a intenção dos que o organizaram.

Milhares e milhares de portugueses passaram pela PIDE e conheceram os seus horrores apenas por desejarem a liberdade, às vezes mesmo por simples denúncias e sem praticarem quaisquer actos políticos. Milhares e milhares de famílias conheceram na carne a repressão da ditadura. Todos os portugueses, em maior ou menor escala, souberam o que era ter medo, ser condicionado nas suas opiniões e silenciado quando isso convinha ao poder instalado. Trata-se de uma amarga experiência colectiva que não deve ser esquecida – para que não possa vir a repetir-se – e com a qual não se pode brincar, sejam quais forem os malabarismo verbais dos pides bem falantes.

Depoimentos de vítimas da PIDE

22/04/1994

Maria da Conceição Matos Abrantes
57 anos, funcionária do PCP

Fui presa pela primeira vez a 21 de Abril de 1965. Vivia numa casa no Montijo, que foi assaltada por arrombamento às 4 da madrugada pelas brigadas dos pides Fernando Gouveia e José Gonçalves. Logo em casa, onde estava sozinha, percebi quanto era verdade o que se dizia sobre a actuação da PIDE.

Os interrogatórios começaram logo ali, encostada à parede, com os pides de pistola em punho. Como estava de pijama não queriam deixar-me vestir senão na sua presença. Depois assisti com muita dor ao empacotamento de todos os bens da casa, coisas que nunca mais vi na vida. Tiraram-me tudo menos a roupa que tinha vestida. Os pides mantiveram-me em casa 17 horas. Quando uma vizinha foi lá oferecer-me comida, os pides disseram-lhe que eu não precisava de comer.

Levada para a sede, na António Maria Cardoso, o pide Capela, sabendo que recusara identificar-me, gritou para os outros pides: “Espetem com ela contra a parede. Esta quer levar a bandeira do partido em cima do caixão.” Nessa mesma noite levaram-me para Caxias, onde fiquei num completo isolamento, sempre à espera de que me viessem buscar para novos interrogatórios, o que aconteceu ao fim de 17 dias. Só mais tarde vim a saber que esse fora o tempo em que o meu marido – Domingos Abrantes – havia estado nos interrogatórios. Na sala de interrogatórios, entraram os pides Tinoco e Serras e duas mulheres, tendo-me Tinoco informado do que me esperava: “Daqui não sais sem falar. Daqui só sais para a morgue ou para o Júlio de Matos. Enquanto não nos contares toda a actividade partidária não podes dormir, não podes ir à casa de banho e se sujares a sala terás que a limpar com a roupa que trazes vestida.”

Por muito que me contivesse com tudo o que isso implicava de sofrimento, chegou a uma altura que não podia mais. Os pides tentaram impedir que eu fizesse as necessidades na sala da tortura, mas teve mesmo que ser na frente deles. Então começaram a despir-me a primeira peça de roupa e a querer obrigar-me a limpar o chão com as minhas próprias roupas. Tudo isso acompanhado dos insultos mais porcos que se pode imaginar. Entretanto apareceu-me a menstruação.

Ao fim de três dias e três noites de tortura do sono

comecei a ter alucinações. A par de tudo isto, os pides faziam chantagem com a família. Que o meu marido já tinha falado. Entretanto, como estava muito doente levaram-me ao médico em Caxias (o dr. Barata) que como “tratamento” me aconselhou a “despejar o saco de polícia”.

Três dias depois foram-me buscar novamente. Logo que lá cheguei, perguntaram-me se queria ou não contar à polícia o que sabia. Tendo-lhes dito que de mim não levariam nada, o Tinoco respondeu: “O espectáculo vai começar.” Um espectáculo tenebroso, que jamais se me apagará da memória. Virando-se para a pide Madalena, disse-lhe: “Podes começar, vai ficar nua.” Entraram mais pides na sala e a Madalena foi-me despiando, peça por peça, e ia dizendo: “Falas ou não, sua puta?” Fiquei nua. Tentei encobrir-me, mas ela empurrou-me para o meio dos pides. Senti uma revolta tão grande que levantei a cabeça e comecei a contá-los em voz alta. Contei até dez. Começaram a sair da sala e, desvairada, desatei aos gritos: “Seus monstros! Seus canalhas! O povo há-de vingar-se! Vocês não são homens!”

A pide Madalena atirou-se a mim a espancar-me brutalmente, à bofetada e ao pontapé, dizendo: “Chora, tens que chorar!” Isto prolongou-se por muito tempo. Depois agarraram-me e vestiram-me novamente. “Se eu quisesse espatifava-a, mas vou-me embora que esta merda não fala. Aparece aqui cada merda!”

Entrou então um pide com uma folha de papel e perguntou: “Assina ou não assina?” Gritei: “Não! Não! Não!” O último não ficou-me na garganta, sufocada. Perdi a respiração. Bateram-me muito na cara para que eu pudesse respirar. Entrou um pide a cantar o “13 de Maio”. Nunca mais me esquecerei. Era dia 11 de Maio.

Quando, dois meses depois de completo isolamento, fui autorizada a receber a visita dos meus pais, tive que ir agarrada às paredes dos corredores da cadeia, para me manter de pé.

Passaram-se já muitos anos, mas ainda hoje não consegui recuperar dos graves problemas causados pelas torturas.

Fui condenada pelo Tribunal Plenário a ano e meio de prisão que cumpri. Fui libertada a 22 de Outubro de 1966.

Voltei a ser presa pelo pide Pereira André, em 2 de Setembro de 1968, à porta do escritório onde trabalhava.

Na António Maria Cardoso os pides Inácio Afonso e Mortágua começaram os interrogatórios. O Inácio Afonso saiu da sala e voltou momentos depois com o Tinoco, dizendo-me: “Trago-lhe aqui o homem que lhe deu cabo da saúde.” Ao que o Tinoco acrescentou: “Tenho muito orgulho em lhe ter dado cabo da saúde. Só tenho pena que desta vez não seja minha presa, mas sim do meu amigo Mortágua, pois não sairia daqui com

vida.” O Tinoco acompanhava tudo isto com outras provocações.

Saí em liberdade em 8 de Novembro de 1968.

Diana Andringa 47 anos, jornalista

A brigada da PIDE começou por falhar a minha prisão: estava eu, tranquilamente, na paragem de autocarro, quando o carro passou, do outro lado da Praça das Colónias.

Sabia que era para mim: vários amigos meus tinham sido presos nos meses anteriores, e a vigilância sobre a casa e o telefone aumentara, ao nível da provocação. Mas seria possível que uma polícia que se auto-intitulava “científica” e apreciava tanto a vigilância não acertasse sequer na minha hora de sair de casa?

No emprego, avisei a recepcionista: “Há-de vir a PIDE prender-me. Por favor, avise-me logo que chegarem.”

A seguir, telefonou a Nita: “A Zé foi presa. E eles foram a tua casa.”

Acordei o José Augusto Rocha: “Vou ser presa, dita-me uma procuração.” Do outro lado do telefone, eficientemente, veio o ditado. Entreguei o bilhete de identidade a uma colega de trabalho – A Maria? A Eduarda? Já não tenho a certeza – e pedi-lhe que reconhecesse a assinatura e fizesse chegar ao Zé Augusto. Pedi também que avisassem os meus pais.

Dos meus colegas, um era sobrinho do ministro do Interior, outro, que compartilhava o gabinete comigo, do director da PIDE. De todos tive a mesma solidariedade, e a pergunta: “Por que é que não foges?” Era um problema de “free lancer”: faltava-me a organização.

Na António Maria Cardoso, a primeira agente que me guardou cantava Paco Ibañez, e insistia em que só estava ali a substituir uma colega. A que a substituiu, essa, começou imediatamente a fazer ruídos enervantes: moedas, chaves, riscos em metal. Quase ao fim da tarde, entrou o subinspector: “Com que então, distribuição de propaganda subversiva em Luanda?” Olhei-o sem acreditar: “Já deve ter prescrito. Vim de lá com dez anos!”

Quando cheguei a Caxias, tiraram-me os óculos – mas, mesmo assim, vi no papel em que escrevi o meu nome, marcado pela força da esferográfica usada, o nome da Zé, e o número da cela que lhe fora destinada. Ao lado da minha.

Polícia científica? Polícia de investigação? Ainda hoje me pergunto se, privada da denúncia, da tortura, e da total cumplicidade dos juizes do Plenário, a PIDE teria sido capaz de instruir algum processo. A PIDE era, afinal, o espelho do regime: estúpida, boçal e terrorista como ele.

Conceição Moita**57 anos, professora universitária**

Fui presa no dia 6 de Dezembro de 1973, por ter colaborado com pessoas ligadas ao PRP, e saí em 26 de Abril de 1974. A cena da prisão, às 19 e 15, foi aparatosa, com pides armados a cercarem a minha casa. Passámos pela António Maria Cardoso mas não saí do carro, e fomos logo para Caxias, para o reduto sul.

Iniciei imediatamente o interrogatório e nessa noite já não dormi. Ao todo, foram 14 dias de tortura do sono. A primeira parte foram oito dias e da segunda vez foram mais seis, com intervalo na noite de 24 para 25 de Dezembro, para os pides irem fazer a consoada a casa. Na noite de 25 de Dezembro, estava já deitada a dormir, foram buscar-me de novo. Desta vez estive quatro dias sem me deixarem sentar e no fim já os pés não me cabiam nos sapatos.

Davam-me comida mas mantinham-me acordada, com mulheres/pide a tomar conta de mim em turnos de três horas cada. Mandavam-me lavar a cara, andar, por vezes de braço dado com elas. O pior de tudo eram os barulhos pequeninos, como chaves ou canetas a bater persistentemente numa mesa. Houve um dia em que o inspector – não me lembro do nome – me deu uma bofetada com tal violência que desmaiei. Quando acordei, tinha um médico ao meu lado. Normalmente, eram apenas agentes que me interrogavam, faziam ameaças, diziam que os meus irmãos – também presos na altura – estavam a sofrer e que bastava eu contar tudo para eles ficarem em paz. Ficavam irritadíssimos quando eu declarava ser católica. Nos últimos dias, cheguei a uma situação “inaguentável” e pedia que me matassem, só sabia que me ia acontecer qualquer coisa horrorosa e não sabia o quê.

Quando a tortura terminou, via tudo azul e fiquei assim durante talvez dois dias. Tinha metade do corpo insensível. Fui vista por um médico a quem contei o que me tinham feito e que me mandou tomar Valium para dormir e vitaminas. Estive no isolamento mais de um mês, sem ler até meados de Janeiro: só eu e o ar que respirava. Organizei uma rotina, fazia ginástica a horas certas. Fiz uma lista de pessoas para passar “um dia com”: nesse dia, revivia tudo o que tinha vivido com essa pessoa. Era uma maneira de estar acompanhada e foi um truque muito bom. Depois, comecei a poder ler. Primeiro a Bíblia, depois, pouco a pouco, a minha família começou a visitar-me e a levar-me livros. Estive depois numa cela com a Fátima Pereira Bastos, a Luísa Sarsfield Cabral e a Maria José Campos, então muito jovem.

A marca mais visível que tenho hoje é a perda da memória. Mas nunca tive pesadelos, nunca sonhei com isso.

Rui d’Espiney**51 anos, sociólogo**

Cinco gorilas. Uma pistola à cabeça. A eficácia de um treino que me imobilizou em segundos. A ameaça de morte ao menor movimento.

... Estremeci. Mas não de surpresa. Fora o conhecimento desta eficácia, deste polvo organizado contra a liberdade, que me levava a combater.

Oito, dez, não sei quantos brutamontes que como uma pluma me lançavam contra as paredes. Roupa rasgada até à minha nudez, num esforço metódico de humilhação. Gargalhadas cortadas por dichotes sobre o que me esperava.

... Olhei-me para dentro procurando a coragem. Mas não a surpresa. Uma sala fria do 3º andar. Pides refrescados de quatro em quatro horas. Uma cadeira oferecida mas sempre negada. Olhos mantidos abertos por chicotadas no corpo e nos braços. Descrições de cabeças e braços esmigalhados ou de corpos lançados ao mar de uma África que era portuguesa.

... Sofri. Mas não de surpresa. Fora o conhecimento deste sadismo frio, desta prática, “gota a gota” pensada, de esmagamento da dignidade que me dera o dever – e o direito – de ser resistente.

Uma cadeira partida nos costados. Cara esmurrada; recorrentemente esmurrada. Lamentações irónicas sobre uma vida que se ia perder aos 23 anos. Um encontro, sem razões, com uma companheira que só me reconhece pelas mãos.

Vinte anos depois de Abril, aí, sim, veio a surpresa. Ali estava, para quem o queria ver, Óscar Cardoso. Igual a si mesmo. Na brutalidade com que me quebrara a cadeira, na serenidade com que dirigira a tortura, na subtilidade com que me trouxera a companheira às três da manhã, no despudor com que me mentia, ou provocava... Ele, o pide Cardoso, num direito à defesa sem acusação, num debate sem opositores, em nome de uma verdade que não se procurava apurar...

Eurico Monteiro*

Fui preso em 1973. Pertencia a um grupo de jovens com alguma ligação ao PAIGC, e de vez em quando lançávamos panfletos a favor da independência. Um dia, por volta das duas horas da madrugada, depois de termos percorrido vários pontos da cidade [da Praia], eu e mais dois companheiros – Homero Vieira Lopes, que haveria de morrer anos depois em Angola, e Luís Cunha – fomos presos e levados para a esquadra policial.

Por volta das oito horas, fomos conduzidos à sede da PIDE, na presença do inspector António Bernardo [um dos intervenientes do debate na SIC, e contempla-

do com uma pensão por “serviços distintos”]. Como éramos bastante jovens – eu tinha 18 anos, o Homero 19 e o Luís 17 –, ele quis saber quem eram as outras pessoas do grupo e quem nos estava “a instrumentalizar”. O interrogatório foi feito com base em bofetões, pontapés e todo o tipo de espancamento. Uma coisa violentíssima.

A maior violência que passámos foi, contudo, a tortura chamada “estátua”. Estive três dias e três noites de pé, de cara voltada para a parede, num pequeno recinto...

Depois de três dias disseram que nos iam mandar para a cadeia civil e nós sentimos uma felicidade imensa, já que era a nossa possibilidade de ir dormir. Dormi mais de trinta horas seguidas. O Homero teve pior sorte, porque a PIDE foi buscá-la outra vez. Voltou dois dias depois num estado lastimável.

Depois de 30 ou 45 dias enviaram-nos para Lisboa. Estive preso numa cave em Caxias, completamente às escuras, até ser mandado para Angola, mais concretamente para a Foz do Cunene. Aqui, éramos 18 cabo-verdianos e dois angolanos, o Hermínio Escórcio e o Santana Valentim, que seria fuzilado na sequência da intentona de Nito Alves, em 1977. A nossa única alimentação era fuba.

** Antigo ministro da Justiça de Cabo Verde, de Janeiro de 1991 a Dezembro de 1993. Dissidente do MpD, é actualmente deputado, estando à frente da formação de um novo partido político no seu país.*

José Lamego

40 anos, advogado, deputado e dirigente do PS

Em 12 de Outubro de 1972, fui ferido a tiro por um agente da PIDE (no mesmo recontro em que foi assassinado o meu amigo José António Ribeiro dos Santos) e preso em seguida. Hospitalizado sob prisão, na Prisão Hospital de S. João de Deus, em Caxias, a PIDE pressionou o director prisional no sentido da minha transferência para os interrogatórios. Não fui sujeito nessa primeira prisão ao receituário habitual aplicado aos presos sob interrogatório. Fui libertado ao fim de 90 dias, o prazo de prisão preventiva.

Fui preso novamente na proximidade do 1º de Maio de 1973. Fui sujeito a dois períodos de tortura do sono, o primeiro de sete dias e o segundo de seis, com um intervalo de dia e meio. No primeiro, estive de pé durante seis dias, sendo-me permitido sentar apenas para comer ou durante a ida à casa de banho. Na terceira noite consecutiva de privação do sono, comecei a sentir alucinações. Trazia vestido um blusão de camurça e as manchas de sangue seco do blusão adquiriam a forma de pequenas cobras castanhas que me subiam pelo ombro. Outra alucinação frequente era a oscilação

das paredes. Os períodos mais penosos, e nos quais as alucinações ocorriam com mais frequência, eram os que antecediam o nascer do Sol.

Nesta minha segunda prisão, fui sujeito à punição do “segredo”. Era uma cela subterrânea, muito húmida. Dormia em cima de uma armação de madeira, completamente molhada pela humidade. Não havia qualquer cobertor. Saí ao fim de seis dias. Durante esse período, recusei-me a comer. Tal como da primeira vez, fui libertado ao fim de 90 dias, sem nada ter sido provado contra mim.

Fui preso pela terceira vez em finais de Janeiro de 74, com um camarada meu, o Horácio Crespo, que se encontrava na clandestinidade. Fui sujeito a três períodos de tortura do sono, o primeiro dos quais de dezasseis dias consecutivos. A brigada a cujos “cuidados” fomos entregues era chefiada pelo Inácio Afonso, subordinado do agora telegénico pide Óscar Cardoso. Os agentes gabavam-se frequentemente das suas “façanhas”, sobretudo em África. Um deles encostou-me uma faca de mato ao pescoço e disse-me: “Se isto fosse nas colónias (sic!), não davas tanto trabalho!”

Ao fim de algum tempo, o prolongamento da tortura não tinha por objectivo a extorsão da confissão. Era já simples sadismo. O Inácio Afonso entrava às vezes, divertido, na sala dos interrogatórios, aos gritos: “Um revolucionário não fala! Uma só palavra que seja e não fica com um osso inteiro!” A certa altura acabaram, de repente, com a “brincadeira”. Vim a saber mais tarde que tinha acontecido o 16 de Março.

Fui libertado a 26 de Abril. Fui o primeiro preso a alcançar o pátio da prisão. À porta, estava Sofia de Melo Breyner, que me ofereceu uma rosa, em nome da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

António Perez Metello

44 anos, jornalista

Em Abril de 1973, fui preso e levado imediatamente para Caxias, onde estive três meses em regime de isolamento. Sempre tive a noção de que para eles eu não tinha grande importância, fazia parte de um ramo do Comité Revolucionário Marxista-Leninista, uma organização que nunca chegou a aparecer a público. Trabalhava na altura no Sindicato dos Químicos e tínhamos conseguido negociar um bom contrato colectivo. Estava no 3º ano do ISCEF, onde tinha participado desde o primeiro ano nas lutas estudantis, e redigia uma publicação anticolonial chamada “Guerra Popular”. Era uma publicação com várias páginas que passávamos a “stencil”, com informações recolhidas na imprensa estrangeira e também com os dados que as informações oficiais portuguesas revelavam.

Fizeram-me a tortura do sono, mas podia sentar-

me, o que é uma diferença abissal. Mais tarde, foram dois dias de estátua para tentarem obter informações sindicais, mas na verdade o que eu fazia no sindicato estava nos limites da legalidade – embora na acusação incluíssem as minhas actividades sindicais. A minha ex-mulher, presa ao mesmo tempo do que eu, foi espancada porque lhes respondia mal e nem a deixaram sair em liberdade condicional. Preparei a minha defesa com base nos jornais de então, a partir de dados oficiais e da necrologia e mais uma vez sobre a guerra colonial, que era o tema que mais me motivava.

Em Caxias, conheci os acusados do processo da ARA, como o Carlos Coutinho, que foi torturado até à última. Com eles, pudemos cotejar as diferenças de tratamento: o mesmo pede que fazia de bom num interrogatório podia fazer as piores torturas na sala ao lado, a outro preso. Devia depender do que tinham indicado na folha de serviços: três horas de bonzinho numa sala, três horas de mau na outra... Com isto, quero desdizer o carácter primário dos agentes da PIDE no tempo em que a conheci.

Em Caxias, um dos presos do meu processo estava para ser levado de novo para interrogatórios e fizemos uma greve de fome para impedir que fosse isolado. Barricámo-nos nas celas durante quase uma semana e a PIDE cedeu. Castigaram-nos com 15 dias de suspensão de jornais e de recreios...

Fui julgado em Março de 1974, condenado a 3,5 anos e fui para Peniche, de onde saí em 27 de Abril.

José Silva Marques **55 anos, deputado e dirigente do PSD**

Poria em relevo dois pontos. Um é que a PIDE foi uma polícia típica de uma ditadura que era o regime anterior ao 25 de Abril. Com mais ou menos violência, que aliás ficou bastante aquém de outras polícias de outras ditaduras, mas que variava sobretudo em função do preso e da corrente política em causa. É evidente que a PIDE foi sempre muito mais violenta relativamente ao Partido Comunista do que em relação a outras correntes políticas. Sem que isto signifique qualquer mérito especial, sobretudo quanto à doutrinação relativamente aos comunistas. Mas é um facto.

O outro ponto que desejaria pôr em relevo é que é chocante que quer à esquerda quer à direita se tenha tomado a polícia política como centro das discussões relativamente ao regime anterior. Isto constitui um alibi, quer à esquerda quer à direita. À direita, porque isso pretende fazer esquecer que os principais responsáveis do regime foram não a polícia política mas os dirigentes desse regime. À esquerda, porque ela nunca foi capaz de produzir um projecto que mobilizasse o país. Porque se isso tivesse acontecido, a PIDE não teria conseguido

fazer com que a ditadura tivesse sido uma das mais prolongadas do mundo e da história política.

Estive preso em 1962, durante seis meses, porque fugi da cadeia do Porto. Fui espancado e sujeito à tortura da estátua durante quatro dias. Quando fui preso, era funcionário do Partido Comunista. Fugí conjuntamente com Jorge Araújo, que é hoje da direcção nacional do PC. Naquela altura ele esteve preso mais ou menos o mesmo tempo que eu, mas depois voltou a ser preso enquanto que eu não voltei.

Álvaro Veiga de Oliveira **65 anos, engenheiro**

Fui preso pela PIDE às 20 horas do dia 20 de Dezembro de 1965, atrás da Avenida da Igreja, em Lisboa, onde tinha um encontro clandestino. Torturaram-me durante 37 dias no 3º andar da António Maria Cardoso. Queriam que lhes descodificasse uns números cifrados e que denunciasses a organização e os camaradas. Primeiro, estive 17 dias na “estátua”, só me podendo sentar nos curtos períodos das refeições, mas sempre sem sair da sala dos interrogatórios. Durante esse tempo, espancavam-me, para me manter acordado, inclusive com um cassetete eléctrico, do tipo dos usados para conduzir o gado no Texas. Deixaram-me dormir uma noite, deitado num catre de desarmar, certamente para evitar que morresse, e voltei a ser submetido à tortura do sono por mais dois períodos de dez dias, até que entrei em coma. Não lhes dei nenhuma informação.

Ao décimo dia de tortura do sono, comecei a ter alucinações terríveis. Cheguei a beijar a parede julgando que era a minha mulher e a atirar-me contra a parede pensando que era uma janela por onde poderia fugir.

Fiquei com as orelhas inchadas, o canal auditivo completamente tapado e insensibilizado a ponto de não sentir qualquer dor quando me davam injeções nas orelhas.

No dia dos meus anos, 25 de Janeiro, os inspectores Sachetti e Tinoco apareceram com um bolo de aniversário e uma garrafa de “whisky”. Não comi nada, mas bebi um copo. Lembrei-me de um filme soviético em que um preso bebia para mostrar que nem assim falava. Uma vez, puseram-me a mão num cano de água a ferver e eu não senti nada, de tão insensível que já estava. O agente foi experimentar e gritou: “Ai, que o filho da puta já nem se queima!”

O subdirector Sachetti – que me disse que os 17 dias de estátua eram um “novo recorde” – e o inspector Tinoco apareciam quase todos os dias, cerca das quatro da madrugada, aparentemente vindos de “boîtes” ou outras paragens do género. O inspector-adjunto Óscar Cardoso só apareceu duas ou três vezes, depois do almoço. Sentava-se a fumar cachimbo e tentava meter

conversa. Entre os habituais, durante o dia, sempre com ameaças terríveis, contava-se também o inspector Mortágua. Fiquei com lesões irremediáveis, e especialistas disseram-me mais tarde que corri perigo de vida. Nunca mais consegui dormir mais de três horas seguidas ou cinco no total.

Talvez quatro semanas depois do julgamento, fui enviado para a fortaleza de Peniche, onde cumpri a pena, com um intervalo de quatro meses que passei no hospital-prisão de Caxias para ser objecto de uma intervenção cirúrgica.

Fui libertado condicionalmente quando cumpria o primeiro período de “medidas de segurança”, na “Primavera” marcelista, em Junho de 1970.

Quarenta e seis meses depois, foi o 25 de Abril e só então passei a estar verdadeiramente livre e a usufruir por inteiro os direitos de cidadão.

Domingos Arouca*

O funcionamento interno das masmorras era verdadeiramente infernal, os seus pátios uma autêntica câmara dos horrores. Viam-se salpicos de sangue humano nas paredes das celas e no chão, que denunciavam a crueldade policial exercida sobre os detidos. Quando um detido era convocado para interrogatório, nunca se sabia se voltaria vivo à cela, tal era o requinte da tortura.

As celas emanavam um odor pestilencial. Celas concebidas para albergar uma só pessoa estavam ocupadas por dez ou mais presos, que passavam as refeições ao ar livre na companhia de enxames de moscas e dormiam alinhados como sardinha em lata. Durante a noite, nenhum preso podia mudar de posição para aliviar o corpo da dormência, pois não havia um palmo de espaço livre.

Pela calada da noite e durante a alta madrugada, ouvia-se o roncar dos motores de carros que vinham buscar presos, dos quais ninguém voltava a ver nem a ouvir falar.

É minha firme convicção que a PIDE, em vez de lutar contra o advento e consolidação do espírito nacionalista dos moçambicanos, contribuiu felizmente para a sua ampliação e vitória final.

** Advogado, antigo preso político, um dos candidatos à Presidência da República de Moçambique.*

Afonso Dias da Silva*

Fui detido pela PIDE a 15 de Março de 1961 por implicação na organização do 4 de Fevereiro, o levantamento popular contra as prisões políticas de Luanda. Eu era colaborador muito chegado do

falecido cônego Manuel Mendes das Neves, deão da Sé de Luanda e vigário-geral da respectiva Arquidiocese de então – e, também, vice-presidente (na clandestinidade) da UPA, e mais tarde da FNLA. Coordenador do 4 de Fevereiro, o cônego Manuel das Neves foi também preso nessa altura.

Durante os primeiros quatro a cinco meses de cativo, fui espancado barbaramente por agentes da PIDE sob as ordens do seu director em Angola, Aníbal de São José Lopes. Eram eles o então chefe de brigada Joaquim Sabino Piçarra e o então agente de 1ª classe Sílvia Mortágua – que no final da década de 60 se encontrava colocado nos serviços secretos da Presidência da República, em Lisboa. Tudo me fizeram: bofetadas, pontapés e surras terríveis com paus de cabos de vassoura, chicote e cavalo-marinho. De uma vez, a surra foi tanta que fiquei com a cabeça partida e a roupa toda ensopada de sangue.

De tal maneira que, dias depois, quando as entregaram à minha mãe, à porta da prisão, para serem lavadas, ela desmaiou supondo que eu tinha sucumbido. Mais tarde, levou essas roupas ao Palácio do Governo-Geral e mostrou-as ao então secretário-geral de Angola, dr. Manuel da Cruz Aloura – que ficou completamente horrorizado.

Os espancamentos só foram interrompidos a partir da altura em que interveio, a meu favor e a pedido do meu sogro, um oficial-general adstrito à Presidência da República, em Lisboa – que, soube-o mais tarde, recomendou por várias vezes ao director-geral da PIDE, major Silva Pais: “Quero este homem vivo! Vê lá o que andas a permitir que se faça em Angola!...”

Quantos outros meus companheiros foram mortos à paulada nos interrogatórios a altas horas da noite, pendurados depois pelo pescoço com um lençol enrolado em forma de corda! Alguns foram mesmo parar à minha cela, como sucedeu ao padre Domingos, da Quiçama. E tive de ser eu a providenciar-lhe algum tratamento, apenas com toalha molhada em água da sanita e pomada Mentholatum.

Ao fim de dez meses de cativo, em Abril de 1962, fui transferido de Luanda para um campo de trabalho forçado no Missombo, nas chamadas “terras do fim do mundo”, do distante Quando-Lubango. Quando ali cheguei, bem algemado, o sítio era mato fechado, matagal primitivo, infestado de hienas e leões. Tivemos de construir as instalações do campo, as oficinas, desbravar terras para hortas e plantio de sementes forraginosas. O serviço era tão violento que, para gáudio dos guardas do serviço prisional, mandavam-nos carregar aos ombros, em grupos de quatro prisioneiros, pesadas pedras com 500 e 600 quilos, por distâncias de 400 a 500 metros. Se não o fizéssemos, éramos espancados com chicotes de cavalo-marinho.

Por essa altura, apareceu “em vista de rotina” o então nº 2 da PIDE em Angola, o inspector-adjunto Gualberto dos Reis Teixeira. Era governador do Distrito o dr. Carlos de Oliveira Moita de Deus, meu colega e amigo, que me contou depois a “recomendação” de Reis Teixeira: “O sr. governador tome bem nota: mandámos para cá o Afonso Dias da Silva para morrer!”

Fui libertado em Luanda a 28 de Março de 1968, sem qualquer julgamento e quando estava em trânsito para a prisão de Chão-Bom, no Tarrafal, em Cabo Verde. Foi nessa altura, lembro-me bem, que numa cela ao lado da minha se encontrava detido e doente o dr. Mário Soares, vindo do seu desterro em São Tomé e Príncipe. Esperava consulta no Hospital Central de Luanda, com uma brigada de pides à sua volta.

** Funcionário aposentado, depois de 1974 foi presidente da Câmara Municipal do Cacuaco, até à independência de Angola.*

José Pedro Soares 42 anos, director comercial

Preso quando terminava a instrução militar, na serra da Carregueira-Sintra, no dia 1 de Julho de 1971, só retomei a liberdade a 27 de Abril de 1974, do Forte de Peniche, onde me encontrava. Estive preso em regime de isolamento durante 22 meses, três dos quais em célula individual, sem qualquer contacto com outros companheiros presos. Os interrogatórios duraram 820 horas – 33 dias e 33 noites.

Por ser militar quando fui preso, o processo que me foi preparado pela PIDE transitou para o Tribunal Militar, onde fui sujeito a mais um dos célebres julgamentos, sendo condenado, 23 meses depois, a três anos e meio de prisão. Transitei depois para o Forte de Caxias.

O primeiro interrogatório realizou-se na sede da PIDE em Lisboa. Pediram que me identificasse e que respondesse a diversas perguntas. Levaram-me nessa noite para a cadeia de Caxias (cela 13) e no dia seguinte trouxeram-me de novo para Lisboa, para uma sala do 2º ou 3º andar da António Maria Cardoso, onde apenas se encontrava uma mesa pequena e duas cadeiras. Aqui fiquei seis dias e seis noites.

Permaneci de pé durante a maior parte do tempo. Estava permanentemente acompanhado por um pide, que era rendido passadas algumas horas, sendo a sua principal função não me deixar fechar os olhos. Depois de ter dormido uma noite trouxeram-me de novo para Lisboa, onde continuaram os interrogatórios por mais seis dias e seis noites.

Tudo piorou: os espancamentos, as ameaças de morte. Trouxeram fotografias de pessoas que eu conhecia e que diziam estarem presas. “Então, conheces este? E este? E aquele?” “Não conheço, não sei quem

são”, respondi. Esta foi para mim uma situação muito dolorosa, estar a resistir e sentir que alguém falara. Decidi declarar que era membro do PCP, mas que não tinha nada a dizer sobre a actividade política.

Tudo se agravou. Os espancamentos aumentaram. Ao fim do sexto dia regressei à cela de isolamento de Caxias. Do dia 24 a 26 de Julho fui de novo levado para a sala de interrogatório, desta vez no Reduto Sul do Forte de Caxias. Durante estes dois dias e noites fui de novo massacrado para que fizesse declarações. Disseram-me que propusesse condições e que me ajudariam.

No dia 6 de Agosto conduziram-me de novo para a sala de interrogatórios no Reduto Sul do Forte de Caxias, e só saí 21 dias depois. Ao longo deste período só dormi uma noite, ao nono dia, no chão da própria sala. Passei a estar sempre acompanhado por dois pides. Novas modalidades de tortura foram praticadas: forçaram-me a ficar na posição de estátua, com os braços levantados e as pernas juntas, mal os baixava pontapeavam-me as mãos e os braços.

Ao terceiro dia bateram-me com uma fita grossa de cabedal. As chicotadas eram tão violentas que ecoavam na sala. Só pararam quando eu já cambaleava e o sangue escorria da cara e das costas. Parecia que estava todo queimado. Tinha o corpo todo negro.

À quarta-quinta noite, começaram as alucinações. Das manchas do chão surgiam figuras que se moviam e as paredes da sala pareciam-me um grande ecrã. Várias vezes fui com as mãos ao chão e às paredes para tocar as imagens que via. No dia 27 de Agosto, levaram-me para a cela de isolamento individual, onde continuei a ser assistido por um médico e um enfermeiro, tal o estado em que me encontrava. Durante este período foram-me cortadas as visitas com a família. Antes da primeira visita que tive, fui avisado para que não comentasse ou referisse o que se tinha passado. Se não obedecesse, a visita seria imediatamente cortada. Aproveitei para contar tudo e a visita terminou.

Edmundo Pedro 74 anos, empresário

A minha experiência pessoal com a polícia salazarista remonta ao início do ano de 1934 (17 de Janeiro). Tinha acabado de completar 15 anos. Após a minha detenção, fui espancado diversas vezes por vários agentes da então PVDE, em particular por um tal agente Serra – e mantido em rigorosa incomunicabilidade, na esquadra no Calvário, durante 30 dias.

Julgado no então de triste memória Tribunal Militar Especial, fui condenado a um ano de prisão correcional e à perda de “direitos políticos” durante cinco anos.

Novamente detido aos 17 anos, no início de 1936 – depois de ter cumprido a pena a que fora condenado

–, fui terrivelmente espancado pelos agentes Lino e Antero (entre outros) durante várias “sessões” e, depois de passar pelas várias cadeias políticas do regime (Aljube, Forte de Peniche, Forte de Caxias), fui estreir o célebre Campo de Concentração do Tarrafal, onde “aguardei julgamento”, sujeito a trabalho forçado e em regime de rigorosa incomunicabilidade relativamente ao exterior, durante cerca de uma dezena de anos. Ao fim dessa longa espera, regressei a Portugal, onde fui julgado, novamente no Tribunal Militar Especial, e condenado a 22 meses de prisão correcional e à perda dos direitos políticos durante dez anos.

Durante a minha permanência no Tarrafal, farto de aguardar, em vão, julgamento, decidi-me, ao fim de oito anos, por uma tentativa de fuga junto com mais quatro companheiros – entre os quais o meu próprio pai que ali se juntara a mim desde o início. Essa tentativa saldou-se por consequências trágicas, visto que um dos intervenientes da fuga, o meu amigo Nascimento Gomes, não conseguiu sobreviver aos terríveis espancamentos de que fomos alvo depois de recapturados. Estivemos 70 dias na tristemente célebre “frigideira” (o que constituiu o máximo castigo aplicado de uma só vez).

Meu pai foi o preso mártir do Tarrafal. Inúmeras vezes atirado para a “frigideira”, depois de espancado com base nos mais diversos pretextos, acabou por tentar suicidar-se no decurso de um desses castigos, cortando as veias do pulso. Salvou-se no limite, depois de perder muito sangue. De novo encarcerado pela PIDE em 1 de Janeiro de 1962, depois da tentativa falhada de Beja, estive incomunicável cerca de cinco meses nos “curros” do Aljube e durante esse período fui barbaramente espancado durante várias “sessões” de interrogatórios por vários agentes da PIDE, entre os quais se destacou o inspector Abílio Pires. Durante um dos espancamentos, desmaiei várias vezes.

Em Janeiro de 1963 tentei fugir do Tribunal Militar de Santa Clara. Depois de recapturado, fui submetido a um selvático espancamento por inúmeros agentes da PIDE, entre os quais se destacaram os agentes Sardinha e Abílio Pires. Partiram-me o braço direito. O enfermeiro Nuno, ao serviço da prisão de Caxias, proporcionou-me, sem a PIDE saber, um inestimável apoio moral e profissional.

João Pulido Valente 63 anos, médico

Fui preso várias vezes, e a primeira foi apenas por um dia. Depois, fui preso por denúncia, com mais militantes do MUD Juvenil, como o Carlos Costa e o Aboim Inglês, na altura da campanha eleitoral do Norton de Matos. Quando foi a campanha do Humberto Delgado, prenderam-me outra vez por três meses,

mas penso que a ideia deles era retirar de circulação os mais activos, porque o ambiente estava muito efervescente.

Formei-me em Medicina, entretanto, e não me deixaram concorrer aos hospitais civis. Concorri a Santa Maria, entrei com boa classificação e passado pouco tempo fui corrido.

Na altura da traição do Verdial, em 1963, fugi para Argel. Foi nessa altura que o grupo que formou a FAP [Frente de Acção Popular] abandonou o Partido Comunista. Entrei e saí do país algumas vezes e acabei por ser preso em Outubro de 1965. Era de noite, estava muito frio, e puseram-me todo nu numa sala de interrogatórios, cheia de pides. Obrigaram-me a ficar de pé e eu, para não falar, optei por responder sempre a mesma coisa: “Recuso-me a prestar declarações.” Como tenho facilidade em vomitar, resolvi provocar vômitos para ficar cada vez mais debilitado. A minha ideia era destruir-me fisicamente e manter-me lúcido. Ficar sem raciocínio, concentrado na ideia de não falar. Um deles achou que o melhor era dar-me leite e eu pedi um balde: bebi litros de leite e vomitava tudo a seguir.

Fiquei primeiro oito ou dez dias na tortura do sono, depois uns dias de intervalo e outra vez vários dias sem dormir. Fui espancado umas vezes, com pontapés e socos. Cheguei a um tal estado que o médico deles aconselhou-os a retirar-me porque eu estava em risco de vida.

Durante todo o tempo dos interrogatórios, apareceu por lá o pido Óscar Cardoso a fazer de bonzinho, e à noite aparecia também o Sachetti, todo perfumado, vindo do “dancing” ali ao lado, a fazer-me discursos.

Nessa altura já usavam métodos científicos, tortura psicológica, sono, estátua, já não era como no princípio em que eram mais brutamontes e nos davam comidas péssimas. E de resto comigo deviam ter algum cuidado, por ser médico, coisa que não tinham certamente com um camponês. Estive em Caxias e em Peniche e só fui libertado no dia 26 de Abril de 1974.

Sérgio Vilarigues 79 anos, dirigente do PCP

Fui preso há 60 anos em Alcântara, Lisboa, pela PSP, por andar a colar umas tarjetazitas, agitação para a libertação de um jovem comunista preso. Pertencia então à Federação da Juventude Comunista Portuguesa e entrei para o partido em 1935, quando já estava preso em Peniche.

Os polícias começaram a bater-me na esquadra do Calvário. Não acreditava que se vissem estrelas, mas garanto que vi. Entregaram-me à PVDE. Fui julgado em 1934 por um Tribunal Militar Especial, em Santa Clara, e apanhei 23 meses. Cumpri seis anos, primeiro

nos calabouços do Governo Civil, depois no Aljube, em Peniche, em Angra do Heroísmo e no Tarrafal. O advogado de defesa era o José Magalhães Godinho e antes do julgamento disse-nos que o tribunal já nos tinha condenado, sabia as penas de cada um.

Em Peniche, em 1935, mandaram-nos fazer limpezas e eu recusei-me. “Varre!”, “não varro”, veio logo um aparato impressionante de guardas. Fomos parar às casamatas: era uma coisa muito engraçada, com portas baixas, tectos abobadados, lama por todos os lados. Ao fundo era o “ferro de engomar”, um triângulo onde não cabíamos em pé.

A comida era sempre a mesma coisa – sopa de repolho com feijão, e um pixelim seco ao domingo. Fizemos uma greve de fome, começaram a levar-nos bacalhau com batatas para ver se desistíamos.

Havia o calejão, de onde tinham retirado os cavalos por não ter condições e onde havia dúzias de rataznas enormes que metiam medo. O meu maior castigo, ali, foi quando o então comandante capitão Manuel Reis, um homem histérico que depois foi director do Tarrafal, quis que eu lesse as entrelinhas de uma carta que escrevi à minha mãe... Fui dez dias para a poterna: era pior que a frigideira do Tarrafal. Oito metros de profundidade, 22 degraus e só no meio se podia estar de pé. Mesmo no Verão, caía água pelas escadas e não chegava lá luz. Fazíamos as necessidades fisiológicas e ninguém as tirava de lá. Havia também as furnas, uma caleira com um metro de largura, muito comprida, e éramos empurrados lá para dentro à coronhada – cabia sempre mais um, achavam eles.

No dia 25 de Outubro de 1936, chegou o pacote Luanda com presos para o Tarrafal, e nós fomos levados também. Tive sempre muita sorte, só fui uma vez para a frigideira porque me queixei de não haver papel higiénico – arranjam-nos pedaços de jornais e nós colámos uns aos outros e pusemo-nos a ler. Nessa altura já era director o capitão João da Silva, nunca vi bandido como este.

Saí em Julho de 1940 e, como não gostei de estar preso, nunca mais fui apanhado. Estive 32 anos na clandestinidade. Muitas vezes pensei: o que foi mais duro, se a prisão ou a clandestinidade. Creio sinceramente que a segunda é pior.

“Carta do Pai de uma jovem presa”

Excelentíssimo Ministro do Interior
Excelência:

Manuel Rodrigues Monteiro de Azevedo, 48 anos, jornalista (...), vem respeitosamente expor a V. Exa. O seguinte:

Minha filha, Maria Georgina Maia de Azevedo, estudante da Escola de Belas Artes de Lisboa (...) foi detida

no dia 25 de Novembro último [1964], às sete da manhã, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Só hoje, pelo meio dia, me foi autorizado visitá-la em Caxias, apesar de uma incomunicabilidade de mais de doze dias ser inteiramente ilegal, visto que a chamada “incomunicabilidade absoluta”, tal como o preceituado Código do Processo Penal, não pode exceder três dias.

Acontece, porém, muito pior. Quando me foi dado ver a minha filha através de duas redes tive dificuldade em conhecê-la. O seu aspecto era absolutamente cadavérico, não conseguia coordenar ideias e tinha dificuldade em articular as palavras. Além disso, não conseguia manter-se em pé, nem andar sem se apoiar às paredes. Tudo isto mostra claramente que durante doze dias esteve isolada na sede da PIDE, sujeita a um tratamento violento, sujeita à tortura do sono e, por ventura, a outras violências. Tudo isto feito a uma rapariga menor, que nunca havia sido presa e sempre vivera na casa paterna!

Será este o método que a polícia está a utilizar para extorquir confissões que possam justificar a “Nota Oficial” de 4 do corrente sobre as prisões de dezenas de estudantes universitários. Pergunto que valor podem ter depoimentos obtidos deste modo e se é legítimo um país civilizado permitir, em nome seja do que for, a prática de tais violências.

(...) Solicito a V. Exa. providências imediatas, como é de justiça.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1964

Urbano Tavares Rodrigues

Em 1968 conheci o Dr. Leão de Miranda na prisão de Caxias, em cujo hospital ele trabalhava como psiquiatra da PIDE.

Com surpresa minha, tratou-me com humanidade, após os longos e dolorosos interrogatórios a que fui submetido e o isolamento total que se lhe seguiu, encontrando-me eu então muito emagrecido e quase incapaz de dormir.

Mais tarde, após o 25 de Abril, veio a sua mulher a minha casa pedir-me que o ajudasse a sair da prisão, onde agora se encontrava por ter sido médico da PIDE. Assegurou-me então que ao Dr. Leão de Miranda devia eu o facto de os meus interrogatórios não terem prosseguido depois do tratamento, até à minha libertação meses depois.

Consegui reunir várias assinaturas de presos políticos em seu abono, daí resultando a sua libertação pouco depois.

Dos outros, dos que me torturam e quiseram humilhar não vou falar. Nem nomeá-los. De muitos esqueci até já os nomes.

Sobre tudo isso passaram muitos anos, várias décadas. A agressividade, o arrojo, a raiva perante a opressão e a ignomínia, que eram traços marcantes do homem que eu fui nesse período não desapareceram completamente da minha natureza, mas esbateram-se, deram lugar a um estar no mundo mais suave. Se há coisas que não perdoo no mundo de hoje, com a desenfreada exploração capitalista, que por todo o lado deixa destroços e esmaga vidas humanas, o olhar que volto para o passado não será exactamente de perdão, mas é pelo menos de indiferença.

E quando penso que alguns desses homens que foram torcionários e carrascos podem ter-se tornado criaturas diferentes, pesa-me a ideia de ir hoje lembrar nomes e factos que poderiam ir amortalar-lhes uma eventual nova existência.

Presos, clandestinos e exilados a 25 de Abril de 1974

22/04/1994

Presos

António Gervásio, 67 anos, operário agrícola. Estava preso, pela segunda vez, no Forte de Peniche. Membro do PCP desde 1945 e funcionário desde 1952. É membro da comissão política e da comissão executiva nacional deste partido.

António Perez Metello, 44 anos, jornalista. Preso em Abril de 1973, era estudante de Economia no ISCEF. O motivo foi a ligação ao “Guerra Popular”, um jornal clandestino anticolonialista dirigido à população universitária. Esteve em isolamento; foi condenado em Março de 1974 naquele que foi o último processo a ser julgado até ao fim do regime. Cumpria pena em Peniche. Trabalhou na RTP a partir de 1978. Desde há dois anos é editor de Economia da SIC.

Carlos Cardoso Gonçalves. Ex-padre, preso por pertencer à LUAR, foi condenado a quatro anos de cadeia. Libertado apenas a 27 de Abril do Forte de Peniche porque se solidarizou, como todos os outros presos do Pavilhão B, 2º andar, com os que não seriam libertados por serem acusados de “crimes de sangue ou acções violentas”. Hoje é professor e cooperativista, em Coimbra. Tem 50 anos.

Carlos Coutinho, membro do PCP com funções na ARA (o braço armado dos comunistas). Estava preso em Caxias e o seu julgamento começara em Março. Ia a tribunal no próprio dia 25 de Abril. Arriscava-se a uma pena de vinte anos. Jornalista, trabalhou no “Século” e no “Diário”. Hoje está numa rádio local.

Conceição Moita. Participou na vigília da Capela do Rato. Foi presa em 1973 por ter ligações com o PRP (BR). Libertada de Caxias a 26 de Abril. Católica, tem hoje 57 anos e é professora universitária.

Dias Lourenço, 79 anos. Funcionário clandestino do PCP desde 1942, este ex-operário metalúrgico estava em Peniche desde 1962. Somou 17 anos de prisão. Depois, foi deputado, membro da comissão política e director

do “Avante!”. É membro do comité central do PCP.

Francisco Martins Rodrigues. Em Dezembro 1961 participou numa célebre fuga de Peniche com outros dirigentes do PCP, no carro de Salazar (nessa altura, era do secretariado deste partido). Adere às teses maoístas, sai do PCP e funda a Frente de Acção Patritótica (FAP), em 1965. Preso em 1966, estava em Peniche, condenado a 19 anos de prisão. Não o queriam deixar sair no 25 de Abril, alegadamente por ser autor de “crimes de sangue e acções violentas”. Depois do 25 de Abril liderou a criação do PC(R), que promove a UDP. Agora dinamiza uma revista, “Política Operária”.

Hermínio da Palma Inácio. Dirigente da LUAR, protagonizou várias fugas da prisão. A última delas foi em 1967, quando estava a ser julgado, no Porto, por causa do assalto que comandou, um ano antes, a uma dependência do Banco de Portugal, na Figueira da Foz. Volta a ser preso em 1973, encontrando-se detido em Caxias no 25 de Abril. Tem hoje 70 anos.

João Pulido Valente, 63 anos, médico reformado. Foi quadro do PCP, que abandona em 1961 para fundar a FAP. É condenado a 19 anos de cadeia. Depois do 25 de Abril, participa no processo de criação do PC(R) de onde é expulso em 1975, por ter ido visitar Jorge de Brito, que na altura estava detido. Abandonou a actividade política.

José Carlos Almeida. Tinha sido preso quatro dias antes do 25 de Abril, no Porto. Não parara de ser submetido a torturas físicas particularmente violentas. Quando os militares lhe abriram a cela nos calabouços da PIDE do Porto, não acreditava e recusava-se a sair da cela, pensando tratar-se de mais uma manobra psicológica da PIDE.

José Eurico Bernardo Fernandes. Preso em 1973 na fronteira, quando transportava um carregamento de explosivos num carro de portas blindadas, para uma acção das Brigadas Revolucionárias. Condenado a seis anos, mais seis prorrogáveis, alegadamente “por difícil correcção mental”. Libertado no 25 de Abril, tem 60 anos e vive hoje em Paris, onde edita um jornal para emigrantes.

José Lamego. Foi preso em Outubro de 1972, depois de ter conseguido desarmar o PIDE que matou Ribeiro dos Santos e ter sido ferido. Militante do MRPP, preso novamente em 1 de Maio de 1973. Estava em Caxias no 25 de Abril, quando foi libertado. Hoje é membro do secretariado do PS e responsável pelas relações internacionais.

José Vicente Silva Dias. Preso em 1971 por actividades anticolonialistas, ligado ao “Comunista”. Condenado em 1973 a seis anos prorrogáveis, encontrava-se no Hospital Miguel Bombarda e tinha preparado a sua fuga precisamente para o dia 25 de Abril. É técnico dos CTT, tem 45 anos e vive em Coimbra.

Lino de Carvalho, 47 anos. Jornalista do “Diário de Lisboa”, fora preso pela PIDE a 6 de Abril e estava sob prisão no Hospital Miguel Bombarda, em consequência das torturas. Militante do PCP desde 1969. Saiu na manhã do 25 de Abril, por iniciativa própria. Hoje, é deputado do PCP e vice-presidente da Federação de Cooperativas de Produção Agrícola.

D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula. Estava com residência fixa no Cartaxo. No dia 10 de Abril fora expulso da sua diocese e o Governo forçou-o a sair de Moçambique. Hoje, com 70 anos, está de novo em Nampula.

Mário Abrantes. Preso sob a acusação de ter participado em acções militares da ARA, o seu pai chefiava a força militar que o libertou. Depois de Abril passou a funcionário do PCP e actualmente é membro da respectiva direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores.

Nuno Teotónio Pereira. Preso em Novembro de 1973, representava a corrente dos católicos progressistas e participou na vigília da Capela do Rato. Libertado com o 25 de Abril. É um dos mais conhecidos arquitectos portugueses e devem-se-lhe alguns dos projectos mais marcantes dos últimos vinte anos.

Pedro Baptista. Hoje com 46 anos, foi fundador da OCMLP/O Grito do Povo, estava deportado em Angola à data do 25 de Abril. Perseguido desde 1972 pela PIDE, foi preso quando entrava clandestinamente em Portugal, em Abril de 1973. Depois de ter estado preso na PIDE do Porto e em Caxias, foi transferido para uma prisão militar e enviado de avião (algemado) para Angola, onde foi incorporado à força e mantido sob vigilância. Professor de Filosofia, é dirigente da Plataforma de Esquerda e deputado municipal no Porto.

Rui d’Espiney, 52 anos. Foi quadro do PCP, rompeu com este partido com Martins Rodrigues, por defender a luta armada contra o regime e para fundar a FAP. Estava preso desde 1966, em Peniche, condenado a 17 anos de cadeia. Libertado apenas a 27 de Abril, justamente com outros, porque Spínola não queria libertar os presos acusados da prática de “crimes de sangue ou acções violentas”. Depois de ter saído, formou-se em

Sociologia, sendo professor. Criou e dirige uma organização não governamental ligada à educação.

Sebastião Lima Rego. Preso em 1972 por ser dirigente do MRPP. Condenado a quatro anos de cadeia, encontrava-se em Peniche, recusando-se a ser libertado, no dia 25 de Abril, enquanto não fosse dada ordem de libertação a todos os presos que se encontravam no forte. Jurista, quadro do Ministério da Saúde, em Lisboa.

Clandestinos

Acácio Barreiros. Dirigente da organização estudantil CCR(m-l), em Lisboa, passara à clandestinidade meses antes do 25 de Abril, após a prisão de um grupo de estudantes do Instituto Superior Técnico, IST. Depois do 25 de Abril, é o segundo deputado eleito pela UDP, aderindo mais tarde ao PS. É vereador na Câmara de Vila Franca de Xira. Tem 44 anos.

Albano Nunes. Estava na clandestinidade desde 1965. No seguimento da sua actividade associativa, fora expulso da Universidade de Lisboa. É hoje do secretariado do comité central do PCP. Tem 53 anos.

Arnaldo Matos. Dirigente estudantil, foi um dos fundadores da EDE (Esquerda Democrática Estudantil), passou pelo “Tempo e o Modo” na sua fase radical, pela Livrelco (a cooperativa livreira que tentava vender livros proibidos), e foi o secretário-geral do MRPP. Mantém-se fiel ao seu pensamento de então. Exerce advocacia em Lisboa. Tem 50 anos.

Carlos Antunes. Organizara e dirigia o PRP-BR. Antes pertencera ao PCP, para onde entrara com 16 anos. Depois do 25 de Abril, em 1980, foi condenado a 15 anos de prisão num processo em que foi acusado de “autoria moral” de assaltos a bancos e outras acções armadas. Foi libertado após três greves de fome e a intervenção de organizações internacionais, como a Amnistia Internacional. Mais tarde, envolveu-se em actividades ecológicas e alternativas.

Carlos Brito. Era o responsável pela organização de Lisboa, Ribatejo e Oeste do PCP. Foi preso pela primeira vez em 1953, ano em que aderiu ao partido. Em 1955 passou a funcionário clandestino. Integra a comissão política do comité central do PCP; foi presidente do respectivo grupo parlamentar. Tem actualmente 61 anos.

Carlos Costa. Responsável pela organização clandestina do PCP no Norte do país. Membro do PCP desde 1943 e funcionário clandestino a partir de 1951. Entra para o secretariado do comité central em 1961. Teve

cerca de quinze anos de prisão e fugiu de Peniche com Álvaro Cunhal. Actualmente com 66 anos, é membro da comissão central de Controlo e Quadros.

Carlos Gaspar. Filiado no PCP(m-l) antes do 25 de Abril, controlava na clandestinidade em Lisboa a actividade deste partido. Assessor parlamentar do Presidente da República, é investigador no Instituto de Ciências Sociais, ICS. Tem 44 anos.

Fernando Rosas. Dirigente do MRPP, entrou na clandestinidade pouco antes do 25 de Abril. Rompera com o PCP no final dos anos 60, depois de ter sido um dos quadros mais promissores das suas estruturas juvenis. No fim dos anos 70, sai do MRPP, fazendo carreira como investigador universitário. É hoje uma das autoridades em matéria de história do antigo regime. Tem 48 anos.

Helena Medina. Entrou para a clandestinidade em 1972 depois de ter participado activamente no movimento estudantil, nomeadamente na Faculdade de Ciências e Engenharia, no Porto. Actualmente é efectiva do comité central e do executivo da direcção regional de Lisboa do PCP. Tem 43 anos.

Isabel do Carmo. Membro do PCP até 1970, tendo sofrido várias prisões. Funda as Brigadas Revolucionárias em 1971, entrando na clandestinidade dois anos depois. No 25 de Abril, está no Porto e redige o primeiro comunicado do PRP (criado a seguir às BR), na legalidade. Volta a ser presa já em democracia, acusada de “autoria moral” de prática de violência armada. Médica, tem hoje 53 anos.

Jaime Serra. Membro do PCP, tinha 53 anos e estava na clandestinidade desde 1947. Tinha funções superiores na ARA (Acção Revolucionária Armada). Actualmente, integra a comissão central de Controlo e Quadros do comité central do PC. Tem 73 anos.

João Carlos Espada. Na clandestinidade desde 1973. Membro da comissão executiva pela UEC(m-l), manteve-se ainda algum tempo na clandestinidade, depois do 25 de Abril. Rompeu com o marxismo-leninismo. Foi conselheiro político de Mário Soares na Presidência de República, é investigador do ICS e, presentemente, está a doutorar-se na Universidade de Oxford. Tem 39 anos.

José Garibaldi. Passou à clandestinidade sete dias antes do 25 de Abril para escapar à prisão. A PIDE detivera elementos da revista “Seara Nova”, de cujas publicações era o editor. Foi a última vaga de prisões da polícia

política antes da revolução, no dia 18 de Abril. Ligado ao PCP. Tornou-se depois, sucessivamente, administrador da Anop, chefe de redacção da Novosti (agência noticiosa soviética), membro de vários conselhos de informação e da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Tem 53 anos.

José Vitoriano. Entrou para o PCP em 1941 e passou a funcionário deste partido em 1951. Acumulou dezassete anos de prisão até ao 25 de Abril, altura em que estava na clandestinidade. Membro da comissão política do comité central, veio a ser eleito deputado e desempenhou o cargo de vice-presidente da Assembleia da República, de 1976 a 1987. Tem hoje 72 anos.

Manuela Juncal. Era dirigente estudantil, no Porto, quando foi forçada a passar à clandestinidade em 1972. Tal como outros militantes do “Grito do Povo” empenhados na “implantação fabril”, viveu, com falsa identidade, como operária tecedeira da Riopelle, em Guimarães. Pertenceu ao comité central do PC(R). Hoje trabalha, como arquitecta, nos quadros duma autarquia da região centro e não tem filiação política. Tem 44 anos.

Octávio Pato. Na clandestinidade desde 1972, era o único membro do secretariado do PCP que estava em Portugal. Vivia no Porto. Membro da comissão executiva do secretariado do PCP, depois do 25 de Abril, foi deputado e o primeiro candidato do PCP a concorrer a Belém. Tem 69 anos.

Pacheco Pereira. Controlava no Norte do país as actividades do PCP(m-l), estava numa situação de semiclandestinidade desde 1973, ano em que a PIDE lhe assaltou a residência. Continuou na clandestinidade até 1974. Depois do 25 de Abril, concluiu a licenciatura em Filosofia. Em 1987 foi eleito deputado como independente do PSD, a que aderiu posteriormente. É vice-presidente do grupo parlamentar deste partido. Tem 45 anos.

Raimundo Narciso. Tinha 35 anos, pertencia ao PCP, com funções na ARA. A sua fotografia tinha sido divulgada nos jornais e na televisão, com apelos à denúncia; o prémio correspondia ao preço de um Volkswagen. Vivia em Odivelas, na mesma casa que continua a ocupar. Manteve-se funcionário do PCP, partido com o qual rompeu em 1988 e que abandonou em 1990. É dirigente da Plataforma de Esquerda e gestor.

Rui Losa. Dirigente da OCMLP/O Grito do Povo. Estava na clandestinidade desde 1972, tendo trabalhado como operário de cerâmica na zona de Aveiro. Responsável do sector editorial da organização. Arquitecto, 45 anos, é hoje o director do Comissariado para a Re-

cuperação Urbana da Área Ribeira-Barredo no Porto, entidade responsável pela recuperação do centro histórico desta cidade.

Zita Seabra. Funcionária clandestina do PCP desde os 16 anos, controladora da UEC. Depois, foi deputada e da comissão política. Entrou num processo de ruptura com este partido antes do congresso de 1988 e foi expulsa em 3 de Janeiro de 1990. Hoje é presidente do Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual. Tem 44 anos.

Exilados

Adolfo Ayala. Começou a sua actividade no PCP, no final da década de 40. Participou nas campanhas de Norton de Matos e de Humberto Delgado, com quem estabelece uma grande amizade. Em 1961 participa no assalto ao quartel de Beja. Foge para Argel. Vai para Paris, faz amizade com Mário Soares e trabalha num projecto de livraria. É aí que se encontrava há 20 anos. Tem 81 anos.

António Barreto. Estava em Genebra, Suíça. De 1963 a 1968 fora militante do PCP e activista associativo. Regressou logo a seguir ao 25 de Abril. Doutorado em sociologia, veio a ocupar vários cargos de dirigente do PS, foi ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas, e deputado. É investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa. 51 anos.

Bernardino Gomes. Exilado em Bruxelas com estatuto de refugiado das Nações Unidas. Em Portugal, participou em várias actividades oposicionistas. Regressou depois de Abril tendo sido assessor de Soares no Ministério dos Negócios Estrangeiros. É militante do PS, ocupou funções ligadas a organizações de Defesa. Tem 50 anos e é membro da administração da FLAD.

Camilo Mortágua. Estava em Paris, onde integrava uma cooperativa gráfica. Foi condenado à revelia pelo desvio do avião da TAP de Marrocos, pelo assalto ao Santa Maria, pelo assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz; tudo somado, daria uma prisão de 65 anos. Preside actualmente a um projecto de desenvolvimento local em meio rural, o Leader-Alqueva, que abrange 36 freguesias no Alentejo central (Beja e Évora). Tem 60 anos.

Coronel Pedroso Marques. Participou no golpe de Beja em 1961, imediatamente a seguir refugia-se na Embaixada do Brasil, onde pede asilo político e onde fica durante três anos. Foge clandestinamente para Paris e depois para o Brasil, onde se mantém exilado até ao 25 de Abril. Presidente da RTP em 1975 e 1976, assessor

militar do primeiro-ministro Mário Soares, tem hoje 59 anos e é gestor de empresas.

Eduíno de Jesus Gomes “Vilar”. Foi o principal dirigente do PCP(ml), antes da cisão que deu origem à facção “Mendes-Ortigão”. Estava em Paris. Actualmente, presidente da secção do PSD de Benfica e dos corpos gerentes do Sporting.

Emídio Guerreiro. Participa na guerra civil de Espanha, a combater ao lado dos Republicanos, foge para França, onde chega a ser condecorado pelo Governo francês por ter participado na Resistência ao nazismo. Combate ao lado do general Delgado e, mais tarde, é um dos responsáveis da LUAR. Depois do 25 de Abril, adere ao PPD e chegou a ser temporariamente presidente deste partido, em substituição de Sá Carneiro. Tem hoje mais de 80 anos.

Eurico de Figueiredo. Exilado em Genebra, Suíça, era director de um serviço de psiquiatria, o Centro Terapêutico de Dia de Carouge, da Faculdade de Medicina de Genebra. Hoje, é catedrático de Psiquiatria da Universidade do Porto, deputado e porta-voz do PS para a saúde. Soube do 25 de Abril através de um telefonema de um amigo português, às 8h30 da manhã. Tem 55 anos.

Hélder Costa. Exilado em Paris desde 1967, na sequência da vaga de prisões ligadas da FAP, é um dos fundadores do grupo “O Comunista”. Activista de vários grupos de animação cultural, funda em Paris o Teatro Operário. Regressa após a revolução e faz carreira como autor e encenador teatral. Com 52 anos, é um dos fundadores da Barraca.

José Augusto Seabra. O exílio levou-o sucessivamente à União Soviética, Argel (onde integra a Frente Patriótica de Libertação Nacional, liderada pelo general Delgado) e Paris, onde está no 25 de Abril. Milita desde a juventude no MUD Juvenil. É encarcerado no Forte de Peniche e parte para o exílio antes de ser incorporado no Exército. Aderiu ao PPD, fundou o MSD, foi ministro da Educação e embaixador de Portugal na UNESCO e em Nova Deli. Tem 57 anos.

Luís Cília. Exilado em Paris desde Abril de 1964, liga-se ao PCP através do poeta Daniel Filipe. Grava para a Champs du Monde canções de luta sobre a guerra colonial e revela poetas proibidos. Cria o célebre hino “Avante Camarada!” a pedido de Carlos Antunes, que será mais tarde adoptado pelo PCP. Regressa a Portugal depois do 25 de Abril no mesmo avião de Álvaro Cunhal. Anos, mais tarde cinde com os comunistas.

Manuel Alegre. Estava em Paris, depois de um per-

curso de lutas estudantis e de acções no Exército (foi o primeiro oficial a ser preso pela PIDE em Angola, na Fortaleza de S. Paulo). Partiu para Paris em Julho de 1964, integrou a direcção da FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional). Depois do 25 de Abril aderiu ao PS, fez parte dos seus órgãos directivos e tem sido eleito deputado. A sua actividade como poeta, antes e depois de Abril, é conhecida. A sua voz na Rádio Portugal Livre manteve-o sempre presente no país. Tem hoje 58 anos.

Manuel Tito de Morais. Companheiro do general Delgado, exilado em Argel, e em Itália, funda em Genebra a Acção Socialista Portuguesa, com Soares e Ramos da Costa, e mais tarde é um dos fundadores do PS, partido de que vem a ser presidente. Já depois do 25 de Abril é eleito deputado à AR. Tem hoje 84 anos.

Manuel Villaverde Cabral. Exilado em Paris desde 1963, por ligação ao PCP. Em Paris esteve ligado à criação da FAP, da qual se afastou mais tarde. Foi, em 1967, um dos fundadores dos célebres Cadernos de Circunstância. Regressou a Portugal no 25 de Abril. Doutorado em História e sociólogo, é hoje investigador do ICS. Antigo director da Biblioteca Nacional.

Pedro Bacelar de Vasconcelos. Fundador dos Núcleos Sindicais na Faculdade de Direito de Coimbra, estava exilado em Grenoble. Suspenso pelo Senado Universitário, incorporado na tropa em 1972, tornou-se um dos primeiros cadetes a desertar com armas de Mafra. Passou à clandestinidade como operário de lanifícios na Covilhã, onde integrava uma célula da OCMLP. Refugiado em França, regressaria depois de Abril à Covilhã. Hoje, prepara o doutoramento na escola que o expulsou em 1972 e milita no PS em Braga. Tem 42 anos.

Rui Perdigão. Entre 1951 e 1960 foi um dos responsáveis pelo aparelho logístico dos clandestinos do PCP. Em 1960, com a mulher, entra na clandestinidade e vai para Paris, onde participa na saída de Álvaro Cunhal de Portugal um ano depois. Em 1962, com Pedro Soares, cria na Roménia a Rádio Portugal Livre. Na casa da família Perdigão viveu, por exemplo, a filha de Álvaro Cunhal. Em 1968, em protesto contra a invasão de Praga, demite-se da Rádio Portugal Livre. Abandona o PCP e vai para Paris. Só volta a Portugal em 1982. Com 61 anos, é consultor financeiro.

Sérgio Vilarigues. Exilado em Paris desde 1972, era um três dos membros do secretariado do PCP. Saiu de Portugal ao fim de 30 anos de clandestinidade. Dirigente do PCP desde 1943, passou pelo Tarrafal e por várias prisões. Regressou no Verão de 1974. Ficou em Paris a

dirigir a organização no exterior por questão de segurança. Pertence hoje ao comité central e à comissão central de controlo.

Silva Marques. Estava em Paris. Foi funcionário e dirigente do PCP, preso, fugiu da cadeia do Porto com Jorge Araújo. Saiu do partido e exilou-se em França, em 1970, onde foi um dos fundadores do “Comunista”, uma das organizações que veio a dar origem ao PC(R) e à UDP. Regressou em Julho de 1974. Com licenciaturas em direito e sociologia, é gestor industrial, aderiu ao PSD em 1980 e tem sido, desde então, deputado em evidência. 54 anos.

Tino Flores. Mais conhecido pelo nome que o popularizou como “cantor de intervenção”, Celestino Flores estava em Paris em Abril de 1974. Era mecânico de automóveis quando fugiu, como muitos outros, à guerra colonial. Ligado, na capital francesa, ao grupo “O Comunista”, e depois ao “Grito do Povo”, viria a ser dirigente desta organização e do PC(R). Hoje dedica-se à agricultura na sua propriedade de Guimarães, mas não abandonou os amores passados: voltou a editar um disco e regressou ao circuito dos “palcos solidários”. Tem 46 anos.

Vasco de Castro. Estava em Paris, desde 1961 – terá sido o primeiro desertor do exército colonial. Teve militância muito activa na extrema-esquerda e colaborava com regularidade na imprensa francesa. Voltou a Portugal no dia 30 de Abril. Ligou-se à LUAR, até ao 25 de Novembro. É cartoonista e pintor, tem editado livros e colaborado em publicações várias (nomeadamente no PÚBLICO). 58 anos.

Editorial do PÚBLICO sobre a PIDE

Vinte anos depois

Jorge Wemans 22-04-1994

Roubaram-nos, encarceraram-nos, mataram-nos. Silenciaram-nos, isolaram-nos, torturaram-nos. Vigiam-nos, perseguiram-nos, violaram-nos. Que fazer dos que nos calaram à força, violaram os nossos sentimentos, humilharam a nossa dignidade e marcaram os nossos corpos? Que fazer dos que nos destruíram as famílias, quebraram as nossas solidariedades, dos que se infiltraram no que nos era mais querido? Que fazer dos pides?

Esquecer. Esquecer os rostos, os lugares e os factos. Esquecer a brutalidade e o sofrimento padecidos foi a tentação das vítimas directas dos algozes da PIDE. Entre o perdão impossível e a vingança no fundo indesejada, a maioria dos que poderiam testemunhar, acusar, provar preferiu esquecer e nem foi à ex-PIDE buscar a cédula pessoal que a polícia política sobre cada um elaborara. O 25 de Abril inaugurara um futuro possível mais apelativo do que o pesado passado. A urgência desse futuro impunha-se sobre o ajuste de contas do passado.

Esta posição pessoal convergiu com a de uma sociedade que durante tempo de mais se sujeitara ao ditador e à sua pequena corte de seguidores. Décadas a fio, demasiados foram os que passivamente conviveram com o arbítrio, as pequenas condescendências, os miseráveis ganhos pessoais à custa de secretas conivências com o regime. Porque o longo período que vai do fim da I República até ao 25 de Abril não se explica sem o doloroso reconhecimento de que a sociedade portuguesa adormeceu no regaço do ditador, aceitando que subversivos eram os que lutavam contra o regime e não este, mesmo quando chegava notícia das suas brutalidades.

Se é certo que, durante quatro décadas, Salazar e o seu fascismo à portuguesa nunca deixaram de ser combatidos por homens e mulheres indomáveis, a verdade é que – para além dos curtos momentos políticos em que o país ciclicamente afirmou o seu repúdio pela “situação” – foi só a partir de meados dos anos 60 que a base social da luta contra ditadura se alargou num processo imparável. Contudo, a memória da guerra colonial e a aquiescência silenciosa a tantos anos de salazarismo tornaram a sociedade portuguesa demasiado permeável ao esquecimento.

O combate pelo poder político aberto logo após a generosa acção dos capitães de Abril conheceu tempos de crispação que impediram uma concertação sobre

o modo como tratar seriamente o passado. E neste entreacto, os tribunais julgaram (?) quase no silêncio os pides. Já com a má consciência de lhes serem presentes os figurantes de terceiro plano, enquanto lhes fugiam os principais responsáveis por essa tragédia que se impusera ao país durante quase 50 anos, roubando-lhe a liberdade e a criatividade em nome da ordem.

As pessoas, a sociedade, as forças políticas e as instituições da democracia nascente viraram-se para o futuro, esquecendo, por razões diversas, o necessário julgamento do passado. Ter-se-á rido o velho ditador na sua tumba de Santa Comba Dão. Ele que, na sua inteligência seráfica de político das aparências, não deixou escapar um permanente e perpétuo “julgamento” da I República. “Julgamento” de que quis ser o único interveniente no papel de acusador e juiz, silenciando as vozes de contradição.

Hoje, 20 anos depois, não se trata de refazer um julgamento que não teve lugar na altura própria. As revoluções são processos complexos e contraditórios que abrem espaços com desfechos que não estão necessariamente contidos no seu gérmen inicial. Entre todas, a Revolução de Abril é, para nós, a mais querida. E a democracia que a partir dela construímos não se reduz à formalidade do poder delegado, fiscalizado e periodicamente referendado. Não. A democracia radica mais fundo. Radica no respeito inviolável pela dignidade humana, no gosto cívico pelo diferente, na tolerância que não corrói as convicções pessoais ou de grupo. A democracia radica naquilo que a PIDE negava: a dignidade de cada um como homem e mulher, livre e cidadão.

Aos factos, métodos e processos utilizados pela PIDE dedica hoje o PÚBLICO um extenso trabalho em que não é menor o espaço dedicado às suas vítimas mais directas.

Ao respeito pelos princípios que a própria essência da polícia política negava, só o combate pela democracia, entendida como um processo nunca concluído, pode dar resposta capaz. E essa é uma tarefa de que nenhum cidadão se encontra isento.

Os médicos e a PIDE

António Melo 12/04/2004

A recordação deste passado com mais de 40 anos faz-se com uma pesada reserva por parte das vítimas [ver depoimento de Urbano Tavares Rodrigues], que crêem os torcionários mortos e a sua presença erradicada para sempre da sociedade portuguesa.

O papel dos médicos nos interrogatórios da PIDE é, por isso, um caso extremo e como tal deve ser considerado já que, citando o antigo ministro Veiga de Oliveira, se “houve cinco que foram indignos, houve cinco mil que souberam dignificar a sua nobre profissão”.

Sem dúvida, mas o que é preciso explicar é como foi possível nesta sociedade, dita de “brandos costumes”, instalar um regime de poder tão absoluto que tudo era “único”: partido único, religião única, livros escolares únicos, mocidade portuguesa única, pensamento único, vontade única - a submissão total.

Os quatro médicos contrados do quadro da PIDE/DGS - Gama Barata, Carlos Magalhães, Alves do Rio, em Lisboa, e Ulisses Ferreira, no Porto - desempenharam a função de assessores de torcionários, sempre que para isso foram chamados, em menor ou maior grau.

A eles devem juntar-se Carlos Rodolfo Xavier da Silva Veloso, que deixou a medicina para se dedicar de corpo inteiro à nova profissão de inspector da polícia política e director da sua Escola Técnica, em Sete Rios [ver artigo de Isabel Braga, PÚBLICO de 1/4], e, também, um psiquiatra, Carlos Manuel Martins Alcântara, que se em Portugal continental teve uma atitude discreta, com laivos de indisciplinado opositor, se tornou em Angola um eficiente colaborador da PIDE/DGS, nos interrogatórios aos guerrilheiros dos movimentos nacionalistas.

O que deixa perplexo o cidadão do Portugal democrático de hoje é o que poderá ter motivado estes clínicos, que no dizer dos que os conheceram viviam desafogadamente, sem necessitar imperiosamente do vencimento que recebiam da PIDE/DGS - sete contos em 1965, o que corresponde, a preços actuais, a cerca de 1750 €.

Gama Barata tinha consultório na Rua Garrett, em Lisboa, com entrada pela Rua do Sacramento, boa clientela e não se sustentava, claramente, com o que recebia da PIDE.

Ulisses Ferreira dos Santos era bem conhecido no Porto, a tal ponto que no dia 2 de Maio de 1974 um seu

colega, Dr. Estevão Samagaio, achou por bem pôr um anúncio nos jornais para desmentir qualquer confusão de identidade ou de filiação com ele, como constava na cidade invicta. Tal só podia dever-se, acrescentava, ao facto de Ulisses Ferreira Santos “ter parecenças físicas” com ele, e “exercer clínica perto da residência” de Samagaio.

É significativo, por outro lado, que o processo da “medicina traída”, que o psiquiatra Afonso Albuquerque quis organizar, para bem da memória e da saúde pública nacionais, e de que em Julho de 1974, apresentou um “relatório preliminar” tenha ficado arquivado, pelo menos até hoje.

A dignidade de um “não”

12/04/2004

A presença de um médico da PIDE em caso de consultas externas tem uma história que envolve um ortopedista de renome, que deixou escola no antigo Hospital do Ultramar (actual Egas Moniz), Joaquim Paiva Chaves, e um resistente comunista da geração dos anos 40, Rogério de Carvalho, respeitado na cadeia, mesmo pelos guardas, pela seu trato cordial, verdadeiramente franciscano, segundo contam alguns dos que com ele estiveram presos.

Rogério de Carvalho foi preso em Dezembro de 1965 e condenado a uma pena de prisão de 14 anos e seis meses, que cumpria na Fortaleza de Peniche. As condições prisionais eram ali extremamente penosas e Rogério de Carvalho foi-se debilitando. Foi-lhe diagnosticada uma doença óssea, osteoporose, e em 1971, tinha 51 anos, era patente que o seu estado de saúde piorara. As artroses eram consecutivas e face ao agravamento dos seus padecimentos foi-lhe autorizada a consulta de um especialista.

Por isso, Paiva Chaves foi solicitado a prestar-lhe assistência, numa altura em que Rogério de Carvalho se encontrava em observação em Caxias.

Paiva Chaves estava no gabinete clínico quando Rogério de Carvalho chegou, acompanhado de um guarda. De imediato se levantou, cumprimentou o paciente, ajudou-o a sentar-se e foi para o seu lugar. O guarda ficou de pé e Paiva Chaves impassível. O silêncio começou a tornar-se espesso, até que passado o que pareceu uma eternidade de tempo, numa voz serena mas pesada de sentido, Paiva Chaves se dirigiu a Rogério de Carvalho e lhe disse: “Tenho imensa pena, mas vai ter que marcar outra consulta. Há aqui indivíduos estranhos e eu não o posso observar diante de estranhos”.

Participou de imediato a ocorrência, o que teve por consequência a marcação de uma nova consulta, mas igualmente, a partir daí, que um médico da PIDE teria de estar sempre presente nas consultas externas.

Quanto a Rogério de Carvalho, apesar do seu estado de saúde desaconselhar por completo o ambiente húmido do Forte de Peniche, para lá voltou em Janeiro de 1972, como deu conta a circular de 4 de Fevereiro desse ano da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. **A.M.**

De que se fala quando se fala de “medicina traída”

António Melo 12/04/2004

O primeiro objectivo da profissão médica é preservar a saúde salvar a vida”. É a mais recente definição do papel do médico na sociedade, aprovada na Assembleia Médica Mundial de 1983, mas pode dizer-se que é apenas uma reafirmação de princípios conhecidos e praticados pelo menos desde Hipócrates, no século V antes da nossa era.

Para exercer devidamente a sua profissão de sarar os corpos e ganhar tempo à vida, o médico precisa de ser reconhecido, por isso, em todas as épocas ele gozou do estatuto particular de alguém que “pratica o bem sem olhar a quem”.

A partir de Hipócrates definiu-se mesmo um corpo de princípios, ao qual está adstrito o exercício da profissão médica, e que todo o médico, para a exercer, jura por sua honra respeitar e cumprir.

Joaquim Machado Cândido, que em 1994 foi secretário do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos, afirma que ser médico e estar ao serviço de uma polícia política, como era o caso da PIDE/DGS, representa uma “incongruência de termos” e é uma “impossibilidade absoluta”.

Para o demonstrar, diz, bastava o senso da dignidade, mas para cortar cerce às especulações abre o Código Deontológico e lê o artº. 56º., § 2.º: “Sempre que possível, o médico deve impedir ou denunciar à Ordem dos Médicos qualquer acto lesivo da saúde física ou psíquica dos presos, nomeadamente daqueles por cuja saúde é responsável”. Recusa igualmente a argumentação de que durante o fascismo poderia haver outra leitura do Código, sublinhando que a prática da tortura é infelizmente muito corrente na história da Humanidade e, por isso mesmo, o médico está categoricamente proibido de com ela pactuar. “O médico não deve em circunstância alguma praticar, colaborar ou consentir em actos de violência, tortura, ou quaisquer outras actuações cruéis, desumanas ou degradantes, seja qual for o crime cometido ou imputado ao preso ou detido (...) Isto inclui a recusa em ceder instalações, instrumentos ou fármacos e ainda recusa de fornecer os seus conhecimentos científicos para permitir a prática da tortura”, prescreve o artº. 58º.

Dito isto, sublinha que “a tradição da cidadania médica é como qualquer outra: há melhores e piores”. Mas o fundamental é preservar a definição dos princípios. Se pode haver situações em que o médico é um “frei Tomás, faz o que ele diz, não o que ele faz”, o que ficará da sua actuação é o erro, a condenação da atitude ilícita. Ele sabe que “a relação de confiança médico/doente é que é a pedra de toque da medicina” e que se ele a trair “é a sua cultura humanística de médico” que está a negar. “Daí”, conclui, “os maus comportamentos serem escondidos, precisamente para evitar a crítica social”, se bem que tenha havido períodos históricos em que, por razões políticas, essa crítica social, mesmo havendo conhecimento do delito, era abafada.

Reprovação moral

A surpresa que colhe o cidadão de hoje, ao saber que não existe na Ordem dos Médicos qualquer queixa dos torturados, ou participação inter-pares, de infracção ao artº. 58º do Código Deontológico relativa à prática iníqua da medicina, é desfeita em conversa com um médico, Sérgio Carvalhão Duarte, que foi perseguido pelo regime salazarista e várias vezes foi à cadeia ver o sogro, Dias Amado, também ele médico: “A Ordem não teve intervenção porque se tivesse essa veleidade, era a direcção que seria demitida e não o médico da PIDE”.

Maria Purificação Araújo, “a médica dos clandestinos”, como alguns a trataram, salienta que a reprovação era sobretudo moral e fazia-se no interior da classe médica: “Era muito mal visto trabalhar para a PIDE”, mesmo quando o médico invocava constrangimentos financeiros. Recorda casos extremos de ignorância cívica, como o de um colega, que no mais completo desconhecimento do que era o papel da PIDE, apareceu um dia sorridente no serviço do Hospital de Santa Maria, onde era interno, contando que já arranjava emprego, acabara de ser convidado para a PIDE.

Conta a médica que o Prof. Vasconcelos Esteves, chefe do serviço, despejou de imediato um balde de água fria nas expectativas do ingénuo moço ao dizer-lhe: “És livre de escolher, mas se vais para a PIDE, deixas de vir a este serviço”.

O Prof. Francisco Vasconcelos Esteves sorri malicioso do alto dos seus miúdos 94 anos quando se lhe conta este episódio. “Nunca conheci sinceridade política e honestidade nas gentes do regime [fascista]. Só lá estavam por interesse pessoal”, e recorda que nem todos os avisos que fez aos internos para escolherem entre ele ou a PIDE foram tão bem sucedidos como o citado por Purificação Araújo.

“Não é meu prisioneiro, tome a decisão que quiser. Mas também eu estou no meu direito de não querer pessoas que sejam da PIDE no meu serviço”. Era esta a fórmula com que separava as águas. Foi por pensar

assim que deixou esfriar as relações com um irmão mais novo, coronel e “mandão na polícia do Chiado” [comando central da PSP], que lhe gabava as benesses do regime e se prestava a retirar-lhe as multas sempre que fosse caso disso: “É só telefonares”. Preferiu ir pagando as multas e não ter que ficar a dever “favores”, mesmo se eles se faziam dentro da família. Afirmo que a honestidade e a integridade intelectual foram o princípio basilar da sua relação em sociedade: “Se o aluno sabia para um 18, era essa a nota que levava, fosse perseguido político ou de uma família do regime”.

Ajudar sem ver a quem

Maria da Purificação Araújo define-se a si própria como um “compagnon de route” comunista e justifica esta opção pelo facto de, durante o fascismo, “serem eles que realmente faziam oposição ao regime”.

Nos tempos de clandestinidade política do PCP, Purificação Araújo foi a obstetra que respondia, sem incómodo, a qualquer pedido de acompanhar a maternidade que surgisse numa dessas mulheres escondidas atrás de um nome falso para iludir a perseguição da PIDE.

Durante o parto “essas mulheres eram impecáveis. Não eram queixinhas. Era boca fechada e dentes cerrados. Suportavam estoicamente o sofrimento. Eram mulheres extraordinárias”, diz dessas suas pacientes, de que só guardou a memória dos rostos e da esperança invencível.

Para segurança da médica e da grávida, havia um cuidado extremo em a clandestina não revelar o seu nome. Podia acontecer um percalço, uma atitude vingativa do regime e era mais seguro para todos se Purificação Araújo estivesse realmente impossibilitada de citar nomes num interrogatório, porque os ignorava.

“Eram tempos horrorosos, em que se vivia no medo de quando é que chegaria a nossa vez”. Purificação Araújo evoca o caso de um amigo, que ela percebeu que ia ser preso e se sentiu impotente para o evitar:

“O Henrique Espírito Santo [cineasta] tocou-nos uma noite à porta e foi ficando a conversar. De início não achei estranho, porque era habitual ele passar para conversarmos. Só aos poucos me fui dando conta que ele se sentia ali mais seguro do que se regressasse a casa. Foi alongando a conversa até às sete da manhã e só depois descontraíu. Pressentia que a PIDE andava atrás dele e como era por aquela hora que ela irrompia pelas casas dentro, ele queria estar acordado para poder fugir. Infelizmente, quando mais tarde regressou a casa, estava lá uma brigada à espera dele, que o prendeu de imediato”.

Eram situações-limite, em que se o perseguido entrava na clandestinidade ou se exilava, perdia o contacto com os amigos e com a família; se levava uma vida normal, recorrendo a estratégias para iludir a vigilância

policial, apenas conseguia retardar o momento da prisão, pois a PIDE tinha por si o tempo todo.

A dignidade era um risco

Foi quase congénita a recusa de Maria Purificação Araújo do modelo de sociedade que o salazarismo veiculava. Mas a sua personalidade discreta foi dissimulando a firmeza do seu empenhamento cívico.

Não receou tomar partido e alinou muito cedo nas lutas de solidariedade académicas. Recordo que em finais da década de 40, ainda Dias Amado e Celestino da Costa (pai) eram assistentes na Faculdade de Medicina de Lisboa (foram expulsos em Junho de 1947), decorreu uma manifestação de solidariedade para com Salgado Zenha e Ramón la Féria, dirigentes estudantis, que tinham sido detidos.

A Faculdade era ainda no Campo de Santana e a polícia irrompeu escola adentro, batendo e prendendo. Foi um reboleço, com cada um a tentar escapar-se.

Purificação Araújo recorda que alguém teve a ideia de entrar nas salas onde estavam a decorrer aulas e ela entrou por aquela onde leccionava Dias Amado. O professor calou-se um momento, deixou que cada um arranjasse um lugar e de seguida mandou fechar a porta, “para que a polícia não interrompesse o curso”.

Ele e o Prof. Celestino da Costa foram os dois a tomarem esta atitude. Outros docentes recream as represálias e fecharam as salas de aula aos estudantes contestários.

Não há “pides” bons

12/04/2004

O papel de Carlos António de Magalhães na PIDE não é consensual. Se há quem o veja como alguém que intercedeu por um familiar [ver Dias Amado], também há quem o recorde como alguém que o foi ver no decorrer de um interrogatório, para certificar que a sessão de tortura podia continuar.

O caso de José Pedro Soares foi tão extremo que foi objecto de uma interpelação de Sá Carneiro na Assembleia Nacional, em 15 de Janeiro de 1972, onde fazia parte da ala liberal marcelista. Fê-la depois de uma visita à cadeia de Caxias, junto com Correia da Cunha e Pinto Balsemão.

A extrema dureza do tratamento infligido a José Pedro Soares, nos interrogatórios a que foi submetido na sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso e na prisão de Caxias, provocou uma onda de indignação quando foi divulgado em circular da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (3/12/71).

Ainda hoje, tolda-se a vista de José Pedro Soares ao recordar esses momentos. Foi preso no dia 1 de Julho de 1971, no quartel da Serra da Carregueira, onde estava incorporado, acusado de pertencer ao PCP. Nesse dia, limitaram-se a fazer-lhe a ficha antropometria e foi conduzido à cela nº 13 de Caxias, em regime de isolamento. No dia seguinte, foi chamado para um primeiro interrogatório que durou seis dias e seis noites, sem interrupção, com tortura de sono, vigiado por agentes que se revezavam de seis em seis horas, numa permanente pressão psicológica, que passou à fase de ameaças quando o preso, que se recusava a prestar declarações, passou igualmente a recusar alimento.

Os interrogatórios foram suspensos ao fim desses seis dias e José Pedro Soares recolheu à cela, onde o deixaram dormir no sétimo dia.

Voltou de imediato para mais outra sessão de interrogatórios de igual período, sempre em tortura de sono e mantendo a mesma atitude de “membro do PCP” e mais não dizendo. Regressou ao sétimo dia a Caxias onde ficou em isolamento até ao dia 6 de Agosto.

Nesse dia foi conduzido ao Reduto Sul, onde recomeça nova sessão de interrogatórios, que se prolonga até 27 de Agosto - 21 dias ininterruptos. Ouvia sons de disparos secos, que não percebia se eram verdadeiros ou alucinações. Beliscava-se a si próprio para saber se ainda tinha sensações. Já para o fim, atordoado, choca-va contra as paredes e sentia o sangue a escorrer pelo

corpo, sem perceber se era das cabeçadas que dava ou se lhe estavam a bater. Ameaçavam-no com chibatadas e sentia as costas a queimar, mas sem perceber se eram mesmo chicotadas ou uma crise de alucinações.

Completamente zonzo, recusou a alimentação, que à força tentaram meter-lhe pela boca abaixo. Começou a sangrar do nariz e foi então que teve assistência médica. Um clínico, que mais tarde veio a reconhecer como sendo Carlos Magalhães, acompanhado de um enfermeiro, veio observá-lo. Despiram-no, mediram-lhe a tensão arterial, massajaram-no, besuntaram-lhe os hematomas e sararam-lhes as feridas. E saíram, declarando-o pronto para prosseguir os interrogatórios.

Teve esta vista de assistência clínica mais uma vez, sempre com a mesma rotina. Recordar-se que tiveram um efeito secundário mas positivo. Projectou o pensamento na Volta a Portugal em bicicleta, o corpo dorida andava na subida das montanhas e uma só ideia o ocupava: “Aguenta, aguenta que vais conseguir chegar à Serra da Estrela!” Foi condenado em três anos de prisão maior, “por participar em actividades subversivas e desmoralizar a frente da luta contra o terrorismo nas províncias ultramarinas, atentado contra o bom nome do país”. **A. M.**

O inqualificável acto contra Dias Amado

12/04/2004

O Prof. Dias Amado, um dos mais qualificados médicos-analistas portugueses foi afastado compulsivamente da Faculdade de Medicina de Lisboa em Junho de 1947, numa das periódicas purgas que o regime de Salazar costumava fazer nas Universidades para punir os oposicionistas e advertir os recalcitrantes.

Em Novembro de 1963, no regresso de uma viagem ao México, foi detido pela PIDE, acusado de ligação às Juntas de Acção Patriótica, organização da órbita do PCP, acusação que nem a PIDE conseguiu sustentar em tribunal, dada a conhecida proximidade de Dias Amado à Acção Socialista, de que foi um dos fundadores, em 1942.

Foi, provavelmente, uma represália pela sua saída do país e dos contactos tidos numa área da América Latina onde, em 1961, Henrique Galvão sequestrara o paquete Santa Maria. O “Times” noticiou a sua prisão, apresentando-o como grão-mestre da maçonaria, o que veio acirrar a animosidade de Salazar contra ele.

Levado a julgamento em Outubro de 1964, foi absolvido, quase um ano após ter sido detido.

Tinha 62 anos e atravessava uma fase de graves problemas de saúde, de que se andava a tratar com Monteiro Baptista, médico amigo. Não seriam de extrema gravidade, pois viveu até aos 90 anos, mas provocavam-lhe frequentes estados infecciosos.

Foi o que ocorreu durante a permanência dos primeiros seis meses no Aljube. Em Agosto, numa das visitas, queixou-se ao genro, o médico analista Sérgio Carvalhão Duarte, de padecimento de um abcesso, que lhe provocava febre.

Separado por duas redes e um corredor de vigilância, era impossível observá-lo clinicamente, mas o facto dele se queixar alarmou o genro, que de imediato se dirigiu ao guarda, inquirindo: “Quem é o médico daqui?”. Não obteve qualquer resposta, mas ao sair da visita deu conta de um antigo colega que vinha de lá de dentro e atirou-lhe de rompante: “Ês tu o médico disto?”. Que teve resposta imediata: “Não, mas vem aqui atrás.”

O médico responsável era Gama Barata, por sinal uma pessoa bem conhecida da Praia das Maças, onde ambos passavam férias estivais, com consultório em Lisboa.

Por isso, foi com um descontraído “Ó sr. doutor!”

que se lhe dirigiu. A resposta veio agreste: “Não o conheço”, o que deixou atordoado Carvalhão Duarte, que mudou de registo e foi de imediato ao assunto: “Diga-me como está o meu sogro?”. Incomodado e acelerando a passada deixou cair uma graça digna de registo: “Tudo o que lhe posso dizer é que o seu sogro não está em casa.”

Através de um amigo, pôde saber que outro médico da PIDE era Carlos Magalhães, que fazia parte da equipa do Ramón la Féria, no então Sanatório do Lumiar, actualmente Hospital Pulido Valente.

Ramón la Féria duvidou de início que Carlos Magalhães “pudesse trabalhar para a PIDE”, mas logo que o confirmou, pressionou o seu assistente a tratar convenientemente o Prof. Dias Amado, que ainda fora professor de ambos no primeiro ano do curso.

O que este fez, aproveitando, ao que disse, um dia em que estava de serviço e Gama Barata de licença.

A PIDE conseguiu a passividade da população através do medo”

Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Irene Pimentel, prepara um doutoramento sobre a polícia política do antigo regime entre 1945 e 1974. É autora de “História das Organizações Femininas no Estado Novo” (editada pelo Círculo de Leitores e pela Temas & Debates) e de “Fotobiografia do Cardeal Cerejeira” (editada pelo Círculo de Leitores). Em entrevista ao PÚBLICO explica os métodos de funcionamento da PIDE.

Entrevista Isabel Braga 12/04/2004

A PIDE teve alguma polícia como modelo?

O modelo é bastante nacional (risos). A PIDE foi buscar algumas coisas, muito poucas, à polícia fascista italiana, e em parte, um pouco, à Gestapo. Os italianos estiveram cá em 1937/38 para dar pistas sobre como organizar a polícia e a ideia deles era juntar todas as polícias numa só, como na Itália fascista, mas isso nunca aconteceu. A PIDE é a continuação da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), a que um decreto-lei de 1945 deu novas atribuições. Resultou da junção de polícias anteriores, a Polícia Política e Social e a Polícia Internacional. Foi uma polícia interna, que se ocupava da dissidência política, das pessoas que organizadamente lutavam contra o regime, e uma polícia externa, de espionagem e contra-espionagem, de serviços secretos. Tal como o KGB.

A PIDE não ligava aos opositores individuais, só aos elementos de organizações?

Para a PIDE, até aos anos 70, o alvo principal foi o PCP. Perseguiu os indivíduos anti-regime, mas dizia sempre que não prendia ninguém por questões de consciência, havia aquele artigo da Constituição de 1933 que diz que as pessoas têm liberdade de expressão e de consciência. O artigo nunca foi respeitado, os advogados dos presos até o utilizavam muito, só que, para obviar a isso, a PIDE e o regime diziam que as pessoas não estavam presas por questões de natureza política, mas por pertencerem a uma organização de malfeitores. Daí que as siglas “PCP” ou “membros do PCP” aparecessem sempre entre aspas, era uma maneira de a PIDE dizer que aquilo não era nenhum partido. A PIDE tinha uma maneira legalista de tratar com a dissidência política.

Como classifica os poderes que a lei concedia à PIDE?

Eram poderes impensáveis num estado democrático. Fazia a investigação prévia, instruía o processo, prendia, interrogava, elaborava o processo e depois mandava este para o tribunal. A partir de 1945, eram os tribunais

plenários a julgar esses processos, e os juizes desses tribunais aceitavam-nos tal como estes lhe chegavam às mãos.

A PIDE aplicava medidas de segurança aos presos. O que era isso?

Essas medidas começaram a ser aplicadas em 1954. Quando a pena judicial chegava ao fim, a própria PIDE perguntava ao preso se estava disposto a abandonar a sua vida política, se renega o que fez. O PCP inicialmente dizia que não se pode renegar, as pessoas tinham que assumir que eram do partido e a PIDE aproveitava isso, cada funcionário ou dirigente do PCP automaticamente era condenado a pena maior e a medidas de segurança.

As medidas de seguranças só existiam para os presos políticos?

Começaram por existir para os crimes comuns, havia uma norma que permitia que um indivíduo que estivesse sempre a ser preso, ou que desse mostras de sofrer de problemas mentais, permanecesse fechado num hospital psiquiátrico ou numa cadeia, independentemente da pena a que tivesse sido condenado. Mas é a PIDE que transforma as medidas de segurança numa pena que ela própria gere, dentro das suas próprias prisões.

Em que fase da prisão aconteciam as torturas?

A prisão preventiva podia ir até seis meses e era nesse período, em que os presos não podiam ter contacto com os advogados, que a PIDE os torturava. Em 1971, a principal batalha, num congresso de advogados, foi no sentido de estes estarem presentes nos interrogatórios da PIDE, com isso eliminavam qualquer hipótese de tortura. Desde 1970 que os advogados já podiam assistir aos interrogatórios na Polícia Judiciária, que também tratava bastante mal os seus presos. Mas na PIDE não, graças a uma pequena cláusula do Código de Processo Penal, que só permitia essa presença desde que isso não prejudicasse as investigações. Como prejudicava sempre...

Qual a duração média das penas dos presos políticos?

Os grandes dirigentes do PCP apanhavam dez anos, no máximo, mas geralmente as penas eram de dois a quatro anos para funcionários políticos. Só que, com as medidas de segurança, houve quem ficasse vinte anos preso. Álvaro Cunhal teria ficado preso para sempre se não tivesse fugido de Peniche ao fim de nove anos.

O que aconteceu às figuras mais destacadas da PIDE, depois do 25 de Abril?

Só houve um julgamento de agentes da PIDE, e só os mais conhecidos, como o inspector Tinoco, ou a chefe de brigada Madalena das Dores Oliveira, apanharam alguns anos de cadeia, ele seis anos, ela quatro. Houve ainda os julgamentos, por crimes de sangue, dos agentes envolvidos no assassinato de Dias Coelho, ou de Humberto Delgado. Mas não houve verdadeiramente um ajuste de contas e essa necessidade aparentemente diluiu-se, depois do 25 de Novembro.

O regime ditatorial durou tanto tempo graças à PIDE?

A PIDE tinha três mil funcionários. Num país envolvido numa guerra com três frentes, em que a PIDE funcionava também como serviço de informação do Exército, parecem realmente poucos. Isso coloca a questão da eficácia. A ditadura manteve-se durante muitos anos, alguma eficácia a PIDE teve. Sobretudo, conseguiu uma coisa fundamental, a passividade da população, através do medo. Antes do 25 de Abril, havia a ideia de que fazer política já era cometer um crime, era isso que as pessoas sentiam, é impensável hoje em dia. E ser-se perseguido, antes do 25 de Abril, não era só ser preso. Um preso político condenado a pena maior, se fosse da função pública, como o grosso das pessoas em Portugal, naquela época, automaticamente era despedido, e tinha que sair do país para sobreviver, em muitos casos. Outro motivo pelo qual se temia tanto a PIDE era que, para entrar na função pública, era preciso que o Ministério do Interior dissesse se a pessoa era ou não afectada ao regime e essa informação era a PIDE que dava, havia uns impressos para isso. Era impossível escapar e era terrível.

A PIDE estava realmente por todo o lado...

O medo existia, vivíamos como se estivesse, se calhar víamos pides onde eles não estavam, íamos a um café e falávamos baixinho. Nisso a PIDE foi bastante eficaz. Não tinha muitos funcionários, o que tinha era uma enorme rede de informadores, e informadores voluntários. Há quem fale nos carrascos voluntários do Hitler, aqui também havia informadores voluntários, havia também alguns involuntários...

Como era esse recrutamento?

Quando prendiam alguém do PCP, a primeira coisa que a PIDE fazia era tentar aliciá-lo para o fazer passar para

o lado deles. Em todos os interrogatórios, isso é uma constante, diziam ao preso que não fariam constar que ele tinha falado, que lhe davam emprego no Brasil ou nas colónias, dinheiro para a viagem. Normalmente não tinham sucesso e aí é que entrava o processo de coacção, tortura, etc. Mas, em geral, não era a PIDE que recrutava ninguém, no arquivo do antigo Ministério do Interior (que tutelava a polícia política) há cartas e mais cartas de pessoas a oferecer-se à PIDE para informadores e a fazer denúncias, cartas que a PIDE encarava como susceptíveis de serem investigadas ou não. Por vezes achava que não, mesmo. Há imensas cartas até a denunciar presidentes de câmara e pessoas afectas ao regime. Muitas eram enviadas directamente ao Ministério do Interior e muitas são anónimas, e assinadas “Bom nacionalista”. A coisa chegou a pontos de o Ministério do Interior achar que aquilo estava a ser demais.

Quantos informadores tinha a PIDE?

Isso nunca se vai saber verdadeiramente. No arquivo da PIDE, que está na Torre do Tombo, os nomes foram expurgados. Mas eram muitos, havia informadores nas empresas principais, nas universidades, nos ministérios, era uma enorme rede tentacular, é terrível pensar nisso, mas é qualquer coisa que está na nossa história. Não se pode comparar a PIDE com a Gestapo, que era muito mais violenta, mas hoje sabe-se, por estudos, que a Gestapo tinha muito poucos funcionários e uma grande rede de informadores, que muitas vezes não era uma rede formal. Aqui acontecia o mesmo. A PIDE dispunha ainda da malha formada pela União Nacional, o SNI, a censura, os Governos civis, os presidentes de Câmara, a GNR e a PSP. O Ministério do Interior juntava todas estas informações e mandava-as para a PIDE

Que tipo de pessoas se ofereciam para informadores?

Gente de todo o género, professores, operários, mais homens que mulheres, mas também mulheres, normalmente pessoas de poucos recursos, vizinhos a quererem vingar-se, gente movida por invejas profissionais, por questões passionais. O engraçado é que a PIDE rejeita a maior parte, ou porque a pessoa não tem relações com o movimento oposicionista, ou porque não percebe nada de política, o que a PIDE queria era pessoas com ligações a certos meios, ou capazes de entender o que ouviam no café, mas para isso tinha que fazer parte da tertúlia. Todas as tertúlias de café tinham um pide infiltrado, em Lisboa, em Coimbra, no Porto, no Porto há imensos. E não podia ser um analfabeto a fazer esse papel.

A PIDE pagava aos informadores?

Sim, e estes por vezes inventavam coisas só para mostrar serviço, e a PIDE percebia.

Disse que o Ministério do Interior estava preocupado com o grande número de denunciantes, mas isso devia alegrar o regime!??

Não, porque ia contra a ideologia do corporativismo, de uma paz corporativa, em que cada português era um elemento da nação, tudo uma família. De repente, cada português denunciava outro, onde estava a comunidade nacional? Era uma comunidade um bocadinho dividida!! (risos).

A PIDE tinha três mil funcionários. Parecem poucos...

Num país envolvido numa guerra com três frentes, em que a PIDE funcionava também como serviço de informação do exército, parecem realmente poucos.

E qual era o perfil desses agentes? Eram torcionários brutais e incultos, como refere alguma tradição pós-25 de Abril, ou gente bem preparada intelectualmente?

Essa é uma questão muito polémica. A minha opinião é que a PIDE não é um bando de atrasados mentais, como às vezes se diz. Na oposição portuguesa existem dois mitos, aliás contraditórios entre si: um é que a PIDE era uma polícia onnipotente, que estava por todo o lado, para desculpar as derrotas da oposição e as vitórias da PIDE em relação a esta; o outro é que era um bando de gente com pouca cultura, de rústicos. A maior parte dos agentes, evidentemente, tinha a quarta classe, mas havia alguns diferentes, especialmente alguns muito sabedores em relação ao PCP. Havia o caso do célebre inspector Fernando Gouveia, que começa a actuar já nos anos 30, mas nos anos 40 começa a tomar conta de quase tudo o que diz respeito ao PCP. Já mais tarde, a partir dos anos 40, aparece outra figura muito importante, o inspector Pereira de Carvalho, que chegou a director de serviços, já na DGS. Há quem diga que ele até trabalhava com a CIA. Ele quis a certa altura transformar a PIDE numa organização de serviços secretos, mais do que numa polícia interna. Foi a partir de Pereira de Carvalho que a PIDE se tecnocratizou, de certa forma, estava até pensada a computadorização dos ficheiros.

Quem estava nas cúpulas da PIDE?

Normalmente oficiais do Exército, capitães, tenentes, depois começou a haver aquela gente da tarimba, que tinham começado por agente auxiliar, agente de segunda, de primeira, chefe de brigada e inspector.

A PIDE soube do 25 de Abril?

Sim, interceptou telefonemas do MFA, investigou o golpe das Caldas. Mas aí há um grande mistério: porque é que Jaime Neves, no 25 de Abril, se dirigiu para a Legião Portuguesa, que já não era uma organização activa? Salgueiro Maia foi para o Carmo e ninguém foi para a PIDE!! A PIDE não foi um alvo prioritário para o MFA, isso é algo que se soube logo, o jornal "A Luta" afirma-o a 5 de Junho de 1976 e também que Spínola tinha indigitado o inspector Rogério Coelho Dias como o novo director da PIDE a 26 de Abril de 1974. Provavelmente, o plano era que a polícia política iria continuar, expur-

gada de alguns elementos. Também ainda não estava claro se a descolonização ia ser imediata, e a PIDE/DGS era fundamental nas colónias. Há elementos da PIDE que estão presos cá em Portugal e se dirigem à Junta de Salvação Nacional a perguntar como é que os colegas continuam a funcionar lá e eles estão presos cá. O exército continuou a contar com a PIDE nas colónias, a seguir ao 25 de Abril.

Como é que a sociedade portuguesa via os pides?

Não os estimava, nenhum general do regime veria com bons olhos que uma filha sua se casasse com um pide, isso é garantido. As pessoas ligavam os pides às torturas, à pequeníssima traição, corria que eram atrasados mentais. O grosso tinha a quarta classe, como o resto do país, e estava na PIDE não pelo que ganhava, que era muito pouco, mas pelo poder que isso lhe dava.

Torturas selectivas

A PIDE foi variando as torturas que aplicava aos presos. Nos anos 30, era sobretudo a pancada. "Havia o célebre agente Sá Seixas, do Porto, que atirava uma porta contra os presos e dizia 'Arriba, España'", recorda Irene Pimentel. Bater na sola dos pés era outra forma de espancamento utilizada. "Álvaro Cunhal fala nisso como sendo muito doloroso", recorda. Um preso a ser sovado no meio de uma roda de agentes, era, segundo a investigadora, "o procedimento habitual".

Nos anos 40 e 50, a PIDE passou a utilizar como principais torturas a estátua e o sono. "Na tortura do sono, ficava-se sentado numa cadeira, constantemente a ser acordado por agentes, que se revezavam de quatro em quatro horas. A estátua é o mesmo, mas com o preso de pé. Isto era muito eficaz, muitos presos políticos diziam que preferiam levar pancada a fazer estátua, esta tem efeitos psicológicos devastadores, deprime uma pessoa, anula-lhe a vontade, causa alucinações, e ainda por cima tem efeitos prolongados no tempo. A PIDE dizia mesmo aos presos submetidos à estátua: 'Vais ficar com sequelas para toda a vida.' E as sequelas ficavam, sob a forma de enxaquecas, insónias", afirma Irene Pimentel. A certa altura, os presos aprendem a defender-se da estátua: "Atiram-se para o chão, preferiam apanhar pancada à estátua."

A PIDE não torturava toda a gente por igual. "A tortura, forte e feia, era apenas para os operários e os camponeses. Quanto aos intelectuais, só se fossem do PCP. Os agentes da PIDE não entendiam até como é que pessoas da elite iam para o PCP, que era contra as elites", explica a historiadora.

O regime parecia ter abrandado com o marcelismo,

em 1969, mas a PIDE endureceu. “Tudo piorou nos anos 70, começaram os espancamentos à mistura com a tortura do sono e da estátua. Se ao princípio eram só dois, três dias de estátua, passaram a ser dez, doze, quinze dias. Julgo que Veiga de Oliveira foi o recordista dessa tortura. Esteve em estátua quinze dias”, diz Irene Pimentel.

Para a historiadora, este endurecimento deveu-se a dois factores: a guerra colonial e a radicalização da luta anti-regime. “Sentia-se que a guerra estava a ser perdida nas colónias. Ao mesmo tempo, na frente interna, pululavam os grupos e grupelhos de extrema-esquerda. Nos anos 70, com os estudantes cada vez mais politizados, surgem a ARA, a LUAR, as BR (Brigadas Revolucionárias). Isto confundiu bastante a PIDE, que estava habituada a ter no PCP o seu principal adversário de sempre, com quem tinha uma espécie de relação em espelho. Entre a PIDE e o PCP, era taco a taco”.

Irene Pimentel afirma que “o aparelho logístico das BR foi detectado quando prenderam Nuno Teotónio Pereira, um católico progressista, e perceberam que ele tinha armas, e que essas armas eram da LUAR, e foram roubadas pelas BR. Prendem-no e julgam que aquilo é uma organização enorme, quando a ARA, a LUAR, as BR são organizações estanques. Isso confundiu a PIDE”. **I.B.**

Denúncias com consequências pesadas

Algumas denúncias de presos na PIDE tiveram consequências pesadas. Irene Pimentel recorda um caso, de Rolando Verdeal, que dirigia o sector intelectual do PCP, em Lisboa. “Foi um grande mistério, ele tinha sido preso várias vezes, mas, em 1964, denunciou toda a gente e, por causa dele, tudo o que era médico, advogado, arquitecto, economista do PCP, em Lisboa, foi preso a seguir”. Outra história difícil de esquecer foi a entrega à PIDE das listas do MUD, pela comissão central deste movimento de oposição a Salazar, nas eleições de 1945. “Com o fim da guerra e a vitória dos aliados, houve uma certa liberalização, Salazar anunciou eleições tão livres como a livre Inglaterra, e imensa gente filiou-se no MUD. O Ministério do Interior exigiu que a comissão central do MUD de Lisboa entregasse as listas, e estas vão servir durante anos e anos para as pessoas terem cadastro na PIDE...” **I.B.**

Tortura às mulheres começou nos anos 60

“De início, quando prendia uma funcionária do PCP, a PIDE considerava-a como alguém que se limitara a acompanhar o marido, não totalmente responsável pelos seus actos, portanto. Se não fosse casada era considerada responsável de corpo inteiro. Isto era quando a mulher era uma entidade subalterna, do ponto de vista legal. Nos anos 60, a ideia da emancipação das mulheres também chega à PIDE e começaram as torturas às mulheres. As do Couço foram as primeiras”, conta Irene Pimentel.

As crianças eram muitas vezes utilizadas para torturar as mães, lembra a historiadora, que conta o que se passou com a mulher de Octávio Pato, Albina Pato, que passou meses em isolamento, na prisão de Caxias, com dois filhos, um de meses, outro de três anos. “O rancho dos prisioneiros era péssimo, diziam ‘não temos capacidade para crianças’, e chegavam a não dar leite aos filhos dela. Albina Pato passou noites e noites sem dormir com medo que as crianças lhe fossem retiradas, uma ameaça que lhe faziam.”

A historiadora apenas tem conhecimento de um caso de tortura sexual a uma mulher. “É um caso conhecido, foi Conceição Matos, que foi submetida à tortura da estátua, estando menstruada, obrigada a despir-se e a limpar-se com a roupa, diante dos agente. Entre eles estava uma mulher, a célebre agente Madalena, que tinha fama de muito violenta com os presos”.

A agente Madalena, Madalena das Dores Oliveira, entrara na PIDE como telefonista e, no final dos anos 60, ingressara no corpo feminino da polícia política, recém-criado. “A maioria começava como telefonista ou escriturária, depois subia na carreira. Houve algumas chefes de brigada, mas nenhuma chegou a inspectora”, afirma Irene Pimentel. **I.B.**

Relações estreitas com a CIA e os serviços secretos franceses

Enquanto polícia internacional, a PIDE lidava com a emigração e colaborava com as outras polícias. A relação mais estreita manteve-a com os serviços secretos franceses (SDECE). “Com estes as relações eram privilegiadas, fiquei um bocado espantada até com a intensidade dessa colaboração, sendo a França uma democracia, mesmo que fosse musculada. Essa

colaboração teve que ver, primeiro, com o problema da guerra da Argélia e depois com a emigração e o facto de os exilados portugueses estarem em França”, diz Irene Pimentel. A historiadora afirma que “os arquivos da PIDE-DGS estão cheios de relatórios de uma polícia para a outra, versando, sobretudo, questões políticas”. “Há muitos relatórios sobre emigração, mas também sobre aquelas figuras do PCP que estão em Paris e pedidos à PIDE para explicar como é que o PCP funciona, como é que depois a LUAR funciona e outras organizações. Mas aí há um problema: não consigo dizer como é que foram as relações com a Scotland Yard ou o MI5 ou MI6, porque não existem os respectivos ficheiros no arquivo da PIDE/DGS”.

É convicção de Irene Pimentel que esses ficheiros estão na antiga União Soviética. “Ao KGB, o não interessava saber o que se passava internamente, em Portugal, a URSS estava-se nas tintas para isso, mas interessava-lhe saber o que é que os outros serviços secretos sabiam. Seria muito interessante ver esses arquivos e pedir a sua devolução, são arquivos portugueses”, afirma.

Com a CIA, as relações da PIDE também foram estreitas. “Houve até um curso nos Estados Unidos, em 1957, frequentado por 30 elementos da PIDE, agentes, inspectores, até escriturários, que estiveram a aprender tecnologias que não existiam cá, a escutar conversas telefónicas, a aprender técnicas fotográficas, a usar tintas simpáticas, análises químicas, também organização de ficheiros, à maneira das empresas americanas. A CIA escreveu para cá, para o então director da PIDE, Neves Graça, que foi lá, e organizaram o curso. A partir daí estabeleceu-se uma colaboração entre as duas polícias, sobretudo na parte organizativa. Mas foram os franceses que venderam aparelhos para escutas de conversas telefónicas”. **I.B.**

O testemunho da Comissão de Socorro aos Presos Políticos

António Melo 12/04/2004

A Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP) surgiu no último dia do ano de 1969, através de uma declaração enviada a Marcello Caetano, que substituíra o enfermo Salazar na Presidência do Conselho de Ministros e prometera liberalizar o regime. Foi a curta “primavera marcelista”, que se revelou uma via sem saída e se limitou a mudar o nome às moscas. Foi assim que a PIDE passou a designar-se DGS (Direcção-Geral de Segurança), mas conservando a mesma orgânica e os mesmos métodos.

Em todo o caso, aproveitando a vaga de promessas, um grupo de pessoas, onde se destacavam os católicos progressistas, tomou a peito criar um movimento de opinião pública de denúncia dos métodos repressivos da PIDE/DGS e de apoio aos presos que ela torturava.

O arquitecto Nuno Teotónio Pereira, um dos impulsionadores da iniciativa recorda o papel que a CNSPP teve nesse período de expectativas frustradas e de como conseguiu atrair um vasto leque de pessoas de todos os quadrantes políticos.

A CNSPP soube à partida criar uma imagem estética, para isso contribuindo os artistas plásticos que a ela logo aderiram. O logotipo das circulares e o seu design gráfico tiveram a assinatura de Henrique Ruivo. As reuniões iniciais decorreram em casa do advogado Abranches Ferrão e a declaração constitutiva, entregue, como se disse, a 31 de Dezembro de 1969 na Presidência do Conselho de Ministros, ia subscrita por ele, por Manuela Bernardino e por Lindley Cintra.

O subterfúgio utilizado para encontrar uma capa legal de funcionamento foi o artº. 199º do Código Civil, que dizia que “as Comissões [Especiais] constituídas para realizar qualquer plano de socorro ou beneficência, ou promover a execução de obras públicas, monumentos, festivais, exposições, festejos e actos semelhantes, se não o pedirem ou não o obtiverem, ficam sujeitas (...) às disposições subsequentes”. Estas disposições responsabilizavam os promotores “pela conservação de fundos recolhidos e pela sua afectação ao fim anunciado”, o que a CNSPP religiosamente fez ao longo dos seus quatro anos de existência.

Através das circulares que periodicamente foi emi-

tindo, a CNSPP permite traçar um quadro do funcionamento repressivo do regime, incluindo o papel de médicos no acompanhamento de interrogatórios com tortura. Percebe-se, assim, que a existência desta assessoria fazia parte do arsenal de instrumentos a que a PIDE/DGS podia recorrer, para garantir maior eficácia aos seus métodos.

Sob o título “Um caso concreto de tortura”, a CNSPP difundiu a 4 de Fevereiro de 1972 o testemunho de José Lopes Freire, preso “no dia 30 de Junho de 1971, às 7 horas da manhã”, e que começou a ser submetido a interrogatórios com tortura do sono a 20 de Agosto.

Ao fim de cinco dias entrou num ciclo alucinatório e num impulso de raiva afrontou o agente que o estava a interrogar, cuspiu-lhe e socando-o. Obviamente foi espancado brutalmente e ficou estirado no chão, sangrando, diante de uma tomada eléctrica para a qual começou a falar como se fosse um telefone.

O chefe de brigada recebeu um colapso e chamou o “assessor técnico” para estes casos.

O relato é de José Lopes Freire, que não identificou o médico que o foi ver:

“Deixaram-me junto a uma das tomadas de electricidade e então comecei a falar com pessoas amigas, contando-lhes o que me tinham feito. Recordo-me perfeitamente que ouvia as pessoas a responder-me, durou tudo isto até perto do almoço, altura em que o Santos Costa [chefe de brigada] entrou com o inspector e um indivíduo que se disse ser médico, tirou-me a pulsação, viu-me a cara e as costas e o pé direito que estava ligeiramente inchado. Deu-me uma pomada para pôr na cara, nos sítios negros e disse que eu estava bom e que o inchaço do pé não tinha importância; retiraram-se os três e eu fiquei entregue ao pido que me impedia de dormir”.

Os interrogatórios prosseguiram por mais quatro dias e cinco noites.

Depoimento de Urbano Tavares Rodrigues

12/04/2004

Em 1968 conheci o Dr. Leão de Miranda na prisão de Caxias, em cujo hospital ele trabalhava como psiquiatra da PIDE.

Com surpresa minha, tratou-me com humanidade, após os longos e dolorosos interrogatórios a que fui submetido e o isolamento total que se lhe seguiu, encontrando-me eu então muito emagrecido e quase incapaz de dormir.

Mais tarde, após o 25 de Abril, veio a sua mulher a minha casa pedir-me que o ajudasse a sair da prisão, onde agora se encontrava por ter sido médico da PIDE. Assegurou-me então que ao Dr. Leão de Miranda devia eu o facto de os meus interrogatórios não terem prosseguido depois do tratamento, até à minha libertação meses depois.

Consegui reunir várias assinaturas de presos políticos em seu abono, daí resultando a sua libertação pouco depois.

Dos outros, dos que me torturam e quiseram humilhar não vou falar. Nem nomeá-los. De muitos esqueci até já os nomes.

Sobre tudo isso passaram muitos anos, várias décadas. A agressividade, o arrojo, a raiva perante a opressão e a ignomínia, que eram traços marcantes do homem que eu fui nesse período não desapareceram completamente da minha natureza, mas esbateram-se, deram lugar a um estar no mundo mais suave. Se há coisas que não perdoo no mundo de hoje, com a desenfreada exploração capitalista, que por todo o lado deixa destroços e esmaga vidas humanas, o olhar que volto para o passado não será exactamente de perdão, mas é pelo menos de indiferença.

E quando penso que alguns desses homens que foram torcionários e carrascos podem ter-se tornado criaturas diferentes, pesa-me a ideia de ir hoje lembrar nomes e factos que poderiam ir amortalhar-lhes uma eventual nova existência.

A REVOLUÇÃO VISTA DE FORA

A revolução de 1974 surpreendeu chancelarias no Ocidente e no Leste em plena guerra fria. Sete meses depois do golpe contra o governo socialista de Allende, no Chile, em Lisboa os militares eram saudados com o slogan revolucionário chileno: “o povo unido jamais será vencido”. Entre Abril de 1974 e Novembro de 1975, o mundo dividiu-se quanto ao destino da revolução portuguesa. Lisboa era Petrograd de 1917 e Mário Soares o seu Kerensky. Só que, neste remake português, foi Kerensky quem ganhou. Apesar de, em Washington, Henry Kissinger achar que isso era impossível.

As influências estrangeiras durante o PREC português: Kissinger, Brejnev, Brandt, Callaghan e os outros

De Abril de 1974 até Novembro de 1975, Portugal esteve no centro das atenções do mundo inteiro. Primeiro, fora a surpreendente queda da ditadura. Depois, o combate titânico entre duas visões distintas da revolução – a de Soares e a de Cunhal – fazia do nosso país um ponto nevrálgico do confronto Leste-Oeste. Homens poderosos e de boa vontade, como Brandt, Callaghan, Palme ou Schmidt não pouparam esforços para salvar a democracia portuguesa do seu desvio totalitário. Outros, como Kissinger ou Brejnev, olhavam-na como mais um pião no complicado xadrez da estratégia internacional e do jogo de influências entre Washington e Moscovo. Foi também destes homens que dependeu a sorte do pós-25 de Abril.

Teresa de Sousa 23/04/1994

Mas quem é que me vendeu o Carlucci como um tipo duro!” Frank Carlucci, jovem e brilhante diplomata e funcionário do Departamento de Estado norte-americano, acabava de informar o poderoso e irascível Henry Kissinger de que “era melhor cooperar com Lisboa e não se preocupar demasiado com a presença de comunistas no governo”. Tinha chegado a Portugal em Janeiro de 1975, acompanhado por uma “equipa de luxo” escolhida a dedo por Vernon Walters. Fora nomeado por Kissinger por ser considerado um “tough guy”, habituado a lidar com ditaduras latino-americanas e países africanos.

Vinha substituir o embaixador Stuart Nash Scott, um velho professor e empresário, homem cordato, que se deslocava nas ruas da capital portuguesa num táxi antigo que mandara vir expressamente da América. Scott era um embaixador político em fim de carreira e em gozo merecido do sol português. Suficientemente atento, no entanto, para perceber a complexidade dos acontecimentos provocados pelo golpe de Abril de 1974 e enviar mensagens para Washington contrariando a visão distante e derrotista do secretário de Estado. Foi demitido.

Kissinger mantinha-se visceralmente pessimista em relação a Portugal. Considerava o eurocomunismo italiano e espanhol e a “união de esquerda” francesa como sérias ameaças à solidez do mundo ocidental e desconfiava profundamente das “fraquezas” dos parceiros europeus da NATO. “Queria acreditar no pior dos cenários para Portugal” e chegou a inventar a célebre “teoria da vacina” para justificar o seu lavar

de mãos. Se os comunistas tomassem o poder, deslocando Portugal para a esfera de influência soviética, o seu exemplo evitaria provavelmente o contágio das democracias do Sul da Europa. Os líderes do PCI, Enrico Berlinguer, e do PCE, Santiago Carrillo, pensavam a mesma coisa. Daí a sua enorme preocupação...

Em Outubro de 1974, depois de fortes insistências do embaixador português Hall Themido (que Soares decidira imediatamente conservar no seu posto de forma a demonstrar aos americanos que se manteria a fidelidade ao Ocidente), Ford e Kissinger decidem receber o Presidente Costa Gomes e o ministro dos Negócios Estrangeiros português. Inicialmente, Themido apenas consegue “forçá-los” a uma “visita privada”. No último momento, são transferidos do Hilton para Blair House, onde são recebidos os visitantes oficiais da Casa Branca.

“O Kerensky também não”

A história deste encontro é hoje um episódio famoso.

“Em 19 de Outubro, Mário Soares, o ministro dos Negócios Estrangeiros socialista, veio almoçar ao Departamento de Estado para convencer o céptico Kissinger de que os comunistas não conseguiriam tomar totalmente conta do país. Para Kissinger, ele era um desses socialistas idealistas com pensamentos semelhantes aos da Rússia de 1917.”

“Você é um Kerensky”, diz Kissinger a Soares. “Acredito na sua sinceridade, mas você é um ingénuo.”

“Posso garantir-lhe que não quero ser um Ke-

rensky”, riposta Soares.

“O Kerensky também não.”

O que falta contar nesta história, descrita por Walter Isacson na sua biografia de Kissinger, é que Costa Gomes também estava presente na sala de jantar do oitavo andar do Departamento de Estado. De acordo com o embaixador Hall Themido, o secretário de Estado americano também queria saber – nos seus modos meio bruscos, meio doutorais – por que é que o general substituíra António de Spínola em Belém.

“Henry Kissinger tratou-me muito bem, quem ele tratou muito mal foi Mário Soares”, recorda hoje Costa Gomes. “No final do almoço, agarrou-me no braço, chamou-me à parte e disse-me que eu era um oficial da NATO e um matemático e que, se eu precisasse de alguma coisa, era só questão de telefonar-lhe.” Costa Gomes garante que lhe respondeu friamente: “Se eu precisar de alguma coisa, tenho lá o embaixador Carlucci.”

“Eu era um militar muito ligado à NATO, trabalhei no quartel-general de Bruxelas 27 meses, tomei parte em todas as conferências da Aliança entre 57 e 70, fui o único oficial que teve acesso aos planos de defesa da NATO em 54-56 e até assisti, com o general Delgado, a uma explosão nuclear no deserto do Nevada... eles confiavam perfeitamente em mim.” Curiosamente, os soviéticos também pareciam confiar (ver artigo neste destaque).

Nessa altura, a grande preocupação da Aliança Atlântica era que Portugal tivesse acesso ao “planeamento nuclear” e que pudesse canalizar informação para Moscovo. Portugal estava escalado para membro rotativo do NPG a partir de 1 de Julho de 1974. Para enorme alívio da NATO, decidiu passar a sua vez.

Kissinger manteve-se céptico quase até ao fim. “Quando falei com ele, em Maio de 1975, num castelo perto de Bona, num encontro preparado pelo ministro Genscher”, conta Melo Antunes, sucessor de Soares no Palácio das Necessidades, “disse-me logo que era professor de Política Internacional e de Estratégia, em Harvard. Puxou pela cátedra para explicar-me os grandes problemas mundiais e a sua visão catastrofista.” “Apenas as grandes confrontações globais lhe interessavam, não estava preocupado com detalhes...”

A Mário Soares e Costa Gomes, em Washington, dissera: “Quero ser franco convosco... Podia falar do tempo ou de outra coisa qualquer, mas tenho de ser franco. Vocês estão a permitir uma excessiva influência do Partido Comunista no governo...” Tinha descoberto a pólvora.

Saigão, Phnom Penh, Lisboa, Luanda e o SALT

Na verdade, a vida não corria bem para o “dear Henry” nesse ano fatídico de 1975. Em Março, Saigão caía

nas mãos do Vietname do Norte. Em Abril, os Khmer Vermelhos entravam em Phnom Penh, derrotando o regime pró-americano de Lon Nol, no Camboja. No Médio Oriente ninguém se entendia. Na África Austral, “a retirada dos portugueses de Moçambique e de Angola tinha alterado a relação de forças” e os regimes de “supremacia branca” da Rodésia e da África do Sul deixaram de estar protegidos dos movimentos de libertação pela “cintura branca controlada pelo regime português”. Nos Estados Unidos, a estratégia do desanuviamento e da “diplomacia dos pequenos passos”, à qual Kissinger dedicara todo o seu esforço intelectual, começava a ser posta em causa no Congresso e pela opinião pública. A “détente” era acusada de excessivo apaziguamento perante o imperialismo soviético.

Não se pense, todavia, que os Estados Unidos estavam completamente desinteressados ou paralisados. Por um lado, havia Carlucci em Lisboa, (ver artigo neste destaque). Em Langley, na sede da CIA, sucederam-se, entre 1974 e 75, as reuniões do supersecreto “40 Committee”, directamente dependente de Kissinger, que reunia os chefes de todas as agências de informação e cuja função consistia em preparar as chamadas “operações encobertas” em vários pontos do globo. Também em Portugal.

“No Verão de 1975”, diz o investigador americano Tad Szule, “a CIA mantinha contactos intensos com grupos organizados no Norte de Portugal, onde as sedes do Partido Comunista eram queimadas por multidões em fúria.” Não se sabe se a CIA financiava estes grupos, mas “sabe-se que tinha infiltrado algumas organizações conservadoras do Norte, agindo através de elementos da Igreja Católica”.

Cá e lá, no entanto, as opiniões são unânimes: Kissinger nunca chegou a cair na tentação do clássico golpe de extrema-direita para impedir o acesso dos comunistas ao poder, como aconteceu no Chile em 1973. Melo Antunes afirma que “os americanos não apoiavam, por exemplo, o MDLP e o ELP, apesar de lá terem agentes infiltrados”. “Não apostaram, de facto, no golpe de extrema-direita, que podiam ter incentivado antes do ‘Verão quente’ de 75.”

Mais tarde, o Presidente Ford chega a lamentar-se em público de não ter podido exercer uma política mais activa relativamente a Portugal pelo facto de a CIA estar sob forte investigação do Congresso e da Comissão Rockefeller. No entanto, a agência apenas foi submetida a controlo a partir do início de 1974. Só em finais desse ano, na sequência do conhecimento público das manobras de desestabilização da CIA no Chile de Allende, é aprovada a lei que a obriga a informar adequadamente comissões especiais do Congresso sobre as suas operações encobertas.

Há também informação de que a CIA estava ao corrente das intenções de Spínola, antes desse “estranho drama, o primeiro golpe de Estado jamais tentado, enquanto o sol brilhava no zénite do meio-dia” (é desta forma que Dominique Pouchin descreve o 11 de Março no jornal francês “Le Monde”), embora não tenha tido qualquer papel relevante.

Em Maio de 1975, a perspectiva de Ford parecia ser outra, completamente diferente.

Schmidt, Ford, os Açores e a NATO

O chanceler alemão Helmut Schmidt descreve pormenorizadamente o diálogo, a propósito dos problemas da Península Ibérica, que manteve com Ford e com Kissinger no dia 29 de Maio, durante a cimeira da NATO, em Bruxelas.

Helmut Schmidt tentava explicar a ambos que era impossível “formular um juízo definitivo sobre o desenlace” negativo da revolução portuguesa, insistia em que era fundamental apoiar Mário Soares, explicava que a União Soviética não estaria disposta a prestar ajuda económica substancial e prolongada à economia portuguesa, mergulhada no caos. Os americanos, argumentava o chanceler, “podem impedir uma intervenção declarada da União Soviética em Portugal”.

De repente, Ford dispara a pergunta: “Como reagiriam os europeus se os Açores declarassem a sua independência?”

A resposta veio célere: “A Europa ocidental consideraria aceitável uma separação dos Açores se a situação em Lisboa fosse insustentável. Mas não é esse ainda o caso. Neste momento, parecer-nos-ia injustificável.” Pouco tempo depois, Willy Brandt dizia publicamente que a fronteira da Europa ocidental “passava pelos Açores”.

Era a NATO e a base norte-americana nas Lajes o que verdadeiramente preocupava Ford. Em 23 de Maio, num encontro com os correspondentes da Europa ocidental em Washington, o Presidente levantou pela primeira vez a questão da permanência de Portugal na NATO: “Estou preocupado com a influência comunista em Portugal e, consequentemente, com a relação de Portugal com a NATO. Não vejo como poderemos ter um elemento comunista numa organização que foi criada com o propósito de fazer face à ameaça do comunismo no Leste.”

Em Outubro, com o início da defensiva dos comunistas e radicais, o Departamento de Estado torna-se enfim mais confiante. Anuncia um programa de emergência de 85 milhões de dólares e Kissinger define esta ajuda como “um primeiro passo no apoio dos EUA à evolução política em Portugal”. Nessa altura, a sua atenção vira-se definitivamente para Angola.

A missão de pressionar os soviéticos sobre as con-

sequências de um golpe comunista em Portugal parecia ter cabido exclusivamente aos governos da Europa ocidental. Sobretudo àqueles que eram chefiados por dirigentes da Internacional Socialista. Brandt, Schmidt, Callaghan e Palme não poupariam esforços em Moscovo, não poupariam esforços em Bruxelas e não poupariam esforços em Portugal.

“Outubro” depois de “Fevereiro”

De acordo com estimativas da embaixada americana em Lisboa, os soviéticos estavam a canalizar fundos para o PCP “a uma média mensal de dois a três milhões de dólares” (entre 1,1 milhões e 1,65 milhões de contos, em valores actuais). Mas entre Moscovo e Cunhal mantém-se, desde Abril de 1975, uma persistente divergência sobre “a análise da situação concreta” e das suas possibilidades.

Cunhal considera que, cumpridos os objectivos da “revolução democrática e nacional” com o 25 de Abril, começam a estar maduras as “condições objectivas” para a fase seguinte, da “revolução socialista”. Outubro a seguir a Fevereiro e Soares cumprindo as previsões de Kissinger.

Argumenta com as nacionalizações e com a apropriação colectiva da terra para sustentar a sua tese. Acredita piamente que o processo revolucionário em curso fará rapidamente amadurecer as “condições subjectivas”. Só na véspera do 25 de Novembro desistirá da sua ideia.

Influenciados pelas pressões ocidentais relativamente à Cimeira de Helsínquia – destinada a consagrar o processo de desanuviamiento na Europa e, sobretudo, a permitir à URSS acesso mais fácil às tecnologias e aos mercados ocidentais –, impressionados (pelos vistos, muito mais do que Cunhal) com os resultados das eleições para a Constituinte em Lisboa, os dirigentes soviéticos não acreditam que seja possível enveredar desde logo pela segunda fase da revolução ou, como diz Vadim Zagladine, pela “segunda revolução” (ver artigo neste destaque).

“Segundo a nossa embaixada e os nossos analistas, em Portugal não havia condições para semelhante desenvolvimento”, diz hoje Zagladine, na altura primeiro-conselheiro da Secção Internacional do CC do PCUS. Fora enviado a Portugal pouco tempo antes da tentativa de golpe do 25 de Novembro de 1975 para recolher informações no terreno. “Nós estávamos preocupados com o facto de as forças de esquerda se digladiarem nesse período (...) com as discussões entre Álvaro Cunhal e Mário Soares. (...) Compreendíamos que, se a segunda revolução começasse, ninguém sabia como as coisas iriam terminar”.

Pode dizer-se, todavia, que os sinais emitidos por Moscovo não eram muito claros. A tentação de contro-

lar estrategicamente um pequeno pedaço da Europa ocidental era forte e Cunhal era um homem influente no movimento comunista internacional. Editoriais do “Pravda” e do “Komunist” exortavam o PCP a agir “como a vanguarda do proletariado” e a avançar para o poder. Konstantin Zarodov, director da revista “Problemas da Paz e do Socialismo”, acusava os comunistas europeus ocidentais do pecado de terem perdido a sua verdadeira identidade em resultado das alianças que estabeleciam com outros partidos.

Os partidos ocidentais liam estas “teorias” com enorme preocupação, ao ponto de Georges Marchais ter convocado um encontro com os socialistas de Mitterrand para assegurar a sua fidelidade à “união de esquerda”.

A moeda de troca de Helsínquia, Brandt e Callaghan

Nas suas memórias, publicadas alguns anos antes de morrer, Willy Brandt recorda: “Estava inquieto com o que se passava em Portugal. Podia pôr em perigo a evolução espanhola e, inclusivamente, provocar uma crise internacional. Uma reacção da União Soviética não era de excluir, tanto mais que os americanos emitiam sinais mais do que suspeitos.”

Brandt dispõe-se a fazer valer a sua influência em Moscovo. No Verão de 75, “aviso Brejnev contra uma análise errada da situação na Europa do Sul”. “Transmiti-lhe uma mensagem de Mário Soares e fiz-lhe compreender que a URSS punha em perigo as relações Leste-Oeste se imaginava poder tomar o controlo da costa ocidental da Península Ibérica. Consegui, talvez mais facilmente, levar os russos a reflectir do que a libertar o poderoso conselheiro [Kissinger] da sua ideia fixa”. O presidente da Internacional Socialista está disposto a tudo fazer “para que os nossos amigos americanos não confundam social-democracia com comunismo”...

Nesse Verão, à margem da Conferência de Helsínquia, os esforços desesperados da democracia portuguesa e de Soares passam a ser assunto importante de discussão no “entourage” do secretário de Estado americano. Mas Kissinger veio a admitir que, em Helsínquia, a questão portuguesa não foi abordada no encontro entre Ford e Brejnev, embora tenha integrado outros encontros a nível inferior.

James Callaghan, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete trabalhista de Harold Wilson, tem igualmente uma forte intervenção interna e internacional. “Para o plano comunista ter sucesso”, conta ele nas suas memórias, “seria essencial o apoio da União Soviética. Wilson e eu decidimos qual de nós dois deveria levantar a questão durante a visita a Moscovo, em Fevereiro de 1975. Fomos bem recebidos

e não hesitei em falar com o primeiro-ministro Kossiguine, dizendo-lhe da preocupação que sentíamos sobre a situação em Portugal, que este sentimento era partilhado por outros parceiros europeus, e reclamando insistentemente que usasse a sua influência para assegurar o Partido Comunista Português.”

Callaghan explicou calmamente a Kossiguine que sabia que a “détente” era a sua primeira prioridade e que desejava uma cimeira europeia destinada a selar a cooperação Leste-Oeste. “A União Soviética sabia perfeitamente que essa perspectiva gorar-se-ia com um golpe comunista em Portugal contra os desejos do seu povo.”

Os comentários e as reacções do primeiro-ministro soviético levaram o chefe do Foreign Office a concluir que o Kremlin não estava à procura “de uma nova aventura em Portugal e que olhava para o política de ‘détente’ como mais importante que o sucesso do PCP”.

Harold Wilson volta a levantar a questão a Brejnev, quando se encontram a 1 de Agosto, na Cimeira de Helsínquia, para assinar a Acta Final. O velho Presidente soviético respondeu-lhe docemente que “Portugal é um Estado independente”. Comprometia-se, no entanto, a “pensar na situação” e a discuti-la com os seus camaradas do Politburo quando chegasse a Moscovo.

Melo Antunes descreve positivamente o seu encontro com Andrei Gromiko, o eterno chefe da diplomacia soviética. “Expliquei-lhe que tínhamos feito uma revolução democrática, uma verdadeira revolução, porque fora contra o regime fascista.” Nestas circunstâncias, “os comunistas tinham pleno direito a existir como qualquer outro partido”. “Não fazia sentido uma radicalização do PCP em Portugal, nem podia fazer sentido numa perspectiva global dos interesses da URSS e do movimento comunista.”

“Esta linguagem Gromiko percebia”, considera hoje Melo Antunes. “Mas tive menos êxito ao tentar explicar-lhe que a União Soviética não tinha interesse em envolver-se nas antigas colónias portuguesas – Gromiko manteve um silêncio gelado.”

Angola e a interpretação dos estranhos “grunhidos” de Kissinger

«São duas da tarde do dia 2 de Dezembro de 1975. Numa sala do terceiro andar da sede da CIA, em Langley, Virgínia, 11 homens e mulheres esperam ansiosamente, diante de um gigantesco mapa de Angola, a chegada de Edward Mulcahy, o novo conselheiro para África do secretário de Estado Henry Kissinger. O seu antecessor, Nathaniel Davis, fora afastado quando, em Julho, se opusera a uma intervenção directa em Angola para reagir ao desembarque em força dos soldados cubanos e dos conselheiros soviéticos e recomendara “um

esforço para tentar encontrar uma solução pacífica” por meios diplomáticos e políticos.

Os homens do “40 Committee” tinham preparado uma proposta de envio de mais 28 milhões de dólares para a FNLA de Holden Roberto (as anteriores remessas foram igualmente volumosas) e de alguns conselheiros americanos. Esperavam ansiosamente que Mulcahy trouxesse o resposta de Kissinger, na véspera da sua partida com Gerard Ford para uma visita ao Extremo-Oriente.

O conselheiro entra na sala, enche o cachimbo, sorve-o nervosamente, olhando para os seus rostos ansiosos: “Na verdade ele não disse nada.”

“Mas leu o relatório, ao menos?” “Oh, sim, claro!”, responde Mulcahy. “Leu e depois grunhiu qualquer coisa e saiu do gabinete.” “Grunhiu?” “Sim, fez ‘ummmm’”, explicou, imitando ele próprio o som. “Mas foi um ‘ummmm’ positivo ou negativo?” “Foi apenas um ‘ummmm’, sem variações.”

O chefe da CIA, que presidia ao comité, perguntou então: “Devemos prosseguir com a operação?” Mulcahy voltou a sorver nervosamente o cachimbo: “É melhor não... O dr. Kissinger acaba de decidir que não vão americanos para o Sinai...”

Era uma extraordinária forma de dirigir o conflito angolano. Sobretudo para alguém que o considerara, poucos meses antes, como o primeiro grande teste à política de “détente”.

Timor e “a grande desordem sob os céus”

Ford e Kissinger partem no dia seguinte para Pequim, onde Deng Xiao Ping lhes diz enigmaticamente que “reina uma grande desordem debaixo dos céus, mas a situação é excelente”. Deixam a China em direcção a Jacarta. Um dia depois de terem partido da Indonésia, o Governo de Shuarto lança uma poderosa ofensiva contra Timor-Leste, utilizando armamento fornecido pelos Estados Unidos.

O Presidente americano e o seu secretário de Estado tinham sido avisados pela CIA da iminência da invasão e sabiam, naturalmente, que ela violava a lei americana que regia a venda de armas a países terceiros. Mas a Kissinger (tal como para Moscovo e para o Partido Comunista Português) parecia útil a supressão da rebelião da Fretilin pró-chinesa.

Quando regressou a Washington, os seus conselheiros informaram-no de que a invasão de Timor se revelava brutal. Mas a sua maior preocupação concentra-se no facto de o seu “staff” ter levantado oficialmente o assunto da utilização das armas americanas na agressão indonésia. Optou, finalmente, por levar a cabo uma discreta e provisória suspensão do fornecimento de armas a Jacarta.

O destino de Timor estava traçado. A sorte de An-

gola estava decidida. Em Portugal, as forças em confronto preparavam-se para prova final.

Soares, a RAF e uma intervenção anglo-saxónica

Fala-se pouco do apoio britânico a Soares e às forças democráticas portuguesas durante os dois anos em que a democracia voltou a estar em perigo. Brandt, Palme, Schmidt ou mesmo Mitterrand, ainda na oposição e ainda crente nas possibilidades políticas da “união de esquerda”, são quase sempre os únicos heróis da “Europa connosco”.

E, no entanto, James Gallagher escreve no seu livro de memórias, num longo capítulo dedicado a Portugal: “Utilizei todos os meios à disposição do Foreign Office para apoiar a luta pela democracia em Portugal e, em conjunto com Mário Soares e alguns outros, estabelecemos planos contra o cenário negativo da tentativa de golpe comunista. Mas não seria ainda apropriado entrar em detalhes...”

Pouco antes do 25 de Novembro, que porá termo ao desvio totalitário da revolução portuguesa, Mário Soares tinha obtido das representações diplomáticas britânica e norte-americana garantias de apoio efectivo para a eventualidade de o confronto militar degenerar em guerra civil.

Sousa Tavares recorda, em 1987: “Carlucci e o embaixador britânico obrigaram-no a ir para o Norte no 25 de Novembro – se houvesse resistência no Norte da parte portuguesa, o auxílio anglo-saxónico podia ser possível.” O próprio Soares confirma, mais tarde: “Organizei com o James Callaghan e com um oficial da RAF a possibilidade de existirem apoios militares externos muito sérios caso se desencadeasse uma guerra civil em Portugal.” “Em 1975, julguei algumas vezes que a guerra civil era inevitável.”

Era fácil, de facto, chegar a esta conclusão. É mais difícil descortinar as razões pelas quais a guerra civil nunca chegou a eclodir.

Em vésperas do 25 de Novembro, o PCP “para para contar espingardas”, “os para-quedistas não estão garantidos”, conta sobretudo com a Marinha. Cunhal decide que “a correlação de forças já não lhes é favorável”.

Numa reunião que ficará na história ainda por contar do PCP, o “ponto político” é dedicado à análise do exemplo do Sudão, onde recentemente um golpe conduzido pelos comunistas acaba em massacre. Justamente porque estavam reunidas “as condições objectivas, mas não subjectivas”. Vai ser muitíssimo difícil a missão dos enviados do Comité Central que devem comunicar aos militantes, reunidos em casas estrategicamente espalhadas pela capital a aguardar as armas prometidas, que devem limitar-se a “ir para

casa”. Alguns hão-de viajar até Moscovo para ouvir as tranquilizadoras explicações de Ponomarev (que, com Suslov, era o pilar ideológico do PCUS) para acalmar a sua raiva.

No dia 25 de Novembro, Vasco Lourenço desloca-se à sede do Partido Comunista. Provavelmente, para garantir a Cunhal que o PCP poderá continuar na legalidade.

Nota: Para este trabalho foram consultadas as seguintes obras: “Kissinger: A Biography” (Walter Isaacson, 1993, Faber and Faber); “Mémoires”, Willy Brandt (Albin Michel 1990); “Hombres y Poder”, Helmut Schmidt (Plaza & Janes, 1989); “Portugal, A Country Study” (Foreign Area Studies, 1976); “Time and Chance”, James Callaghan (Londres, Collins, 1987); revistas “Foreign Affairs” e “Foreign Policy”; “Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984” (edição organizada por Eduardo de Sousa Ferreira e Walter Opello Jr, Teorema, 1985); “Soares, Uma Biografia” (Nova Cultural, 1988).

A “equipa de luxo” da embaixada americana

23-04-1994

Bernardino Gomes, um homem que, ao lado de Soares, acompanhou de muito perto os acontecimentos portugueses do pós-25 de Abril, garante que a “equipa de luxo” a que tivemos direito na embaixada dos Estados Unidos em Lisboa a partir de Janeiro de 1975 se deve à capacidade do general Vernon Walters.

A sua opinião sobre a equipa e sobre o general é confirmada por numerosa documentação americana.

Walters era nessa altura subdirector da CIA e um homem de confiança de Kissinger. Visitou discretamente Lisboa em Agosto de 1974 e entregou ao Departamento de Estado um relatório bastante pessimista sobre a situação, no qual se apontava o perigo de Portugal cair para o lado dos comunistas, em virtude da radicalização e da esquerdização do MFA. A sua opinião foi confirmada pelo almirante George Anderson, que passou algum tempo em Lisboa como embaixador, durante os anos 60, e fez grande amizade com Salazar.

“Está fora de questão que este jovem de 45 anos [Frank Carlucci] era uma escolha soberba”, testemunha Tad Szule num extenso artigo, publicado na revista “Foreign Policy” em 1976, sobre a revolução portuguesa. Carlucci ganhou os seus galões como chefe do consulado americano no Congo, em 1960, durante a guerra civil. Percorreu, em África, vários países com descolonizações complicadas. Passou três anos na embaixada do Brasil, justamente com Walters, como conselheiro político. Regressou a Washington, serviu no Orçamento e no Departamento de Estado, de onde partiu para Lisboa, considerado por Kissinger um “duro”. Como seu “vice”, trouxe outro diplomata de primeira, Herbert Okun. Ambos falavam português fluentemente.

“Acima de tudo, Carlucci era um homem independente, agindo pela sua própria cabeça, uma raridade no Departamento”, diz Szule.

Depois do 11 de Março, Carlucci continuava confiante em que “nem tudo estava perdido”, facto que irritava profundamente Kissinger. O secretário de Estado defendia de novo a tese de que era preciso “isolar”

Portugal e endurecer as posições dos EUA. Mas o seu embaixador garantia-lhe que Costa Gomes convocaria as eleições constituintes previstas para 25 de Abril. Posteriormente, não mais “largou” os resultados eleitorais (a estrondosa vitória do PS, o bom resultado do PPD e o fraco resultado do PCP e dos seus aliados) para argumentar a favor das suas posições em Washington.

Em Agosto de 1975, quando tudo parecia perdido, Kissinger convoca o “40 Committee” para passar em revista a possibilidade de lançar acções encobertas da CIA, “num derradeiro e desesperado esforço” para parar aquilo que lhe parecia já a maré incontrolada em direcção ao comunismo. Foram aprovados fundos especiais para serem utilizados em Lisboa.

Carlucci contrariava estas disposições. Sentia que ainda havia uma possibilidade. Os seus argumentos eram os seguintes: o PS e as forças democráticas reuniam cada vez mais apoio popular; as Forças Armadas estavam cada vez mais divididas; Soares, Melo Antunes e Otelo tinham tacitamente em comum quererem afastar, a todo o custo, Vasco Gonçalves do governo, embora Costa Gomes ainda hesitasse.

“Carlucci – diz hoje Melo Antunes – reagiu sempre com grande profissionalismo e ‘savoir-faire’, e tanto quanto sei os americanos nunca apoiaram o ELP e o MDLP.” O teórico do MFA relato um episódio a favor da sua tese: “No início de 1976, Carlucci pediu-me uma audiência urgente, disse-me que o seu homem no MDLP o tinha informado de uma tentativa de atentado contra mim. O embaixador disse-me que tinha contactado imediatamente com Kissinger e que ele lhe tinha dado ordens imediatas para impedir que tal acontecesse. Mesmo que tivessem de queimar o agente em questão.”

“A ajuda dos socialistas europeus ao PS foi crucial”

A ajuda, financeira, técnica e humana, dos partidos socialistas europeus e da Internacional Socialista ao PS durante a revolução portuguesa foi fundamental para consolidar o partido e a democracia no país, disse ao PÚBLICO Juliete Sablofski, uma especialista da Universidade de Georgetown, em Washington. Nos tempos do exílio, o líder do PS fez amigos que, mais tarde, estavam no lugar certo na altura certa

Paulo Moura, em Washington 23-04-1994

“Quando os exilados socialistas portugueses regressaram a Lisboa, em Abril de 1974, não tinham sedes, nem uma rede de contactos, nem organização praticamente nenhuma. Mal se podiam chamar um partido”, recorda Juliete Antunes Sablofski, professora da Universidade de Georgetown, em Washington, onde está a concluir uma tese de doutoramento sobre o Partido Socialista português e as suas relações com a Internacional Socialista e a União de Partidos Socialistas da Comunidade Europeia.

Se, num ano, este pequeno grupo desorganizado e desconhecido se transformou no maior partido português, isso deveu-se em boa medida à ajuda dos partidos socialistas europeus, considera a investigadora americana, que é filha de um português e trabalhou como adida cultural na embaixada dos EUA em Lisboa, no final dos anos 70.

“Não é fácil avaliar quais os montantes de ajuda financeira recebida”, disse-nos, “porque, em 1974-75, era ilegal receber dinheiro de partidos estrangeiros. A maior parte foi, portanto, transferida sem quaisquer documentos ou registos”. A partir de 1975 é mais fácil estudar essas transferências de fundos, porque elas começaram a ser feitas através de fundações que o PS criou. Outros fundos foram para Portugal através das federações sindicais europeias, que ajudavam os sindicatos portugueses, com dinheiro e “know how”.

As únicas fontes que permitem ter uma ideia do montante das ajudas são algumas investigações jornalísticas da época. Artigos no “Washington Post” e no “New York Times”, que não foram desmentidos por ninguém, afirmaram que o SPD alemão (o maior benemérito do PS) pagava alguns milhões de dólares por mês aos socialistas portugueses. A revista “Der Spiegel”, por seu lado, noticiou que, entre 1974 e 1979, os partidos alemães deram de 10 a 15 milhões de dólares ao PS e aos outros partidos democráticos. E o Instituto de Estudos de Desenvolvimento de Lisboa concluiu que as fundações e partidos alemães concederam, de 1975 a 1985, 30 milhões de dólares (mais de cinco milhões de contos) aos partidos democráticos portugueses (PS, PSD e CDS, embora a maior parte fosse destinada ao PS).

Só o PCP se pensa que recebeu, na altura, mais dinheiro do estrangeiro do que o PS. “Há informações de que a URSS enviava dois a três milhões de dólares por mês ao PCP. Agora que os arquivos estão a ser abertos, em Moscovo, diz-se que a ajuda terá sido entre 50 e 100 milhões de dólares em 1974 e 1975”. Para além da ajuda directa, ela veio por via de “O Diário”, a ESKA, a Caminho, e outras empresas, através de empresas soviéticas sediadas em Zurique e em Amesterdão.

Um ano para criar um partido

“Na minha investigação, não encontrei indícios nenhuns de que, apesar de todos estes apoios, a Revolução de 25 de Abril tivesse sido induzida do exterior”, disse-nos Juliete Sablofski. “Foi planeada e levada a prática por portugueses, mas foi desde logo bem-vinda nos círculos socialistas europeus”.

Começou então a ajuda mais substancial ao PS. No início, não foi o receio de que os comunistas tomassem o poder que motivou essa ajuda. Nesta fase, tratava-se apenas de ajudar o PS a organizar-se e a implantar-se como partido, para concorrer às eleições que se realizariam um ano depois.

O PS austríaco enviou impressoras, o SPD alemão doou equipamento de reprodução gráfico, outros mandaram equipamento de escritório e dinheiro. Vieram também de vários países voluntários para ensinar aos portugueses como organizar campanhas eleitorais, tempos de antena, estruturação do partido desde as bases.

“A preocupação dos europeus com o Partido Comunista só começou em finais de 1974 e em 1975, com a unicidade sindical, o caso do ‘República’, os governos de Vasco Gonçalves. Foi nessa altura que Willy Brandt lançou o Comité para a Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal (CASDSP)”, que incluía representantes dos partidos alemão, sueco, britânico, belga, austríaco e holandês, e passou a

coordenar toda a ajuda da Internacional Socialista, dos partidos e dos governos socialistas a Portugal.

Rentabilizar a rede de contactos

Da carta de objectivos do Comité fazia parte o de “ajudar o Partido Socialista português a encontrar meios de Portugal resolver os seus problemas económicos”. É a partir daqui, e da formação dos primeiros governos de maioria socialista, em 1976, que se inicia a terceira fase da ajuda dos socialistas europeus a Portugal, geralmente sob a forma de transferências de fundos de governo a governo.

“Nesta fase, é difícil distinguir os apoios dos partidos e dos governos, porque os socialistas estavam no poder em muitos países. Mas foi quando mais dinheiro Portugal recebeu dos socialistas europeus”. Foi também nesta época que os líderes do PS rentabilizaram os contactos que tinham na Internacional Socialista desde os tempos do exílio. Sempre com a coordenação do CASDSP, os líderes socialistas ajudaram Portugal a obter o grande empréstimo do Fundo Monetário Internacional e a negociarem a entrada na Comunidade Europeia.

Dólares, marcos e ecus

Jerónimo Pimentel 23-04-1994

Independentemente das ajudas externas aos partidos políticos, os governos europeus e a Comunidade Europeia manifestaram várias hesitações ao longo de todo o PREC sobre as ajudas financeiras a canalizar rapidamente para Portugal. Avanços e recuos, decisões contraditórias, tudo foi possível durante os meses em que a escalada do PCP, os governos gonçalvistas e a indisciplina militar faziam prever o pior.

Em Abril de 75, a agência seguradora Hermes, detentora do monopólio das garantias de crédito alemãs federais, suspende o seguro sobre as exportações da RFA para Portugal. Em Maio do mesmo ano, o Governo federal põe à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros português uma subvenção de 70 milhões de marcos.

Ainda em Maio e de novo em Junho, a Comunidade, então a nove, hesita em dar apoio a Lisboa, preocupada com o desenvolvimento democrático do país. Em Julho, o Presidente francês, Giscard d'Estaing, veta um empréstimo que a CE se dispunha a conceder, a conselho da Comissão Europeia. Só em Outubro, quando o VI Governo provisório toma posse, a Comunidade desbloqueia cerca de 210 milhões de dólares, e Bruxelas promete a renegociação do acordo comercial e ajuda alimentar para Angola. Seguindo-lhe os passos, o BEI promete mais cerca de 150 milhões de ecus.

Em Novembro de 74, depois da vista de Costa Gomes e de Soares e apesar da má-vontade de Kissinger, é enviada a Lisboa uma equipa de quatro peritos do Departamento de Estado, chefiada por Alan Lukens, para estudar as necessidades económicas “in loco”.

Em Outubro de 1975, os americanos dispõem-se a mudar de atitude. Seguindo a decisão da CEE de conceder a Portugal um empréstimo de 210 milhões de dólares, os EUA anunciam a concessão de um crédito de 85 milhões.

Incluindo os grandes empréstimos concedidos pelo FMI (85 milhões de dólares), pelo Bundesbank (250 milhões) e pelo Banco Nacional Suíço (50 milhões) no início de 1976, quando os cofres do Estado se encontravam à beira de falência, o total deve ter atingido qualquer coisa como mil milhões de dólares.

Invasão espanhola esteve por um fio

A invasão de Portugal pelas Forças Armadas de Franco chegou a ser uma hipótese colocada em Madrid

ao mais alto nível depois de ter sido sugerida pelos Estados Unidos ao Estado-Maior do Generalíssimo, conforme revelou o ex-embaixador de Portugal em Espanha, Fernando Reino. Esta seria a reacção de Madrid ao assalto à sua embaixada em Lisboa em 27 de Setembro de 1975.

Pelas 3h30 daquele dia, a bandeira da Frente Revolucionária Antifascista e Patriota (FRAP) foi hasteada na embaixada de Espanha em Lisboa. Naquela madrugada, cerca de cinco mil pessoas deixaram para trás um rasto de móveis partidos acumulados no passeio frente à embaixada, janelas e portas arrombadas, um Mercedes do corpo diplomático destruído.

Horas antes, o consulado de Espanha na Rua do Salitre, junto ao Parque Mayer, fora assaltado e o seu recheio tinha levado o mesmo caminho que o da embaixada, ardendo no passeio fronteiro ao edifício. Naquela noite, várias organizações de esquerda concentraram os seus militantes junto das representações diplomáticas espanholas em Lisboa, para manifestarem a sua indignação perante a confirmação assinada pelo Generalíssimo Franco da condenação ao garrote de militantes antifascistas espanhóis. José António Garmendia Artola, de 23 anos, e Angel Otaegui Echevarria, de 33 anos, seriam mortos naquela madrugada por alegada implicação na morte de um cabo da Guarda Civil em 3 de Abril daquele ano em San Sebastian.

As autoridades portuguesas não reagiram quando as rádios transmitiam em directo os pormenores dos assaltos daquela noite. Os bombeiros que entretanto chegaram junto do edifício da embaixada foram impedidos de actuar e os elementos da PSP limitavam-se a orientar o trânsito.

Segundo Fernando Reino, após os incidentes em Lisboa, a sugestão americana foi levada a uma reunião do conselho de ministros em Madrid e “havia duas alas, uma que defendia a intervenção e a outra não”. A decisão final coube a Franco, que susteve a invasão querida pelos radicais que se viam entrincheirados entre a França democrática e o Portugal revolucionário. Na decisão, ainda segundo o embaixador Fernando Reino, pesou o facto de caso as tropas espanholas tivessem atravessado a fronteira as relações entre os dois países “estariam envenenadas por muitas gerações”.

A hipótese de vir a registar-se um movimento de tropas do país vizinho era colocada desde as primeiras horas do 25 de Abril. Os militares do MFA temiam que fosse invocada o Pacto Ibérico, assinado por Salazar e Franco, e por isso foram tomadas precauções junto à fronteira entre os dois países.

O telegrama secreto para Álvaro Cunhal

23-04-1994

Extracto do protocolo Np 187 p.6c do Secretariado do CC

Sobre a informação para a direcção do Partido Comunista Português sobre a visita do Presidente de Portugal, F. Costa Gomes, à União Soviética.

Aprovar o texto das instruções ao embaixador soviético em Portugal/adenda/
Secretário do CC

Lisboa Secreto

Adenda ao p.6c do processo Np 187

Urgente

Embaixador Soviético

Encontre-se com o camarada Álvaro Cunhal ou com a pessoa que o substitui e comunique-lhe oralmente a seguinte informação confidencial.

Durante a estadia na União Soviética do Presidente de Portugal, ele foi recebido por L. I. Brejnev. Tiveram também lugar conversações de N. V. Podgorni e A. A. Gromiko com C. Gomes.

Durante o encontro com o Presidente, L. I. Brejnev afirmou que o povo soviético recebeu com satisfação a notícia da revolução em Portugal de 25 de Abril de 1974, assinalando que as transformações democráticas, realizadas no Portugal de hoje, têm, nomeadamente, grande significado internacional. Os comunistas soviéticos compreendem as dificuldades que enfrentou o povo português depois da revolução (...).

O êxito de semelhante reestruturação depende em muito da capacidade e da sabedoria dos dirigentes, neste caso dos portugueses, de unir todas as forças progressistas do país que estão prontas a barrar a ofensiva das forças de direita da reacção (...).

Quando da análise dos problemas internacionais, foi sublinhado por ambas as partes que a Conferência Europeia de Helsínquia é um marco importante na luta pela segurança e ampla cooperação entre os povos. Foi chamada a atenção do Presidente de Portugal para o facto de a União Soviética refutar decididamente as invencionices difundidas no Ocidente sobre o acordo supostamente existente entre a URSS e os EUA de divisão do mundo em duas zonas de influência: o Ocidente

é esfera de influência dos EUA, o Oriente é esfera de influência da União Soviética (...).

Na conversa com o Presidente foram sublinhadas as nossas profundas simpatias pelo Partido Comunista Português, que se manifesta consequentemente em defesa das conquistas revolucionárias em Portugal e apoia o MFA.

O Presidente de Portugal declarou que a União Soviética é para Portugal, que deseja construir o socialismo, uma espécie de farol, o país que dá o exemplo da solução dos problemas políticos, sociais, económicos e outros. Neste sentido, o Presidente disse que ele considera necessário o estudo por Portugal da União Soviética, nomeadamente na área do planeamento. Foi-lhe prometida ajuda da nossa parte.

O Presidente sublinhou particularmente que a única força política organizada em Portugal, no momento da realização da revolução, era o Partido Comunista Português, que, desde o início, apoiou e continua a apoiar o MFA.

Ao mesmo tempo, ele disse que o Partido Socialista Português, que no início da revolução se encontrava no estado embrionário, graças ao trabalho por ele realizado transformou-se agora num partido que tem a maior influência no país. Exercem influência negativa no desenvolvimento das transformações revolucionárias em Portugal “a actividade demasiadamente livre dos órgãos de informação, bem como as acções de grupos insignificantes pela sua constituição de cariz esquerdista, extremista e anarquista, que empolam a tensão social no país”.

O Presidente de Portugal sublinhou a agudeza particular dos problemas económicos de Portugal (...).

A agudização particularmente forte da situação no Norte do país, onde, como assinalou C. Gomes, tiveram lugar manifestações fortes contra o Partido Comunista Português, é explicada, segundo ele, pela não correspondência da táctica do PCP às condições concretas desta região do país.

Ele considera que a formação do sexto governo provisório conduziu à diminuição da tensão no país. O MFA considera o Partido Comunista seu amigo e aliado. Na constituição do novo governo há um representante do Partido Comunista Português.

O MFA aceitou isto, não obstante os inconvenientes que surgem devido a Portugal ser membro da NATO.

Ao falar da política externa de Portugal, o Presidente assinalou nomeadamente que, embora ele não tenha relações diplomáticas com a República Popular da China, mantém contactos com Pequim através das suas embaixadas em Paris e em Washington. Assinalou, ao mesmo tempo, “que os chineses travam o processo de descolonização em África”.

Em geral, segundo a nossa opinião, a visita do pre-

sidente C. Gomes à União Soviética teve importância positiva, contribuiu para o reforço das relações soviético-portuguesas. Os seus resultados poderão ser utilizados nos interesses das conquistas da revolução portuguesa.

Telegrafe sobre a execução. Gosta Gomes comenta

Contactado pelo PÚBLICO para comentar esta descrição da sua visita à URSS, Costa Gomes considera-se “globalmente de acordo”. O ex-Presidente não confirma, todavia, que alguma vez tenha afirmado que “a União Soviética era para Portugal, que queria construir o socialismo, uma espécie de farol”.

“Brejnev passou a maior parte do tempo a contar-me histórias sobre o seu papel na II Guerra, falou muito mais do que eu.” Além disso, o marechal evoca a seu favor as suas fortes ligações à NATO, desde sempre.

Em 18 de Outubro, quando foi recebido por Ford na Sala Oval, Costa Gomes traçou o quadro geral da situação, garantiu que um sistema pluralista acabaria por ser instalado, explicou que a demissão de Spínola não significava, de forma nenhuma, o afastamento do país do Ocidente. Sobretudo, o ex-Presidente queria ajuda económica, sobre a qual no entanto Ford evitou comprometer-se.

“O primeiro contingente cubano entrou em Luanda com o consentimento do Governo português”

Vadim Zagladine ao PÚBLICO

José Milhazes, em Moscovo 23-04-1994

Antigo presidente do Comité para a Segurança e Cooperação Europeia, do Comité de Defesa da Paz e do Centro de Estudos da Civilização Europeia, Vadim Zagladine formou-se em Moscovo, no Instituto de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, onde foi assistente e professor.

Membro do corpo redactorial das revistas “Tempos Novos” e “Problemas da Paz e do Socialismo”, em Praga, ingressa no aparelho do Comité Central do PCUS em 1964 e aí desempenha sucessivamente as funções de conselheiro dos presidentes do Presidium e do Soviete Supremo. É, enfim, na qualidade de assessor de Brejnev que se tornará um dos homens mais influentes do partido em matéria de política externa.

Hoje, Zagladine trabalha na Fundação Gorbachov, em Moscovo, onde se dispôs a falar ao PÚBLICO sobre a participação URSS, e a sua, nos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril. Surpreendido por ainda haver páginas em branco na história portuguesa desse tempo, disponibilizou-se mesmo para as ajudar a preencher.

O 25 de Abril foi uma surpresa total para Moscovo?

Sabíamos da existência de movimentações, mas a revolução foi para nós uma surpresa total. Devo dizer, contudo, que, quando Álvaro Cunhal esteve cá, se não me engano em 1973, falou de que parecia estar a aproximar-se o fim da ditadura. Dentro de um ano, dois anos? Ninguém sabia dizer.

Nos arquivos do PCUS em Moscovo há um docu-

mento datado de 2 de Abril de 1974 em que o Comité Central autoriza a realização de um plenário do CC do PCP na URSS marcado para Setembro desse ano. Isso não é significativo?

Claro que sim.

Falemos do PREC, a que o senhor esteve ligado e que o levou a Portugal.

É verdade que estive em Portugal em 1975.

Confirma que a URSS travou a direcção do PCP no sentido de evitar que fizesse a revolução socialista e levasse à retirada de Portugal da NATO e da zona de influência ocidental?

Penso que se trata de uma concepção muito simplista. Em 1975, havia muitos indícios de que nalguns círculos, nomeadamente militares pró-comunistas, amadurecia a ideia de uma segunda revolução, mas, segundo a nossa embaixada e os nossos analistas, não havia condições para esse desenvolvimento. Nesse período, nós e os nossos camaradas portugueses não tínhamos ideias muito correctas sobre os socialistas. Considerávamo-los como uma espécie de papão. Mas tínhamos a noção de que, se a segunda revolução começasse, ninguém sabia como as coisas iriam terminar.

Não se trata de saber se a União Soviética apoiava ou não. Tratava-se da democracia portuguesa e receávamos que, se essa tentativa se concretizasse, as forças do passado pudessem de novo regressar.

Em Portugal, encontrei-me não só com comunistas, mas com socialistas, sindicalistas, militares, porque a minha tarefa era estudar a situação. As instruções que tinha da direcção soviética, no caso de se levantar a hipótese da segunda revolução, eram de defesa da ideia do desenvolvimento democrático assente na cooperação com todas as forças de esquerda. Foi o que fiz.

No entanto, quero revelar-lhe um segredo. Em Lisboa, tive um encontro informal com um militar, cujo nome não recordo, que me pôs uma questão que, confesso, me deixou assustado: “Poderemos fazer a segunda revolução se a esquadra soviética do Mediterrâneo bloquear o litoral português?”

Não se lembra mesmo do nome desse militar?

Não. Sei que não era um militar de alta patente, mas compreendi que estava ligado à direcção do MFA, e penso que a iniciativa não partiu dele. Respondi-lhe: “Imagina o que isso significa?” Em Lisboa havia uma base da NATO, no Tejo estavam ancorados navios de guerra ocidentais. “Quer que combatamos contra eles? Depois de um confronto desses nada restará da vossa revolução.”

Como acolheu a direcção do PCP as posições soviéticas?

Tive conversas pormenorizadas com Álvaro Cunhal e outros camaradas, que me ouviram com muita atenção. Cunhal fez-me muitas perguntas, a fim de precisar

a nossa posição. É sabido que não aconteceu nada.

Não aconteceu porque houve uma “contra-revolução” em 25 de Novembro, para evitar que os comunistas tomassem o poder.

Os comunistas e os militares não pretendiam desencadear nada. Devem ter discutido o assunto. Sei mesmo que, no fim da minha estada, houve uma reunião e que, depois, durante um jantar, Cunhal ou [Octávio] Pato – já não me recordo exactamente – disse-me: “Transmita a Moscovo as suas observações e opiniões. Pensamos que a posição do vosso CC é muito ponderada e continuaremos a estudar o assunto.”

Passemos à descolonização. Existe a tese de que a URSS estava muito mais interessada nas colónias do que na tomada do poder em Portugal...

Nada sei sobre isso. Só sei que, quando o processo revolucionário começou em Portugal, se levantou o problema da libertação das colónias africanas.

Tratou-se apenas do confronto entre a URSS e os EUA na conquista de zonas de influência em África?

Claro. As coisas mudaram quando as colónias de tornaram independentes – um grupo aproximava-se dos americanos, outro de nós, e aí começaram os confrontos. A propósito, quando é que as tropas cubanas entraram em Angola?

Em Março de 1975.

Entraram com o consentimento do Governo português. Tive acesso a um documento que confirma isso mesmo. A pretexto de defender Angola da invasão sul-africana, o primeiro contingente cubano entrou em Luanda com o consentimento do Governo português.

Contra nós foram organizadas inúmeras provocações

Arnold Kalinin chegou a Portugal e foi informado que se tinha que apresentar a Spínola, em três dias, porque o general ia de férias em Agosto. Kalinin pensou: “revolução avança e o dirigente do país vai de férias”. É uma de muitas histórias que o diplomata guarda da missão em Lisboa.

Por José Milhazes, Moscovo 04-04-2009

Como é que a direcção da URSS receberam a notícia do 25 de Abril em Portugal?

A notícia foi recebida de forma bastante positiva, mas, ao mesmo tempo, com preocupação, pois constatámos que praticamente nada sabíamos sobre Portugal. Foi um acontecimento completamente inesperado, uma surpresa.

Nessa altura, eu era ministro-conselheiro da Embaixada da URSS em Cuba, mas encontrava-me de férias em Moscovo. Começaram a chegar informações sobre a Revolução de Abril, sob a direcção dos capitães. Os exilados dirigentes de esquerda, incluindo Mário Soares e Álvaro Cunhal, regressavam ao país e começaram conversações sobre a formação de um governo provisório.

Porque o escolheram para embaixador da URSS em Portugal?

Nunca falei sobre isso com os meus chefes, mas penso que me escolheram porque eu estive na origem das relações diplomáticas entre a URSS e a Cuba revolucionária em 1960-1974. A revolução cubana foi também uma grande surpresa para Moscovo e eu fui um dos pioneiros no estabelecimento de contactos com Cuba. A situação nesse país também não era nada clara, a informação era muito contraditória, inclusive sobre Fidel e os seus camaradas do Movimento de 26 de Julho. A direcção, parece, considerava que eu era um especialista em processos de transição.

Cheguei a Moscovo em Maio, fui chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS no mês

seguinte e aí fiquei mesmo convencido que realmente nada sabíamos sobre Portugal.

O mais curioso é que, não existindo relações diplomáticas entre os nossos países desde 1918, havia contactos económicos, nomeadamente através do “rei da cortiça”, Américo Amorim. Intelectuais e artistas soviéticos visitavam Portugal, participam em concursos internacionais de música. E isso não obstante o regime político português ser um dos últimos baluartes do fascismo na Europa. Eu comecei a procurar essa gente para tirar informações e todos afirmaram que tinham sido recebidos de forma normal.

O conhecido poeta russo, Evgueni Evtuchenko, que, nas vésperas da Revolução de Abril, esteve em Portugal e aí provocou um grande escândalo ao declarar, na Universidade de Lisboa, poemas revolucionários, disse-nos que quase o detiam, mas a elite intelectual portuguesa não o permitiu.

Além disso, tínhamos algumas informações dos camaradas africanos: angolanos, guineenses e moçambicanos...

E chegavam informações do Partido Comunista Português?

Do PCP vinha pouca informação, sendo que ia para a Secção Internacional do Comité Central do PCUS. Nessa altura, a maioria dos dirigentes comunistas estava fora de Portugal, incluindo Cunhal. Por isso, penso que para eles esses acontecimentos também foram um tanto inesperados.

Quando chegou a Portugal?

Comecei a preparar-me para partir no início de Julho e cheguei a Lisboa, via Paris, no dia 28 desse mês. Isto porque, em Londres, diplomatas soviéticos e portugueses tinham acordado o estabelecimento de relações oficiais ao nível de embaixadores a 9 de Junho de 1974.

Antes da partida, fui encontrar-me com os meus superiores, que colocaram perante mim as tarefas fundamentais: apoiar energeticamente as transformações democráticas em Portugal e levar isso ao conhecimento das autoridades portuguesas; envolver ao máximo Portugal no processo positivo da política mundial, que se iniciava naquela altura e culminou com a Conferência de Helsínquia de 1975; fazer esforços para o estabelecimento de contactos políticos, económicos e culturais entre os nossos países.

Então, não podíamos esperar mais, porque não conhecíamos bem os dirigentes portugueses e como iriam correr as coisas em Portugal, que se desenvolviam de forma rápida e desigual.

Quais as suas primeiras impressões?

Cheguei a Portugal e foi-me comunicado que devia entregar as credenciais três dias depois, porque António Spínola, Presidente de Portugal, ia de férias em

Agosto. Eu pensei: “A revolução avança e o dirigente do país vai de férias?”.

Tive uma longa conversa com Spínola. O chefe do protocolo disse-me que tinha 15 a 20 minutos. Eu retorqui que não iria violar o protocolo, mas acrescentei que tudo iria depender do Presidente.

Conversámos 45 minutos. No fundamental, foi ele quem falou. Pareceu-me que ele estava um tanto nervoso, talvez por ter pouca experiência de “contactos” com os comunistas soviéticos.

Talvez Spínola receasse que o senhor viesse fazer a revolução socialista?

Sim... Mas, depois, começou a expor-me a sua concepção, que se resumia no seguinte: os processos em Portugal visam manter a independência e a originalidade (palavra sublinhada duas vezes por Spínola) do país e que não permitiria qualquer ingerência nos assuntos internos.

Eu respondi-lhe que não tinha como objectivo ingerir-me nos assuntos portugueses. Enumerei-lhe as tarefas de que tinha sido incumbido pela direcção soviética. Spínola disse-me que nos iria dar apoio na realização dessas tarefas.

Despedimo-nos com cortesia e, quando saí, o chefe do protocolo estava pálido, porque o encontro foi a dois e talvez ele receasse que tivesse havido algum escândalo.

Fomos para o Hotel Tivoli, organizámos um pequeno cocktail com vodka russa e caviar.

Demos imediatamente conta que havia um grande interesse pelo nosso país. Tinha de trabalhar vinte horas para receber toda a gente, para responder às perguntas. Eu estava interessado nos contactos. Por isso, encontrava-me com personalidades de todos os quadrantes políticos. De um extremo ao outro. Isso ajudou-me muito a obter informações para Moscovo sobre o estado real das coisas.

Os embaixadores acreditados em Lisboa, nomeadamente dos países ocidentais, ajudaram-me muito. Por estranho que pareça, tive uma conversa muito interessante com o embaixador norte-americano que antecedeu Frank Carlucci. Ele disse-me calmamente que não esperava convulsões que pudessem levar ao derramamento de sangue. “O povo português é expansivo, mas, ao contrário dos espanhóis, é mais ponderado, razoável” - disse-me.

Constatei também que Portugal conhecia muito mal a vida real e política da União Soviética. Por isso, algumas das perguntas que nos eram dirigidas faziam-me levantar os cabelos da cabeça. Por exemplo, a minha esposa chegou de um encontro com esposas de outros embaixadores e de dirigentes portugueses. Uma delas perguntou se era verdade que na Rússia se comiam crianças e as mulheres só davam à luz com

autorização da polícia. Eu acalmei a minha esposa e disse-lhe que era preciso continuar a esclarecer assuntos tão delicados.

Quando começou a inteirar-se da situação em Portugal, não ficou com a impressão de que esse país poderia ser uma nova Cuba?

Não, nunca tive essa impressão. Falando sinceramente, antes de partir de Moscovo, fui recebido por altos dirigentes soviéticos, incluindo Iúri Andropov, que então dirigia o Comité de Segurança do Estado (KGB). Existia a tradição de ele receber os embaixadores antes da partida para importantes postos.

Ele disse-me claramente: “Kalinin, debes compreender que vais para um país da NATO. Por isso, debes avaliar muito bem toda a informação, toda a situação e, principalmente, as nossas possibilidades e passos”. Esta ideia de Andropov ficou-me na cabeça e tentei avaliar tudo com sensatez e não me deixava arrastar por emoções. Quanto aos líderes da esquerda portuguesa, incluindo comunistas, eles, em conversas, expressavam diferentes pontos de vista, até muito radicais, mas a direcção do PCP tinha uma posição muito ponderada. Revelo-lhe um pormenor importante: o próprio Álvaro Cunhal, que naquela altura era ministro sem pasta, raramente se encontrava comigo e com outros embaixadores de países socialistas para não dar azo a conversas de que os países socialistas pretendiam a um papel especial nos acontecimentos em Portugal. O dirigente comunista só veio a Moscovo com a autorização de Costa Gomes, apenas no fim de 1974, na delegação havia representantes dos militares.

A situação era tal que devíamos ser muito equilibrados e que qualquer exagero, desvio, podia ter consequências indesejáveis para um acontecimento de importância mundial que decorria naquele período: a Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, que terminou em Helsínquia com a reunião dos dirigentes dos Estados e Governos europeus (30 Julho e 1 Agosto de 1975).

A propósito, em Portugal havia pessoas que se manifestavam contra a participação do vosso país nesse processo. Alguns círculos quase faziam falhar a visita de Costa Gomes a Helsínquia. Eu tive, por incumbência de Moscovo, de fazer grandes esforços, encontrei-me várias vezes com Costa Gomes, com vários membros do governo e militares para os convencer a não abandonar esse processo.

Pode dizer de que forças se tratavam?

Ainda não chegou a hora de citar nomes, mas posso dizer que não eram apenas os portugueses...

No Verão quente de 1975 havia pressão do PCP e de outras forças de esquerda sobre o senhor para enveredar por acções mais decididas?

Não, chegavam alguns sinais desses vindos de alguns

militares, mas de patentes baixas. A maior parte do Movimento das Forças Armadas, a começar por Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Alves, tinha uma posição muito equilibrada. Nunca ouvi declarações extremistas da parte deles.

Em Portugal, tínhamos de ter muito cuidado, porque contra nós foram organizadas numerosas provocações. Começaram desde o primeiro mês que chegamos. No Tivoli, onde nos instalámos, descobrimos que, por cima de nós, no telhado, havia um quarto de escutas.

De quem?

De uma embaixada e de determinados círculos de direita próximos dela. Certo dia, chegaram militares e correram, com grande barulho, esse centro.

Depois, foram organizadas provocações contra alguns funcionários da nossa embaixada, contra os mais activos, os que estavam na linha da frente dos contactos, incluindo o nosso ministro-conselheiro. O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal acabou por exigir a sua saída do país.

Nós não podíamos responder com a mesma moeda, porque havia apenas três funcionários na embaixada portuguesa em Moscovo. Se os expulsássemos, teriam de fechar a delegação diplomática.

Certa vez, queriam-me também expulsar de Portugal. Veio a Portugal uma delegação dos sindicatos agrícolas soviéticos, que tinham estabelecido contactos com cooperativas do Alentejo. Trouxeram maquinaria agrícola para oferecer. Isso provocou alguma irritação, não só na extrema-direita, mas também no Partido Socialista!

Mas porquê?

Foram empreendidos passos para fazer gorar iniciativa soviética. De súbito, recebemos a informação na embaixada de que se a nossa delegação fosse ao Alentejo, seria alvo de um atentado terrorista.

Em que ano foi isso?

Em 1975. Digo sinceramente que propus aos sindicalistas que desistissem da viagem ao Alentejo e entregassem a maquinaria em Lisboa, mas eles eram teimosos e foram. Eu não tive outra saída de que ir com eles, porque devia defendê-los.

Quando lá cheguei, encontrei um grande comício com muitas bandeiras vermelhas! Tinha de ter muito cuidado. Tentaram-me empurrar para a tribuna a fim de discursar, mas eu disse que o melhor era ficar no meio do público a assistir.

Depois de regressar a Lisboa, Mário Soares chamou-me e disse-me que eu tinha cometido um grave erro ao participar “numa iniciativa do PCP”.

Eu respondi-lhe que, primeiro, não se tratara de uma iniciativa comunista, mas dos sindicatos. Além disso, disse-lhe que devia defender os nossos cidadãos.

Ele retorquiu que isso tinha sido recebido de forma dolorosa e que alguns insistiam em que eu fosse declarado “persona non grata”.

O senhor tinha relações tensas com Mário Soares ou ele estaria a ser alvo de pressões?

Estava a ser pressionado, e não só por forças internas, mas externas. O sr. Carlucci já se encontrava em Lisboa.

Como eram as suas relações com Carlucci? Não havia concorrência entre vocês?

Por um lado, trabalhávamos no mesmo campo, naquela altura, como já disse antes, desenvolvia-se o Processo de Helsínquia e nós tínhamos contactos intensos com os americanos a fim de superar os conflitos no mundo.

Estabeleci com Carlucci relações razoáveis, contactávamos frequentemente, trocávamos impressões em todos os encontros, o que provocava grande indignação em alguns jornalistas. A fotografia aparecia no dia seguinte nos jornais, principalmente em “O Diabo”, de Vera Lagoa.

Ao mesmo tempo, eu tinha ideias claras sobre o trabalho de Carlucci e ele certamente pensava saber o que eu fazia. Não posso dizer que era um grande amigo dele, mas, do ponto de vista protocolar, mantínhamos contactos normais. Por exemplo, uma vez, ele chegou a trazer-me a mim e à minha esposa até à Embaixada soviética, porque o meu motorista tinha ficado preso num engarrafamento de trânsito. E andou a lançar o boato de que tinha sido “o mais caro motorista em Lisboa”.

O senhor tinha a sensação que em Portugal tinha também lugar a luta universal por zonas de influência?

Não obstante o Processo de Helsínquia, nós sabíamos que estávamos com os EUA de lados diferentes da barricada. Isso era inevitável. Não posso dizer que tivesse acabado a guerra fria. O problema era outro. Na época, tal como posteriormente, a União Soviética sublinhava a manutenção de relações construtivas com Portugal, principalmente políticas e económicas. Por exemplo, eu assinei pessoalmente o primeiro contrato de compra de calçado português. Sei que isso violava, em certas medidas as normas diplomáticas, mas eu quis apresentar isso como um símbolo das nossas relações. Depois, assinámos contratos de fornecimento de vinhos, cortiça, pasta de tomate, construção naval em Viana do Castelo, petróleo russo...

Essa era uma das formas de financiamento do Partido Comunista Português?

Tratava-se de contratos puramente comerciais. Havia empresas por detrás das quais estava o PCP, isso era um facto. Para nós, eram apenas contratos comerciais.

Tem algum fundamento a tese que diz que Portugal continuou membro da NATO, porque os americanos cederam as ex-colónias portuguesas em África à União Soviética?

Não tem fundamento. O processo de libertação das ex - colónias inglesas, francesas, portuguesas começou antes e, como é sabido, nós prestávamos apoio aos movimentos de libertação. O 25 de Abril acelerou esse processo nas colónias portuguesas, os soldados e oficiais lusos estavam cansados da guerra, queriam o seu fim.

Não houve nenhuma divisão com os americanos, mas claro que havia troca de impressões com eles sobre a situação em Portugal e em África. Mas isso era feito a outro nível, em Nova Iorque, Washington, Moscovo. Eu não me metia nisso. Mais, quando se colocou a questão do estabelecimento de relações oficiais entre a URSS e Angola, depois dos acordos de Alvor, um dos vice-ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS teve a ideia de me nomear também embaixador em Luanda, mas Andrei Gromiko [dirigente da diplomacia soviética] disse: “Não, não vamos envolver Kalinin nisso, ele está em Portugal, vamos enviar outra pessoa, directamente de Moscovo”.

Foi a sensatez de Cunhal que me ajudou a não cometer erros’

Kalinine elogia o ex-secretário-geral do PCP, mas diz que Mário Soares era “emocional” e “permitia-se dizer uma coisa hoje” e “outra amanhã”.

Quais os momentos mais difíceis que passou em Portugal?

Os primeiros tempos depois da chegada a Portugal, pois não conhecia o vosso país. Tinha de ter cuidado para não cair em provocações. Houve momentos difíceis em 1975, quando alguns círculos portugueses começaram a falar da necessidade de instalar uma “mão forte” no poder. Falava-se de nomes concretos. Isso provocou grande preocupação em Moscovo.

Tinha sempre tempo de contactar Moscovo numa situação tão confusa?

Sim, tinha tempo. Quando se tratava de questões de princípio, consultava sempre Moscovo. As coisas eram muito complexas e eu não podia colocar o meu país em situações delicadas. Tinha canais de informação

e consultei sempre. Nas questões menores, resolvi-as eu, pois o estatuto de embaixador o permitia.

Quais os momentos mais agradáveis?

Aconselhei-me, por mais de uma vez, com a minha esposa e posso dizer que o mais agradável foi conhecer o povo português. Recordo com saudades os meus contactos com intelectuais portugueses. Tal como na Revolução de Outubro de 1917, a maior parte da intelectualidade pôs-se do lado da revolução portuguesa. Recordo José Saramago, que ainda não era um clássico da literatura, Lopes Graça, Mário Castrim, Carlos do Carmo, Mário Neves. O socialista António Arnaut ajudou-me muito nos meus contactos. Fiquei com boa impressão de Jorge Sampaio.

Tenho recordações muito boas de encontros com médicos portugueses, pessoas com grande poder de análise. Os médicos são grandes psicólogos e os seus prognósticos, frequentemente, realizavam-se.

Não posso deixar de recordar encontros com militares. Por exemplo, Firmino Miguel, homem de direita, foi abordado como um dos candidatos a “mão de ferro”. Mas ele não tinha receio de contactar com o embaixador soviético.

Tenho muito respeito por Vasco Gonçalves, um homem muito honesto, de princípios, um patriota.

Claro que não posso deixar de citar as paisagens, a cozinha, os vinhos. E o inesquecível fado...

Qual a sua opinião sobre Álvaro Cunhal?

Cunhal é, sem dúvida, uma das maiores figuras do movimento comunista na Europa Ocidental. Um homem muito culto e sensato. Foi precisamente a sua sensatez e equilíbrio que me ajudaram muito a tomar posições correctas e a não cometer erros, pelo menos grandes.

E Mário Soares?

É um intelectual, um forte político, mas muito emocional. Nas nossas relações - em geral correctas de ambas as partes - houve momentos desagradáveis, porque Soares permitia-se, por vezes, dizer uma coisa hoje, outra amanhã. Não sei como isso se chama em português, mas, em russo, só se caracteriza com palavras duras.

O primeiro conflito com ele foi curioso. Eu tinha acabado de chegar a Portugal e Mário Soares, que era ministro dos Negócios Estrangeiros, reuniu o corpo diplomático, eu sentei-me perto dele. Ele virou-se para os embaixadores e perguntou: “Em que língua vamos conversar? Em português ou francês?”. E olhou para mim.

Eu encolhi os ombros e respondi: “Em Portugal, talvez seja melhor em português!?”. Ele ficou desorientado, olhou para os outros embaixadores, fez uma pausa e declarou: “Sr. Embaixador, aprecio a sua proposta, mas a esmagadora maioria dos seus colegas não

fala português. Permita-me que fale francês agora e, depois, ficaremos os dois e repetirei tudo em português”.

Posteriormente, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal passaram, nas reuniões com o corpo diplomático, a falar português.

E Sá Carneiro?

Era também um político forte, mas tinha raízes no passado. Ele tinha a opção firme de, depois da Revolução de Abril, não permitir grandes mudanças no sentido da democratização do processo político português, dificultava, principalmente em 1974 e 1975, o desenvolvimento de relações entre Portugal e a URSS. Falei sinceramente com ele sobre isso. O avanço do próprio processo nacional e mundial obrigou-o a rever algumas ideias do passado para um plano mais equilibrado.

Um agente em Portugal e em Havana

Arnold Ivanovitch Kalinin nasceu na Sibéria, em 1929. Em 1951, terminou a Faculdade de Direito do Instituto de Relações Internacionais de Moscovo e leccionou aí “Direito Público na América Latina”. Depois, trabalhou no Instituto da Economia Mundial e Relações Internacionais da Academia das Ciências da URSS.

Em 1960, Kalinin começou a trabalhar na Embaixada da URSS em Havana. Entre 1969 e 1974, ocupa o cargo de ministro conselheiro nessa representação diplomática.

Em 1974, foi nomeado embaixador plenipotenciário da URSS em Portugal, cargo que ocupou até 1982. Entre 1983 e 1987, dirige a representação diplomática soviética em Angola. Em 1987, regressa a Moscovo e trabalhou no aparelho central do Ministérios dos Negócios Estrangeiros da URSS até 1991. Em Novembro de 1991, foi nomeado embaixador da Federação da Rússia em Cuba e Barbados, cargo que ocupou até Maio de 2000, quando se reformou. **J.M.**

BASTIDORES DO GOLPE

Na edição de 25 de Abril de 1994, o PÚBLICO, num trabalho de Adelino Gomes reconstituía os passos da Operação Fim Regime, conduzida pela força da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, comandada por Salgueiro Maia. O dossier incluía o testemunho de um oficial e de um alferes da força de Cavalaria 7 enviada pelo regime para enfrentar Salgueiro Maia, que não atacaram a coluna do Movimento das Forças Armada e o caso da fragata Gago Coutinho, que se encontrava no rio Tejo e não disparou sobre os revoltosos, para além do relatório da operação (de que publicamos as partes mais relevantes).

Operação FIM-REGIME

Entre a 1h30 e as 5h30 da manhã de 25 de Abril de 1974, milhares de homens equipados, armados e municiados movimentaram-se em direcção a objectivos militares e civis indicados num Plano Geral de Operações de 26 páginas, manuscritas por Otelo Saraiva de Carvalho, e a que o autor pôs o título de “Viragem Histórica”. O PÚBLICO centrava a sua evocação do derrube da ditadura pela forças das armas na coluna da EPC (Escola Prática de Cavalaria, de Santarém) comandada por Salgueiro Maia e a quem foi atribuída a missão de ocupar, entre outros objectivos, o Terreiro do Paço, sede e símbolo do poder. É uma homenagem ao homem que, cumprida a missão, regressou a quartéis e resistiu à tentação do poder. Sem nunca abdicar dos ideais que o levaram a conspirar contra a ditadura – e daí injustiças e desconsiderações de que foi alvo até à morte, com 47 anos, vítima de um cancro. Revelávamos também, nesta edição, a versão dos protagonistas de alguns dos momentos decisivos no confronto entre revoltosos e as (poucas) forças que se apresentaram diante de Salgueiro Maia, com ordens para defender o regime de Salazar e Marcello Caetano.

Adelino Gomes, Dulce Neto, Fernando Semedo, José Mário Costa, São José Almeida e Teresa de Sousa
25/04/1994

As operações militares do dia 25 de Abril – facto poucas vezes recordado e que a iniciativa de hoje, se olhada levianamente, poderia ajudar também a escamotear – envolveram a participação activa de cerca de três dezenas de unidades do Exército, de Norte a Sul do continente português e de numerosos oficiais dos três ramos das Forças Armadas, constituídos em pequenos grupos, a quem foram atribuídas “acções rápidas e decisivas, tipo comando”. O MOFA (Movimento de Oficiais das Forças Armadas, autor do golpe) contava ainda com a neutralidade activa de algumas unidades e previra dispositivos de contenção ou de alternativa nas ilhas – Vasco Lourenço e Melo Antunes, da direcção do Movimento, encontravam-se, por exemplo, nos Açores – e nas colónias, onde se organizara também clandestinamente. Como ideia de manobra, o Plano de Operações considera a zona a norte do Douro (onde as unidades deverão convergir para o Porto ou guarnecer fronteiras) e o resto do continente, onde as unidades fazem convergir forças para Lisboa, conquistam objectivos regionais e guarnecem a fronteira leste. Nesta vasta área, a acção militar é orientada por um posto de comando (PC) sediado na Pontinha e constituído por seis oficiais (dos quais apenas dois, hoje, se mantêm no activo: Garcia dos Santos (transmissões), Hugo dos Santos, Nuno Fisher Lopes Pires, Otelo Saraiva de Carvalho, Sanches Osório e Vítor Crespo (ligação à Armada).

Como forças inimigas, o Plano de Operações apontava, em Lisboa – descrita como “o fulcro de toda a acção” – os regimentos de Cavalaria 7 e Lanceiros 2 (localizados na calçada da Ajuda), a GNR, PSP e PIDE/DGS. Fora da área da capital, alertava: no Centro, e para além das forças militarizadas e de segurança, havia uma possibilidade de resistência por parte dos dois regimentos de Leiria (RI-7 e RAL-4), do RI-15 de Tomar e do GACA2 de Torres Novas; no Sul, a guarnição militar de Elvas. O RI-2 de Abrantes e o RC-4 de Santa Margarida mantinham-se “passivas ou capazes de neutralizar qualquer ordem de saída por parte do Governo. O Plano não contava com qualquer acção adversa no Norte do país.

O primeiro oficial a passar-se para os revoltosos

David e Silva. Alferes miliciano, natural de Lisboa, 24 anos à data do 25 de Abril. Foi o primeiro oficial a passar-se para o lado dos revoltosos. Salgueiro Maia saiu para o Carmo com munições cedidas por ele. Major de Cavalaria, é chefe de gabinete do marechal Spínola.

25/04/1994

"Sá de madrugada de RC-7 (regimento de cavalaria, situado na Calçada da Ajuda, junto do Palácio de Belém) com um esquadrão a dois pelotões. Éramos todos milicianos. Passada a linha de caminho-de-ferro dei alto à coluna e comuniquei ao pessoal a missão recebida e a dúvida sobre o cumprimento da mesma. 'Quem quiser vá-se embora', disse. Ninguém abandonou.

Retomámos o caminho em direcção ao Terreiro do Paço, entrando pela Ribeira das Naus. Chegámos praticamente ao mesmo tempo que a coluna da Escola Prática de Cavalaria, EPC. 'Estamos salvos. Chegou Cavalaria 7', ouvi alguém dizer, por entre muito gestos, quando passámos por baixo da janela do Ministério do Exército.

Como fui o primeiro classificado no meu curso, fiquei colocado na EPC até Abril de 1973, pelo que conhecia toda a gente, nomeadamente os oficiais milicianos. Comandava um esquadrão com blindados Panhard e Chaimite com um potencial de fogo suficiente para fazer frente às forças da EPC. Aproximo-me do capitão Salgueiro Maia. Apresento-me. Digo-lhe que venho com ordens verbais e directas do coronel Viana de Lemos [secretário de Estado do Exército] para ocupar o Terreiro do Paço e fazer frente à sua coluna.

– Estás apresentado. Ficas sob o meu comando às ordens do nosso general Spínola. Vamos montar o dispositivo.

Os ministros desapareceram das janelas, entretanto. Consigo arranjar uns minutos e entro na estação de Correios. Telefono para casa da minha sogra e digo à minha mulher: 'Amanhã ou sou um herói ou estou preso.'

Pelas 7 horas aproxima-se do Terreiro do Paço um pelotão de reconhecimento Panhard, do segundo esquadrão do RC-7, que pára a alguma distância. Logo a seguir entra isolado no Terreiro do Paço um jipe com o segundo-comandante do RC-7, tenente-coronel Ferrand d'Almeida, e que, ao ver o logotipo das minhas viaturas, pensa que está 'em casa'. Faço-lhe sinal que espere e digo-lhe que estou do outro lado.

– Quem está a comandar isto?
– O capitão Salgueiro Maia, da EPC.
– Isto tem alguma coisa a ver com os comunistas?

– Não, é o nosso general Spínola.
– Ah, então está bem.

Diz que se rende, mas a um oficial da sua unidade. Entrega-me a pistola. Os soldados apresentam armas ao seu segundo-comandante, que vai preso. As viaturas que estavam com ele avançam para o Terreiro do Paço e ficam sob meu comando.

Não sei, hoje, o que teria sucedido se tivesse chegado antes de Salgueiro Maia. O primeiro disparo poderia ter sido o princípio do fim. O outro momento decisivo dá-se quando me vejo na mira dos carros de combate do alferes Sottomayor. Considero-o um valente. É ali que as forças fiéis ao regime ficam de derrotadas. Já ele tinha sido preso, ouço a voz desalentada do brigadeiro Reis nas transmissões do meu carro: 'Meu general: o alferes está preso, a guarnição não me obedece, e eu não sei mexer nesta merda.'

A partir daí pudemos reorganizar as forças e partir para novas missões (a mim caber-me-ia ir ocupar a Legião Portuguesa, na Penha de França, integrado na força do major Jaime Neves).

Aquele dia foram dez anos da minha vida. O que senti? Que assistia e participava no desmantelamento de um regime retrógrado, que o 16 de Março não tinha sido em vão, a grande esperança que o 'Portugal e o Futuro' do general Spínola se concretizasse e a responsabilidade pela vida dos que, sob o meu comando, participaram com tanta generosidade e coragem num acontecimento com consequências imprevisíveis."

O alferes que não disparou sobre Maia

Recusou-se a disparar sobre os revoltosos, no Terreiro do Paço. Salgueiro Maia considera que o 25 de Abril foi ganho naquele momento. Preso pelas forças fiéis ao regime que o mantiveram em Lanceiros 2 até ao fim da tarde. Veio de Santa Margarida a seguir ao 16 de Março, com um pelotão de carros de combate M47 (um tipo de forças que o governo nunca tinha querido na capital), com a missão de reforçar a guarnição militar de Lisboa, de cujo comando dependia directamente. Casado, dois filhos, o antigo alferes miliciano Fernando Sottomayor é hoje director de uma empresa têxtil do Norte.

25/04/1994

Sáí do quartel pela oito horas, à ordem do brigadeiro Junqueira dos Reis. Comandava os quatro carros de combate do pelotão. Tudo o resto já tinha saído. ‘A coisa está muito grave’, penso, ao ver o coronel Romeira Júnior. Além de cunhado do secretário de Estado Viana de Lemos, ele era o nosso comandante e um comandante só abandona o quartel em situação excepcional. Não abriu a boca durante o caminho, estava evidentemente preocupado. Fizemos vários altos no caminho, para sabermos a situação no Terreiro do Paço, onde chegámos às nove e tal.

O comandante e eu próprio ficámos na Rua do Arsenal, cada um no seu carro, enquanto o brigadeiro Reis e o major Pato Anselmo se colocavam na Ribeira das Naus, com saídas constantes dos carros. Vejo o tenente Assunção [das forças comandadas por Salgueiro Maia] a aproximar-se. As ruas estão cheias de civis. Comento ao coronel Romeira que uma boa rajada para o ar amedrontaria os civis, afastando-os para não termos problemas. Aviso o Assunção, que faz chegar a notícia ao lado de lá. O barulho da Browning

é ensurdecedor. Os civis desaparecem como por encanto. Assunção tenta dialogar com o brigadeiro Reis e é agredido por este, respondendo com uma posição de sentido rígida.

O brigadeiro manda fazer avançar uns metros o meu carro. Dou ordens nesse sentido e assim saem, pelo portão lateral do Ministério da Marinha, vários ministros, protegidos pelo meu carro de combate. O furriel que comandava a secção estacionada na Ribeira das Naus informa-me via rádio: ‘Recebi ordens para avançar.’ Peço-lhe confirmação. Responde: ‘Estou a avançar lentamente. O que é que faço?’ Não tenho resposta. Ele obedece a patente superior. A ordem era contra todas as regras. Ou o confronto ou retirar. Avançar era fazer o jogo deles. Claro que poucos minutos depois tinha os meus próprios carros virados contra mim. ‘Cuidado que estou eu aqui’, comunica-me pela rádio o alferes David e Silva do lado contrário. ‘Está tranquilo’, respondo.

É a altura de me interrogar sobre qual a minha atitude. Tenho poder de fogo para arrasar o Terreiro do Paço. O Marquês de Pombal nunca mais me perdoaria. Entro para dentro do carro. Ouço a voz do brigadeiro: ‘Faça fogo. Arrase o Terreiro do Paço.’ Entre carros de combate, quem fizer fogo primeiro ganha. Olho pelo aparelhos ópticos. Vejo os edifícios e para aí duas mil pessoas junto dos cacilheiros, no Cais das Colunas. Mais os militares do lado de lá que eu sempre conheci e me habituei a ver como amigos. ‘Mato esta gente, se faço fogo.’ O brigadeiro insiste. Desvio a peça para o lado do rio, procurando, sem conseguir, um alvo sem importância. Vejo um petroleiro. ‘Não é para o rio. É em frente’, repreende-me o brigadeiro. Decididamente, não posso fazer fogo. O brigadeiro dá-me ordem de prisão. ‘Saia já do carro.’ Tentará depois que o meu apontador cumpra as ordens, mas ele responde: ‘Sem o nosso alferes a gente não faz nada.’ O brigadeiro ainda deu ordem ao outro carro, mas esse não tinha percutor. Nunca soube a razão: quando perguntei, no dia seguinte, ao furriel (que não se apresentara ao serviço naquele dia), disse-me que, por segurança, nunca tinha o percutor no sítio e que não conseguira chegar à unidade, pois vivia na outra margem e ficou sem transporte. Não me lembro daquela frase que o David e Silva e toda a gente disse ter sido proferida pelo brigadeiro Reis: ‘Você estragou a sua vida.’

Sob a ameaça da minha própria pistola, que me fora pedida pelo brigadeiro, entro num jipe com um senhor de castanho, mais calado e sisudo que eu, que nos tinha acompanhado desde o quartel e que me leva para Lanceiros 2. Sou bem recebido, dada a minha condição de preso, pois o quartel mantinha-se fiel ao Governo. Fico baralhado. Parece que ninguém quer assumir responsabilidades. ‘Grande guerra, sem ini-

migo...’, penso. Na sala ao lado do quarto onde fico detido ouço os ministros que tinham fugido do Terreiro do Paço. É evidente que falhei a missão que me foi dada. Por causa dos civis. Senti, naqueles momentos, que estava sempre preso, fosse qual fosse a minha atitude. Se não abrisse fogo, ia para Caxias. Se abrisse fogo, mesmo que o Governo ganhasse, seria julgado em Conselho de Guerra, tal a mortandade que tinha feito e seria preciso um bode expiatório. Como o Governo perdeu e eu não sou revolucionário, caí no esquecimento.

O que sinto 20 anos depois? Se se pudesse ter colado o 25 de Abril ao 25 de Novembro, sem perder África...”

A outra história da “Gago Coutinho”

Dulce Neto 25/04/1994

Durante vinte anos, o comportamento da fragata “Almirante Gago Coutinho” na manhã da Revolução tem sido apresentado como um dos acontecimentos hostis e perigosos para o sucesso do Movimento das Forças Armadas. O seu comandante, Seixas Louçã, que se reclama de um passado antifascista, é acusado de ter dado ordem de fogo sobre as forças de Salgueiro Maia, no Terreiro do Paço. Um relatório ordenado pelo Chefe de Estado Maior da Armada, de 1976 – mantido até hoje no segredo da Marinha – contraria esta versão, sendo francamente favorável a Louçã.

Seixas Louçã, com 71 anos, comandante na reforma, cansado de esperar pela “reposição da verdade”, e vergado pela “estranha ironia da sorte” (afirma que, estando em posição de hostilizar a revolução que sempre desejara, não o fez, mas não se livrou da acusação), entregou recentemente um conjunto de documentos ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra “para a interpretação correcta da actuação da fragata”. O “dossier”, a que o PÚBLICO teve acesso, cumpre um propósito: que se faça a história baseada nos factos, até porque, para Seixas Louçã, o silêncio da Marinha apenas serve “a ideia de criar heróis onde eles não existiram”.

A verdade, disse ao PÚBLICO o comandante na reforma, é que “os mentores do MFA não sabiam que fragata estava no Tejo, como parte da esquadra da NATO em operações”. “Foi uma falha” de Victor Crespo, o membro do Posto de Comando da Pontinha, encarregado da Marinha. “Ficaram assustados, tiveram que fazer muita coisa e depois não gostaram de saber que não havia razão para isso”. Entretanto, “foram criados heróis e protagonistas que, de facto, não existiram”. “Até porque a Marinha”, diz Louçã, “tinha um compromisso muito cómodo: o de não intervenção. Se alguma coisa corresse mal, pouco se sofreria e se tudo ficasse bem, haveria sempre alguns louros”.

A mágoa que ninguém lhe tira – “a de não ter sido previamente informado da revolução que derrubou o regime” – é também o principal argumento para toda a sua actuação, sempre baseada no desconhecimento “em absoluto da origem e objectivos do MFA”. Apesar de, como lembra o autor do relatório do CEMA,

almirante Santos Silva “sob o aspecto político seria o comandante, de entre todos os oficiais, aquele que mais facilmente se poderia identificar com os objetivos do ‘Movimento’”.

Louçã não sabia de nada e garante que a maioria dos oficiais também não, contrariando a versão apresentada no livro “O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril” (obra elogiada pela Marinha), segundo a qual o imediato teria informado o comandante que “a Armada se havia comprometido com o Exército em manter uma neutralidade activa, pelo que não seriam cumpridas ordens de abrir fogo”. O relatório de Santos Silva salienta que nenhum dos oficiais confirmou este facto e dá como não provado que “ao comandante teria sido dado conhecimento de uma eventual posição dos oficiais quanto a ordens de fogo para o Terreiro do Paço”.

Segundo o comandante, nunca recebeu ordem do vice-chefe do EMA para bombardear o Terreiro do Paço, mas apenas para preparar para abrir fogo, tendo respondido que “havia navios fundeados no porto e multidões no Terreiro”. As averiguações feitas pelo CEMA concluem que “com bastante probabilidade a ordem não teria mesmo existido e aqueles que a julgaram ouvir devem ter feito confusão com a ordem de preparar para fazer fogo”.

Por outro lado, garante Seixas Louçã, nunca foram apontadas peças de artilharia para terra, nem nunca o navio esteve em postos de combate (confirmado pelos oficiais no relatório) e jamais deu qualquer ordem de fogo que o imediato teria recusado em cumprir. No relatório do CEMA há mesmo um oficial que sustenta: “Se houve de facto uma ordem para fazer fogo sobre o Terreiro, tal não se concretizou devido à actuação do comandante”. O documento desmente que Louçã tenha “tentado em vão fazer cumprir as ordens de fogo” e que tenha sido avisado de que, se fizesse fogo, a fragata seria bombardeada.

Desenrolar da acção

25/04/1994

Pelas 23h30 de 23 Abr 74, fui informado pelos tens. Cav. Santos Silva e Sardinha que um contacto do movimento se encontrava na Pastelaria Bijou; tendo-me deslocado ao referido local encontrei os capitão Cav. Valente e adm. mil. Torres, que conduzi ao meu carro, tendo posteriormente estacionado em frente ao portão Chaimite na rua que conduz ao liceu. Nessa altura recebi a ordem de operações assim como outras directivas. Durante o espaço de tempo que durou o contacto, fui vigiado e posteriormente seguido por 2 homens que se deslocavam num Toyota Corola novo, de cor amarela e matrícula LA-90-83.

No dia 24 pela manhã, foram contactados os primeiros furriéis mils., visto que a ideia de manobra era só de conhecimento de cerca de 6 oficiais do QP e 3 oficiais mils. Os furriéis mils. contactados mostraram-se totalmente colaboradores e prontos a contactar outro pessoal. A adesão dos graduados milicianos foi total e dedicaram-se todo o dia com afinco a organizar e a aprontar o material. Como a escola estava vigiada pela DGS e a fim de não se notar algo diferente no movimento normal, os graduados aliciados entraram no quartel à civil e individualmente até ao fechar da porta de armas pelas 21h30, dirigindo-se imediatamente aos quartos, onde se combinaram em pormenor as operações a desenrolar e o dispositivo a adoptar, ao mesmo tempo que escutavam as emissões dos EAL e Rádio Renascença a fim de ouvir o sinal de execução.

Pelas 00h45 os major Cav. Costa Ferreira, capitães Cav. Garcia Correia, Bernardo e Aguiar tentaram aliciar o 2º comandante da EPC ten. cor. Sanches, único oficial superior que permanecia no quartel.

Posteriormente foram ao gabinete todos os oficiais para informar que o apoio ao movimento era total, mas não houve adesão do 2º comandante.

Pela 1h30 deu-se ordem para acordar todo o pessoal e formarem na parada, onde cada comandante de esquadrão pôs ao corrente da situação o pessoal sob as suas ordens e da parte destes a adesão foi total, ao ponto de a quase totalidade querer marchar sobre Lisboa.

Pelas 3h20 o pessoal encontrava-se equipado, armado e municiado e com 2 rações de combate por homem.

Pelas 3h30 saiu-se da EPC com destino ao Terreiro do Paço, que foi alcançado sem dificuldades de maior.

Pelas 5h30 no itinerário para o Terreiro do Paço

passamos por viaturas da Polícia Segurança Pública, no Campo Grande, e Polícia de Choque na Avenida Fontes Pereira de Melo. As referidas forças não se manifestaram. Antes de alcançar Entrecampos fomos contactados pelo major Arruda, que se deslocava num Austin Mini creme. Na altura da entrada em dispositivo no Terreiro do Paço, a PSP que cercava a zona não interferiu na nossa acção e colaborou no isolar da mesma para com a população. Ao mesmo tempo entrava na zona um pelotão reforçado AML/Chaimite do RC7 comandado pelo alferes mil. David e Silva, que aderiu de imediato ao movimento. O Ministério do Exército era guardado por 2 pelotões PM comandados pelos aspirantes Saldida e... que também de imediato se colocaram sob as minhas ordens e foram ocupar o lado oposto ao edifício do ministério, conforme lhes ordenei. Deste pessoal 7 homens permaneceram dentro do ministério por as portas se encontrarem fechadas, tendo sido a estes homens que o ministro do Exército deu ordens para abrir um buraco na parede de ligação com o Ministério da Marinha, por onde fugiu.

Pelas 7h da manhã surgiu do lado da Ribeira das Naus um pelotão de rec. Panhard do RC7 comandado pelo ten.-cor. Ferrand de Almeida, que posto perante o dilema de ter que disparar ou se render optou pelo segundo*.

A prisão do referido oficial foi efectuada debaixo da janela do ministério com os ex-ministros a assistirem, tendo um deles várias vezes chamado o referido oficial, que lhes respondeu não poder ir por se encontrar preso. Pouco depois surgiram forças da GNR do lado do Campo das Cebolas. Tendo chegado à fala com o comando destas forças, aconselhei-o a abandonar a zona visto não ter potencial para se bater comigo, no que fui obedecido; pouco depois de ocupar posições na zona apresentou-se-me às ordens o cmdt. da 1ª divisão da PSP cap. Maltez Soares, a quem ordenei que o pessoal da referida corporação não se devia manifestar mas sim contribuir para descongestionar o trânsito na zona.

Entretanto pelas 9h foi pedido um reforço pelo BC5 para o QG/RML: mandei seguir para o local uma AML e uma ETT comandadas respectivamente pelo alferes graduado de Cavalaria Marcelino e asp. mil. Cav. Ricciardi; chegados ao QG a força apresentou-se ao cap. Inf. Bicho Beatriz cmdt. da CCAC que ocupava a zona. Por ordem do cmdt. da CCAC foi colocada a AML no cruzamento da Avenida António Augusto de Aguiar com a Avenida Marquês Sá da Bandeira, mantendo-se nessas posições até às 19h, hora a que foi mandada regressar para junto do meu comando.

Pelas 10h surgiu uma força comandada pelo brigadeiro Junqueira Reis e constituída por 4 CCM/47, 1 companhia de caç. do RIL e alguns pelotões de PM.

O referido brigadeiro dividiu as suas forças em 2

núcleos que progrediam respectivamente pela Rua Ribeira das Naus e Rua do Arsenal. No 1º junto às viaturas blindadas comandadas pelo alferes mil. Souto Mayor, acompanhado pelo major de Cav. Pato Anselmo, que depois de várias negociações se considerou prisioneiro. Antes disso tentei dialogar com o referido brigadeiro no lado da Ribeira das Naus, mas o mesmo exigia que eu fosse ter com ele atrás das forças que comandava, e eu que ele viesse a meio do espaço que nos separava. Ordenou ao alferes mil. de Cav. Souto Mayor para abrir fogo sobre mim com as peças do CCM/47 mas não foi obedecido, tendo de imediato ordenado prisão do referido oficial declarando-lhe que “Você já estragou a sua vida”. Deu ordens aos apontadores dos CCM/47 e aos atiradores que progrediam atrás dos blindados também para abrir fogo, mas não foi obedecido; nesta altura o referido oficial general disparou alguns tiros para o ar, tentando que as NT lhes respondessem. Não houve troca de tiros.

As negociações com o major Pato Anselmo foram orientadas pelo major Inf. com. Neves, cap. Cav. Tavares de Almeida e alferes mil. Cav. Maia Loureiro. Logo que o major Pato Anselmo se rendeu mandou-se voltar as torres dos CCM/47 avançar na nossa direcção, no que fomos obedecidos. Os AT e PM que progrediam atrás dos CCM/47 e outros que se encontravam no mirante antes do Cais do Sodré vieram entregar-se.

Na Rua do Arsenal as negociações fora feitas pelos tens. Cav. Santos Silva e Assunção e furriel mil. Cav. J. Nunes do RC7, que se tinha passado para o nosso lado. O furriel mil. J. Nunes iniciou um movimento até junto dos CCM/47 a fim informar o brigadeiro Reis de que devia vir a meio caminho estabelecer conversações. Tendo andado cerca de 5 metros precedido pelo ten. Cav. Santos Silva, o brigadeiro Reis abriu fogo na nossa direcção, pelo que ambos se viram na contingência de ocupar as anteriores posições de defesa. Nessa altura o ten. Cav. Santos Silva voltou à Praça do Comércio informado dos acontecimentos. Na mesma altura em que o ten. Santos Silva regressava à Praça do Comércio, o ten. Cav. Assunção, alheio aos incidentes verificados, dirigiu-se à Rua do Arsenal e procurou entabular conversações, tendo-se dirigido ao outro lado, pedindo a vinda ao meio do caminho do brig. Reis, o que não lhe foi concedido; prosseguiu por isso até junto dos CCM/47. Nessa altura o brig. Reis mandou abrir fogo sobre o ten. Cav. Assunção não tendo sido obedecido pelos soldados, tendo-se o cor. Romeiras entreposto entre as armas e o referido tenente, aconselhando calma ao brig. Reis que nessa altura agrediu o ten. Assunção com 3 murros. Devido ao insucesso das conversações o ten. Assunção voltou às suas linhas. Depois das 9h começou a circular na nossa frente a fragata F-743. Dei ordem para que o 1º oficial superior da Marinha que chegasse junto ao

cercos fosse conduzido à minha presença. Tendo-me surgido um oficial superior da Marinha cuja identificação não recordo, pu-lo ao corrente da situação, pois necessitava de saber se devia abrir fogo contra o barco ou não, pois que isso obrigava a alterar o dispositivo e a colocar as EBR em frente ao referido barco. O oficial da Marinha declarou-me que ia saber o que se passava e posteriormente fui informado de que o barco se encontrava ali por ordem do Governo, mas que não disparava contra nós.

Pelas 10h surgiu um grupo de Comandos comandado pelo major Neves, levando sob as suas ordens vários oficiais, alguns dos quais à civil; o major Neves entrou no ministério a fim de prender os ministros e passou revista aos mesmos. Também por esta altura surgiu o ten.-cor. Cav. Correia Campos, que passou a comandar as operações no Terreiro do Paço.

Posteriormente chegou à civil à zona de operações o cor. Cav. Francisco de Moraes, que manifestou a sua total adesão ao movimento e nos deu os parabéns. Tendo-se constatado a fuga dos ministros e a não existência na zona ocupada de objectivos remuneradores, o coronel Correia de Campos propôs ao PC a escolha de outros objectivos, no que foi atendido. Propus a divisão do nosso efectivo em duas forças, sendo uma formada pelo pessoal da EPC e outra pelos aderentes RC7, RL2 e RII comandados pelos tenentes de Cavalaria Cadete e Balula Cid, tendo-se estes dirigido para o QG da Legião Portuguesa na Penha de França. A minha coluna progrediu pela Rua Augusta em direcção ao Rossio, sendo aclamada em apoteose pela população durante todo o trajecto até ao Carmo.

Ao chegar ao Largo do Rossio encontrei uma coluna autotransportando uma companhia de atiradores do RII cujo comandante, cap. Inf. Fernandes, me declarou estar ali por ordem do Governo para me não deixar passar, mas estava às minhas ordens. Disse-lhe para seguir atrás de minha coluna até ao Carmo, no que fui obedecido.

Pelo meio-dia e trinta cerquei o quartel da GNR do Carmo. Foi bastante importante o apoio dado pela população no realizar destas operações, pois que além de me indicarem todos os locais que dominavam o quartel e as portas de saída deste, abriram portas, varandas e acessos a telhados para que a nossa posição fosse mais dominante e eficaz. Também nesta altura começaram a surgir populares com alimentos e comida que distribuíram pelos soldados.

Passei novamente a comandar as forças pela ausência do coronel Correia de Campos, que foi receber ordens ao PC.

Pouco depois populares vieram-me informar que estávamos a ser cercados por 2 companhias da GNR e outra da Polícia de Choque; como não tinham viatu-

ras blindadas não me preocupei com o assunto. Posteriormente fui informado que o brigadeiro Junqueira dos Reis, comandando viaturas blindadas e outra companhia do RII, se encontrava também a cercar as NT. Pelas 14h surgiu-me um sargento do RII a dizer que o pessoal se encontrava disposto a passar para o nosso lado. Respondi-lhe que poderiam vir e indiquei-lhe o caminho. O pessoal do RII pôs a arma em bandoleira, misturou-se com a população e passou-se para o nosso lado. Tive também notícias que a tripulação de um CC tinha abandonado o mesmo.

Para complicar mais a situação das tropas fiéis ao Governo surgiu um esquadrão do RC3, comandado pelo cap. Cav. Ferreira, que cercou o que restava das tropas do brig. J. Entretanto recebi ordem para obrigar à rendição do Quartel do Carmo. A ordem foi escrita pelo major Otelos Saraiva de Carvalho e transportada pelo cap. Art. Rosado da Luz e dizia:

Salgueiro Maia:

Tentámos fazer um ultimato ao QG/GNR para entrega do presidente do Conselho sem grandes resultados. Os tipos desligam o telefone ou retardam a chamada dizendo que vão ver se as pessoas estão.

Com o megafone tenta entrar em comunicações e fazer um aviso-ultimato para a rendição. Eu já ameacei o cor. Ferrari mas ele parece não ter acreditado. Com autometralhadora rebenta fechaduras do portão para verem que é a sério. Julgo que não reagirão. Felicidades. Um abraço.

Otelos

Pelas 15h10 com megafone solicitei a rendição do Carmo em 10 minutos. Como não fui atendido passados que foram 15 minutos, ordenei ao ten. Cav. Santos Silva para fazer uma rajada da torre da Chaimite que comandava sobre as mais altas janelas do Quartel do Carmo. Depois das rajadas solicitei a rendição do quartel, mas, como surgiu junto a mim o cor. Cav. Abrantes da Silva, solicitei ao mesmo que fosse ao Quartel do Carmo dialogar, para que quem lá estava não pensasse que a guerra era feita por um simples capitão. Quando o referido oficial entrou no quartel ficou junto a nós um major da GNR como refém. Como as negociações demorassem e a ordem para a rendição era imperativa, passados que foram 15 minutos ordenei nova abertura de fogo só com armas automáticas sobre a frontaria do quartel; continuavam sem responder às minhas solicitações de rendição; quando já tinha perdido as esperanças de resolver o problema sem utilização de armas pesadas, surgiram 2 civis com credencial do general António Spínola que entraram no quartel para dialogar com o presidente do Conselho. Demoram cerca de 15 minutos e saíram dizendo-me que se tinham de deslocar à residência do

referido oficial general. Em face da situação ordenei ao ten. Cav. Assunção para se deslocar no meu jeep e transportar os referidos civis. Entretanto desloquei-me ao quartel, onde verifiquei que a disposição do pessoal era de se render. Falei cerca de 15 minutos com o general comandante do QG da GNR e outros oficiais superiores. Pedi audiência ao prof. Marcelo Caetano, no que fui atendido. A conversa decorreu a sós e com grande dignidade; nela o professor Caetano solicitou que um oficial general fosse receber a transmissão de poderes para que o Governo não caísse na rua.

Pelas 18h chegou ao Quartel do Carmo o general António de Spínola acompanhado pelo ten.-cor. Dias de Lima. Entretanto havia viaturas com combustível quase esgotado e necessidades de óleo para os motores e sistemas hidráulicos. O senhor José Francisco, agente comercial morador na Rua Serpa Pinto nº 8-5.º eq. – Odivelas, que desde os primeiros momentos se colocara à disposição das NT e passara a servir de elemento de ligação, orientou uma viatura nossa no deslocamento até à zona da estação de Santa Apolónia, onde em estações de serviço requisitámos combustível e os óleos necessários.

Pelas 19h levantámos cerco ao Carmo para nos dirigirmos ao Quartel da Pontinha, tendo ficado na zona somente as forças do RI1.

O professor Caetano e os outros elementos do Governo foram conduzidos na autometralhadora Chaimite “Bula”, que ao mesmo tempo deu escolta à viatura civil onde se deslocava o general Spínola também em direcção à Pontinha.

Na Rua António Maria Cardoso, pelas 15h agentes da DGS instalados na sede abriram fogo sobre a multidão que se aglomerava na referida rua, tendo causado 1 morto e 2 feridos que foram transportados nas nossas ambulâncias. Pelas 21h atingimos a Pontinha e, por não ter instalações disponíveis, tivemos que nos deslocar para o Colégio Militar, onde o brigadeiro Ramires pôs as instalações à nossa disposição e forneceu 3ª refeição a todo o pessoal.

Pelas 22h comandando 6 viaturas blindadas segui para o RL2, às ordens do major de Cav. Monge com vista à rendição dos RL2 e RC7 e prisão dos respectivos comandantes. Esta acção terminou pela 1h30 do dia 26 de Abril de 1974, pelo que ficámos instalados no RC7.

Dia D+1

Pelas 8h30 seguimos em patrulhamento para o centro da cidade e pelas 11h tomamos conta do edifício da Defesa Nacional, a fim de garantir a segurança das individualidades que lá foram tomar posse.

Recolhemos ao RC7 pelas 19h e durante todo o tempo em que estivemos na Cova da Moura foi extraordinário o apoio da população às nossas tropas, ao ponto de, no prédio em frente à Defesa Nacional, várias senhoras

terem cozinhado o almoço para todo o pessoal. As forças que permaneceram no Colégio Militar ficaram sob o comando do cap. Cav. Tavares de Almeida, pelas 00h30 escoltaram o general António de Spínola à RTP-Lumiar, tendo regressado pelas 2h30. Pelas 3h seguiram para a Pontinha a fim de defender o PC.

Pelas 5h o ten. Cav. Santos Silva deslocou-se para a Rua do Alecrim a fim de cercar o comando da DGS, tendo regressado pelas 19h. Também pelas 19h30 o cap. Cav. Tavares de Almeida recebeu ordem de regresso a Santarém, atendendo ao desgaste físico do pessoal sob o seu comando; chegaram ao seu destino tendo a quase totalidade da população de Santarém a recebê-los.

Dia D+2

Cerca das 00h30 o ten. Cav. Santos Silva recebeu ordens para, com 2 viaturas blindadas, escoltar a Tomar o coronel de Cav. Francisco Morais, cmdt. da Região Militar de Tomar; chegaram a Santarém pelas 4h e a escolta para Tomar foi efectuada sob o comando do cap. Cav. Cadavez.

Pelas 9h30 efectuámos um patrulhamento pelo centro da cidade que se encontrava calma, tendo regressado cerca das 13h; para voltar a sair pelas 14h a fim de escoltar os arquivos existentes na Escola Prática da DGS. Às 19h chegou ao RC7 pessoal sob o comando do cap. Cav. Cadavez a fim de substituir todo aquele que se encontrava sob o meu comando, substituindo o mesmo nas 4 guarnições das 4 viaturas blindadas que continuaram no RC7.

Pelas 20h regressei com as 3 EBR, uma ETT e o pessoal rendido, tendo atingido Santarém às 22h30.

4 – Administração e logística

a) Distribuídas a cada homem rações de combate para os dias 25 e 26 Abr 74

b) Serviços de saúde – 2 equipas constituídas por um enfermeiro e 1 maqueiro cada, a deslocar nas duas ambulâncias.

5 – Comando e transmissões

Posto comando em jeep

Rede de comando, ver anexo Ordem Operações MOFA

6 – Diversos

Fui depois informado por oficiais da GNR do Quartel do Carmo que o prof. Marcelo Caetano desde as 8h30 do dia 25 que declarava que se rendia, se fosse um oficial general a receber a rendição. Este facto não foi comunicado pelo comandante do Quartel do Carmo e deste modo a rendição só efectuou depois das 15h.

O comandante das forças

Fernando José Salgueiro Maia

cap. Cav.

O comandante

Rui Costa Ferreira

maj. Cav.

INQUÉRITO AOS MILITARES DE ABRIL

No trigésimo aniversário da revolução, o PÚBLICO e a Universidade Católica ouviram 325 militares que participaram no 25 de Abril. Apenas quatro disseram não estar orgulhosos do que tinham feito. E para mais de metade a acção do MFA atingiu os objectivos iniciais, embora a descolonização pudesse ter corrido “um pouco melhor”. Melo Antunes, Otelo e Vasco Lourenço foram considerados pelos seus pares como os oficiais mais importantes do movimento. E o que mais inquietava os militares de Abril no Portugal de há dez anos? A corrupção, o desemprego e o fraco crescimento económico.

A democracia e o fim da guerra foram os objectivos do golpe de Estado

Em 1999, os jornalistas seniores do PÚBLICO sentaram-se na plateia e entregaram a edição dos 25 anos da Revolução de Abril aos jornalistas da redacção nascidos depois de 1974. Era o olhar de quem não tinha a experiência vivida da revolução ou da ditadura e o resultado foi uma edição com ângulos de abordagem diferentes dos de outros anos. Recuperamos neste dossier três dos trabalhos dessa edição, sobre as mulheres de Abril, os correspondentes estrangeiros na revolução e as rádios das colónias às quais chegou a notícia da revolução.

Adelino Gomes 24/04/2004

Os homens que prenderam Marcello Caetano e puseram fim ao regime de ditadura em Portugal, em 25 de Abril de 1974, queriam a democracia, acabar com a guerra e mais justiça para os portugueses, indica um inquérito a nível nacional organizado pelo PÚBLICO e realizado pela Universidade Católica.

Com apenas quatro excepções, os 325 oficiais que responderam ao inquérito, afirmam-se “orgulhosos” de terem participado no 25 de Abril de 1974. Dois terços declaram que se pudessem voltar atrás, teriam feito “exactamente” a mesma coisa, ainda que um em cada cinco diga que procuraria “moderar mais o processo” que se seguiu ao golpe de estado.

Para mais de metade dos inquiridos (53 por cento), a acção do Movimento “cumpriu os objectivos iniciais”, mas o processo de descolonização, “mesmo tendo em conta a conjuntura interna e externa”, podia ter corrido “um pouco melhor” (51 por cento). Nesta matéria, historicamente fracturante, a percentagem dos que entendem que a descolonização correu “da pior maneira possível” surge surpreendentemente baixa, oito por cento, em contraste com os 41 por cento que defendem que ela terá decorrido “da melhor maneira possível”.

Melo Antunes, o mais importante

O tenente-coronel Ernesto Melo Antunes (falecido em 10.8.1999) aparece, de longe, como a figura militar mais apreciada quer durante a conspiração, quer na transição para a democracia, quer ainda como a personalidade cimeira, militar ou civil, “da nossa história recente”.

O inquérito atingiu com êxito mais de três centenas de oficiais do quadro permanente que se envolve-

ram, a partir do terceiro trimestre de 1973, no processo conspirativo que desembocou nas acções militares dos dias 16 de Março e 25 de Abril do ano seguinte. Foram inquiridos igualmente alguns milicianos que participaram na conspiração ou se comprometeram com os oficiais do quadro permanente a ela ligados, antes daquele dia.

Com base na bibliografia geral sobre o 25 de Abril e em duas listas já organizadas, uma fornecida pela Associação 25 de Abril (A25), e a outra mandada elaborar em 1980 pelo então Presidente da República e Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, o PÚBLICO recorreu a um conjunto vasto de informantes privilegiados (uma dezena de oficiais dos três ramos das Forças Armadas - entre eles dois ex-milicianos - de diferentes sensibilidades político-militares), de forma a completar a sua própria lista de 550 nomes a quem foram enviados inquéritos postais acompanhados de envelopes de resposta paga, em regime de anonimato das respostas. O inquérito obteve uma taxa de resposta de 67,6 por cento e uma taxa de cobertura do universo de 60 por cento. O trabalho de análise, elaborado pela Universidade Católica, debruçou-se sobre uma amostra final composta por 325 indivíduos (ver “Como foi feito o inquérito”).

Moderados e Otelo em destaque

Para além de Melo Antunes, os inquiridos destacaram Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço como os militares “que tiveram o papel mais importante na acção político-militar que desembocou no 25 de Abril”. Salgueiro Maia, António de Spínola, Vítor Alves, Costa Gomes e Garcia dos Santos foram outros nomes com elevada percentagem de referências.

Vasco Lourenço, presidente da A25, surge igual-

mente bem colocado entre os mais decisivos militares durante a transição (quarto lugar) e (quinto lugar) na apreciação feita a figuras, militares e civis, durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso).

Nesta última lista figuram também os quatro civis que dirigiram os quatro principais partidos: Mário Soares, destacado em terceiro lugar, com 80 por cento de referências positivas e 10 por cento negativas; Francisco Sá Carneiro, com 66 por cento de referências positivas e 9 por cento negativas (sexto lugar); Freitas do Amaral, com 40 por cento de referências positivas e nove por cento negativas (sétimo lugar); e, no lugar imediato, Álvaro Cunhal, com 53 por cento de referências positivas e 32 negativas.

Os dirigentes do Movimento - 21 por cento dos inquiridos que responderam - tendem a apreciar a actuação de Álvaro Cunhal de forma menos positiva que os outros.

Soares bem, partidos, Governo e televisões mal vistas

Mário Soares, com 60 por cento, obtém a maior percentagem de apreciações admirativas entre as figuras públicas mais admiradas pelas respectivas actuações “desde a consolidação da democracia até hoje. Curiosa e talvez ironicamente, a figura que os militares mais admiram a seguir (36 por cento) é um militar e chama-se António Ramalho Eanes. Regista-se a presença de mais quatro civis nos seis lugares seguintes: Sá Carneiro e Álvaro Cunhal e, a considerável distância, Jorge Sampaio e Cavaco Silva.

Convidados a pronunciarem-se sobre o Portugal de hoje, os militares manifestam-se preocupados com a corrupção e o desemprego (que consideram piores do que antes do 25 de Abril de 1974), o baixo crescimento económico e o tráfico e consumo de drogas.

Ao contrário da Presidência da República, na qual depositam “muita confiança”, bem como nas Forças Armadas e na Polícia Judiciária, os inquiridos declararam-se nada ou pouco confiantes nos partidos políticos, no Governo e na televisão (cerca de 60 por cento nos dois primeiros, e 51 por cento na segunda).

Em contraste com a génese claramente corporativa do Movimento, os oficiais inquiridos remeteram para o quarto lugar das suas motivações a melhoria da situação profissional. Esta percentagem foi de apenas 10 por cento entre os dirigentes, e de 21 por cento entre os restantes, contra 94 por cento e 87 por cento, respectivamente, daqueles que declaram ter pretendido a instauração de um regime democrático.

As 325 respostas provieram de oficiais dos três ramos das Forças Armadas: 75 por cento do Exército; 17 por cento da Marinha; e 7 por cento da Força Aérea (um por cento não indicaram a origem). A patente de

capitão (1º tenente no caso da Marinha) é a mais representada (52 por cento), seguindo-se as de major/capitão-tenente (20 por cento) e de tenente/2º tenente (16 por cento). A larga distância, as de tenente-coronel/capitão-de-fragata (cinco por cento), de alferes/guarda-marinha (quatro por cento) e de aspirante (um por cento).

Apenas 14 por cento dos inquiridos não haviam ainda cumprido qualquer comissão no Ultramar. Vinte e oito por cento estiveram lá três ou mais vezes (com destaque para os dirigentes do Movimento); 30 por cento, duas; e 28 por cento, uma. Angola, Moçambique e Guiné, por esta ordem, foram os destinos operacionais mais frequentes destes militares.

Com idades actualmente compreendidas entre os 50 e os 75 anos ou mais, os inquiridos encontram-se na sua maioria na situação de reserva ou de reforma (85 por cento), embora 11 por cento se mantenham ainda no activo.

Como foi feito o inquérito (Ficha Técnica)

Adelino Gomes e Pedro Magalhães (Universidade Católica)

Esta sondagem foi realizada pelo Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica (CESOP) para o jornal Público. O trabalho de campo, incluindo definição do universo e envio e recolha dos questionários, decorreu entre os dias 25 de Fevereiro e 16 de Abril de 2004. O universo alvo é composto pelos oficiais e milicianos das Forças Armadas que estiveram envolvidos na acção político-militar que conduziu ao derrube do regime ditatorial em 25 de Abril de 1974. Esse envolvimento foi entendido como implicando um ou mais dos seguintes seis critérios:

- a) Participação numa estrutura dirigente ou outra do Movimento dos Capitães
- b) Participação numa rede clandestina a nível de unidade ou outra;
- c) Participação em reuniões do Movimento antes do 25 de Abril, na Metrópole ou no Ultramar;
- d) Execução de missões de carácter operacional no derrube do regime ditatorial (no caso dos milicianos, apenas os envolvidos anteriormente no processo);
- e) Envolvimento na tentativa de golpe de 16 de Março de 1974;
- f) Tomada de conhecimento e compromisso de apoio prévios à acção do dia 25 de Abril de 1974.

Para a determinação dos membros do universo,

foram inicialmente utilizadas três fontes principais: bibliografia geral sobre o 25 de Abril; lista fornecida pela Associação 25 de Abril (A25), expurgada de civis e sócios que não cumpriam nenhum dos anteriores seis critérios, assim como de informação pessoal não relevante para o trabalho de campo; e uma lista, indispensável para atingir os membros do universo não associados da A25, mandada elaborar em 1980 pelo então Presidente da República e Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, com o objectivo de distinguir os militares envolvidos no 25 de Abril. Após consolidação destas fontes numa primeira lista geral, procedeu-se a uma primeira correcção, eliminando os oficiais entretanto falecidos.

O segundo passo na determinação dos membros do universo consistiu no recurso a informantes privilegiados (uma dezena de oficiais dos três ramos das Forças Armadas - entre eles dois ex-milicianos - de diferentes sensibilidades político-militares), de forma a completar esta lista pelo método de amostragem “bola de neve”, através do qual cada novo contacto feito na base da informação obtida junto dos informantes privilegiados foi utilizado para recolher contactos adicionais. Os novos contactos obtidos foram adicionados à lista geral. Essa lista foi posteriormente corrigida ao longo do trabalho de campo, sendo expurgada dos oficiais ou milicianos entretanto falecidos e daqueles que nos informaram não satisfazer nenhum dos seis critérios gerais anteriormente avançados. Essa lista final continha 620 nomes.

O passo seguinte consistiu em apurar moradas e números de telefone para todos os membros da lista. Em 70 casos, isso não foi possível, o que reduziu a lista a 550 nomes. Aos membros dessa lista de 550 nomes foram enviados inquéritos postais acompanhados de envelopes de resposta paga, em regime de anonimato das respostas. Todos os membros da lista dos quais se dispunha de contacto telefónico (480) foram contactados 10 dias após o envio do inquérito postal, de forma a confirmar recepção e estimular resposta. Aos restantes, dos quais se dispunha apenas de contacto postal, foi enviada 2ª carta. Foram recebidos, até ao dia 16 de Abril de 2004, 372 inquéritos devidamente preenchidos, correspondendo a uma taxa de resposta de 67,6% e uma taxa de cobertura do universo de 60%. Destes 372 inquéritos, foram finalmente excluídos para fim de análise dos dados 47 nomes de oficiais ou milicianos cujas respostas ao inquérito não satisfaziam nenhum dos seis critérios de definição do universo. Assim, a amostra final é composta por 325 indivíduos.

Eles acham que...

Haveria outro golpe, se aquele não tivesse resultado

Cinco por cento dos militares do 25 de Abril acham que “viveríamos hoje numa ditadura”, se o golpe de 1974 tivesse falhado. Uma percentagem razoável (12 por cento) julga que, nesse caso, teria havido uma transição “à espanhola”, isto é, uma “negociação entre o regime e os seus opositores”. A larga maioria não concorda: teria havido um golpe de estado semelhante “pouco tempo depois” (45 por cento), ou então o regime “seria sempre derrubado, mas de forma mais violenta” (36 por cento).

Fez-se bem deixar sair Tomás e Caetano para o exílio

A maioria (63 por cento) dos homens que fizeram o 25 de Abril manifestam-se de acordo com a decisão de “permitir a saída do país” aos principais responsáveis políticos do regime anterior. Um terço, porém, preferia ter visto Tomás, Caetano e outras figuras de proa serem detidas e julgadas “pelos actos de repressão cometidos durante o Estado Novo”.

Tratamento à Pide foi “demasiado brando”

Apenas um pouco mais de um terço dos inquiridos (35 por cento) concorda com o tratamento dado pelos revoltosos aos elementos da PIDE/DGS. Embora quatro por cento considere que lhes foi dado um tratamento “demasiado severo”, é claramente maioritária a opinião contrária: 60 por cento optaram pelo quadrado em que se escrevia as palavras “demasiado brando”.

A democracia é preferível

Escolha esmagadora: 95 por cento dos oficiais que responderam validamente ao inquérito consideram que “a democracia é preferível a qualquer outro regime político”. Dos restantes quatro por cento (um por cento não responderam) há três por cento que subscrevem a opinião de que “os regimes acabam sempre por ser iguais uns aos outros”, e um por cento que admitem que “nalgumas circunstâncias, uma ditadura (seja de esquerda ou de direita) é preferível a um regime democrático”.

Integração na Europa deve ser aprofundada

Outro resultado esmagador: 81 por cento dos inquiridos defendem um aprofundamento da integração de Portugal na União Europeia. Dos restantes (três por cento não responderam) 11 por cento dizem que ela “devia ficar como está” e cinco por cento queixam-se de que “já foi longe de mais”.

Mudanças só por causa do 25 de Abril

A esmagadora maioria (98 por cento) dos inquiridos considera que a sociedade portuguesa mudou muito (63 por cento) ou bastante (35 por cento) desde o 25 de Abril. Quando procuramos apurar a razão principal que explique essa mudança, 85 por cento atribuem-na exclusivamente ao 25 de Abril. Há porém 13 por cento que acham que estas teriam ocorrido na mesma sem aquele golpe. Dois por cento não se pronunciaram.

Divisões já não são tão importantes

As conhecidas divisões entre os militares - confrontações de 11 de Março e do 25 de Novembro, com o país a chegar quase à beira de uma guerra civil - têm hoje menos importância do que tinham na altura (73 por cento) havendo 19 por cento que não lhes atribuem neste momento “qualquer importância”. Apenas oito por cento as sentem ainda com a mesma importância de há 30 anos.

Não lhes fizeram justiça

Metade dos inquiridos declaram-se “tratados injustamente” pelo novo regime. A outra metade divide-se em duas partes desiguais: uma, minoritária (seis por cento), que entende ter sido tratada com justiça, e 44 por cento para quem a análise “depende dos casos”.

Um golpe de estado militar hoje é “nada provável”

Quase oitenta por cento dos inquiridos são da opinião de que não é “nada provável” a hipótese de que venha a ocorrer um golpe militar em Portugal num futuro próximo. Nenhum dele vê tal hipótese como “muito provável”. Ainda assim, porém, são três em cada cem os que a consideram “algo provável” e 19 por cento os que a admitem, embora tendo-a como “pouco provável”.

Os arrependidos

São quatro os inquiridos que se manifestam arrependidos de terem participado nas acções que levaram ao derrube do regime anterior. “Se pudesse voltar atrás, não me teria envolvido no 25 de Abril”, dizem eles, resumindo a sua posição hoje. Todos pertencem ao Exército: um tinha na altura a patente de major, dois eram capitães e um quarto era tenente. Todos tinham cumprido comissões no Ultramar - em Angola, Guiné e Moçambique. Nenhum pertenceu a estruturas dirigentes do Movimento, mas dois estiveram envolvidos em missões operacionais tendentes ao derrube do regime. Os outros dois haviam sido informados e comprometeram-se a dar o seu apoio. Todos acham a acção do MFA ficou “aquém dos objectivos iniciais”.

São pessoas politicamente distintas: três acham que a actuação de Melo Antunes na transição foi positiva, mas um acha que foi negativa. O mesmo em relação a Costa Gomes. O inverso em relação a Otelo e Vasco Gonçalves. Um deles tem uma visão favorável em relação ao regime anterior, o mesmo que tem uma visão desfavorável em relação à forma como o 25 de Abril vai passar à história. Três declaram situar-se à esquerda, um claramente à direita. São todos militares na reserva ou na reforma, um deles trabalhador por conta própria.

Retrato-robot do capitão de Abril

Das esquerdas, europeísta, preocupado com a corrupção e o desemprego, com pouca simpatia pelos partidos, pelo Governo e pela televisão, orgulhoso do papel que desempenhou em 1974 - eis alguns dos traços mais marcantes dos homens que fizeram o 25 de Abril.

A este retrato-robot, desenhado a partir das respostas dos 325 militares que colaboraram na iniciativa, inédita, do PÚBLICO devem ser acrescentados alguns dados de facto: tem entre 55 e 64 anos (66 por cento do universo das respostas), encontra-se em situação de reserva ou reforma (85 por cento); vive numa cidade (“grande”, 57 por cento; “pequena”, 20 por cento); e o seu agregado familiar auferirá um rendimento líquido mensal entre 1510 e 3500 euros (39 por cento mais do que este último valor).

Alguns indicadores mais concretos a apontar: simpatiza com o PS (41 por cento) ou então não simpatiza com nenhum partido (21 por cento), admira D. Afonso Henriques ou D. João II acima de todas as outras figuras da História de Portugal, confia muito na Presidência da

República, nas Forças Armadas, na Polícia Judiciária e na Guarda Nacional Republicana (entre 3,7 e 3, por esta ordem, para um grau de confiança máxima de 4 e mínima de 1) e pouco nos partidos políticos (2,2), no Governo (2,3), na televisão (2,4) na Magistratura Judicial (2,5) e no Ministério Público e Jornais (ex-aequo, com 2,6). Militares, Bombeiros e Médicos figuram entre os profissionais que lhes merecem maior credibilidade (entre 3,3 e 3,2, or esta ordem), em contraste com políticos, empresários, advogados (entre 2 e 2,4, por esta ordem). Considera-se uma pessoa pouco (35 por cento), nada (34 por cento) ou apenas razoavelmente religiosa (28 por cento). Está satisfeito com o grau de liberdades alcançado, mas preocupa-se com as violações do direito à privacidade e ao bom nome.

Gritos de alma dos capitães

“Gostaria de ver na sociedade actual: Mais respeito pelos outros; Um “sistema” judicial que merecesse o nome de justo; Uma informação mais próxima e virada para os cidadãos e não para defesa de “grupos; Uma aproximação real das “condições de vida” em Portugal às médias da União Europeia, e não apenas propagandeada; O respeito pelos direitos das “minorias” sem que tal prejudique os direitos das “maiorias”; Ver mais transparência na nossa vida política, e responsabilidade pelos actos praticados.”

Capitão do Exército, não teve nenhuma comissão no Ultramar, pertencia a uma estrutura dirigente do movimento

“Alguns dados esclarecedores: O MFA foi o escândalo do 25 de Abril; a Descolonização exemplar foi uma vergonha; A Democracia é o menor mal dos sistemas políticos, mas corrompido é o pior; A entrada precipitada na CEE é o fim de Portugal; O Conselho de Revolução, foi um aluno do MFA e de militares que pretenderam manter-se na política; Executado o golpe militar do 25 de Abril 74, os militares deviam recolher aos quartéis.”

Tenente-coronel do Exército, várias comissões na Índia e na Guiné, pertencia a uma estrutura dirigente do movimento, participou nas operações militares do dia 25 de Abril

“(…) Muitos militares de Abril foram e são tratados injustamente, embora outros não; A revolução de Abril foi original e teve uma grande repercussão

no mundo; Considero o inquérito interessante mas pouco profundo e muito “fulanista”, quase não toca as motivações, os valores, os ideais – fica-se pela superfície as perguntas estão determinadas pelo que se passou no exército. O inquérito devia ser dirigido a todos os militares e não só aos oficiais.”

1º Tenente da Marinha, uma comissão na Guiné, pertencia a uma estrutura dirigente do movimento, participou nas operações militares do dia 25 de Abril

“A história do 25 de Abril está longe de corresponder à verdade. O compromisso assumido pelos capitães de não falarem durante alguns anos, rompido por uns quantos apressados em se auto-promoveram, deturpou aspectos importantes e marginalizou algumas dezenas de capitães lançados na poeira da História. Os heróis, se os há!, são todos aqueles que na madrugada de 25 de Abril saíram de suas casas à hora H e partiram deixando as famílias em angústia e solidão. (...) O futuro se encarregará de descobrir os oportunistas.”

Capitão do Exército, duas comissões em Angola e na Guiné, esteve ligado ao 16 de Março e participou nas operações militares do dia 25 de Abril

“A história de golpes militares em Portugal acabou – o 25 de Abril foi o último. Quanto aos “porquês?” cumpriu razoavelmente os seus objectivos. Quanto aos “para quês”, não cumpriu, pois não criou as condições para o futuro de Portugal ficar resolvido em profundidade: a) Os cidadãos, como tais, estão “amarrados” apenas aos seus deveres e não se organizam para exercer os seus direitos (apenas dos cidadãos pode aparecer o próximo “golpe militar” – e quando é que eles estarão preparados para o levar a cabo?); b) A roda democrática ficou a girar ao contrário: vai-se do Governo para as empresas e não das empresas para o Governo; os políticos vão para essa actividade como profissão, para terem poder e não só após terem o poder do conhecimento, do trabalho e da experiência (são eles que mantêm a roda a girar ao contrário...)”

1º Tenente da Marinha, duas comissões em Angola e Cabo Verde, participou nas operações militares do dia 25 de Abril

“Todo o processo revolucionário que culminou no 25 de Abril de 1974 é mais um grande exemplo das enormes capacidades e potencialidades dos portugueses em lutar contra as adversidades, terem o sentido das oportunidades e visão estratégica. Ao contrário, o poder político tem revelado, em demasia, uma falta de capacidade efectiva dum enquadramento mobilizador dessas virtualidades,

a bem dum desenvolvimento mais consistente de Portugal e dos portugueses. (...) A intervenção pública de todos os agentes teria de ser de afirmação positiva das nossas energias e menos de lamúrias e vaidades ridículas dum “novo-riquismo” balofo e inútil.”

Capitão do Exército, duas comissões em Angola e Moçambique, pertencia a uma estrutura dirigente do movimento, participou nas operações militares do dia 25 de Abril

“O 25 de Abril era um sonho. Sonho longe de se ter realizado. Espero que não se torne um pesadelo, como parece estar a acontecer.”

Tenente do Exército, uma comissão na Guiné, pertencia a uma estrutura dirigente do movimento, participou nas operações militares do dia 25 de Abril

MULHERES DE ABRIL

Em 1999, os jornalistas seniores do PÚBLICO sentaram-se na plateia e entregaram a edição dos 25 anos da Revolução de Abril aos jornalistas da redacção nascidos depois de 1974. Era o olhar de quem não tinha a experiência vivida da revolução ou da ditadura e o resultado foi uma edição com ângulos de abordagem diferentes dos de outros anos. Recuperamos neste dossier três dos trabalhos dessa edição, sobre as mulheres de Abril, os correspondentes estrangeiros na revolução e as rádios das colónias às quais chegou a notícia da revolução.

A revolução vista de casa

Em Abril de 74 muita gente já pensava que era inevitável uma mudança em Portugal. Quando e como seria é que era uma incógnita. Mesmo para quem estava mais próximo de quem fez a revolução. Enquanto Lisboa se enchia de militares, em casa muitas mulheres não sabiam dos seus maridos. Natércia Maia seria uma exceção. Tal como excepcional foi o dia de Luísa Amorim, Isabel do Carmo e Eduarda Dionísio, três mulheres que, de uma forma ou de outra, já iam tentando mudar alguma coisa

Maria João Guimarães e Eunice Lourenço 25/04/1999

Natércia Maia ouviu “Grândola, Vila Morena” na rádio. Sabia que era a senha para que o seu marido, o capitão Fernando Salgueiro Maia, saísse da Escola Prática de Cavalaria (EPC) para ir derrubar o regime. Da sua casa via a estrada para Lisboa, pelo que foi até à janela vê-los passar. Mas só pelos buracos do estore, pois sabia que, desde o 16 de Março, havia sempre um pido junto ao seu prédio, onde vivam mais dois capitães. Vi-os partir e depois deitou-se. “Passei pelas brasas”, recorda, justificando-se com “o desgaste, a pressão e o stress” que tinha vivido nos últimos dias. Quando acordou já o Rádio Clube Português estava a dar um comunicado do MFA.

A viúva de Salgueiro Maia é um caso especial, porque sabia o que se ia passar. Sabia mesmo muito. Até as senhas para o início do golpe. Bem diferente é a história das outras mulheres de militares de Abril com quem o PÚBLICO falou. Orlanda Mendes tinha 19 anos e estava há dois anos casada com o furriel Adaíl Mendes, da EPC. No dia 25 de Abril não sabia do marido e só o viu passados três dias.

Orlanda soube do golpe militar às seis da manhã pela rádio. “Liguei para Santarém, mas já calculava que ele não estivesse lá. Conhecendo-o como conhecia, pensei logo que nessa ele deveria estar metido”. Não se lembra bem como é que passou o dia. Só se lembra de estar de ouvido colado ao rádio, olhar para o filho de nove meses e chorar. Só ao fim da tarde soube notícias do marido.

Em Lisboa, um casal perguntou a Adaíl se precisava de alguma coisa. Roupa, comida, qualquer coisa ... Ele pediu apenas para telefonarem para o número que lhes deu e dizerem à sua mulher que estava bem. “Ainda fiquei um bocadinho preocupada. Só fiquei a achar que não havia problema depois da rendição de Marcelo Caetano”, lembra Orlanda Mendes, que só veria o seu marido no dia 28, quando, farta de ligar para Santarém, sem grandes resultados, pegou no filho e foi à procura do seu furriel. “Ele ficou terrivelmente surpreendido quando me viu. Nunca pensou que eu

tivesse coragem.” Hoje Orlanda e Adaíl vivem no Entroncamento, na Rua 25 de Abril.

Tal como Orlanda, também Luísa Oliveira, na altura ainda namorada do cadete João Oliveira, também da EPC, não sabia de nada. Às cinco da manhã foi surpreendida por um telefonema. “Era uma cavalheira a dizer ‘o João está bem, está tudo bem’. Fiquei furiosa. Tinha um teste para um emprego nesse dia”, recorda Luísa Oliveira, que até às oito horas foi recebendo telefonemas semelhantes. Eram sempre mulheres “todas muito alegres”. E ela sem perceber nada. “Às oito horas, comecei a ouvir na rádio que tinha havido um golpe de Estado e aí é que percebi. Por volta das nove falei mais tempo com uma pequena – eram todas raparigas novas – e ela explicou-me tudo.”

Afinal todos aqueles telefonemas não eram de namoradas de João, como Luísa chegou a pensar. Eram de raparigas por quem o jovem cadete ia passando e a quem ia pedindo para ligar à sua namorada. “Ele pensou que eu já soubesse a partir das notícias, porque eu tenho o hábito de ter sempre a telefonia acesa”, diz Luísa. Nunca lhe passou pela cabeça que estivesse a haver uma revolução, que acabaria por lhe trazer “um alívio e dos grandes”, porque João estava para ir para a guerra e assim já não foi.

Se Luísa não sonhava sequer com uma revolução, Natércia Maia estava bem a par de tudo. Teve conhecimento da primeira reunião ainda o marido estava em Bissau, onde o visitou, e percebeu o descontentamento entre os militares devido a problemas de carreira. Também percebeu quando este descontentamento “deixou de ser por um problema profissional e passou a ser uma coisa mais alargada”. Passam-se meses. Salgueiro Maia regressa e as reuniões continuam. Chega Abril de 74. No dia 23, já durante a noite, o telefone toca. Fernando atende e diz: “Se calhar é desta.” Ainda não era.

No dia seguinte, diz-lhe novamente que o momento chegou. Antes de sair pega num saco de plástico, para onde deita um molho de lenços e cigarrilhas. Os

lenços, explica Natércia, eram por causa da sinusite, as cigarrilhas “para festejar a vitória”. À saída diz-lhe para estar atenta à rádio e para não atender o telefone. Não era preciso dizer mais nada.

A 25, depois de ter percebido que os comunicados a pedir médicos eram meras precauções, Natércia tentou fazer a sua vida normal. Foi a casa de um aluno que estava doente e depois seguiu para a escola. “Claro que não se fez nada.” Voltou para casa e sentou-se em frente à televisão. “Tomei consciência que as coisas se tinham complicado no Carmo. Pensei: ‘se calhar está lá’. Quando o vi disse: ‘Tinha que ser’”.

“Tinha que ser”, também podia ter dito Luísa Marques Júnior, que embora não soubesse de nada em concreto, sentia que o namorado, António Marques Júnior, então tenente e membro da comissão coordenadora do MFA, andava “com uma vida para além do normal”. Uma vida que fez com que tivesse uma lua-de-mel muito pouco habitual. É que Luísa e António casaram-se no dia 20 de Abril de 1974 e ele aproveitou os dias seguintes para fazer a ligação das diversas unidades. “Dei por mim sem marido. Só vinha a casa para mudar de roupa.”

Luísa Marques Júnior, tal como Orlanda Mendes, diz que “felizmente” não sabia de nada e, mesmo hoje, não gosta de falar publicamente daqueles tempos, porque considera que pessoalizar pode ser “muito aborrecido para as mulheres de outros militares que saíram em situação mais complicadas”. Uma posição semelhante à de outras mulheres com quem o PÚBLICO tentou contactar.

Para Luísa, muito mais importante que a sua experiência foi e é a vida dos filhos dos capitães de Abril, porque nasceram numa época complicada e tiveram de crescer “num ambiente crispado” que considera ter dominado a sociedade portuguesa até meados dos anos 80. “Educar os miúdos no espírito de Abril e trazê-los são até hoje, isso é que foi importante.”

Um dia, três histórias

Uma estudante de Medicina que trabalhava clandestinamente no Partido Comunista Português. Uma professora que estava mais preocupada com as questões culturais. Uma militante das Brigadas Revolucionárias que estava numa casa clandestina no Porto. Três mulheres que, de uma forma ou de outra, se opuseram ao regime. Luísa Amorim, Eduarda Dionísio e Isabel do Carmo contam como foi “o seu” 25 de Abril.

Luísa Amorim não se lembra bem se as histórias que narra aconteceram a 25, se a 26: “Foi um momento tão intenso que é difícil registar.” As memórias

são confusas, mas há episódios que não se esquecem. Como as caras “assustadoras” dos militares da Junta de Salvação Nacional na televisão. Ou o acidente de automóvel causado pela pressa em intervir na história que estava a ser feita.

Há um episódio que recorda: “Quando ia, com o Lino de Carvalho, entregar um documento à Junta de Salvação Nacional, no Rádio Clube Português, a pressa era tanta que, com o nervoso, batemos com o carro contra o muro [ri]. Queríamos que o carro andasse até lá... Fomos com o carro todo estampado na frente.”

A libertação dos presos políticos, em Caxias, foi o que mais a marcou. Lembra-se do silêncio, depois das palmas, das lágrimas que corriam pelas faces. “Foi das coisas mais bonitas que eu vi na minha vida.”

No meio da alegria, houve momentos tristes para esta estudante de medicina e militante do Partido Comunista Português. Lembra a saída de um funcionário clandestino que tinha dado nomes na cadeia. “Ele tinha fraquejado perante a PIDE, e saiu de cabeça baixa. Eu sabia que tinha sido extremamente torturado. Para mim era claro que o inimigo não era ele, era o fascismo. Mas eu nada podia alterar, ele nada podia alterar. E eu fiquei tão triste...”

Luísa Amorim ficou aliviada com o 25 de Abril sobretudo porque era o fim da guerra colonial. E, apesar de estar embrenhada noutras lutas, o que sentiu foi que o seu filho não teria de ir para a guerra.

Depois do dia 25 de Abril, Eduarda Dionísio, professora no Liceu Camões, deixou “as histórias das culturas e das artes” para se dedicar a uma causa concreta: as “questões das escolas, da sua estrutura e gestão, do sindicalismo dos professores”, onde achava que o seu saber podia ser mais útil.

Lembra-se muito bem de ir para Caxias, das horas de espera da libertação dos presos políticos. “E depois do Largo Camões, e da perseguição aos Pides, e daquelas coisas todas.”

Ficou “aterrorizadíssima” com as caras dos militares da Junta de Salvação Nacional na televisão. Sentimento partilhado por Luísa Amorim: “Esperava que eles tivessem estampada na cara aquela alegria toda que eu encontrava nas pessoas na rua.”

Isabel do Carmo, militante do Partido Revolucionário do Proletariado, não esteve nos “sítios excitantes”. Foi surpreendida pela revolução numa casa clandestina no Porto. Depois de cinco anos de luta armada, nas Brigadas Revolucionárias, tinha sido localizada pela PIDE e obrigada a passar à clandestinidade. No dia 25, “um camarada entrou pela casa dentro a dizer ‘houve uma movimentação militar, deve ter caído o regime’. Foi uma enorme alegria, percebia-se que tínhamos entrado em liberdade”.

Foi logo feito um comunicado de saudação ao movi-

mento, dizendo que era altura de deixar a luta armada, “que aquilo não era a revolução dos trabalhadores, mas que era a liberdade”. Correu logo para Lisboa, com uma velocidade medonha, apesar de conduzir “pessimamente”.

Em Lisboa, era preciso arranjar faixas, bandeiras, cartazes. Foi complicado encontrar megafones – “não havia essas coisas em Portugal, nunca tinha havido manifestações de rua legais.” De seguida foi para o Barreiro, onde estava a filha, Isabel, que na altura tinha dois anos.

Fica sempre um bocadinho frustrada quando as pessoas contavam o que é que se passou no Largo do Carmo, no Terreiro do Paço, em Caxias. “Mas para mim nem sequer se pôs a questão de ir para esses sítios, porque eu vinha do

outro mundo, da clandestinidade.”

Os dias seguintes foram “uma loucura”: “Não sei se dormi”. Ficou-lhe a “imagem das pessoas todas a virem para a liberdade, na euforia da liberdade”. **M.J.G.**

JORNALISTAS
ESTRANGEIROS
NA REVOLUÇÃO
DE HÁ
25 ANOS

Correspondentes da liberdade

Chegaram como enviados especiais para contar lá fora o que se passava em Portugal. Pouco sabiam sobre o país ou a situação que se vivia, mas ficaram para escrever. Na memória guardam o entusiasmo que os contagiou, as imagens que fariam nascer um Estado novo. Democrático. Estaria Portugal preparado para a revolução? A resposta é consensual: “Tão preparado que a fez.” Vieram como “jornalistas estrangeiros” e tornaram-se “militantes de Abril”.

Lucinda Canelas e Jorge Miguel Matias 25/04/1999

Seis horas da manhã. Almada. Andrade Santos acorda com um telefonema de um amigo que o alerta para os comunicados que o Movimento das Forças Armadas (MFA) transmite através da rádio. Desde Setembro de 1973 que sabia das reuniões dos capitães. Apanhou o barco em Cacilhas e chegou a um Terreiro do Paço ocupado por tropas e blindados. Seriam “dos bons”?

Andrade Santos trabalhava nos escritórios da agência Reuters, em Lisboa, e estava longe de simpatizar com o regime. Quando pediu a um dos soldados que impedia o acesso à praça que o deixasse passar não sabia o que ia encontrar. Do outro lado do cordão militar estava o capitão Salgueiro Maia, um desconhecido que passou a admirar.

Impressionou-o a serenidade que demonstrou ao afirmar palavras incomuns: “Estamos aqui para derubar o Governo.” Depois de alguns momentos de conversa, Andrade Santos pediu-lhe um documento capaz de explicar o que trouxera de Santarém aqueles 240 homens. Calmamente, Salgueiro Maia tirou do bolso lateral das calças de combate um papel amarelotado. “Nem queria acreditar que aquele papel salmão era o documento em que se dizia que pretendiam democratizar e descolonizar, entregando o poder a uma Junta de Salvação Nacional. Era o programa do MFA”, recorda.

Era urgente enviar aquela informação para Londres. Andrade Santos correu para a Rua do Telhal, onde eram os escritórios da agência, não sem antes pedir ao capitão que o deixasse voltar. O militar teve uma resposta pronta: “Oh, homem! Então a gente está aqui para dar a liberdade aos portugueses e ia começar por a tirar a si, que é jornalista?”

Embora a maioria dos jornalistas tenha sabido da revolução pela rádio, Andrade Santos foi o primeiro a enviar a notícia escrita para o exterior. Devido à situação periférica e ao regime político existente até à data, Portugal não atraía a comunicação social estrangeira. Os poucos profissionais que vieram eram quase

todos jovens pouco experientes e, segundo o jornalista Werner Herzog, “estavam quase todos mal preparados para abordar a situação”.

Dominique Pouchin era um estagiário no diário francês “Le Monde” quando um acaso o trouxe ao golpe falhado das Caldas da Rainha, acabando por assistir ao 25 de Abril. O espanhol Carlos Elordi tinha apenas 26 anos e trabalhava para o semanário “Actualidad Económica”. Reconheceu ao PÚBLICO que do outro lado da fronteira era grande o desconhecimento sobre a situação portuguesa: “O 25 de Abril foi a grande entrada de Portugal na vida dos espanhóis. Houve muitos que o trocaram por Espanha – preferiam viver num país democrático do que num país franquista.”

O tempo era dado a radicalismos, de esquerda e de direita. Também Elordi era um militante antifranquista e, apesar da relativa abertura que o regime de Franco permitia nos relatos de política internacional, acabou por sair do jornal para o qual trabalhava, um periódico que não correspondia ao entusiasmo com que pretendia tratar a revolução portuguesa. “Deixei o jornal por causa de Portugal. Não me davam o espaço que eu queria.”

Em vespertinos como o “Pueblo”, para onde trabalhava Vicente Talón, nada foi proibido. A censura actuava sobre a política nacional e deixava os assuntos externos de parte. Talón afirma, sem rodeios, que decidiu fazer a “completa glorificação do 25 de Abril” e fê-lo sem restrições. “A revolução teve um impacto tremendo em Espanha e no antifranquismo. Por comparação ao general Spínola, Franco chegou a receber centenas de monócolos.”

Aos jornalistas estrangeiros não era difícil aceder à informação. O clima que dominava a classe era de completa abertura. Tanto nas redacções dos jornais como nos “halls” dos grandes hotéis. Na rua, “qualquer louco subia a um banco” e fazia-se ouvir, recorda Talón. O Parque Mayer, foco de resistência por tradição, exibia revistas que parodiavam a ditadura – “Pides na Grelha” era uma das mais concorridas. O Rossio

era ponto de encontro pela noite dentro. Nos cafés, descobria-se sempre alguém conhecido, frequentemente jornalistas portugueses que disponibilizavam fotografias e informações a toda a hora. Para Elordi, o jornalismo português da época era “muito militante, um verdadeiro contrapoder” que começava então a dar os primeiros passos depois de 40 anos a fingir a censura. Questionava-se então, se a recém-conquistada liberdade de imprensa devia abranger publicações como a “Playboy”.

Para além dos que se converteram em militantes do 25 de Abril, houve quem se convertesse em jornalista. O norte-americano Sandy Sloop era aluno na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Para poder andar na rua durante todo o dia, faltou a um exame de História Portuguesa e acabou por presenciar um dos seus mais marcantes episódios. “Assisti à criação do símbolo da revolução, quando as vendedoras de flores do Rossio lançaram cravos de todas as cores aos soldados”, afirmou ao PÚBLICO. O dia 26 de Abril assinalou o início da sua ligação ao jornalismo. O entusiasmo da véspera entregou-o a uma profissão que ainda hoje exerce.

Aos olhos dos que vinham de fora, o Portugal pré-revolucionário era um país triste. Com a revolução tornou-se eufórico. Foi esta transformação emocional vivida pelo povo português que mais impressionou os jornalistas estrangeiros. Elordi resume sem reservas a experiência que partilharam: “Esperava ver gente na rua e vi. Esperava ver um exército ao lado do povo e vi. Vi o que queria ver.”

Walter Haubrich, alemão

Saudades do entusiasmo popular

“Dirigem-se a Lisboa os alemães Müller e Haubrich e o espanhol Oneto. Não os percam de vista.” Às primeiras horas do dia 25 de Abril, a revolução ainda não tinha chegado à fronteira do Caia. As autoridades policiais fronteiriças cumpriam ainda rotinas de anos, de décadas, enviando para a sede da PIDE, em Lisboa, um telegrama com indicações sobre os jornalistas considerados suspeitos que acabavam de entrar em Portugal.

Walter Haubrich era o correspondente para a Península Ibérica do jornal alemão “Frankfurter Allgemeine” e descobriu aquela mensagem horas depois de ter chegado a Lisboa. Tinha sido a última recebida na sede da polícia política do Estado Novo.

Na altura com 38 anos, Haubrich reconhece actualmente que estava “emocionalmente ligado” ao 25 de Abril. Esperava noticiar “um povo conquistando liberdades”. Uma expectativa que se cumpriu e lhe deixou

recordações. E saudades. Muitas. “Sentirei sempre falta do entusiasmo popular por um grande ideal.”

Também viveu a surpresa. Esperava uma mudança política, mas sem imaginar que ela resultaria de uma iniciativa militar. Por isso ficou-lhe na memória uma revolução armada, mas ao mesmo tempo pacífica e bem sucedida.

Pouco antes de morrer, um dos homens que naquela noite preocupou a PIDE, o jornalista Volkhard Müller, correspondente do “Der Spiegel” e companheiro de viagem de Haubrich, encarregou-o de entregar o seu espólio fotográfico do período revolucionário à Associação 25 de Abril. Contactada pelo PÚBLICO, esta entidade não tem ainda conhecimento do legado.

Vicente Talón, espanhol

“Vivia tudo aquilo como se fosse meu”

“Bom, não acontece nada. Ficamos em Badajoz e amanhã regressamos a Madrid”, disse Vicente Talón ao seu companheiro de viagem, o adido de imprensa da embaixada de Espanha em Lisboa, na noite de 24 de Abril de 1974. Tinha sido acordado pela notícia de que algo se passava em Portugal. “Pensei logo que se tratava de mais uma sargentada das Caldas da Rainha mas, pelo sim pelo não, decidi ir, até porque o meu carro novo estava em rodagem...”, recorda. Uma marcha militar ouvida na rádio alterou os planos e levou-os a passar a fronteira quando as chaimites se preparavam para a encerrar. Mesmo a tempo.

No vespertino “Pueblo”, Vicente Talón era tido como um dos mais experientes enviados especiais. Aos 37 anos, conhecia de perto as guerrilhas da América Latina e a situação no Ultramar, cobrira a Guerra do Vietname e viera a Portugal no golpe falhado do 16 de Março. “Era um país parado no tempo” e isso notava-se na roupa das mulheres que não se maquilhavam ou na decoração própria dos anos 40 do Salão de Festas de Lisboa.

O desfile dos tanques é lembrado como uma qualquer procissão minhoto, a par de episódios tão pitorescos como o daquele homem que, na manhã do dia 25, insistia no meio da eufórica redacção do “Diário de Notícias” em publicar um anúncio em que prometia uma recompensa a quem encontrasse o seu periquito verde.

Os textos eram enviados por telex ou por telefone e escritos, na maioria das vezes, do seu quarto de hotel, a partir de notas confusas, produto do “entusiasmo por uma revolução que já sentia” como sua.

A semelhança entre o Estado Novo e o regime franquista levou a revolução a preencher muitas primeiras páginas do “Pueblo”, “convertido que estava [como a

maioria dos jornalistas estrangeiros] em militante do 25 de Abril”: “Nós escrevíamos Portugal e o leitor lia Espanha. Escrevíamos Salazar ou Caetano e o leitor lia Franco. Irremediavelmente.”

Colette Braeckman, belga

Pobres, mas contentes

Chegou em Março de 1974 por causa do golpe das Caldas da Rainha e ficou para ver o mês seguinte. Tinha apenas 25 anos, mas já contava com alguma experiência como enviada especial do jornal belga “Le Soir”. Conhecia de perto a situação das colónias e sentia-se profundamente ligada à revolução pelo contacto que mantinha com os exilados portugueses em Bruxelas.

O facto de ser mulher – e ainda por cima estrangeira – em nada afectou o acesso às fontes de informação. Até numa reunião presidida por Spínola, na qual se discutia a quem cabiam os cargos da nova ordem, lhe foi permitido entrar. Até alguém dar pelo engano.

A revolução povoava as páginas do seu diário a gosto. “Até porque o ‘Le Soir’ tinha uma forte tradição de luta pelos direitos humanos e a simples existência de presos políticos punha-o em marcha”, afirmou ao PÚBLICO.

Lembra o ambiente que se vivia nas ruas de Lisboa com o entusiasmo próprio do mais empenhado dos militantes de esquerda. E faz questão de sublinhar que ainda hoje tem nas estantes grande parte dos discos e cassetes que comprou na altura, para garantir que não esqueceria as canções que então sabia de cor.

Durante aquele período viajou do Minho ao Algarve à procura da revolução. Guarda consigo a imagem de um Alentejo “pobre, mas contente”.

AS RÁDIOS NAS COLÓNIAS

Ondas curtas

Eunice Lourenço 25/04/1999

No dia 25 de Abril de 1974, David Borges estava a fazer um churrasco de frango com um grupo de amigos e colegas do Rádio Clube da Huíla, quando alguém lhes foi dizer que “tinha acontecido alguma coisa” em Lisboa. “Fomos todos para o rádio sintonizar a Emissora Nacional e passamos lá parte da noite.”

Foi principalmente pela rádio que a Revolução de Abril foi chegando às colónias. Pela rádio de ondas curtas chegou primeiro aos poucos que tinham receptores e, no caso de Angola, aos rádios clubes que existiam em cada capital de distrito e que faziam muito do seu noticiário através da escuta em onda curta de emissões internacionais em português de rádios como a BBC, a Voz da América ou a Rádio Berna. Mais à socapa, mas tanto entre civis como entre militares, ouviam-se as emissões portuguesas feitas em Argel.

Foi precisamente por causa das emissões em onda curta que David teve o seu único contacto com a PIDE. Um dia, andava à procura da emissão da Rádio Berna quando ouve uma voz portuguesa que falava de uma greve dos cobradores e da presença de uma delegação de Portugal numa feira em Moscovo. E põe as notícia no ar. “Fiquei espantado com a visita do inspector da PIDE.” Como o homem era “uma pessoa da terra” apenas lhe passou uma reprimenda. Mas nem isso aconteceu quando, num Dia da Mãe, puseram no ar uma reportagem em que soldados portugueses lamentavam e questionavam o facto de estarem em Angola. Impensável na metrópole.

Embora reconheça que nas colónias a repressão não era tão apertada, também Eugénio Côrte-Real, hoje na Antena 1, viveu alguns episódios de censura quando trabalhava na Rádio Clube de Moçambique. Um deles aconteceu quando acompanhou o então governador de Moçambique, Baltazar Rebelo de Sousa, numa visita ao Clube dos Ferroviários da Beira, onde disse qualquer coisa como: “Isto é muito bom para aqueles senhores que estão no Polana a fumar charutos e não se apercebem dos pretos”. Eugénio gravou e já ia a caminho do RCM quando o carro de um assessor de Rebelo de Sousa o intercepta e lhe confisca a fita. Mesmo assim considera que em África “se fazia melhor rádio que aqui”. Em Moçambique, além do RCM, que tinha três estações e vários canais regionais, havia a Emissora do Aeroclube da Beira e a Rádio PAX, ligada à Igreja Católica.

Em Angola o universo radiofónico era ainda mais activo. Imperava o regime dos rádios clubes, que exis-

tiam em todas as capitais de distrito, embora não tivessem muita potência. Por isso, pouco mais além iam que os limites da própria cidade. Eram, no entanto, rádios muito dinâmicas, com uma lógica de produção independente e com forte influência do Brasil, que acabaram por ter muita influência em Portugal, uma vez que por lá se fizeram nomes como Carlos Cruz, Fernando Alves, António Macedo, David Borges ou Emídio Rangel. Também eles fizeram uma revolução muito própria quando cá chegaram: a revolução da rádio.

Voltaram em alguns casos sem nunca terem pensado sequer pôr os pés em Portugal. “Nunca me passou pela cabeça a ideia de não ser considerado angolano”, afirma David Borges, que deixou o Rádio Clube de Huíla no dia em que o quiseram obrigar a ler, de hora a hora, uma citação do “Livro Vermelho” de Mao e lhe começaram a destruir a sensação que teve no dia 25 de Abril. “Tivemos a noção de que tinha havido um golpe militar e que as coisas iam mudar em Angola, uma terra que sentíamos que podia caminhar sozinha e que era a nossa terra.” Hoje continua a fazer rádio para a sua terra, dirigindo a RDP- África.

Bem diferente era a rádio que se fazia na Guiné-Bissau, embora fosse também bem mais arejada que a de Portugal, onde existiam apenas a Rádio Renascença, o RCP, os Emissores Associados e a Emissora Nacional. A diferença estava sobretudo no facto de só haver a estação oficial e de esta ser controlada pelos militares. Eram, no entanto, uns militares especiais, herdeiros da governação spinolista do território. Por isso, como afirma José Manuel Barroso, que foi “uma espécie de assessor” de Spínola para a área da comunicação social e actualmente é jornalista do “Diário de Notícias”, esta era “a única província ultramarina em que o MFA actuou no sentido de tomar o poder”, tendo os acontecimentos de Lisboa sido seguidos “a par e passo”.

Com Spínola a rádio foi vista como um meio para a valorização das populações locais e tinha três tipos de programas: em português, para os militares, em crioulo e línguas nativas para a população, com informação, sobretudo, sobre saúde, higiene, educação e em francês para a Guiné Conakri.

ENTREVISTAS

OITO NOMES NA HISTÓRIA
DE VINTE ANOS

POR MARIA JOÃO AVILLEZ

ALMEIDA SANTOS
E A DESCOLONIZAÇÃO

POR SÃO JOSÉ ALMEIDA

O espírito civil da revolução

Protagonista por excelência do período revolucionário e das duas décadas que se seguiram à revolução de 1974, Mário Soares, o primeiro civil a chegar à Presidência da República depois de 1974, encerrava o ciclo de 16 entrevistas sobre o 25 de Abril que Maria João Avillez, publicadas entre Janeiro e Abril de 1994, das quais seleccionámos oito para este dossier.

Maria João Avillez 24/04/1994

Chegou a Portugal vindo da deportação, em São Tomé e Príncipe, em 1969. Qual era o clima?

Encontrei um país trabalhado por dois acontecimentos: internacionalmente, houvera o Maio de 68, em França, que criara um grande movimento contestatário nos estudantes e nos jovens; e, cá dentro, encontrei uma certa abertura do regime – vivia-se o início da era marcelista. Caetano estava ainda, nessa altura, talvez, disponível para realizar uma abertura, no plano político. Depois, não foi capaz – ou não teve coragem – de lutar contra Thomaz, que o nomeara, aliás, contra os ultras do regime. E não enfrentou o que era chave do problema: a guerra colonial. A situação perpetuou-se, agravou-se; apodreceu.

Quando regresssei, tinha porventura uma certa aura na oposição, mas não nas correntes de esquerda, quer no Partido Comunista, quer naquela esquerda influenciada por Maio de 68 e por certa mitologia da democracia directa e do espontaneísmo na intervenção política...

... e que olhava para si quase com displicência...

Achavam que eu era demasiado clássico na minha fidelidade à democracia representativa. Vindo de São Tomé, de uma injusta deportação, eu aparecia, naturalmente, como a figura marcante da oposição, mas eles não entendiam assim, incomodava-os.

Houve então um primeiro facto grave, numa sessão oposicionista unitária – como de costume... – no 31 de Janeiro de 1969, no Porto; fui apupado por uma rapaziada da extrema-esquerda e por alguns PC. Diziam que eu queria contracenar com Marcello Caetano... Ora eu tinha uma visão, julgo, realista e lúcida do que se podia fazer em Portugal, país da NATO, do extremo ocidental da Europa. Pensava que era possível restabelecer a democracia e resolver o problema colonial, de acordo, aliás, com o que pensavam os nossos principais aliados...

... que era?

... fazermos acordos para uma paz negociada em África, conduzindo a evolução das nossas colónias para a autodeterminação e para a independência. Mas uma evolução lenta, gradual e controlada. Com o auxílio

dos americanos e dos europeus – particularmente os ingleses, os alemães e os franceses.

Por outro lado, pensava também que era possível evoluirmos para uma democracia de tipo ocidental que nos levasse a uma futura integração na Comunidade Europeia. Mas não mais do que isso. Se avançássemos mais, não só cairíamos numa situação caótica – como de facto veio a suceder, depois do 25 de Abril – como seríamos necessariamente contestados à direita e à esquerda e entraríamos no jogo das superpotências e das divisões entre blocos...

Era possível apesar de tudo, com o rumo dos ventos internacionais dessa altura, pretender isso?

Teria sido mais possível se Marcello Caetano tivesse jogado o jogo democrático. Evitar-se-ia o que ocorreu em 1975 – uma confrontação decisiva, à qual teríamos, nessa hipótese, sido poupados...

Falou alguma vez com Marcello Caetano?

Nunca. O que pode ter sido um erro. Fui seu aluno e depois tive processos em que estabeleci uma relação profissional com ele, como advogado. Inclusivamente, quando estava em São Tomé, pedi-lhe um parecer sobre a minha deportação. Como sabe, recorri da decisão administrativa, atribuída ao Conselho de Ministros, que me deportou. Quem me tratou disso, como advogado, foi o meu saudoso amigo José Magalhães Godinho. Então pedi, por escrito, de São Tomé, um parecer ao prof. Marcello Caetano. Respondeu-me dizendo que não me dava o parecer porque seria desfavorável: entendia que o Governo tinha o poder discricionário de me deportar – o que eu contestei –, embora ele achasse que a minha deportação era injusta e que tinha sido um erro político. Disse isso numa carta que me escreveu, dias antes do Salazar ter caído da cadeira, e que eu conservo.

A sua posição era então...

... uma posição claramente socialista – pertencia à Acção Socialista Portuguesa – e unitária, porque achava que toda a oposição se deveria unir no combate à ditadura. Mas dentro dos parâmetros da democracia pluralista.

Unitária, no sentido de se aliar ao Partido Comunista?

Com o Partido Comunista e com todos os outros partidos, grupos e movimentos da oposição, mesmo os de extrema-esquerda. Era o quadro que me parecia o mais correcto.

Nessa altura fizera já contactos com a Internacional Socialista – tinham cá vindo dois secretários-gerais da IS e membros de diversos partidos socialistas europeus – e estivera num congresso da Internacional, em Eastburn, em que falei em nome dos socialistas portugueses. Foi em 1969, fomos lá publicamente – o Tito de Morais e o Ramos da Costa (que estavam no exílio), o Gustavo Sormenho e eu. Soube-se, veio tudo nos jornais da época. Tinha, portanto, um enquadramento político bastante abrangente, mas, ao mesmo tempo, moderado. Talvez por isso tenha sido tão contestado...

Que fez quando percebeu que a “unidade” era impossível?

Em 1969, o rompimento deu-se numa célebre reunião no Palácio Fronteira – onde eu não estive, de propósito..., mas em que esteve o Zenha, o Jaime Gama, a minha mulher, o José Luís Nunes e outras figuras ligadas à Acção Socialista Portuguesa. Percebemos que queriam esmagar-nos e não deixámos.

A unidade rompeu-se apenas em Lisboa, no Porto e em Braga. Simplesmente, eles tiveram a esperteza de se organizar como CDE, em Lisboa, Braga e Porto, quando a sigla unitária era CED (Comissões Eleitorais Democráticas) em todos os outros distritos, onde participava toda a gente. Daí a confusão. A minha mulher, por exemplo, participou nas eleições por Santarém, com o António Reis – então completamente sintonizado com a CDE de Lisboa –, com comunistas e gente de extrema-esquerda. Houve, aliás, militantes do Partido Comunista que não queriam o rompimento: o Cardia, por exemplo – ainda então no Partido Comunista –, lutou contra essa ideia.

A verdade é que alguns católicos progressistas, aliados ao grupo que viria mais tarde a ser o MES – Sampaio, Galvão Teles, etc. –, aos comunistas e a certa esquerda “festiva”, puseram-se de acordo para fazer surgir uma figura de grande prestígio, na altura, e que utilizaram contra mim, Francisco Pereira de Moura. Apareceu como a personalidade de referência da oposição. Aliás, com justiça: nessa altura tomou posições de grande coragem e destaque.

A ironia é que quem é preso a seguir...

... quem foi mais combatido por Marcello Caetano – que percebeu perfeitamente de onde lhe vinha o perigo – fomos nós, os da CEUD. Percebeu que o elo forte da cadeia – não obstante os resultados eleitorais – eram os socialistas. Daí a prisão do Gama e do Zenha e, depois, o meu exílio forçado para França.

Falando agora do acto eleitoral...

As eleições foram viciadas com certeza. E talvez, tam-

bém, nos resultados relativos entre a CEUD e a CDE. Só nos medimos em Lisboa, Braga e no Porto. No Porto, ganhou a CEUD; em Lisboa e Braga, a CDE, por larguíssima maioria. Não sei se os resultados foram também aí pré-fabricados, se correspondiam ou não à realidade. É possível que, nesse momento, a juventude estivesse com a CDE; nós tínhamos posições fracas no operariado, entre os trabalhadores e os estudantes. Foi uma grande lição para mim. Marcou, no entanto, uma viragem importante: o aparecimento público, perante o país, de uma corrente individualizada, socialista democrática, não comunista.

Que fez a seguir a essa grande lição?

Parti, antes da prisão do Zenha e do Gama, para uma longa viagem ao estrangeiro. Em Washington, soube das prisões deles. Alguns amigos, particularmente republicanos espanhóis – Victória Kent, por exemplo – que estavam no exílio, nos Estados Unidos, onde tinham importantes relações nos meios jornalísticos, organizaram-me uma conferência de imprensa no American Press Club. Foi um acontecimento importantíssimo. E, no entanto, só disse o que antes dissera em Portugal: que era contra a guerra colonial; a favor de um cessar-fogo nas colónias e da abertura imediata de um diálogo com as forças nacionalistas. Mas a repercussão internacional foi enorme.

Caetano considerou a minha conferência como uma afronta feita a Portugal. Fizeram-se manifestações de desagravo, a dizer que eu era um “traidor à pátria”, nas paredes a PIDE escreveu inscrições chamando-me “cão judeu” e outras amabilidades do género... Pretendeu criar-se uma sensibilização contra mim, para justificar a repressão que se preparava.

A minha mulher telefonou-me para Nova Iorque, dizendo-me que não regressasse. Temia que fosse preso, morto ou enviado de novo para as colónias. Fui então para França e recomecei o livro iniciado em São Tomé, “Portugal Amordaçado”. Fiz outra conferência que também provocou algumas ondas, em Lisboa, no Conselho da Europa, sobre os atentados aos direitos humanos e os presos políticos em Portugal e nas colónias. Depois, passei algum tempo em Itália, em casa do meu amigo Mário Ruivo, em Piediluco, onde acabei o livro. Isso passou-se em 1970. O livro saiu em 1972.

Entretanto, em Portugal, o regime agonizava, perdidas as ilusões da ala liberal e...

... entendi, por isso, que era a altura de criar formalmente o Partido Socialista, o que ocorreu em 1973, na Alemanha, dando início a uma política e uma estratégia autónomas e claras de partido. Nesse sentido, preconizei, em 1973, que refizéssemos a unidade com os comunistas, num acordo muito transparente para um fim concreto: o derrube da ditadura.

Mas se, em 1969, compreendera que eles o queriam

esmagar, por que é que, quatro anos mais tarde, as coisas haveriam de ter mudado?

Havia que reagrupar forças numa ampla frente comum contra o regime, com fronteiras bem delimitadas e a posição socialista bem definida. Esta havia sido expressa em manifestos assinados por personalidades conhecidas de todo o país.

Que lembra hoje dos seus encontros, no exílio, com Cunhal?

O PC temia que nos transformássemos num partido forte. Sabiam que havíamos sido acolhidos na IS e que contávamos com o apoio dos partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas europeus. Eu próprio viajara na América Latina encarregado de missões da IS em diversos países, a começar pelo Brasil. Cunhal sabia que eu tinha uma posição forte e de prestígio na Europa democrática, dominada, nessa época, pela social-democracia e pelo socialismo democrático.

Como era a relação com ele nesse tempo?

Distante e algo formal. Mas correcta. Ele era o secretário-geral do Partido Comunista, na altura todo-poderoso, eu era o secretário do PS, que ele respeitava como tal. Os nossos encontros ocorriam sempre numa sede arranjada pelo PC francês ou pelo PS francês. Alternávamos.

Começava então em França a União da Esquerda...

Começava. Cunhal queria, naturalmente, repetir a fórmula em Portugal. Julgava que era o mais longe que poderia ir. Só muda de estratégia quando se apercebe de que a desorientação de alguns militares lhe podia dar uma grande boleia. Mas eu sabia que havia no plano unitário um caldo de cultura pró-comunista no MDP existente, onde estavam independentes, esquerdistas e simpatizantes comunistas.

A sua admiração por Álvaro Cunhal começara antes, quando andou por lá?

A minha admiração vem de décadas antes, quando ele era regente de estudos no colégio do meu pai. Tinha 15, 16 anos quando o conheci; ele, 27 ou 28 anos. Depois, fui do PC, era uma das esperanças da juventude comunista e, nessa altura, tive relações muito próximas com ele, quando estava na clandestinidade. Considerava-me como uma espécie de bom discípulo, uma figura que poderia vir a lançar... Depois houve toda uma evolução – azedas críticas, afastamentos, cortes, da minha parte, e denúncias, da parte do PC, contra mim. Estava ele na cadeia quando isso se passou... Tornou, depois, a haver reencontros entre nós, mas já comigo numa posição completamente diferente, de total independência.

Em fins de 1973, inícios de 74, qual era o seu exacto conhecimento do “movimento dos capitães” que estava em curso?

Tinha diversas informações, sobretudo pelo jornal “Re-

pública”, onde dominavam os socialistas. Os militares descontentes canalizavam informações para o Rego e para o jornal, que era o rosto visível da oposição. Um sobrinho meu, José Manuel Barroso, era uma espécie de oficial às ordens de Spínola; foi ele que lhe levou o meu livro “Portugal Amordaçado”; ia-me dando informações do que se passava na Guiné.

Nunca encontrou Spínola?

Tive contactos indirectos com ele, por intermédio do Presidente Senghor. Estive até para o encontrar nas vésperas do assassinato de Amílcar Cabral, em Casamansa, na fronteira da Guiné-Bissau com o Senegal. Senghor convidara-o para lá ir, uma vez mais, e a mim para me encontrar com ele. O que não ocorreu porque, quando eu estava já de vacinas tomadas, pronto a partir, tomei conhecimento de que fora assassinado Amílcar Cabral. Fiquei em pânico: “Ó diabo, pensei, se calhar foram os portugueses, a PIDE.” Falei ao Senghor, ele achou que era melhor adiar.

Qual foi o seu papel, se é que houve algum, num projecto de Sá Carneiro que visava que o general Spínola concorresse às eleições presidenciais de 1971?

Soube disso “a posteriori”. Mas não tive nenhum papel. Sá Carneiro teve, nessa altura, contactos com o Jaime Gama, que lhe fez uma entrevista onde ele disse, pela primeira vez, que era social-democrata. E o Gama, arguto como sempre, perguntou-lhe: “Sabe que essa corrente social-democrata, em Portugal, está identificada com um nome, que é o do dr. Mário Soares?” Sá Carneiro respondeu: “Se é assim, estou identificado com ele.”

Infelizmente, não levou isso às últimas consequências... Porque quando me anunciou, logo após o 25 de Abril, na embaixada de França – éramos nós ministros do I Governo Provisório –, que ia fundar o Partido Social-Democrata, eu perguntei-lhe porquê, se já existia um Partido Socialista. Ele reagiu dizendo-me que éramos marxistas.

E não eram?

Até havia militantes que gritavam “Partido Socialista, partido marxista!” Mas nunca me ouviu gritar isso a mim. Havia uma inspiração marxista que constava dos textos fundamentais do partido. Como, aliás, nos textos da social-democracia de Sá Carneiro... Não havia razão nenhuma objectiva para ele formar um partido à parte... Podia ter sido, desde o início, o mesmo partido. Mas ele não o entendeu assim... E com alguma razão, diga-se. Não foi logo social-democrata, mas popular-democrata, não só porque o nome estava ocupado por um pequeno partido criado pelo Adão e Silva e com o prof. Palma Carlos – que não teve sequência –, mas porque o PPD, desde o início, na sua estrutura de aderentes representava gente muito heterogénea, alguma ligada ao antigo

regime, ao marcelismo principalmente.

Quando chega a Portugal em Abril de 1974, qual é exactamente a sua ideia? Penso que o ouvi dizer que a esquerda portuguesa seria naturalmente ocupada sobretudo pelo Partido Comunista, que ao PS português restaria um lugar menor, e que gostaria de fazer um jornal, o equivalente ao francês “Nouvel Observateur”.

Disse isso, tal e qual. A minha ideia era exactamente essa. Pensava que a evolução do regime seria muito diferente da que foi: nunca pensei que houvesse esta vaga revolucionária, esquerdizante, que deflagrou sobre o país, que as pessoas, no espaço de poucos dias, fizessem uma tão grande revolução mental, aparente ou real... De repente, acordaram a dizer que queriam o socialismo, a transformação radical das estruturas! Todas pareciam querer libertar-se de um grande complexo de culpa colectivo...

Pensei que íamos ser uma democracia política, tranquila, onde surgisse um partido democrata-cristão forte e um partido republicano liberal, representativo do pensamento conservador e burguês. Sempre pensei que os partidários do antigo regime eram mais numerosos e importantes do que se revelaram, podendo mesmo vir a formar um partido de direita, mais ou menos democrático. Além disto, havia um Partido Comunista que parecia muito forte, como o italiano ou o francês da época...

... e quando é que chegamos a si?

Eu? Representaria um Partido Socialista como o PS francês da altura: minoritário, em relação aos comunistas; semelhante ao PS italiano ou ao que nós pensávamos que seria o PS espanhol. E, naturalmente, sentir-me-ia muito satisfeito se fosse deputado e pudesse ter um jornal de comentário e formação política, virado para o futuro, do estilo do “Nouvel Observateur”. Afinal...

É extraordinária essa confissão.

Porquê? Extraordinário foi o regime fascista – ou ditatorial – desmoronar-se com tanta rapidez, sem ninguém que o defendesse, gasto e apodrecido com a guerra colonial... Senão, essa seria a evolução previsível, normal. A que houve nos outros países da Europa do Sul. Deixe-me manifestar-lhe ainda a minha surpresa. Quando li, na entrevista que lhe deu o prof. Gonçalves Pereira, que, em 1973, o Marcello Caetano lhe dissera que, se houvesse eleições presidenciais livres, eu seria talvez o vencedor, fiquei estupefacto. Em 1973, nunca me passaria tal ideia pela cabeça!...

Chegou a Portugal com essa convicção de que o PS, como ocorria então na Europa, seria um pequeno partido e que o PC ocuparia a esquerda. É por isso que foi receber, da maneira como o fez, o dr. Álvaro Cunhal ao aeroporto, no fim de Abril?

Fizera uma reunião, dois meses antes, com o dr. Álvaro

Cunhal e com as direcções dos dois partidos na qual tínhamos previsto que o derrube do regime podia acontecer. Tínhamos até assinado um documento conjunto, por coincidência, para sair em 25 de Abril! – por razões internas do PC, eles quiseram ocultar a data exacta da reunião e, por isso, atrasaram um mês a publicação do documento – no qual declarávamos que era indispensável que o regime desaparecesse, que houvesse a abertura de negociações para a paz em África, com o reconhecimento do princípio da autodeterminação dos povos, e que queríamos um regime de liberdade democrática, em Portugal, aberto às conquistas sociais europeias. Não se ia mais longe do que isso. Foi nessa perspectiva que recebi o dr. Álvaro Cunhal, como um grande resistente...

... na televisão parecia que era como um herói...

... antifascista, que incontestavelmente foi. Mas, nesse próprio dia, fiquei chocado: ele falou de cima de um carro militar, como se lembra, no meio daquela confusão de pessoas; senti que me afastava um pouco, não me queria ali...

Eu fora esperá-lo no meu carro particular, a guiar, com a minha mulher. Disseram-me “Venha connosco”, no cortejo que ia para a Cova da Moura. O dr. Álvaro Cunhal partiu num carro à frente e puseram-me a mim num segundo carro, mas enquadrado por dois comunistas, no banco de trás. Ora, compreendi que toda aquela população queria aplaudir-me tanto como ao dr. Cunhal. Éramos ambos exilados que haviam regressado em triunfo. Mas não podia. Eu estava abafado, ninguém me via. Quando cheguei ao Campo Grande, pedi-lhes para parar. Disse-lhes que não estava a fazer nada ali. Saí e fui para casa.

Que sentimento teve?

Verifiquei que havia uma estratégia premeditada. Era natural quererem pôr em evidência o seu líder. Menos natural foi o que se passou depois. Não precisavam de me esconder...

Que retém dos dias seguintes? Do 1º de Maio?

Quando cheguei, queriam que fosse ministro sem pasta e alguns, como o Jorge Campinos, queriam mesmo que eu reclamasse o lugar de primeiro-ministro! Achei isso extraordinário: não estava preparado para tal, principalmente no plano das convicções próprias. Respondi que era absurdo. O Zenha também achou.

Nessa altura, ainda estávamos em boas relações com o Partido Comunista. A manifestação do 1º de Maio foi organizada pelos sindicatos, fundamentalmente pela Intersindical. Mas havia também socialistas nas estruturas sindicais. Como a Intersindical era muito pró-comunista, achámos que devíamos fazer uma distinção. Combinámos mobilizar o máximo de gente para a Duque d’Ávila, sede da nossa cooperativa, para dali marcharmos para a Alameda, de onde partiria a manifestação.

Fomos em grupo, algumas centenas ou milhares de pessoas. À frente, o Rego, o José Ribeiro dos Santos, o Tito, o Ramos da Costa, o Zenha, o Magalhães Godinho, o Soromenho, o Cardia, o Gama, o Manuel Serra, o Reis, o Marcelo Curto, o Catanho, toda essa gente do PS da altura. E o Palma Inácio, que era muito popular, porque tinha acabado de sair da prisão. Concentrámo-nos num sector absolutamente socialista, perto do Império; os comunistas, também em grande número, estavam do outro lado da Alameda.

Entretanto, um dirigente da Intersindical veio ter comigo e disse-me que eu devia ir ao lado do Cunhal, os dois a abrirem a manifestação. A iniciativa portanto foi deles, com uma certa insistência até. Fui, com dois operários socialistas. Cunhal e eu avançámos, de braço dado, até ao estádio. Aí, discutiu-se como seriam os discursos, havia muita gente a querer falar. Por sugestão deles, falava o Teotónio Pereira e o Pereira de Moura – achei bem –, alguém da Intersindical, eu e o Cunhal. Disseram-me que o último orador seria o dr. Cunhal. Perguntei porquê. Alegaram a questão de idade... Falei, portanto, imediatamente antes do dr. Cunhal...

Se voltasse atrás, seria tudo igual?

Teria feito o mesmo discurso, não estou nada arrependido. Fui o penúltimo a falar, espontaneamente, sem papel e com bastante êxito, parece, junto do público. Era um mar de gente, impressionante. Falei ao sentimento das pessoas, empregando palavras simples, com naturalidade e com força. Marquei um ponto importante. O Cunhal leu um papel e fez um discurso muito estudado, pareceu-me. Meteu-se entre um marinheiro e um soldado, levou-os à frente, de mãos dadas, toda uma simbologia... O truque deu-se quando acabei o meu discurso e as pessoas aplaudiam delirantemente: cortaram os aplausos com uma charanga de música e, depois, o hino nacional, aparecendo o Cunhal, em apoteose, como a grande vedeta da tarde. Aí, irritei-me um bocado, confesso.

Mas, enfim, fiquei compensado por ter falado para aquela imensa multidão, tentando imaginar quantos socialistas haveria ali naquele enorme mar de gente. Seriam poucos? Tive, contudo, algum êxito, as minhas palavras entraram nas pessoas – senti-o –, fui muito aplaudido. Depois veio a charanga, o Cunhal, que fez um discurso meditado, de tese. Então, percebi que ele começava a ter uma ideia do que poderia fazer, mas não a que depois veio a conceber. Essa, julgo, só a formulou muito depois...

Entretanto é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros...

Fui convidado para ministro pelo general Spínola. Depois de ter insistido com o Rego – ele começou por querer o Rego! – para primeiro-ministro. Tentou depois o Miller Guerra e, a seguir, o Pereira de Moura, e foi,

finalmente, o Palma Carlos. Embora achasse essa escolha algo de extraordinário, pensei que estaria bem: era uma figura respeitada, conhecida, que sempre fora da oposição – mas não um grande lutador contra a ditadura –, alguém com bom senso, prestígio e bom perfil. Mas não tinha conhecimento das realidades políticas subjacentes, que então se viviam, nem dos políticos que integravam a sua equipa, nem das lutas que, entre si, travavam, nos bastidores.

Sá Carneiro e, depois, Magalhães Mota surgiram no Governo sem eu saber como, só os conhecia de nome, da ala liberal. Quanto a mim, a ideia inicial era ser ministro sem pasta, como Sá Carneiro, Cunhal e Pereira de Moura; mas eu disse logo, ao Spínola, que preferia ser ministro dos Negócios Estrangeiros. Aliás, Spínola havia-me dado já o encargo – antes da formação do Governo – de fazer um périplo pelas capitais europeias para obter o reconhecimento da Revolução, o que aconteceu com assinalável êxito.

Impus duas condições quando o general Spínola me convidou para o Governo: que o Zenha fosse ministro da Justiça e Cunhal ministro do Trabalho. Spínola não queria. Insisti, explicando que não podia aceitar que o Cunhal ficasse de fora, na oposição. As dificuldades seriam imensas; Cunhal exploraria isso a favor do PC, radicalizaria tudo, o Partido Socialista ficaria completamente queimado. Acabou por ceder. Mas daí resultou, não sei bem como, que Cunhal ficou ministro sem pasta, como os outros chefes de partido (excepto eu), e o Avelino Gonçalves seria ministro do Trabalho. Assim conseguiram meter logo dois.

Entretanto, conhecia os militares? Quais?

Nenhum, a não ser o Melo Antunes, da campanha de 1969. Perguntei ao Rego, ao Magalhães Godinho e a outros que estavam relacionados com o meio militar conspiratório quem era quem, quem seriam os mais próximos de nós. Não me esqueço de que, segundo eles, os mais moderados, os mais simpatizantes com os socialistas, com quem mais poderíamos contar, seriam o Vasco Gonçalves e o Martins Guerreiro!

Quando chega ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, começa por fazer o quê?

Não perdi um minuto. Comecei com uma velocidade enorme, no próprio dia em que fui nomeado. Sem esperar instruções de ninguém. Tranquilizei os diplomatas: nas Necessidades não haveria saneamentos. E parti para Dakar, para obter o cessar-fogo na Guiné e parar a guerra...

O tenente-coronel Melo Antunes disse-me há uns meses, numa entrevista, que se entendeu no MFA que ele próprio ficaria com a descolonização de Angola e Moçambique a seu cargo e o dr. Mário Soares com o resto, ou seja, São Tomé, Guiné e Cabo Verde. Em face disto, pergunto-lhe como é

que foi essa administração entre os dois? Quem fez o quê?

Eles podem ter dito e respondido o que quiseram, no MFA, mas não me disseram nada. Não tive nenhum contacto com eles, nessa base, nem fiz com eles qualquer compromisso, nesse ou noutro sentido.

E Spínola, que lhe disse para fazer?

Quando me convidou para ministro dos Estrangeiros, disse-me: “Você conhece estas questões internacionais, como já provou, e portanto faça favor de ser ministro dos Negócios Estrangeiros.” Não me deu instruções nenhuma. E o Palma Carlos ainda menos...

Spínola queria que as coisas não corressem mal em África. Há-de-lhe ter dito qualquer coisa...

Não me falaram em África, nessa altura. Eu é que comecei a tratar de África por conta própria e minha alta recriação. Por saber que era o problema-chave para o novo regime que desejava implementar.

Começou por onde, como e com quem?

Comecei, como lhe disse, no próprio dia da posse, 16 de Maio de 1974. Quando cheguei ao Palácio das Necessidades – onde entrei pela primeira vez –, tinha uma manifestação imensa: todo o pessoal diplomático que estava em Lisboa e todos os empregados do ministério estavam nas escadarias. Fiz logo ali, informalmente, um primeiro discurso: comigo não haveria nenhum saneamento, todos os diplomatas ficariam nos postos, haveria um movimento de transferências, porque a política externa ia mudar radicalmente, mas as pessoas não. Como o regime era democrático, iríamos estabelecer relações diplomáticas com todos os países, sem excepções.

Nessa altura, só tínhamos relações diplomáticas – e mesmo assim más – com poucas dezenas de países, os ocidentais, do Pacto Atlântico, e alguns da América Latina. Passaríamos a ter relações com todos os países do mundo, entraríamos de cabeça levantada na ONU, cumpriríamos as suas determinações, a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Voltaríamos a todas as organizações especializadas da ONU. Iríamos restabelecer o prestígio de Portugal no mundo, ter boas relações de vizinhança com Espanha, reforçar os laços de amizade com o Brasil, a Inglaterra e os Estados Unidos – três pilares tradicionalmente importantes da nossa política externa –, manteríamos com lealdade a nossa aliança na NATO. Iríamos abrir a nossa diplomacia aos países do bloco comunista e aos países do Terceiro Mundo porque – disse – passaríamos a respeitar o princípio da autodeterminação. E rematei: “Hoje mesmo parto para Dakar, onde vou encontrar Aristides Pereira”, presidente do PAIGC, para tentar parar a guerra onde ela é pior.

Como é que conseguiu isso num prazo tão curto?
Negociei previamente com o Presidente Senghor, meu

velho amigo, no quadro da Internacional Socialista. Mandou-me o seu avião pessoal para me levar a Dakar.

Com quem foi?

Fui com o Almeida Bruno e o Manuel Monge – por indicação do Spínola – e levei o meu sobrinho José Manuel Barroso. Curiosamente, o general Spínola também estava a fazer negociações com o próprio Senghor, tendo lá mandado o seu assessor João Diogo Nunes Barata e o Fabião. Não me disse nada, porém. Consegui a promessa de cessar-fogo nesse mesmo dia, sem condições...

Sem condições?

No pressuposto de que iríamos fazer a paz e, depois, se seguiria o processo de descolonização baseado no princípio da autodeterminação. Mas não esqueça de que a Guiné já era então um país unilateralmente independente, reconhecido por cerca de 80 países. Nunca mais houve realmente guerra, desde esse dia 16 de Maio de 1974. Foi um trunfo com que cheguei a Portugal. E, depois, continuei a estabelecer contactos com os movimentos nacionalistas com o objectivo de parar as guerras.

Mas parar as guerras para depois acontecer o quê?

Como seria o dia seguinte?

Queria, antes do mais, assinar rapidamente o cessar-fogo nos três territórios coloniais onde havia guerra.

Havia a mesma guerra em Angola, Moçambique e Guiné?

Não, só havia guerra efectiva – e muitíssimo difícil para Portugal – na Guiné. Em Angola, não havia quase nada; e em Moçambique havia principalmente no Norte. Portanto, onde havia iminência de um colapso militar era na Guiné. Em mais nenhum sítio.

Como me está a falar no cessar-fogo nos três sítios...

Queria o cessar-fogo na Guiné, em Angola e Moçambique. E, para isso, comecei a fazer contactos com Angola. Com quem? Com Agostinho Neto, que encontrei no dia 2 de Maio de 1974, na Bélgica, por intermédio dos padres brancos belgas, com os quais eu estava em contacto desde o tempo do massacre de Wiriamu.

Que disse a Agostinho Neto?

Que queria assinar um cessar-fogo com os três movimentos nacionalistas que nos faziam a guerra e não se entendiam entre si. Contactei, através de Kinshasa, com o Holden Roberto e com o Savimbi, cujos delegados encontrei primeiro na Líbia – onde eles tinham uma delegação – e depois, de novo, através de Kinshasa – onde encontrei, pela primeira vez, o dr. Savimbi.

Todos seguidos, os três?

O primeiro foi com o Agostinho Neto, no dia 2 de Maio. Depois os outros foram durante os meses de Junho e Julho.

Entretanto interrogava-se sobre o que estaria a fazer o major Melo Antunes?

Não sabia sequer que Melo Antunes estava a trabalhar nessa matéria... Como ignorava que Spínola também tinha contactos pelo seu lado. Nunca se deram ao trabalho de me informar. E, porventura, o Partido Comunista também trabalharia, secretamente, pelo seu próprio lado. Simplesmente, eu fui avançando. O meu esquema era chegar ao cessar-fogo. E dava conta dos meus contactos ao Conselho de Ministros e ao já então Presidente Spínola.

E depois?

Depois daquele cessar-fogo, tão espectacular e rápido, na Guiné, comecei a verificar que havia um retrocesso por parte dos movimentos nacionalistas. Resistências. Concretamente, quando cheguei ao célebre “abraço de Lusaka”, com Samora Machel.

Porquê?

Porquê? Porque eles diziam que não queriam assinar qualquer cessar-fogo sem saber o que viria a seguir! Questão que inicialmente o Aristides Pereira não me pôs, nem o próprio PAIGC. Embora as negociações com o PAIGC – à medida que eles iam tendo informações do que se passava em Portugal – fossem também endurecendo.

É verdade que, na primeira fase, as negociações foram fáceis, o cessar-fogo foi conseguido, a reunião de Dakar foi ótima. Combinámos outras reuniões para o após-cessar-fogo, em Londres, mas não foram conclusivas porque, entretanto, eles endureceram muito a sua posição, eram muito apoiados pela Argélia – aliás, estavam na Embaixada da Argélia em Londres. Eu, por sorte, conhecia bastante bem o embaixador da Argélia em Londres, que me ajudou muito. Então, eles propuseram que continuássemos na Argélia, onde as negociações já foram muitíssimo mais difíceis, sob a égide e com o apoio do Boumedienne.

Mas estamos a falar de Aristides Pereira?

Estamos a falar da Guiné. O Aristides Pereira nunca mais apareceu como negociador. Entretanto, em Londres e na Argélia, quem apareceu como principal negociador foi o Pedro Pires, pelo PAIGC. E, do lado português, começou a estar sempre o ministro Almeida Santos, com o qual fiz uma excelente equipa, a que pertenceu também o actual general Hugo dos Santos.

Começou então a aperceber-se de que havia uma qualquer derrapagem?

Apercebi-me de que os movimentos nacionalistas estavam a endurecer: não queriam somente o cessar-fogo, mas um compromisso, da parte do Governo português, de que, a seguir ao cessar-fogo, lhes seria dada a garantia a eles, sozinhos, de obterem a independência. Foi isso que bloqueou as negociações de Lusaka. O próprio Presidente Chissano me disse, recentemente – ele que foi um dos nossos interlocutores e o chefe da delegação, pelo lado de Moçambique, porque o Samora só aparecia

em ocasiões solenes –, que tinha, nessa altura, informações mais concretas sobre Portugal e sobre o que se passava no interior do MFA do que as minhas...

O que é que ele lhe disse recentemente?

Disse-me que, quando eu estava a exigir certas garantias na mesa das negociações, ele sabia que eu não tinha força para as impor, porque os militares estavam mais adiantados e dispostos a fazer mais concessões do que eu.

Quais militares?

Os do MFA, naturalmente, com os quais ele tinha contactos.

Quais?

Sei lá.

Chissano disse-lhe com certeza...

O Chissano não me disse quais. Só me disse que tinha essas informações. Ele é muito discreto nessas matérias. Controlava o serviço de informações da Frelimo. Mas não é difícil de imaginar quais...

Voltando ao célebre abraço de Lusaka...

Isso prova, realmente, que aquilo que lhe disse o Melo Antunes é verdade! Na descolonização, eu fiz as negociações preliminares para a paz na Guiné, mas, na parte final de elaboração do acordo, quem teve mais trabalho de discussão foi o então ministro Interterritorial, Almeida Santos. Abri oficialmente as negociações com Angola nesse encontro com Agostinho Neto e, depois, com Holden e Savimbi – cuja consequência final, meses depois, foi a Conferência de Alvor. Mas nesse momento quem dirigia já tudo, pela parte portuguesa, era efectivamente Melo Antunes. No Governo de Vasco Gonçalves, era nesse sector a personalidade dominante. Mas, formalmente, só foi ministro dos Negócios Estrangeiros depois do 11 de Março.

No Alvor, ainda era o dr. Mário Soares. O que pensou aí? Que estava tudo perdido?

Perdido em que sentido?

Para a possibilidade de se obter um entendimento entre os três movimentos.

Perdão, em Alvor, o que eu sentia, agudamente, era que o urgente era não perder Portugal. No Alvor, para mim, Angola era já alguma coisa de longínquo e acessório. Ou seja, quando eu comecei a trabalhar, como ministro dos Estrangeiros, para conseguir a paz, queria-a para resolver o problema das guerras coloniais, sem o que não seria possível institucionalizar a democracia em Portugal. Mas quando cheguei a Alvor, em Janeiro de 1975, a situação era de tal maneira contraditória, conflituosa, grave e tensa, em Portugal, que o meu principal objectivo era impedir que o poder caísse na rua ou nas mãos do Partido Comunista.

No Alvor, chamavam-me ao telefone hora a hora, havia o problema da unicidade sindical e a organização do primeiro grande “meeting” do Partido Socialista, no

Pavilhão dos Desportos, o rompimento com os comunistas e a Intersindical.

Só uma questão antes disso: à medida que o tempo vai passando, tem a sensação de que está a ser ultrapassado, de que há diplomacias paralelas?

Lembre-se da situação que então se vivia. Tínhamos um Estado “sui generis”. Tinha ocorrido uma revolução, que estava em pleno curso de desenvolvimento. O Estado não estava organizado com as estruturas que hoje tem: o Presidente da República não fora eleito – nem Spínola nem Costa Gomes. Havia a tutela militar do MFA, com uma legitimidade revolucionária abertamente proclamada em todos os tons. E, sobretudo, não tinha havido eleições que nos dessem a nós, partidos políticos, legitimidade e autoridade para actuar. O Governo dependia da vontade do MFA. A minha grande preocupação era, primeiro, que houvesse eleições, para ganharmos legitimidade.

Mas, como era ainda titular dos Estrangeiros, quando percebeu que estava a ser ultrapassado, por que é que não publicitou isso? Por que não saiu?

A primeira prioridade, para mim, era assegurar a realização de eleições. Se tivesse denunciado abertamente a situação, em Janeiro, se tivesse cortado com o MFA, Portugal tinha sido um país comunista. Não teria havido eleições...

Teve que fazer uma opção e escolheu Portugal?

Naturalmente! Em política, tem de haver ideias claras, simples, e definir prioridades. A minha primeira prioridade, a partir dos finais de 1974, foi assegurar um regime democrático pluralista em Portugal. Queria a paz, e a paz estabeleceu-se logo nas colónias. Na Guiné, foi anunciado o cessar-fogo e depois assinado em Argel o acordo de independência. Nos dois outros centros de operações militares caminhou-se no mesmo sentido.

Em paz não se pode falar...

Pode-se falar em abandono total das operações militares, havendo até muitos casos de confraternização entre as forças armadas de um lado e do outro. As nossas forças, no terreno, confraternizavam com os nacionalistas e até lhes davam armas.

Continuou a negociar quando soube disso?

Fiquei numa posição difícil, pois as negociações deixavam quase de ter sentido. Quando participei no primeiro encontro de Lusaka com Samora Machel – ainda Melo Antunes não tinha entrado em cena, ele só apareceu depois, em Dar-Es-Salam –, cheguei lá e deparei com um programa para a cerimónia extremamente solene, à britânica. De um lado estava todo o Governo da Zâmbia e o corpo diplomático; do outro, os jornalistas. Eu devia entrar por uma porta, o Samora por outra, devíamos fazer uma vénia e dizer umas palavras solenes. Mas eu dei a volta à grande mesa e o Samora também e demos, espontaneamente, um abraço. Foi o célebre

abraço de Lusaka, o grande espectáculo mediático para fotógrafos e televisões.

Quando começámos a falar, em privado, eu queria obter do Samora o mesmo que conseguira do Aristides Pereira, um cessar-fogo imediato. E vir-me embora, depois se veria o resto. Mas ele disse-me: “Não, não, isso não faço; quero saber desde já o que se vai passar a seguir.” Nessa altura já tinha informações concretas sobre o que acontecia em Portugal.

O que lhe respondeu?

Que não estava em condições de lhe poder dar mais garantias do que o cessar-fogo. Por indicação do general Spínola, levava comigo o Otelo. E de repente, na frente do Samora Machel, o Otelo disse-me: “Ó dr. Soares, podemos avançar muito mais, porque no terreno já está a dar-se, por toda a parte, a confraternização das nossas tropas.” O Samora, claro, ficou satisfeitíssimo com esta afirmação do Otelo. Interrompi ali as conversações; pedi uma pausa. Disse ao Otelo que ele não podia voltar a dizer uma coisa daquelas, visto estar, objectivamente, a desautorizar-me perante a outra parte. Deu-me razão. Mas insisti em que sabia muito bem o que se passava no terreno: as tropas confraternizavam, devíamos dar a independência o mais depressa possível. Retorqui que não tinha essas instruções do general Spínola e que não aceitava a posição dele. O Otelo voltou a dar-me razão, prometendo que não falaria mais. Voltámos à sessão e, efectivamente, não falou mais. Mas a verdade é que os moçambicanos tinham informações que lhes indicavam que o MFA estava disposto a avançar muitíssimo mais.

Para resumir, que papel foi o seu na descolonização? Para tornar isto claro, de uma vez por todas.

O meu papel na descolonização foi, em primeiro lugar, ter dado o pontapé de saída em direcção à paz e ter tentado – e conseguido – estabelecer contactos directos e ao mais alto nível com os três movimentos que nos faziam a guerra: com Aristides Pereira e Pedro Pires relativamente ao PAIGC; com Samora Machel e Chissano, para Moçambique; e com os três movimentos nacionalistas que existiam no terreno em Angola – o MPLA, dirigido por Agostinho Neto, a FNLA, por Holden Roberto, e a UNITA, por Savimbi. Assisti, ainda como ministro dos Negócios Estrangeiros, mas numa posição secundária, à Conferência de Alvor, em Janeiro de 1975, num momento de imensa perturbação nacional. Com tudo o resto que se passou a seguir, tive pouco a ver.

Nunca pensei, por exemplo, na independência de Cabo Verde; nunca tive qualquer interferência relevante na questão de São Tomé. Tanto assim que recusei o convite para ir à independência de São Tomé. Quem lá esteve foi Rosa Coutinho, salvo erro, que assinou a independência; e pelo Ministério dos Negócios Estran-

geiros foi Jorge Campinos, que era secretário de Estado. Não quis ir, achei que as coisas andaram depressa de mais, sem suficientes garantias, ultrapassando aquilo que idealizara.

O meu esquema inicial, relativamente à descolonização, era muito mais gradual e longo. Queria assegurar – como assegurei – uma viragem radical, em relação a Portugal, nas Nações Unidas. A ONU apenas queria que aceitássemos o princípio da autodeterminação. Estava disposta a auxiliar-nos, a fundo, numa transferência gradual, bem negociada e supercontrolada para as independências. E os países africanos, nas Nações Unidas, também: eram os primeiros a compreender uma tal metodologia. Até o ministro Malik, da Indonésia, me disse: “Nada de descolonização em Timor.” Repeti-o na Comissão para a Descolonização, que nessa altura se reunia sob a égide do Presidente Costa Gomes. O ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, que eu encontrei nas Nações Unidas, também me disse: “Nada de descolonização em Macau, porque Macau não é colónia.” Nunca ninguém me ouviu falar, nessa época, nesses dois territórios – nem em Macau, nem em Timor.

Cabo Verde?

Sinceramente, sempre estive convencido de que Cabo Verde tinha mais a ganhar sendo uma região largamente autónoma, mas associada a Portugal, no Atlântico, do que como está, um país independente africano. Cabo Verde não é bem África, trata-se de um arquipélago aberto ao cruzamento das culturas africana, europeia e americana no Atlântico Sul. E relativamente a São Tomé e Príncipe pensava que, por se tratar de ilhas minúsculas, tinham mais vantagem em se manter ligadas a Portugal – embora, obviamente, com uma larga margem de independência e governo próprio.

Tinha também uma ideia para Angola?

Pensei sempre num esquema diferente. Sonhei numa associação íntima ao Brasil e a Portugal, como países independentes, claro, como talvez um dia venha ainda a ser possível. Uma comunidade afro-lusa-brasileira, de língua, de afecto, de cultura, com uma base económica e uma cooperação política. Falei nisso com o meu amigo Barradas de Carvalho, o historiador, noites seguidas, quando estávamos no exílio, em França. Mas, para isso, era preciso que tivesse havido paz mais cedo – ou que nunca tivesse havido guerra –, que tivesse havido diálogo e uma evolução preparada em estreita cooperação com as elites africanas – o que infelizmente não pudemos fazer a tempo, dada a intransigência da ditadura. O que fez a Igreja, por exemplo, com a formação de padres e bispos de grande categoria – angolanos, moçambicanos, africanos de diferentes etnias e de grande prestígio – ligados estruturalmente à Igreja portuguesa e até a Portugal, falando português, pensando português. São eles que, em tempos difíceis, mais têm contribuído

para manter as estruturas da sociedade civil em Angola e em Moçambique.

O Estado português, infelizmente, não fez nada de comparável. As elites africanas ou passaram pela Casa de Estudantes do Império, que foi ainda a nossa maior “universidade para africanos” – prestemos essa homenagem à Casa de Estudantes do Império –, ou então foram formadas nas universidades estrangeiras, da União Soviética, da Alemanha Oriental, da Checoslováquia, escolas do comunismo mundial.

Pensa então que se pode – ou que se deve – dizer que o dr. Mário Soares teve um papel menor na descolonização? Menor, comparativamente com outros que tiveram um papel maior...

Não fujo às minhas responsabilidades: tenho por hábito assumi-las. Digo a verdade. Fui ministro dos Negócios Estrangeiros nos I, II e III governos, até um pouco depois do 11 de Março. O Governo que se formou depois do 11 de Março, em que o processo político português entrou numa aceleração tremenda, teve como ministro dos Negócios Estrangeiros o major Melo Antunes. Percebi que me tiravam do ministério por exigência do MFA, porque eu não estava sintonizado com as concepções dominantes, empatava tudo, sobretudo a descolonização, que pretendiam fazer a galope.

Fica ministro sem pasta...

Aceitei exclusivamente para fazer a campanha das eleições constituintes de 1975 como ministro – o que, apesar de tudo, era importante. Fiz, ganhei as eleições. Senão nunca teria aceite. Para terminar a questão da descolonização: não estou, entenda, a procurar defender-me. A descolonização foi a possível, no contexto perturbado que Portugal vivia então. Quem teve responsabilidades fulcrais no drama da descolonização foram, em primeira linha, Salazar e Caetano, o antigo regime, os ultras, que, com a sua intransigência, deixaram apodrecer a situação para além de limites imagináveis.

Em que plano?

Em todos, sem excepção. A intolerância de Salazar e a incapacidade de Caetano, a sua falta de coragem, fizeram apodrecer a situação, quer em Portugal, quer nas colónias, ao ponto de ter caído quase na rua: quando se procedeu, realmente, à descolonização, não havia verdadeiro poder político constituído. O poder estava num MFA já dividido e à mercê das manifestações e das contramanifestações de Lisboa, do Porto e do Alentejo. Esta é que é a verdade.

Os que hoje reclamam que a descolonização foi mal feita, que se cometeram grandes erros, que houve grandes culpas e até crimes, são os principais responsáveis ou os partidários dos principais responsáveis daquilo que aconteceu. Não se podem redimir dessas responsabilidades. Uma vez que as estruturas políticas tinham desabado, como um castelo de cartas, algumas elites

tinham fugido, o poder se discutia na rua, os militares, em África, confraternizavam com os movimentos de independência e o MFA se julgava, ele próprio, um movimento de libertação – não havia possibilidade de fazer outra descolonização. Ninguém obedecia...

Com o que sabe hoje, com o que viu e aprendeu, se voltasse atrás teria feito o mesmo?

Obviamente que sim. No essencial. Durante três ou quatro meses, vivi numa grande angústia. Entre Janeiro – Conferência de Alvor e comício da unicidade sindical – e Abril, com o 11 de Março pelo meio, foram meses terríveis. Sentia o declive, a deriva, a descoordenação total. Os ministros premiam as teclas: não havia resposta, ninguém obedecia. Havia um poder difuso, o Governo podia pouco, o verdadeiro poder estava no MFA, na Comissão Coordenadora do MFA, no Conselho da Revolução, na força das manifestações, no domínio que se ia afirmando do Partido Comunista, sem ignorar os esquerdistas, com todas as suas loucuras, correndo o mais velozmente possível. Esses meses, para mim, foram angustiosos. Várias vezes quis sair do Governo e denunciar o processo. Felizmente que não o fiz. Não teríamos ganho.

Devo dizer-lhe que, no dia 11 de Março, quis partir a loiça e denunciar o aproveitamento que logo começou a ser feito pelo Partido Comunista. Houve uma reunião do Secretariado do PS em que o Cardia e eu tomámos essa posição. O Zenha e quase todos os outros defenderam a posição contrária – e ainda bem! Fariamos correr ao país um grave risco. Não teríamos eleições, se fizéssemos essa denúncia. Seríamos expelidos do processo, como era já praticamente o caso do PPD. Se isso tivesse acontecido, não teríamos podido impor eleições. Seriam proteladas, indefinidamente. Ora, bastaria que o fossem mais uns meses para já nada ser possível. Fui convencido pelos argumentos que me apresentaram: mudei de posição. Participei na manifestação dessa noite de 11 de Março e até usei da palavra, em nome do PS. Não podia permitir que o PS perdesse o comboio: a minha única preocupação era, então, ganhar as eleições para obter uma legitimidade política, eleitoral, que pudesse contrapor à legitimidade revolucionária do MFA.

Antes do 11 de Março, fale-me do 28 de Setembro. Quando é que se apercebeu de que o PC se transformava, dia a dia, num perigo para a democracia? Foi em 28 de Setembro?

Não. Comecei a perceber que havia um projecto de tomada do poder, pelo Partido Comunista, quando propus ao dr. Álvaro Cunhal – numa reunião que tive com ele, em São Bento, num intervalo do Conselho de Ministros – acabar com o MDP/CDE. Achava que o partido não fazia sentido, visto continuar a reclamar-se de um espírito unitário, ao lado dos outros partidos constituídos. Respondeu-me que, para eles, o MDP era

muito mais importante do que o Partido Socialista. Fiquei edificado!

Quando é que isso foi?

Tenho que ver os meus apontamentos, não sei bem: logo no início. Nessa altura percebi que ele tinha um esquema que não passava pela unidade com o PS e, logo, que havia uma inflexão estratégica importante... Quando nós chegámos, havia, como referi, um acordo para a construção de uma democracia pluralista, pluripartidária, o que não pressupunha a existência de movimentos unitários. E, depois, houve a crescente importância da Intersindical e o domínio do Partido Comunista na Intersindical, que subalternizava e até esmagava tudo quanto não fosse comunista. Nas fábricas, nas empresas, nos campos.

Entretanto, o PS ia crescendo a olhos vistos...

Quando cheguei a Portugal, tínhamos cerca de dois a três mil militantes socialistas, com núcleos organizados em quase todos os distritos. Mas, entre Maio de 1974 e um mês depois, inscreveram-se no PS mais de 150.000 aderentes, sem sabermos quem eram. O discurso era completamente díspar, uns gritavam: “Partido Socialista-partido marxista” ou “Viva a reforma agrária, viva a classe operária” ou, ainda, “Vivam as nacionalizações”! Havia os meus discursos e as intervenções dos outros responsáveis do PS, que eram discursos geralmente moderados, a conter a onda...

Nunca disse “Vivam as nacionalizações”?

Não. Nem “Partido Socialista-partido marxista”. Deve haver gravações na rádio e na TV dos discursos que fiz então, pode verificar, por si própria. Estou, por exemplo, a lembrar-me de um, na praça de touros de Setúbal, em que o Manuel Serra, ao meu lado, começou a falar contra os grandes capitalistas, os Mello, o Champalimaud, etc. – um discurso ultra-esquerdista –, aliás aplaudido, delirantemente, pela praça de touros inteira. No fim, eu disse exactamente o contrário e fui, também, igualmente aplaudido. Foi, portanto, necessário fazer uma reconversão progressiva do discurso político do PS. Nada fácil!

E foi preciso também ganhar o congresso ao Manuel Serra, em 1974, uma batalha que ganhou à pele...

Pois foi, renhidíssima. Aliás, no primeiro dia, nem me queriam deixar entrar no congresso. Nesse dia, abro “O Século” – que ainda existia – e vejo que tinham sido presos uma série de capitalistas da nossa praça. Fiquei estupefacto e alarmadíssimo. Começo a manifestar-me, aqui e ali, contra as prisões, que considerava uma loucura, uma aceleração da Revolução, que não podia ter sido feita sem consultar o Governo. Repare que eu era ministro dos Negócios Estrangeiros e não sabia de nada!

Entro com esta disposição no congresso, e houve uns

tipos a mando do Manuel Serra que pretendiam que eu me identificasse. Quase que os soquei – aliás, eram uns brutamontes –, dei-lhes um empurrão, dirigi-lhes algumas palavras grossas e entrei na maior confusão, aos repelões. O congresso estava tão bem encenado que havia até pessoas armadas lá dentro, na Reitoria da Universidade! Um ambiente de cortar à faca. Uma coisa indescritível. Ganhámos à pele, como disse...

Não falou afinal do 28 de Setembro. Hoje como vê isso?

Estava no estrangeiro, em Nova Iorque, na ONU. Só me lembro do Bernardino Gomes, que estava à minha espera no aeroporto, a querer dar-me um pistolão enorme, imagine, para o que desse e viesse... Eu perguntei-lhe se ele estava doido, porque a minha única arma sempre fora a caneta. Insistiu que me podiam matar, que eu não podia ir dormir a casa. Respondi-lhe que iria com certeza... E fui.

Quanto à sua pergunta, penso que foi uma encenação, de parte a parte, com erros e ameaças de ambos os lados, uma coisa sem sentido. Spínola talvez tenha tomado um pouco a nuvem por Juno e fez o pior que podia fazer: demitiu-se. Se o general Spínola, por quem eu tenho muito carinho, se tem aproximado mais de nós, socialistas, e nos tem ouvido – coisa que nunca fez enquanto foi Presidente da República –, é óbvio que nunca o deixaríamos demitir-se. Com aquele seu gesto, deu de mão beijada um argumento enorme àqueles que queriam acelerar o processo revolucionário. Tiveram o pretexto ideal!

Após essa demissão, os socialistas viram-se para Costa Gomes...

A partir daí, participámos indiscutivelmente na solução Costa Gomes. O Zenha, o Almeida Santos e eu tivemos amplas conversas com Costa Gomes e percebemos que, dada a situação, o melhor que podíamos fazer era apoiar Costa Gomes como Presidente da República. Apoiámos também a Comissão Coordenadora do MFA, nessa altura.

Isso significou que estavam a pôr a palavra “fim” na ala spinolista que encarnava o “espírito” do 25 de Abril...

Mantivemos, apesar disso, alguns contactos com essa ala.

Mas essa ala é que praticamente não existia...

Existia e era importante. O Spínola, quando saiu, estava ainda cheio de prestígio, tinha enchido praças inteiras do país, em manifestações colossais, a aplaudi-lo. Ele saiu no convencimento de que haveria uma vaga de fundo de apoio a seu favor, que imporia o seu regresso. Parte da esquerda ficou na defensiva, perante essa saída inesperada, no convencimento de que ele ia voltar. Aliás, Spínola, quando saiu, instalou-se em Massamá, como o De Gaulle em Colombey Les Deux

Eglises, a mexer os cordelinhos. E havia socialistas que mantinham contactos com Spínola: Vítor Cunha Rego, Manuel Alegre, Jaime Gama, Edmundo Pedro e outros. Eu tive a prudência de nunca voltar a contactar com ele. Mas estava ao corrente do que se passava, iam-me informando. Achei, no entanto, que o Costa Gomes era a pessoa indicada para as circunstâncias.

Porquê?

Na altura pareceu-me um homem sereno, inteligente, com uma visão política mais realista da situação: sem o sonho de que podia apelar indiscriminadamente para o povo, impondo, por via plebiscitária, um corte com o processo democrático. No fundo, o que Spínola queria era ser eleito Presidente da República directamente pelo povo, antes das eleições legislativas – o que nos parecia uma subversão perigosa do que estava expresso no Programa das Forças Armadas.

O dr. Sá Carneiro também queria...

Sim, por isso saiu na chamada crise Palma Carlos. Spínola deixou cair o Palma Carlos e depois abriu ele a sua própria crise: percebeu que estava a perder os comandos e teve a tentação de apelar directamente para o povo. Achámos que era uma outra forma de subverter o espírito democrático pluripartidário que queríamos imprimir à Revolução. Por isso nos pusemos ao lado de Costa Gomes. E a visita que eu tinha preparado às Nações Unidas, para o Spínola, foi aproveitada pelo Costa Gomes.

Lembro-me de que, nessa altura, os americanos – que deveriam ter boas informações – não quiseram que eu fosse à base militar de Norfolk com o Costa Gomes. Achavam-me suspeito por ser socialista. Mas entenderam que ele, Costa Gomes, podia ir, como antigo general da NATO. Foi recebido como um grande amigo dos Estados Unidos. Até às eleições de Abril de 75, de resto, o general Costa Gomes portou-se muito bem. O seu discurso anterior às eleições, se voltar a ser lido hoje, será considerado como beneficiando o Partido Socialista.

Está a dizer que Costa Gomes se portou bem porque protegeu o Partido Socialista?

Portou-se bem em termos democráticos, no sentido de uma democracia pluralista, que era o que queríamos. Mas a partir daí, não sei porquê, houve uma certa tergiversação no espírito do Presidente Costa Gomes. Desde as eleições – e sobretudo desde a viagem que ele fez à Rússia e, depois, à Jugoslávia – começou a ficar cada vez mais flutuante e menos receptivo relativamente às nossas concepções.

Quando fala no espírito democrático que queriam imprimir à Revolução, o que é que quer dizer exactamente? Concretizar os três “D”?

Claro. Institucionalizar em Portugal uma democracia ocidental e pluralista, respeitadora dos direitos do ho-

mem. E nunca uma “democracia popular”, à cubana, ou alguma forma de regime híbrido de tipo jugoslavo, peruano ou argelino...

Aconteceu o 28 de Setembro, a crise da unicidade sindical, o 11 de Março, e tudo isto antecedido pela sua intuição de que o dr. Cunhal tinha “uma estratégia”... Até quando foi acreditando nisso da democracia pluralista? Não considera que acreditou tempo de mais nos comunistas?

Eu não acreditava. Mas continuei no processo sem acreditar, o que é diferente. Simplesmente, continuei tática e estrategicamente...

... a comportar-se como se acreditasse para conseguir conquistar alguma coisa?

Exactamente. Para chegar às eleições, para as ganhar e para consolidar o poder democrático e pluralista, de maneira a criar não somente uma nova legitimidade, mas também a força necessária para conter a ameaça que se perfilava. Se eu tenho saído do Governo, como queriam os americanos – e particularmente o Kissinger, que me convidou a ficar na América, como um outro Kerensky – e como queriam os próprios franceses no tempo de Giscard d’Estaing, convencidos também de que Portugal estava perdido, tínhamos tido uma “democracia popular”. Felizmente soubemos resistir, com a ajuda preciosa de Willy Brandt, Callaghan, Olof Palm, Mitterrand e de Kreisky...

Nenhum desses amigos socialistas lhe disse para se ir embora?

Não, pelo contrário. Apoiaram a nossa luta. Se não tenho ficado, não se teria conseguido o que se seguiu. André Malraux disse então que os socialistas portugueses demonstraram ao mundo, pela primeira vez na história, que “os mencheviques também podiam vencer os bolcheviques”. É um grande título de glória! Com a nossa Revolução democrática e pluralista fomos pioneiros, antecipámos aquilo que aconteceu, em 1989, nas democracias populares e na Rússia.

Aliás, há um livro de um historiador americano, chamado Huntington, que defende que a “terceira vaga” das revoluções democráticas começou em Portugal, em 1974: condicionou positivamente o processo de transição em Espanha, deu origem às revoluções democráticas em toda a América Latina, comunicou-se ao Paquistão e às Filipinas e chegou, finalmente, a Moscovo em 1989. Não é brincado!

Portanto, foi fingindo. Fingiu talvez já em 28 de Setembro, fingiu em 11 de Março...

No 28 de Setembro, os comunistas tomaram o pulso. No 11 de Março, estavam preparados para avançar e avançaram. Lembro-me de que fui à sede do Partido Comunista falar com o dr. Álvaro Cunhal, logo no dia 12 ou 13, para lhe perguntar o que era aquilo... Ele estava muito eufórico e, pela primeira vez, disse-me que nós,

socialistas, devíamos participar no processo, continuar com o PCP, ao lado do povo e do MFA. E acrescentou: “Vocês têm aqui um lugar. Podemos caminhar juntos por muito tempo ainda. Mas se agora, nesta fase, se opõem ao processo revolucionário, serão implacavelmente eliminados.” Isto em 12 ou 13 de Março de 1975! Fiquei esclarecido.

Saiu de lá horrorizado?

Não, não saí horrorizado. Saí com a convicção clara de que travávamos um combate decisivo: ou ganhávamos ou eles nos liquidariam.

É aí que começa uma cavalcada que atinge o seu pico no Verão Quente e o seu epílogo no 25 de Novembro...

Aceitei continuar após o 11 de Março em função do compromisso – feito com Costa Gomes – da marcação das eleições. Houve pressões para que ele as adiasse e lembra-se certamente de que surgiu a tese – inspirada por gente que até nem era comunista – de que elas eram inúteis e mesmo um travão ao processo revolucionário em curso, o PREC.

Havia um plano para as adiar. Costa Gomes – temos de lhe prestar essa justiça – contrariou-o. Costa Brás teve aí também um papel decisivo. O PS ganhou as eleições. E, nessa noite, foi a surpresa total no país. Quando cheguei à Gulbenkian, já com a convicção de ter ganho, havia muita gente ainda convencida de que o MDP ganharia. Teve quatro por cento. Que a seguir viria o Partido Comunista e nós muito abaixo. Do PPD nem se falava. Fomos os primeiros com quase 38 por cento, o PPD teve 24 por cento, o MDP ficou em quatro por cento e o Partido Comunista em cerca de 12 por cento, tendo o CDS sete ou oito por cento.

Toda a gente estava perplexa, aflita, a começar pelos militares, e queria saber o que iria fazer o PS. De repente, transformei-me, perante os jornalistas estrangeiros e portugueses, no centro de todas as atenções, pois detinha a chave da situação.

O que pensou?

Nessa noite, nos dias seguintes, calmamente, disse que não havia razão nem para reivindicarmos mudança de Governo nem de primeiro-ministro. Só reivindicava – e exigia – que o processo democrático continuasse numa via pluralista, ocidental.

Continuou a insistir, mas houve logo o segundo 1º de Maio...

... em que o Partido Comunista quis demonstrar, na rua, que quem mandava era ele, que a força não estava na legitimidade eleitoral, mas na legitimidade revolucionária. Aí já não nos misturámos com os comunistas, ficámos atrás, propositadamente, por forma a haver, em termos práticos, duas manifestações.

A primeira, do PCP e seus associados, encheu, ao que nos disseram, o estádio. Nós não cabíamos, foi o pretext-

to indicado. Forçamos as portas, atravessamos todo o recinto do campo, numa imensa confusão – e até, como se vê no documentário da televisão, houve um anónimo que me quis dar uma facada pelas costas –, e quando chegamos finalmente à tribuna, onde estavam, na altura, o Presidente Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o ministro do Trabalho, o ministro Álvaro Cunhal, Manuel Serra, os dirigentes da Intersindical e toda essa gente, a pavonear-se, fecharam-nos a porta na cara. A mim, líder do partido mais votado e ministro sem pasta, e ao Zenha, ministro da Justiça. Um dirigente da Intersindical gritou-me: “Você não tem a confiança do proletariado para merecer estar aqui!”

É então a ruptura?

A partir daí, começaram as grandes manifestações de rua. Logo no dia seguinte, 2 de Maio, na primeira dessas colossais manifestações que percorreram Lisboa, em frente à sede do PS, em S. Pedro de Alcântara, um popular grita: “A foice e o martelo na cabeça do Otelo!” E eu respondo: “Não se enganem de inimigo! O Otelo é um simples epifenómeno. O inimigo é o Partido Comunista e aquela parte do MFA que instrumentaliza.”

É a primeira vez que aponta claramente o “inimigo”?

É. Depois começa a escalada das manifestações quase diárias, até Junho: a Fonte Luminosa, a queda do Vasco Gonçalves, a formação do VI Governo.

Sentiu-se a fazer a “contra-revolução”?

Não. Se houve um projecto contra-revolucionário, eu nunca o tive ou perfilhei. Sempre defendi a revolução democrática e pluralista, tal como a defini desde o início desta conversa.

Haver um projecto houve, pode é lá não ter estado...

Da parte do Partido Socialista nunca houve. A grande vantagem do PS é que fazia parte, sempre fez, dos que defendiam – e defendem – a Revolução de Abril. Por isso, toda a gente se pôs atrás de nós. Mas nós incarnávamos o espírito originário do 25 de Abril, tal como figura no programa do MFA, como foi aplaudido e apoiado desde o primeiro dia da Revolução, como Spínola, inicialmente, o imaginou. Nós fomos sempre fiéis a esse espírito, fomos equilibrando as coisas. Esse equilíbrio foi essencial para vencermos.

Foi para o Porto no dia 25 de Novembro?

Fui, de facto, para o Porto, com o Manuel Alegre, o Cardia, o Campinos e outros. Apresentei-me no Quartel-General, onde estava no comando o brigadeiro Pires Veloso, que dominava o Norte nessa altura. Estava também o general Lemos Ferreira, que levou com ele toda a aviação para Cortegaça. O esquema – no caso provável de a capital ser dominada pela Comuna de Lisboa – era dividir o país em dois... Na preparação dessa operação, na expectativa do que seria o 25 de Novembro, os meus

contactos foram sempre com o Grupo dos Nove.

Qual foi exactamente a história do 25 de Novembro?

O 25 de Novembro, como contragolpe, foi preparado e executado, conspirativamente, com o Grupo dos Nove – sobretudo o Vasco Lourenço, que teve um papel decisivo – e com gente do Norte, Pires Veloso e ainda com Lemos Ferreira, na aviação. Outros deram um concurso importante, mas nunca contactei com eles: Eanes, Garcia dos Santos, Firmino Miguel, Tomé Pinto, Almendra e todo o grupo de militares vindo de Angola, após a independência. Estas figuras reuniam-se e conspiravam. Nós, socialistas, estávamos ao corrente e tínhamos as nossas ligações, com os ingleses, nomeadamente.

Sabíamos que estava iminente um golpe, que a extrema-esquerda estava muito impaciente e que seria decisivo para o Partido Comunista. Preparámo-nos então para sermos nós a fazer o que eles tinham feito no 11 de Março, ou seja: ensaiar o contragolpe, do nosso lado. O que sucedeu. Foi aí que o general Costa Gomes tornou a ter um papel importante, porque impediu, talvez, a guerra civil. No dia 25 de Novembro, quando aprisionaram os elementos da aeronáutica, em Monsanto, quando tomaram a Televisão e começam a dizer que “estava na rua um novo golpe reaccionário, que era preciso esmagar”, o Partido Socialista reúne-se de emergência em Lisboa, na Rua da Emenda...

E decide ir para o Norte?

Decidimos que uma parte dos dirigentes ficariam – mais ou menos escondidos – e outros iriam para o Porto, entre os quais eu. Tínhamos a esperança de cortar a televisão, donde deveria falar às primeiras horas. Ao mesmo tempo, o general Costa Gomes, em Belém, manteve sempre o contacto com o estado-maior instalado na Pontinha, comandado por Eanes.

Ora, quando o Jaime Neves quer sair dos Comandos – relembre-se que foi o PS que impôs que o Jaime Neves regressasse aos Comandos, após o seu “saneamento” –, as betoneiras do J. Pimenta, manobradas por sindicalistas, puseram-se em frente dos portões dos Comandos, na Amadora, para bloquear a saída dos carros de combate. O Jaime Neves ameaça: “Se saio, há aqui uma mortandade.” E é o Costa Gomes que intervém, convencendo os dirigentes da Inter a retirarem as betoneiras. E os Comandos saem...

Como analisa a extrema-esquerda e o PC nisto tudo?

O PC serviu-se da extrema-esquerda, como ponta-de-lança, mas depois foi vítima da sua impreparação e do seu espontaneísmo. Quando, à noite, os Comandos atacam a Polícia Militar, é outra vez o Costa Gomes que, de madrugada, consegue convencer o Partido Comunista a desistir.

Com que contrapartidas?

Nenhumas, julgo. Desistiram porque perceberam que iam perder, tinham tudo contra eles, ia dar-se uma guerra civil, com o país dividido em dois. Diga-se que foi, de alguma maneira, um acto realista e até patriótico. Na medida em que o Partido Comunista, desistindo às 2 da manhã, evitou um banho de sangue. E, como só restava a extrema-esquerda, depois disso, foi um passeio militar.

Diz-se que, para vencer o PC e repor a legitimidade democrática, se aliou com o diabo: extrema-direita, MDLP, a Igreja, tudo...

Não me aliei coisíssima nenhuma. Limitei-me a aceitar que houvesse gente à direita que apoiasse o Partido Socialista. Como o poderia evitar? Sempre pensei que o MDLP era um disparate medonho, nunca me aliei à extrema-direita. A única força a que solicitei o apoio foi à Igreja. Os outros só serviam para comprometer...

Vai para São Bento como primeiro-ministro, forma pela primeira vez um governo. O que é que reteve dessa primeira experiência governamental?

Passou ainda muita água sob as pontes antes disso. Houve novas eleições, que tornei a ganhar. Formei governo um pouco contra a minha vontade. Propus ao Secretariado que fosse o Zenha a presidir ao Governo e que eu ficasse de fora, na Assembleia da República. Ele estivera no VI Governo Provisório, como titular das Finanças, e, na minha ausência, como coordenador dos ministérios socialistas. Eu estava mais na política, na organização das eleições e em contacto estreito com o povo, com os eleitores em geral. Pensei que poderia ser ele. Eu queria ficar como líder parlamentar.

Toda a gente discordou da minha proposta, a começar pelo próprio Zenha. Achavam que o país votara na pressuposição de que eu seria o primeiro-ministro. Foi um governo difícil, mas penso que bastante bom. Governei durante 18 meses, em minoria, sempre dependente do PSD ou do PCP – mais do PSD do que do PCP, valha a verdade. Foi um governo essencial para a estabilização da democracia...

Foi aí que teve mais contactos com o PSD?

Foi, fizemos algumas reformas importantes: o acordo que originou a Lei da Reforma Agrária – a chamada Lei Barreto, visto que ele era o ministro da Agricultura –, a Lei da Delimitação dos Sectores, extremamente importante para a pacificação da vida nacional; as negociações com o Fundo Monetário Internacional, que só terminaram já no II Governo Constitucional, sendo então Vítor Constâncio o ministro das Finanças.

O seu segundo governo foi em coligação com o CDS. Uma aliança contranatura?

Não foi nada contranatura! Foi um mero acordo de incidência parlamentar. Mas cometi um grande erro: não aceitar Amaro da Costa – como ele desejava – para os Negócios Estrangeiros. Teria sido, aliás, um excelente

ministro. E o Governo teria tido muito maior longevidade... Não o conhecia bem, nessa altura, e não medi a importância que tinha no CDS. Acabou por ser ministro Sá Machado, de quem era amigo há vários anos. O Amaro da Costa não gostou. Ficou de fora e, seis meses depois, foi ele que derrubou o II Governo. Enfim, com algumas ajudas, mesmo no PS...

Amaro da Costa era um grande político?

Era, sem dúvida. Alguém muito vivo, inteligentíssimo, com uma grande capacidade política e de improvisação, muito versátil. Curiosamente, no plano temperamental, acertávamos bem os dois. E como, nessa altura, o general Eanes pretendia desembaraçar-se de mim – com a ajuda de membros do Partido Socialista mais ou menos entendidos com ele –, claro que o Governo caiu. Note que podia não cair; eu continuava a ter uma maioria relativa no Parlamento, mas o Presidente, evidentemente, não a aceitou. Poderia até ter maioria absoluta, com a ajuda dos deputados da ASDI, que, nessa altura, estavam na disposição de se aliar comigo. Mas o general Eanes também não aceitou. Provocou novas eleições, após a triste experiência dos governos espúrios ditos de iniciativa presidencial – o que trouxe um desgaste inevitável ao Partido Socialista.

Conheceu melhor Sá Carneiro nessa época. Que pensava dele?

O que sinceramente expressei no dia em que lhe fiz o elogio, no Parlamento, depois da sua morte.

... e que mantém hoje?

Mantenho: um homem com uma grande capacidade política, determinação e coragem, um espírito aberto, impulsivo, temperamental, com nervo e grande carisma, com o qual tive bastantes divergências, mas me dei, globalmente, bem.

Falámos muito no período dos governos de iniciativa presidencial: não deixámos passar o primeiro, de Nobre da Costa – apesar da simpatia que nos merecia –, para marcar que nos recusávamos a pactuar com a atitude do Presidente Eanes – deliberadamente conspiratório contra os partidos e que implicava uma leitura presidencialista da Constituição. Foi uma ideia que lhe entrou na cabeça quando eu estava no II Governo Constitucional... Porque, repare, se o meu primeiro governo tem saído bem – estava, aliás, nesse caminho –, o Partido Socialista poderia ter ficado no poder muitos anos, como está agora o PPD/PSD. Não aconteceu isso porque o Presidente Eanes não deixou...

A verdade é que o seu primeiro governo cai porque...

... porque eu, de algum modo, o fiz cair, é certo! Lancei um repto à oposição, apresentando uma moção de confiança. Todas as oposições se uniram, PPD, CDS, PCP – coisa que, na altura, parecia impensável – para o derrubar. Depois, o Governo com o CDS foi de alguma

maneira apadrinhado por Eanes – sabia que era preciso alguém que se responsabilizasse pelo acordo com o FMI, mas a seguir aceitou a proposta de Freitas do Amaral para fazer cair o PS. Realmente, assim aconteceu. Mas não para beneficiar o CDS ou uma eventual coligação CDS-PSD, mas sim para iniciar a experiência dos governos de iniciativa presidencial: uma ideia esdrúxula numa democracia assente num Parlamento pluripartidário. Abstivemo-nos no Governo Mota Pinto, apesar da simpatia que, pessoalmente, também nos merecia...

Apreciou sempre muito Mota Pinto...

Sempre. Considerava-o uma pessoa excelente, de carácter, frontal, com um temperamento que tinha também muito a ver comigo. Tive sempre muita confiança nele. Caiu porque Sá Carneiro lhe retirou o apoio. O Governo Pintasilgo – inspirado ainda pelo chamado Grupo dos Nove e, principalmente, por Melo Antunes – deveria, teoricamente, beneficiar o PS, mas não foi o que aconteceu. Foi o contrário, como se viu, na campanha eleitoral.

Durante esse período, tive grande contacto político com Sá Carneiro. Veio jantar a minha casa, com a Snu, e eu fui, algumas vezes, a casa dele. Um dia, disse-me para eu me apresentar às eleições presidenciais: pensava que eu devia ser o Presidente da República, enquanto ele poderia ser primeiro-ministro, se o PSD fosse o partido mais votado, como julgava que ia acontecer. O sonho de Sá Carneiro, nesse tempo, era conseguir fazer connosco essa espécie de combinação.

E por que é que não foi o seu?

Entendi que era novo de mais: não tinha, nessa época, experiência suficiente nem condições para ser Presidente da República. Achava que era preciso um militar na chefia do Estado, o Conselho da Revolução era todopoderoso, a democracia não estava suficientemente consolidada. Além disso, o Partido Socialista era ainda, eleitoralmente, mais forte do que o PSD, era a ele que competia a presidência do ministério, não ao PSD. Propus-lhe então, em contraponto, irmos às eleições cada um por si: o mais votado seria o partido que formaria governo. As alianças ficariam para depois...

Passou-lhe pela cabeça que ele fizesse uma aliança e viesse a ganhar?

Passou...

... preferiu correr esse risco?

... Aliás, no Partido Socialista não havia ambiente para eu propor uma aliança pré-eleitoral com o PPD. Tentei formar um certo consenso propício a um entendimento futuro com o PPD, a uma coligação do tipo bloco central. Mas o PS, nessa altura, era muito triunfalista e manifestava-se claramente contra uma hipótese dessas. O adversário principal continuava a ser o PPD. A imprensa chamou, na altura, a esta minha sondagem à direcção do PS “espírito de Nafarros”. Depois, Sá Car-

neiro comunicou-me formalmente que ia fazer a Aliança Democrática. E ganhou as eleições...

Como viu a entrada em cena da AD?

Para mim, apesar de tudo, representou uma certa surpresa. Opus-me ao seu Governo, embora lhe reconheça coerência e dinamismo, durante aquele ano...

Aproximou-se de novo de Eanes, nasce a FRS...

Com grandes hesitações e algumas exigências. Dentro do Partido Socialista, projectou-se uma corrente forte – composta, principalmente, pelo Vítor Constâncio e pelo Guterres – que preconizava que fizéssemos também uma aliança e nela dissolvéssemos, de algum modo, o PS: foi a Frente Republicana e Socialista. Foi também fabricada com o apoio forte do Zenha, que iniciou aí uma aproximação com o Eanes. O Zenha queria empurrar o Partido Socialista para um apoio à recandidatura do general Eanes. E eu, sempre muito reticente, tinha as maiores dúvidas quanto a esse apoio...

Já não gostava nitidamente dele?

Não, nitidamente. Mas não era nada de pessoal, era político. Eanes já nos tinha feito algumas partidas mortais. Conhecia-o bem. Tinha uma ideia clara acerca do que era a sinuosidade natural do seu comportamento político. Não tinha nenhuma simpatia por esse comportamento, além de achar que despertava nele um nítido projecto de poder pessoal...

O futuro veio a demonstrar isso...

Pois veio, infelizmente. Esse projecto de poder pessoal – ainda por cima sendo militar, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e presidente do Conselho da Revolução – eriçava-me a pele, bulia contra a minha estrutura mental de civilista, de democrata e de socialista, de convicto antimilitarista, contrário à concentração de poderes. Acedi a fabricar a Frente Republicana e Socialista: achei sempre que era um “mau negócio”, mas acedi, não tinha outro remédio. Fomos às eleições na convicção de que íamos ganhar – e perdemos.

Não achou, pelo contrário, que o país estava maduro para o tipo de mensagem específica que era a de Sá Carneiro: mudança, acabar com um certo estado de coisas, etc.?

Achei. Mas, olhe, lembro-me de uma coisa de que você também foi testemunha. Você foi assistir ao comício de encerramento da campanha que nós fizemos em Guimarães. Foi qualquer coisa de grandioso. Tão grande que fomos obrigados a sair do pavilhão e a vir para a rua. Realizou-se assim uma manifestação colossal, à noite, nas ruas de Guimarães, a que o pé-descalço de toda a região ocorreu em massa. Você ia ao meu lado. A burguesia parecia atemorizada, por detrás das janelas, as cortinas corridas, as pessoas a espreitarem... E eu disse-lhe: “Maria João, vamos perder as eleições, a classe média está toda contra nós!” E perdemos. Houve esse élan à esquerda, mas perdemos.

E depois?

O Sá Carneiro ficou vitorioso e cometeu o grande erro de apoiar Soares Carneiro...

E o dr. Mário Soares apoia o Eanes...

Estava comprometido com ele, depois de lhe impor draconianas condições escritas que ele aceitou. Resolvi apoiá-lo. E de repente, depois da nossa derrota, ele teve aquele volte-face vergonhoso! Lembra-se? Ele, que nos tinha beneficiado, que, no dia das eleições, discutiu comigo as hipóteses de vitória e a forma como havia de demitir Sá Carneiro, no dia seguinte, fez uma declaração a dizer que sempre estivera sintonizado com o pensamento de Sá Carneiro e que se identificava com a nova maioria. Logo a seguir, forçado pelas exigências socialistas, deu entrevistas reaproximando-se do PS, com total impudor. Para mim, foi de mais. Retirei-lhe a minha confiança. Mas deixei o partido continuar a apoiá-lo: não havia alternativa!

Quando isto sucedeu, Sá Carneiro julgou que ganharia as presidenciais. Tentou reaproximar-se de mim. Conversámos uma vez na Assembleia da República, tinha eu suspenso voluntariamente as minhas funções de secretário-geral do PS. Esperava de mim uma qualquer declaração de apoio, mas eu fiquei em completo silêncio, como me cumpria. Não queria, obviamente, a vitória de Soares Carneiro.

Embora parecesse que, nessa altura, Sá Carneiro era um cidadão magoado com um procedimento deselegante do PS em relação a ele, aquela história das notas, a exploração da dívida, a história de “os socialistas andarem com as suas mulheres”, numa clara alusão...

... isso é verdade. Ele estava magoado com toda a razão, mas ultrapassou isso. A Snu não. Eu era muito amigo da Snu, conhecia-a muito bem, desde 1968, antes de ele a conhecer. Uma vez, ela encontrou-me. Disse-me, claramente, que não esperava aquilo de mim: o facto de o PS se ter permitido comentar a vida privada deles. Fiquei preocupado e, no íntimo, dei-lhe razão. Se havia coisa que eu admirasse em Sá Carneiro, era a coragem e a frontalidade com que assumiu a relação com ela. Embora também achasse que havia uma grande hipocrisia no silêncio dos “bem-pensantes” e de parte da Igreja em relação ao mesmo assunto. No caso dele, passaram por cima de certos valores continuamente invocados, com a maior tranquilidade...

Voltando a si...

... pedi desculpa à Snu, disse-lhe que, pessoalmente, não podia deixar de lamentar a situação criada. Expliquei-lhe que houvera um inevitável e fácil aproveitamento político, por parte do PS, e que eu, como principal dirigente, cedera à facilidade e tivera, no caso, alguma responsabilidade. Enfim... Fiquei triste e vexado. Ainda hoje lamento, sinceramente, o que se passou. Não é

digno da esquerda utilizar esse tipo de argumentos.

Regressa ao PS após a vitória de Eanes e ganha aquele tremendo combate – contra o Secretariado – para reaver a liderança... Já agora, votou em quem? Vinte anos depois é uma confissão inocente...

O voto é secreto. Mas, sempre lhe digo, não votei em Eanes nem em Soares Carneiro. Sobre esse combate, os jornais publicavam a meu respeito: “Está moribundo. É um velho leão que só sabe rugir, mas já não tem dentes.” Uma luta muito difícil. Até tive dificuldade de entrar em certas secções do partido: estava tudo cheio de cartazes de Eanes, não havia um único com a cara do ainda secretário-geral. Era um proscrito, um desmancha-prazeres, que vinha para ali estragar a festa da vitória do partido à volta do Presidente Eanes. Foi muito desagradável. Mas ganhei o congresso por 60 por cento dos votos dos delegados contra 40 por cento. Um combate desigual, bastante duro, mas gratificante...

Contra Zenha...

O corte com Zenha, meu amigo desde sempre, foi um acidente de percurso grave, muito triste, para mim, uma das coisas que mais me marcaram em toda a minha vida política, no plano afectivo e pessoal...

O pior por que passou politicamente?

O mais desgostante e triste. Sou amigo dos meus amigos, como toda a gente sabe. O Zenha, para mim, foi sempre como um irmão. Em intimidade e em comunhão total. Algo muito semelhante ao que se passa hoje, em Espanha, com Felipe González e Alfonso Guerra. Enfim, tive grande afecto e admiração pelo Zenha e um respeito intelectual que, aliás, mantive até à sua morte.

Chegaram a fazer aquilo a que se chama “as pazes”? Ou... ficou sempre coxo?

Ficou sempre coxo, infelizmente. Ele nunca me perdoou eu ter tido razão – no partido e, sobretudo, nas eleições presidenciais, como foi depois por todos reconhecido, mesmo os mais próximos dele.

Como assim?

Ele julgou, no início, que tinha na mão as eleições presidenciais. Aliás disse-mo, em privado, antes do debate que fizemos na televisão. Antes de iniciarmos o debate, falámos uns minutos. Ele disse-me: “Para que teimas apresentares-te às eleições? Na melhor das hipóteses, se tiveres todos os votos do PS – o que não é seguro –, terás 20 por cento. Ao passo que eu tenho 18 por cento do PRD, mais 15 por cento do PC, o que faz 33 por cento. Terei no mínimo 33 por cento contra 20 por cento que tu terás, fora ainda alguns votos que eu irei buscar ao Partido Socialista. Não tens nenhuma hipótese.” Respondi-lhe que, numa eleição presidencial, a aritmética contava pouco. Havia uma questão de equação pessoal, de que tudo dependia. No fim se veria. E vimos...

De que é feita essa sua energia? Optimismo? Convicção? Intuição?

Não é optimismo, não havia aí optimismo nenhum. Havia determinação, a vontade de lutar até ao fim, confiança pessoal, demonstrar que não seria vencido senão em combate, em campo raso e aberto. Disposição de lutar, qualquer que fosse o resultado. E, quando algumas pessoas tentaram dissuadir-me – até o meu amigo Jaime Gama, meu apoiante desde sempre, que escreveu um artigo sugerindo que retirasse a minha candidatura e ficasse como “presidente honorário” do partido... –, respondi que batalharia até ao fim. Aliás, nunca me passou pela cabeça deixar de o fazer. Render-me sem luta, não. Venci.

Ora, com o Partido deu-se a mesma coisa. Tomei a posição que me pareceu mais correcta e bati-me por ela, até ao fim. Procurei, pacientemente, convencer os militantes do partido de que tinha razão. E consegui. No final do congresso do Coliseu, um assistente, muito ligado a Belém, comentou para um socialista da minoria: “Afinal, ganhámos fora [queria dizer: as eleições presidenciais] e perdemos em casa.” Não imaginava, seguramente, nessa altura, como as suas palavras seriam proféticas...

Como revê tudo isso hoje? A campanha, os outros candidatos?

Primeiro foi a Maria de Lurdes Pintasilgo que se lançou, convencida de que tinha o apoio do Presidente Eanes, sem ter. Pensar que chegou a ter 40 e tal por cento nas sondagens... Depois Eanes ensaiou aquela falsa hesitação parecendo que ia apoiar o Costa Brás, até que surgiu o verdadeiro candidato, o Zenha, que era quem podia dividir mais o Partido Socialista e mais incomodado me podia deixar... Afectou-me, realmente, confesso. E ainda o prof. Freitas do Amaral, que, nessa altura, tinha reunidas algumas condições para poder ganhar, visto que tinha um “score” de apoios muito considerável, mesmo entre os jovens e os intelectuais.

É caso para lhe perguntar: à noite, quando chegava a casa e deitava contas à vida, olhando para os candidatos, o que é que pensava?

Por mais estranho que lhe pareça, durante algum tempo estive convencido de que ganharia à primeira volta.

Mesmo com os sete por cento?

Sim, sim, estava convencido de que ia ganhar à primeira volta. Depois, a partir de certa altura do processo eleitoral, percebi que não. Mas fiquei convencido de que ganharia à segunda, o que aconteceu.

Sempre achou que ganharia?

Sim, e até por mais do que ganhei. Julguei sempre que o Freitas não subia nada entre as duas voltas. Mas subiu, para 49 por cento, porque houve gente que votou em mim, na primeira volta, para barrar o caminho ao Zenha, mas que, na segunda, votou no Freitas do Amaral. Ganhei também porque a esquerda é maioritária em Portugal. Ainda hoje...

De há nove anos para cá não parece...

Justamente: a meu ver, o prof. Cavaco Silva obteve maiores porque entrou no eleitorado do centro-esquerda. Numa candidatura presidencial, a esquerda, por si só, representa 53 ou 54 por cento.

Pensou o quê, no dia da vitória?

Nesse dia fui, como sempre, dormir a sesta, andava muito cansado, depois de uma campanha daquelas. Por volta das cinco da tarde, fui para o meu escritorzinho, em casa, e preparei dois discursos: um para o caso de vencer e outro para o caso de perder...

Qual escreveu primeiro?

O da derrota. O seguro morreu de velho... Depois, a minha mulher entrou e disse que estava ao telefone o Gomes Mota, informando que, segundo o primeiro “flash”, eu ganhava. Às dez horas tive a certeza de que assim era, de facto, e fui para a sede.

Foi a maior alegria política da sua vida?

Foi uma das maiores, talvez não tão grande como o 25 de Abril, a chegada a Lisboa ou a da primeira eleição para as Constituintes. Recordo que, nessa altura, estava intimidado com o que poderia ser a reacção dos militares. Mas o essencial do que pensei, quando fui eleito Presidente, resume-se nisto: tive consciência de que se tratava de um voltar de página importante para o regime democrático, era a primeira vez que um civil chegava à Presidência da República, depois de 60 anos. Mas... o país estava, praticamente, dividido em dois. O que me preocupava muitíssimo. Daí, o sentido do meu primeiro discurso, após conhecidos os resultados das eleições: foi um discurso apaziguador, institucional, de modo a evitar grandes perturbações políticas, previsíveis. Resolvi não abusar: não falei ao meu eleitorado, mas sim a “todos os portugueses”.

O que é que entende por abusar?

Se, por exemplo, resolvesse dissolver a Assembleia da República, como fez o Mitterrand, se provocasse novas eleições, se exigisse a imediata demissão do Governo Cavaco, etc. Isso provocaria uma imensa crispação na sociedade portuguesa. Fiz um discurso com a intenção de levar as pessoas a respirarem de alívio – todas! Os 49 por cento que foram vencidos perceberam que eu não ia fazer o que eles temiam...

A propósito de atirar o Cavaco abaixo: um dos piores momentos da sua vida política pode ter sido quando Cavaco Silva entrou de rompante e sem passado político, pela Rua da Emenda, para acabar com o bloco central?

Não. O bloco central estava no fim. Quando veio da Figueira da Foz e fez vários avisos, já sabíamos o que ia acontecer. Quando foi à Rua da Emenda, já os jogos estavam feitos. Ele falara em flores ou coisa parecida e nós enchemos a sede de flores, para o receber, foi uma graça...

Foi uma surpresa para si?

Foi uma grande surpresa ter ganho o congresso. Na véspera, tivera uma reunião com o Machete e o João Salgueiro, e as previsões apontavam para que um deles ganhasse. A hesitação foi-lhes fatal. Ganhou Cavaco Silva porque os militantes do PSD estavam descontentes, queriam um líder com autoridade. E ele afirmou-se como líder. Em política, quem joga determinantemente e quem, num momento de hesitação, marca uma posição firme e clara tem sempre alguém para o seguir. O resto faz-se depois...

O que é o cavaquismo?

O cavaquismo, a meu ver, é muito pior do que o homem político Cavaco Silva. Dito de uma forma mais simpática: a pessoa é bem melhor do que a situação que gerou – uma espécie de oportunismo situacionista.

De que não gosta nada?

De que não sou particularmente fã. Quer dizer, acho que Cavaco Silva é um político com qualidades indiscutíveis. Tem defeitos e qualidades, tem feito coisas boas, úteis para o país, e coisas más. Mas o cavaquismo é uma espécie de situacionismo – a expressão é de Marcelo Rebelo de Sousa –, uma simbiose malsã entre o Estado e o partido, um conjunto intrincado de interesses em volta de um líder que não permitem a reflexão ou a crítica.

Para terminar, que balanço faz destes 20 anos?

O balanço é extremamente positivo. A Revolução do 25 de Abril foi uma revolução que teve êxito. Frequentemente, as pessoas dizem-me que o 25 de Abril pode ter sido frustrante para alguns que sonhavam com o socialismo de tipo leninista, um socialismo real, para Portugal. Confundem o socialismo democrático e humanista com esse tipo de ditadura e dizem que, afinal, houve uma inflexão para a direita... É óbvio que poderíamos estar mais à esquerda. São as regras da alternância.

A Revolução foi reconduzida àquilo que sempre foi e pretendeu ser, uma revolução democrática, pluralista, avançada no plano social e no plano económico, que modernizou e transformou o país. Colocou-o num centro de decisões particularmente importante no mundo, a União Europeia. A Revolução foi um sucesso: não houve violência nem efusão de sangue, foi generosa e tolerante. Deu origem a uma evolução política no mundo, favorável à democracia. Representou uma viragem não só para Portugal, abriu um novo ciclo para a Europa – com a transição democrática em Espanha e o fim dos coronéis na Grécia – e, através da Europa, para o mundo. Nesse sentido, também, nós, portugueses, podemos estar orgulhosos da nossa Revolução.

Tem a ver alguma coisa com isso...

Tenho a sensação de que, ao longo destes anos, contribuí alguma coisa para isso, criando hábitos de convivência cordial entre as pessoas. Aqui há tempos,

dei um jantar a um grupo de personalidades de vários países que vieram a Portugal. Entre elas, veio Rockefeller, o milionário, que conhecia Portugal do tempo do Salazar. Disse-me que Portugal era um país muito agradável e que a nossa revolução fora interessante. Depois, acrescentou: “Em tempos, quando cá vim pela primeira vez, conversei com o ministro dos Estrangeiros”, de cujo nome não se lembrava. Eu disse-lhe que possivelmente seria o embaixador Franco Nogueira. E Rockefeller perguntou por ele: “Está preso? Está no exílio?” Respondi-lhe que estava no jantar. Chamei-o. Franco Nogueira cumprimentou o Rockefeller, que ficou estarrecido. Conversaram um bocadinho.

Daí a pouco Rockefeller lembrou-se de que tínhamos vencido os comunistas. E pergunta-me se o Cunhal estava no exílio. Respondi-lhe que não, que também estava ali connosco no jantar. Chamei também o Cunhal para falar com ele. O Rockefeller mais admirado ficou. Enfim, estavam lá todos: Costa Gomes, Spínola, Otelo, antigos ministros de Salazar, como Adriano Moreira, ou de Caetano, como Veiga Simão, enfim, estava toda a gente. Acho que isto é tolerância, é a demonstração de que vivemos em democracia, onde todos cabem.

Gostaria de destacar dois ou três militares, em particular?

Tenho estima pelos militares de Abril. Foram essenciais, devem ser honrados e dignificados, como alguém que prestou à pátria o grande serviço de terminar com a ditadura. Foram homens generosos – muitos deles mal preparados – que, depois de fazerem o trabalho, se retiraram para os quartéis, como deviam. O que foi uma grande proeza. Desses, há uns que são verdadeiros galaazes, como por exemplo Salgueiro Maia – uma grande figura de militar patriota que nunca quis nada para si. Foi sempre um homem difícil, às vezes um pouco azedo, muito estrito e severo consigo próprio e com os outros, mas sempre fiel à linha do 25 de Abril, no sentido democrático, originário e puro. Outro, é o actual brigadeiro Monge, uma figura importante de Abril. Estava preso nesse dia – participou no golpe das Caldas – e foi preso depois do 11 de Março. Seguiu a sua carreira sempre igual a si próprio, fiel às suas convicções. Houve muitos assim.

Daqueles que tiveram mais responsabilidades a nível do Conselho da Revolução, lembro, por exemplo, Vasco Lourenço, homem frontal de grande coragem física. Em Tancos, no momento difícil da grande clivagem, afrontou a assembleia do Movimento das Forças Armadas, quando ameaçou com uma cadeira alguém que pedia a pena de morte para alguns civis, entre os quais eu me contava. Na preparação do 25 de Novembro, teve um papel extraordinário, de grande determinação e isenção pessoal. Depois, há também figuras generosas e mal compreendidas – por frases que ficaram ou atitudes

que tomaram –, como o Otelo.

Mas o Otelo “ajuda” a que o compreendam mal...

É verdade. Tem pouca preparação política...

Justamente, o Vasco Lourenço também não tinha e...

... sim, mas tem o robusto bom senso do nosso zé-povinho, que talvez falte ao Otelo. O Otelo pretende ser um pouco mais elaborado e, portanto, diz umas coisas que às vezes são grandes disparates, como essa que queria ser “o Fidel de Castro da Europa” ou que ia encher o Campo Pequeno com os pides e os do antigo regime. Mas quem estudou a Revolução e quem conhece as peripécias por que passou, como eu conheço, sabe que, se o Otelo tivesse estado do lado dos comunistas, outro galo lhes teria cantado! Hoje não estaríamos aqui tão tranquilamente a conversar. Nos momentos decisivos, Otelo não esteve do lado tonto. Disse coisas como se estivesse, mas não esteve.

E agora... eis que o dr. Álvaro Cunhal parece muito seu amigo e vice-versa...

O dr. Álvaro Cunhal é uma figura que eu respeito como grande resistente...

Mas que agora respeita um bocadinho mais?

Não respeito mais nem menos. Só que agora não tenho que me bater contra ele. É evidente que está na essência de tudo o que de grave se passou em Portugal, no tempo da Revolução. Tinha um projecto e quis realizá-lo. Não conseguiu, felizmente. Eu aprecio e admiro o dr. Álvaro Cunhal porque acho que é, incontestavelmente, uma personalidade estruturada, de uma estatura intelectual invulgar.

O fascínio do inimigo?

Não, penso que não é o fascínio do “inimigo”. É uma grande personalidade política, um grande resistente, um homem com uma capacidade e uma coragem invulgares. E não cede. Ou, quando cede, é por entender que deve ceder por razões objectivas, que são as dele e não as dos outros. Não é capaz de um desvio, fora daquilo que considera que deve fazer. Nesse sentido, admiro-o. Mas não há dúvida de que, em 1975, ele se convenceu de que poderia ser o Lenine da segunda metade do século XX, o Lenine português, aqui deste extremo da Europa, que podia repetir aqui alguns episódios da Revolução Russa. Trabalhou para que isso acontecesse. Mas teve o bom senso de não avançar quando percebeu que isso podia implicar uma guerra civil e um banho de sangue. É por isso que no artigo que escrevi quando fez 80 anos, de parabéns, disse que, apesar de tudo, o dr. Cunhal desistiu às 2 horas da manhã de 26 de Novembro – e que isso nos evitou a todos grandes trabalhos.

Há quem refira que ele pôde fazer isso porque conquistara já Angola e Moçambique para a órbita da então URSS...

É uma teoria que terá alguma lógica.

É a sua?

É uma teoria que não será estranha a algumas pessoas. Mas não sei se estaria nas intenções do dr. Cunhal. Ele é muito português, queria muito fazer uma coisa aqui, deixar aqui a sua dedada. Admito que pensasse que era um recuo estratégico e que depois voltaria a avançar, mais adiante, se as circunstâncias fossem favoráveis. Um passo atrás para dar depois dois à frente... Não sei...

É o herói civil da Revolução?

Eu?! Essa agora... Nunca me considere herói de coisa nenhuma. Fiz o meu dever, tenho a consciência de ter contribuído, com a minha quota-parte, para que estejamos hoje onde estamos. É um título suficiente de orgulho.

Melo Antunes: A consciência da revolução

Ernesto Melo Antunes (1933-1999), uma das figuras centrais do 25 de Abril de 1974, quebrava o silêncio 20 anos depois, na primeira das entrevistas da série de Maria João Avillez sobre a revolução de Abril, publicadas entre Janeiro e Abril de 1994.

Maria João Avillez 09/01/1994

Continua um solitário. Vive nos arredores de Lisboa, numa casa branca repleta de livros, com um cão chamado Pompeu. Foi um dos principais protagonistas da revolução de 25 de Abril de 74, se não mesmo o seu inspirador e seguramente a sua alma. Depois, nos anos do PREC, influenciou, decidiu, agiu. Foi sempre polémico, dividiu o país, congregando seguidores e polarizando detractores. Foi alvo de fidelidades e, com igual peso e medida, de ódios. Porque, de uma maneira ou de outra, em Portugal e nas antigas colónias – sobretudo em Angola e Moçambique –, tudo passou por ele. Mas, instalada a democracia e feita a (sua?) descolonização, procurou outras vias e possivelmente outra vida. Trabalhou para a UNESCO, passou a morar em Paris, teve um escritório, viajou muito.

Passados vinte anos sobre a data do 25 de Abril, Ernesto Melo Antunes, hoje com 60 anos, entendeu quebrar o silêncio. E pese embora a sua reserva habitual, e o seu manifesto pouco gosto por exposições e palcos, fez com serenidade – e o auxílio da própria História – andar para trás o filme desses anos. Um filme tão polémico quanto interessante de rever.

Vinte anos depois – e agora reflectindo sobre a necessidade de “uma nova visão do mundo” –, continua um homem cerebral, fugidio, desconfiado. E secreto. Mas porventura ainda mais solitário.

Tenente-coronel Melo Antunes, vamos começar pelo princípio. Como foi o seu ambiente familiar, como viveu a sua infância, adolescência, o que foi determinante?

É uma pergunta surpreendente... Vivi com os meus pais e um outro irmão, o meu pai era oficial do Exército, andei em bolandas. De resto, a minha primeira experiência africana foi em Angola, tinha eu seis, sete anos... Foi logo aí nesses anos de 39, 40, 41, que começou a minha paixão por Angola. Fiz os primeiros anos do liceu em Aveiro, os últimos em Faro, devido às diversas colocações do meu pai.

Nasceu e cresceu num ambiente conservador?

Bastante. Os meus pais eram ambos muito católicos, conservadores, mas vivia-se um ambiente aberto e

de grande camaradagem, o que me faz hoje guardar excelentes recordações deles e desses tempos.

Escolheu aquilo a que se chama a “tropa” devido ao seu pai?

Fui um pouco empurrado para aí. Havia dificuldades económicas em casa, outro irmão para educar, etc. Mas havia também a ideia, por parte do meu pai, de que era preciso disciplinar-me um pouco... No final da adolescência, eu mostrava com exuberância as minhas tendências inconformistas... A pressão familiar com a necessidade de um curso rápido conjugaram-se numa situação que de resto aceitei muito bem.

Essas tendências, esse inconformismo, nasceram quando e sobretudo como?

É difícil marcar um tempo ou um detonador... mas lembro-me com nitidez da campanha presidencial de Norton de Matos, teria eu quinze anos, e da animação que ela provocou no liceu. Mas a minha curiosidade nasceu sobretudo pelas leituras que fazia e dentro delas a via literária começou por ser mais forte que a política. Só depois vieram outras descobertas, outras preocupações, noutras áreas, nomeadamente no campo da ciência política.

Já formado pela Escola do Exército, faz diversas comissões de serviço em África, vive a guerra colonial...

Vivi, numa palavra, a experiência mais marcante e decisiva da minha vida, a da guerra colonial, que começou em 63. Fiz três comissões sucessivas. Fiquei assim com uma experiência que fez amadurecer muita coisa que até ao início da guerra tinha sido absorvida por via livresca.

Foi tão marcante que transformou dúvidas ou perplexidades em certezas?

Consolidou convicções e reforçou princípios nos quais acreditava desde jovem.

Quais, por exemplo?

Há 25 anos atrás, eu responderia através de um vocabulário que hoje já não se usa. Por exemplo, a ideia de que era preciso transformar o mundo... Continuo a pensar que é, mas não utilizo a linguagem dos anos sessenta... A ideia que de facto havia – e ainda há!

– injustiças fundamentais na nossa sociedade – ocidental, capitalista –, e que uma delas era a situação colonial, foi totalmente consolidada na guerra. E desde essa altura ficou claro para mim que a mudança de regime em Portugal – para a democracia – era fulcral para a sociedade portuguesa. Porque das duas, uma: ou se aceitava implicitamente essa situação ou não se aceitava, o que pressupunha uma recusa radical do modelo que conduziu a ela. O processo de evolução da minha consciência política – e até cultural – deveu-se a esta combinação de factores: de um lado uma extrema curiosidade intelectual, de outro uma experiência concreta que alicerçou convicções e princípios.

Em 69, no termo da sua segunda comissão, tem o seu primeiro gesto público e concreto de acordo com esses princípios: candidata-se às eleições pela CDE...

Estava em S. Miguel e havia nos Açores nessa altura um grupo de gente a despertar para a vida política e social: Jaime Gama, Mário Mesquita, Medeiros Ferreira, para além do mentor – intelectual e político – desse grupo, o Marquês da Praia, António Borges Coutinho. Foi nessa efervescência relativa que se viveu nos Açores face às eleições que redigi um documento – ainda há dias o Mário Mesquita me lembrou isso! –, a “Declaração de Ponta Delgada”. Já ninguém se lembra disso... [sorri] Mas negaram-me a possibilidade de me candidatar quando afinal havia outros oficiais nas listas da União Nacional que vieram a ser candidatos! Regressei ao continente e voltei ao Ultramar em 71.

Saltando para 73 e para a preparação do MFA: até que ponto e quando se apercebeu que podia passar-se de um movimento meramente corporativo para um movimento essencialmente político?

Esse salto dá-se em meados de Janeiro 74. Até aí eu acompanhara de forma distante toda essa movimentação claramente de natureza corporativa. E a partir de certa altura apercebi-me que era muito possível dar a volta aos acontecimentos. Isto é, dar-lhe um conteúdo político muito mais claro.

Apercebeu-se devido à sua formação, às suas preocupações de natureza política, à sua cultura, que o colocavam numa posição de “vantagem” intelectual e política sobre os outros?

Não se daria o tal salto se não tivesse havido outros oficiais que, mesmo sem grande formação política, tinham a sensibilidade suficiente para compreender o que estava em jogo – uma movimentação de natureza claramente política – e naquilo em que tudo poderia redundar

A queda do regime?

Exacto, o que ficou claro a partir de Janeiro de 74. Houve uma adesão suficientemente significativa para que pudéssemos alimentar a esperança de organizar

a queda do regime.

Tem razão de ser a etiqueta que desde sempre lhe colaram de “ideólogo” ou do “político” do 25 de Abril?

Dei uma contribuição não desprezível para a politização do MFA e para que se definissem com a clareza possível os objectivos fundamentais, consagrados posteriormente no programa do MFA, para o qual dei também uma colaboração muito activa. Redigi o primeiro “round”, houve depois as alterações necessárias em função dos compromissos indispensáveis. Mas o desencadear do Movimento foi uma movimentação colectiva que se cristalizou em dois ou três objectivos muito simples...

Muito simples – democratizar, descolonizar, desenvolver...? Todos os oficiais compreenderam o alcance esmagador destes três “D”? Tinham a noção da revolução que isso pressupunha?

Tinham a ideia de que se tratava de derrubar o regime, implantar um regime – que isto fique bem claro! – de tipo ocidental, para fazer a descolonização e desenvolver o país. Embora aqui fosse mais confuso, a maioria não sabia muito bem como se iria fazer esse desenvolvimento, havendo a este respeito dezenas de projectos cruzados. Eu tinha absolutamente a noção do que íamos fazer. Mas já agora – de um ponto de vista meramente pessoal –, digo-lhe que estava intimamente convencido de que iríamos ser esmagados.

Pela capacidade de resposta que atribuía ao regime?

Exacto. Apesar de toda a nossa análise, foi espantosa a rapidez e a surpresa... Bastou aquele pequeno abanão. O que eu pensava à partida é que seriam necessários diversos abanões...

Mal o 25 de Abril ecoou, houve da sua parte – e de outros – uma primeira cedência: depositar o poder em Spínola e não em Costa Gomes. Ou não faz sentido colocar as coisas assim?

Sim, faz. Não sei se posso responder-lhe de forma muito convincente para mim próprio... acho que foi o resultado de compromissos. O peso dos “spinolistas” nas FA e no Exército era imenso. Considerou-se que ao general Spínola se atribuiriam as funções de Presidente da República e ao general Costa Gomes a parte militar. Uma divisão que resultava da relação de forças existente. Da minha parte foi uma cedência e grave. Mas as mudanças na História fazem-se através de compromissos por parte dos que têm uma determinada visão dos acontecimentos. Foi para mim uma consequência grande e grave, perante um compromisso grande e grave. Era necessário para atingir o objectivo fulcral...

... a descolonização?

Nunca desliguei a ideia da democratização da ideia

da descolonização, nem isso era possível. A partir de sessenta, quando começam os movimentos de descolonização, há uma lição a reter: só houve descolonização nos casos em que as metrópoles eram democracias políticas. Só depois de termos acesso à democracia política poderíamos descolonizar.

Quando se dá a queda do governo Palma Carlos, entra nos Executivos de Vasco Gonçalves como ministro sem pasta: troca a pele de “revolucionário” pela de ministro. Porque teve que ser? Como viveu isso?

Foi necessário responder a essa solicitação institucional, o que nunca imaginara... Assumi-a como um dever e uma necessidade – detesto essa ideia das pessoas que aceitam cargos como “sacrifícios”... –, e vivi-a como tal.

Ao mesmo tempo, o dr. Mário Soares era titular dos Estrangeiros. Passando agora para a descolonização: não eram duas pessoas a fazer o mesmo? Que fazia e como fazia um, que fazia e como fazia o outro?

Fui justamente ministro sem pasta porque, como o essencial do poder político estava no MFA, e como a tarefa da descolonização transcendia as tarefas habituais de um ministro dos Estrangeiros, foi entendido que alguém do MFA deveria ocupar-se prioritariamente da questão da descolonização. Por exemplo: as conversações com os movimentos da Guiné, S. Tomé e Cabo Verde começaram e acabaram por ser levadas a termo por ele, com uma reduzida participação minha. Ao passo que Angola e Moçambique foi o contrário.

Disse que “foi entendido”. Foi entendido por quem?

Julgo que houve pressões para ser eu. A Comissão Coordenadora do MFA estava localizada entre o general Spínola, Presidente da República, e o Governo. Uma parte essencial do poder político era dessa Comissão, à qual, apesar de ministro, eu também pertencia. E daí que as acções mais importantes que se desenvolveram no sentido em que a descolonização tivesse uma determinada orientação tenham vindo do MFA e da sua Comissão Coordenadora.

Já contra o general Spínola?

Seguramente já contra o que estava na cabeça do general Spínola e provavelmente com algumas reticências por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, pelo menos no caso de Angola e Moçambique.

Então havia como que uma “competição”? Isso gerou alguma desconfiança de parte a parte?

Da minha parte não houve esse sentimento de competição com os Negócios Estrangeiros ou qualquer outra pessoa – sem ser o general Spínola e seus assessores. De um ponto de vista estritamente formal, o dr. So-

ares, enquanto titular dos Estrangeiros, bem como o dr. Almeida Santos estiveram comigo nas principais negociações em Dar es-Salam e Lusaka. Não houve choque de opiniões de fundo e houve colaboração nas conversações.

Em sintonia?

Sobre as questões essenciais, creio que em sintonia. Embora talvez seja este um bom momento para dizer que hoje, passados tantos anos, não posso deixar de confessar a minha surpresa com algumas declarações do dr. Almeida Santos: naqueles fantásticos diálogos televisivos com o dr. Jardim, deu claramente a entender que no caso da negociação com Moçambique ele teria ido com o dr. Soares para Dar es-Salam condicionado mental e politicamente porque o essencial das conversações houvera já sido feito por mim numa anterior deslocação.

Onde fora sozinho?

Com o comandante Almeida e Costa. Onde o dr. Almeida Santos deu azo a outras interpretações... Tanto que o dr. Jardim, com a sagacidade que lhe é habitual, disse logo “pois, foi o Melo Antunes”... Isto é, foi o Melo Antunes o responsável por um mau acordo! O dr. Almeida Santos fez um ar compungido que reflectia bem o que lhe ia no pensamento e na alma. Não sei bem se é o mesmo que vai no pensamento e na alma de Mário Soares, espero que não. Expliquei com toda a clareza, quando vim desses encontros em Dar es-Salam, qual a filosofia subjacente das conversações que deveriam conduzir a um acordo...

... explicou o quê, exactamente?

... que o que estava em causa era Portugal reconhecer ou não reconhecer, de maneira clara e inequívoca, o direito de Moçambique e das antigas colónias à autodeterminação e, com todas as consequências, à independência. Se esse era o objectivo político da Revolução, não podíamos tergiversar em questões que eu considerava acessórias. Ora, em relação a esse objectivo fundamental havia um conflito claro com Spínola e com o sector que o apoiava, duas concepções opostas.

Muito depressa “cá fora”, isto é, a própria sociedade civil, se apercebeu dessas duas concepções...

Claro! E portanto, o que fez com que esta situação de impasse das duas concepções da descolonização se esclarecesse foram justamente as negociações preparatórias para o acordo de Lusaka, com vista à independência de Moçambique. Foi isso que fez com que, no auge do embate entre Spínola e aquilo que era representado por mim, se fizesse a Lei 7/74, que reconhecia pela primeira vez o direito à autodeterminação e independência. O caminho ficou obviamente facilitado para encontrar soluções concretas para a descolonização.

Um caminho que passou por cima de Spínola...

Ele sentia e vivia obviamente essa questão como algo de dramático. Tanto que não tem nenhuma relutância, em coisas ditas e escritas, em classificar-me – e a outros – como um traidor à pátria.

Que impressão é que isso lhe faz?

Muita. Ele e os que o rodearam são de um enorme primitivismo na forma como apreciam os outros. Ninguém detém o exclusivo do patriotismo, mas sim ideias divergentes sobre a construção do futuro. As soluções que ele defendia – federações, comunidades – eram, ao fim de treze anos de guerra, irrealistas e utópicas. Levi Strauss diz de forma notável que “o maior pecado do Ocidente foi o colonialismo”. Sempre pensei que a coisa que melhor poderia honrar a revolução portuguesa era a independência das colónias de uma forma que também as honrasse...

Mas aí...

Sei perfeitamente que tudo seguiu um curso impossível de prever na altura...

... qual altura?

... antes de chegarmos à assinatura formal dos acordos de independência. Visto “a posteriori”, era impossível ter evitado que se tivesse tornado impossível a presença da esmagadora maioria dos portugueses em Angola e Moçambique. Em parte, essa instabilidade foi marcada pela vontade clara dos novos responsáveis políticos por Angola e Moçambique de afastar os portugueses.

Foi um mau princípio...

... foi, mas esse radicalismo era inevitável. As elites que chegaram ao poder foram as que andaram de armas na mão na luta de guerrilhas. Sabemos que só o puderam fazer porque tiveram um apoio ideológico quase exclusivo de origem comunista e um apoio logístico e material vindo da União Soviética e do bloco socialista. Ora, em plena guerra fria, em plena disputa de zonas de influência entre a URSS e os Estados Unidos, era inevitável que o poder político nesses países fosse simultaneamente instrumentalizado pela estratégia da URSS, por um lado, e, por outro, que se prosseguisse um radicalismo de afastamento de tudo o que parecesse de influência ocidental, nomeadamente o antigo colonizador. Um dos esforços por nós feitos em todos os acordos foi o de preservar garantias e direitos dos portugueses. Mas uma coisa são os desejos, outra a realidade histórica que se encarrega de escrever a História de outra maneira...

Acabou de me descrever de forma linear e límpida o contexto em que se iria desenvolver a descolonização. Justamente devido ao seu conhecimento desse contexto, não lhe parece que tudo foi feito de forma expedita e demasiado rápida? Como se houvesse uma urgência?

Se não estivéssemos a viver uma revolução, teríamos a obrigação – e até as condições – para fazer a descolonização ao ritmo adequado, uma passagem com equilíbrio e estabilidade. Essa revolução não só foi de toda a sociedade civil como das próprias Forças Armadas, nomeadamente as que estavam em Angola e Moçambique. A exigência de ser rápido numa solução concreta vinha não só da população em geral como em particular daqueles com os quais teríamos que contar se quiséssemos fazer as coisas como se estivéssemos em democracia política: ter umas FA que garantissem uma determinada política externa. Não se trata de dizer – como já se disse – que o Exército “abandonou ou entrou em desordem” nas antigas colónias, mas sim de ver que era impossível que eles lá continuassem a combater... à espera que em Portugal se dessem as transformações políticas conducentes à democracia...

Descreveu há pouco o contexto internacional que iria emoldurar a descolonização, acaba de descrever o nacional. Insisto: não era possível, sabendo de antemão a realidade dos dois contextos, ter tido menos pressa? Menos precipitação?

Não, acho que não era possível. E não houve nenhuma intenção de precipitar os acontecimentos. Voltando atrás: o que imaginámos com o MFA foi o derrube do regime e a implantação da democracia. Mas o que estávamos a fazer era um golpe de Estado, um pronunciamento. Nem eu, nem ninguém, imaginou que esse golpe de Estado fosse horas depois uma revolução, porque o país se incendiou de norte a sul. As massas transformaram um golpe militar clássico – só que, neste caso, de esquerda – num movimento revolucionário. A partir daí, e sem perder de vista objectivos fundamentais, tivemos de navegar à vista. Não há outra explicação para as coisas.

Ainda hoje vigoram em certos sectores duas teses muito interessantes: a primeira, que o vosso golpe de Estado era de origem comunista; a segunda, que ele foi aproveitado horas depois pelo Partido Comunista.

O Movimento desenvolveu-se de forma quase milagrosa, sem contactos com os partidos que existiam clandestinamente. Havia contactos meramente pessoais com gente dos partidos. Lembro-me, por exemplo, de ter trocado muitas impressões com Sotto Mayor Cardia – era amigo pessoal dele – sobre o que estava em gestação, disse-lhe que o regime só cairia por via militar, uma tese que defendia há anos. Eu participava nessa altura com o PS na redacção do programa que foi aprovado depois, na Alemanha. Colaborei nos capítulos da Defesa e Negócios Estrangeiros.

E no PCP?

Não conhecia ninguém na altura a não ser pessoas

que lhe estavam ligadas, alguns intelectuais, etc. Mas nunca houve uma conspiração com os partidos para desencadear a revolução, ela foi autónoma e estanque. Mas não é segredo para ninguém que o único partido com uma estrutura organizativa e operacional era o PC – que de resto penso eu que ficou também muito surpreendido pelos acontecimentos... Mas não há dúvida de que beneficiou do facto de ter o prestígio que tinha pela condução, durante décadas, da resistência ao regime.

Então não se espantou com o cariz e o caminho que muito depressa tomaram as coisas?

Era inevitável que assim fosse. Mas achei que tínhamos capacidade de resistir à tentação óbvia de o PC se tornar a força hegemónica. Daí que começassem logo as confrontações no MFA, no Governo, nas várias instâncias do poder. Os governos de Vasco Gonçalves foram o terreno de luta entre moderados e radicais, ligados quer ao PC quer à extrema-esquerda. Toda a história do poder político em Portugal desde o II Governo Provisório até ao fim do Verão quente foi a história dessa confrontação.

E entretanto apercebeu-se de que teria que fazer face ao seu camarada e primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Quando começaram a fabricar o “Documento dos 9”?

Essa incompatibilidade – entre o que eu representava e o projecto de Vasco Gonçalves, muito próximo do PC – tornou-se claríssima na altura em que dirigi o Programa Económico e Social, em Sesimbra, no final de 74, o qual lhe provocou uma enorme crispação, por não atingir nenhum dos objectivos dos sectores ligados ao PC e ao gonçalvismo. Lembro-me perfeitamente que entre Janeiro de 75 e o Verão desse ano, eu era bombardeado todos os dias por camaradas e civis que, face à desordem existente, apelavam a um acordo entre Vasco Gonçalves e eu, porque a salvação do país passaria por isso. Apesar do meu carinho por Vasco Gonçalves, a vida era o que era, não havia já acordo possível, não se compatibilizava um projecto totalitário com um de democracia liberal. Eu – que como sabe defendia uma solução socialista para Portugal... – defendia aquilo que tempos depois o Pierre Maurois, à semelhança, de resto, de todos os partidos socialistas europeus nessa época, fez em França.

Mas o Programa de Sesimbra era já muito mais moderado que isso...

Assumi com clareza o facto de estar mais à esquerda que esse projecto – que era da minha responsabilidade –, porque o achei uma solução adequada à situação portuguesa. No dia 11 de Março de 75, rasgou-se o papel. Fizemos o “Documento dos 9”, redigi-o no meu gabinete das Necessidades em três ou quatro horas e em pouco tempo o texto transformou-se na Magna

Carta dos Moderados!

Entretanto, falha a tentativa de fazer uma aliança entre vocês e a extrema-esquerda de Otelo, passando por cima dos gonçalvistas, através do governo Fabião. Como me disse uma madrugada o Vasco Lourenço, “o Fabião borregou!”.

Esse Governo era um remendo que Costa Gomes, com a sua habitual perspicácia, tentou fazer para conseguir uma transição suave do gonçalvismo para outra coisa que ele não sabia bem qual era. O que ele pretendia era apaziguar as tensões sociais e sobretudo as militares. O essencial das clivagens passava pela confrontação entre o Grupo dos 9 e o gonçalvismo, mas ia passando pelo conflito e confrontação com o CPCON e Otelo, cada vez mais radicalizados. Costa Gomes quis evitar uma guerra civil, inevitável no caso de confrontação aberta. O governo Fabião é a tradução de um acordo entre a extrema-esquerda e os moderados para marginalizar os sectores ligados ao PC e Vasco Gonçalves. Quero fazer justiça a Costa Gomes, que procedeu com tacto e evitou muitas coisas. Para utilizar a expressão feliz e castrense de Vasco Lourenço, Fabião borregou – tenho estima e consideração por ele – porque não foi homem que estivesse à altura, assustou-se. Tanto que punha como condição a não oposição – a neutralidade – do PC, o que era teórico, já não se estava aí.

Chegamos ao 25 de Novembro. Foi a derrota de quem?

Foi um mal menor, mas fomos bem sucedidos: existia a permanente ameaça da inversão dos acontecimentos por parte dos sectores otelistas. Havia os SUV [Soldados Unidos Vencerão], a indisciplina total dos pára-quedistas, uma imensa efervescência no Exército. A derrota foi dos sectores anarquizantes e uma machadada forte nos radicais próximos do PC.

Ainda hoje não lhe perdoam – e não só a direita mais direita – a sua ida à TV logo a seguir, dar a mão ao PC...

Fui o bombo da festa durante meses, se não anos, e em grande parte devido a isso... O que me incomodou não foi a reacção desses sectores, estão no papel deles, mas sim a dos sectores mais liberais da sociedade portuguesa. Durante muito tempo, não perceberam que a minha iniciativa política – na linha do que eu defendera sempre – visava a todo o custo evitar afrontamentos graves: não se podia desconhecer que o PC tinha ao tempo um apoio social muito forte. Em função da ideia do pluralismo político e da democracia política, o nosso combate ao comunismo tinha de ser feito com as armas da democracia, não o podíamos marginalizar...

Mas justamente o PC não usava essas armas...

Mas era aí que a superioridade do sistema democrático se tinha de manifestar: utilizando as armas da

liberdade para conter a tentativa do PC de conquistar o poder por meios antidemocráticos. A nossa aposta com a História revelou-se correcta.

Voltando agora de novo a África e à descolonização: acreditou na bondade dos Acordos de Alvor?

Acreditei que os movimentos de libertação estavam a negociar de boa-fé para um resultado concreto que se obteve num período de transição com um governo misto, com Portugal e eles os três, um exército nacional único que entretanto se deveria constituir, etc. Aliás, o recente Acordo de Bicesse acabou por enfermar do mesmo mal.

Qual foi?

Partir do princípio que havia completa boa-fé nos intervenientes... Mas a história que se seguiu aos Acordos de Alvor mostrou que cada um deles – todos separados ideologicamente, politicamente, no plano dos interesses, etc. – considerou esses acordos como uma plataforma de conquista do poder.

Houve então um erro de avaliação?

Cometemos um erro fundamental: não previmos a hipótese de que, com o instrumento jurídico que eram os Acordos, se iria desencadear essa luta pelo poder, e termos aceite uma data para a independência antes de criadas as condições que pelo menos atenuariam a possibilidade dessa luta, nomeadamente o exército único. Devíamos ter lutado para que essa data fosse definida quando essas condições políticas estivessem criadas, sobretudo a fundamental, o fim dos exércitos “privados”. Erro que por falta de análise correcta do que correu mal no Alvor se repetiu afinal em Bicesse.

E quem é que falhou então no Alvor?

Eu pessoalmente, por exemplo. Como chefe da delegação, assumo essa responsabilidade. Aliás, hoje interrogo-me se nas condições de há 18 anos havia a possibilidade dessa previsão. Mas aceito a responsabilidade de não ter previsto o desenrolar de uma luta pelo poder até ao extremo e que, logo, teria sido necessário negociar mais cerradamente as condições para a marcação de uma data para a independência. E isso, tínhamos condições para o fazer.

Não considera que o próprio espírito do acordo estava à partida inquinado, “subvertido” pelo facto de haver uma convivência explícita entre o MFA e o MPLA?

Não existia demasiada convivência.

Cumplicidade?

Poderia haver uma maior simpatia de largos sectores do MFA pelo MPLA. Naquela altura havia uma aproximação em termos ideológicos entre o que o MPLA representava e o que o MFA no seu conjunto e em Janeiro de 74 representava, quando não tinham ain-

da sido definidas as tais grandes linhas de clivagem no seu interior. Sem dúvida portanto que existia uma empatia maior...

O que deu força ao MPLA...

Não. O que ficou definido e claro foi uma linha de “neutralidade activa”. Isto é, equidistância em relação aos partidos, porque éramos parte integrante do processo. Mas não há nada de historicamente verificável que leve a pensar que o processo correu como correu porque houve cumplicidade activa entre MPLA e MFA. De resto houve em Angola durante esse tempo uma Comissão Coordenadora do MFA com um papel activo e importante no sentido dessa neutralidade. O que até gerou incompreensões... Mas eu só tenho a louvar o esforço desses homens.

De qualquer maneira, a deterioração da situação levou-o a intervir, ainda como ministro dos Negócios Estrangeiros, no Verão de 75, numa viagem que fez propositadamente a Luanda... para além das suas múltiplas conversações com Kissinger e mesmo com Gerald Ford.

O MPLA violava claramente os Acordos. É verdade que houve provocações inacreditáveis da UNITA e da FNLA. Falei com Agostinho Neto e as coisas não correram bem, tanto que durante bastante tempo tive dificuldades de contacto com elementos do MPLA mais ligados a ele. O MPLA aproveitou-se da provocação da FNLA – apoiada pelo Zaire e sectores americanos que desejavam fazer de Angola um campo de confrontação com a URSS –, mas por de trás do MPLA havia a URSS e parte do campo socialista (o grande carregamento de armas que chegou na altura para o MPLA vinha da Jugoslávia). É verdade quando se diz que Angola foi esse campo de confrontação entre as duas potências. Era já assim impossível manter o espírito dos Acordos.

O que o leva lá é a tentativa de proceder a outro tipo de acordo, desta vez o MPLA, a UNITA e Portugal sem a FNLA?

Para evitar a guerra civil. Pareceu possível juntar a UNITA de Savimbi com o MPLA de Neto. A FNLA avançara com forças militares, mercenários e forças zairenses, além de agentes da CIA, até quase ao Caxito, perto do assalto final a Luanda. Na qualidade de ministro dos Estrangeiros, e após consultar por telefone o Presidente da República para Lisboa, fiz uma reunião com os comandos militares e instruíu-os para que as forças militares portuguesas se opusessem a todo o custo à entrada da FNLA. Coisa que fizeram e bem. É que quando houve situações politicamente claras e correctas a tropa de modo geral portou-se honrosamente.

Tentou assim a aliança entre a UNITA e o MPLA?

Sim. Falei com o Savimbi em Luanda e Lusaka, com o Agostinho Neto em Luanda, etc. Mas o que separava

aqueles movimentos era tão profundo que mesmo perante situações que aconselhavam soluções pragmáticas como esta foi impossível o acordo. E a prova de que a nossa análise estava correcta foi que a FN-LA perdeu rapidamente expressão e os restantes dois começaram uma interminável guerra civil. Nós não tínhamos legitimidade para fazer mais.

O que faz perder a legitimidade?

Termos aceite um termo para a presença portuguesa e aceitar uma data limite para a independência. Que tudo isto tenha redundado num reforço dos sectores ligados à URSS é um facto, mas não foi o resultado de uma política deliberada da nossa parte.

Mas continua a haver, ou melhor, nunca deixou de haver a ideia em certos sectores – e estou a pensar, por exemplo, em sectores do Partido Socialista, e não apenas na direita – de que houve da vossa parte essa deliberação política...

Por isso lhe tenho estado a responder desta forma. Que a extrema-direita tenha as opiniões que quiser, é-me indiferente. Mas dá-me amargura pensar que há sectores do PS que assim pensam. Isso revela uma incompreensão do que ocorreu e talvez pouca atenção ao desenrolar dos acontecimentos. Porque há uma tendência em certos sectores da sociedade civil – e não só do PS – para considerarem os militares os bodes expiatórios de tudo o que de mal aconteceu, nomeadamente os militares com algum parentesco ideológico com eles próprios. Bem, há aqui coisas que só Freud poderia explicar, eu poderia tentar mas não me atrevo. Julgo por isso que vale a pena deixar bem claro que se houve um evoluir da situação que objectivamente favoreceu o campo comunista, isso verificou-se contra a nossa vontade.

Qual era a sua opinião de Savimbi?

Nunca gostei de Savimbi, a opinião que retenho dessa altura é a de que ele era muito arrogante e convencido, com uma sede insaciável de poder.

E Agostinho Neto?

Era um homem cheio de ideias generosas, com um passado de luta antifascista e anticolonial. Mas duvidava que ele fosse capaz de conduzir aquele processo tão complexo.

E entretanto, chegaram os cubanos a Luanda...

Ao contrário do que foi dito, a presença dos cubanos dá-se com o excelente pretexto dado ao campo comunista, que foi a invasão – até perto de Luanda – das forças sul-africanas, sendo já manifesto o conluio entre elas e a UNITA. Os campos estavam definidos. E por isso digo – após fazer todas as críticas ao processo e às forças em presença – que fosse qual fosse o grau de dependência política e material de Angola – através do MPLA – à URSS, Portugal só teria a ganhar para o campo da liberdade e da democracia com o facto

de termos tentado manter uma ponte com Angola tal como estava...

O que o leva a defender isso?

Era a única maneira de desvalorizar ou esvaziar a influência comunista que, tal como a História provou, foi desastrosa para Angola e para todos os que receberam essa influência soviética. Teríamos sido nós os protagonistas de uma iniciativa política por parte do Ocidente e em particular dos Estados Unidos para ajudar Angola a libertar-se dessa influência.

Foi isso que foi explicar aos americanos nas conversas com Kissinger e Ford nesse Verão?

Foi isso mesmo. Mas, o defeito é meu, nunca consegui convencer Kissinger da bondade desta tese.

Porquê? Que defendia ele?

Defendia que havia dois blocos e que nos tínhamos de bater numa confrontação irreductível. Se tinha razão na irreductibilidade dos campos, a minha tese era de que era necessário retirar à União Soviética capacidade de influência nas zonas mais pobres do mundo, porque era aí justamente que tinham um caldo de cultura para singrar. O papel dos Estados Unidos como potência dominante no Ocidente era, juntamente com a Europa – com a sua vocação histórica de relação com África – e América Latina, recuperar essas áreas em nome de outros valores. Isto implicava um esforço brutal na mudança de relações Norte-Sul e uma nova ordem mundial à roda de outra concepção das relações Norte-Sul. Foi por causa disto que durante anos fui, ridiculamente, chamado de terceiro-mundista. Hoje parece-me que Deus Pinheiro e agora Durão Barroso defendem teses semelhantes num contexto histórico muito diferente... Mas naquela altura era aqui que a Europa e os Estados Unidos se deviam ter batido...

Kissinger e Ford limitaram-se a dizer-lhe “não”, é isso?

A obsessão deles era saber o grau de dependência de Neto em relação à URSS. Disse-lhes que ele era de formação marxista e que todas as suas simpatias iam para lá. Mas eu estava também muito convencido do forte lado nacionalista dele e privilegiava esse lado em relação ao marxista. Deviam pois apoiá-lo para dar azo a um projecto nacionalista libertado das cangas ideológicas.

Paralelamente, mantinha conversações com os soviéticos...

Sim, em mais do que uma ocasião. As principais foram com Gromiko, ministro dos Estrangeiros da URSS, durante uma visita oficial àquele país. Tratou-se da minha parte de tentar convencê-los a não transformar Angola e em geral os antigos territórios coloniais em terreno privilegiado de confrontação entre as grandes potências. O que se passava, então, em plena guerra fria, é que se a confrontação total e radical entre as

superpotências era evitada, sobretudo pela dissuasão nuclear, ela era transferida para as regiões do mundo em que, após a eclosão de movimentos revolucionários de libertação nacional, as rivalidades estratégicas e as lutas de influências entre os “grandes” encontravam terreno fértil. Era fazer a guerra por cadáveres interpostos, como eu costumava dizer...

Gromiko também não atendeu à bondade desse tese?

Ele não entendeu a minha linguagem. Que sentido fazia, para uma grande potência imperial, o discurso da defesa dos grandes equilíbrios mundiais, não à custa da criação de vassallos e dependentes, mas sim pelo estímulo de verdadeiras independências, depois de fechado o ciclo das lutas armadas de libertação nacional?

Entretanto, há a independência. Portugal não reconheceu logo o Governo de Luanda...

Não, contra a minha opinião. E fez mal. É certo que o MPLA obtivera a supremacia, tanto na capital como na maior parte do território, pela força das armas. Mas a verdade é que, primeiro a FNLA, com o apoio do Zaire e americanos, e depois os sul-africanos, apoiando já o projecto de conquista do poder pela UNITA, tinham tentado neutralizar o MPLA. Por outro lado, qualquer observador minimamente atento da realidade angolana sabia que o MPLA era a força dominante no plano político e social, por ser exactamente o lugar geométrico das aspirações mais profundas de liberdade e independência, com diferentes raízes históricas e culturais e atravessando os mais diversos sectores e camadas da população, independentemente, inclusive, das origens étnicas. A radicalização do MPLA em torno de uma ideologia dá-se depois, quando confrontado com a necessidade de se impor, face a adversários com poderosos apoios. Portugal teria contribuído eficazmente para uma maior independência do MPLA relativamente à URSS se tivesse reconhecido o Governo de Luanda antes de qualquer outro país.

Porquê?

Porque teria evitado um longo período de crispação e desconfiança nas relações entre os dois países se tivesse agido com mais pragmatismo e sentido realista do interesse nacional e dos verdadeiros interesses de Angola.

Timor. A sua intervenção em Timor confinou-se ao seu encontro em Roma com Adam Malik em Outubro de 74?

Praticamente, sim. Esse encontro teve como objectivos principais obter da Indonésia, no imediato, a libertação de prisioneiros portugueses detidos pela UDT, a seguir às confrontações que tinham assolado o território. Em seguida, e numa perspectiva política de fundo e de mais longo prazo, tratava-se de obter

a garantia da neutralidade da Indonésia no processo político da descolonização de Timor. Para os indonésios, a preocupação maior parecia ser a questão da “manutenção da lei e da ordem”. Na verdade, para eles, o que era importante era impedir a contaminação “revolucionária” de Timor ao território indonésio. De qualquer modo, Adam Malik prometeu tudo e não cumpriu nada. Ainda hoje, de resto, estou convencido que não cumpriu porque os generais indonésios não deixaram. Da nossa parte, comprometemo-nos no envio de tropas frescas para restaurar a ordem e garantir um processo democrático de consulta à população. Foi o que começámos a preparar logo a seguir ao encontro de Roma, mas que não prosseguiu porque, entretanto, deu-se a invasão de Timor e o processo foi bruscamente interrompido.

Voltando ao político Melo Antunes, naqueles anos do PREC, alguma esquerda europeia olhou-o como uma espécie de farol ideológico. Não considera que houve aí uma parte de falhanço seu, embora ele não seja desligável do falhanço da própria esquerda?

É uma pergunta que levaria a vastíssimas considerações... A esquerda falhou? Aí está uma premissa que nos levaria muito longe... Julgo que, antes de mais, o que é indiscutível é o falhanço do modelo comunista, com a estrondosa derrocada, nos países do Leste europeu, e em especial na União Soviética, do modelo de sociedade directamente deduzido do marxismo-leninismo. O estalinismo, isto é, a visão totalitária do mundo e da vida dos homens, parece não ter sido uma aberração insidiosamente introduzida na “pureza” inicial da doutrina, mas sim algo que resultou necessariamente da própria doutrina. Assim sendo, a crise do pensamento e da cultura marxistas é uma crise total, que atinge não só a forma de organização das sociedades políticas mas também, e principalmente, os fundamentos da crítica radical do capitalismo. É por esta via que a esquerda, mesmo a esquerda que sempre se reclamou de democrática e sempre se opôs à violência do totalitarismo, entrou em crise ao mesmo tempo que se produzia a ruína do comunismo. Mas ter entrado em crise não é sinónimo, para a esquerda democrática, de ter falhado. Falharam, sim, algumas das suas principais referências ideológicas...

Algumas, mas não todas?

Algumas, mas nem sequer todas, vindas da crítica marxista do capitalismo. Contudo, parece tornar-se hoje relativamente claro que o “mercado” é como que um “estado da natureza”. Se assim for – e tudo parece indicar, na História, que as sociedades humanas se organizam em torno do que, para simplificar, podemos chamar de “relações mercantis” –, se assim for, repito, à esquerda democrática está aberto, no plano

tanto teórico como prático, o campo imenso da descoberta dos valores que introduzam uma racionalidade nova no interior da “desordem capitalista”... É que natureza não significa necessariamente ordem. Ela é, também (ou principalmente?), desordem, caos, acaso, etc. Com isto quero dizer que para a esquerda não se trata apenas de corrigir os chamados excessos do capitalismo, ou de pôr um freio à violência do capitalismo selvagem. Como não se trata também apenas de introduzir mais “social” onde se verificam excessos de “economicismos”, tecnocráticos ou não...

... o desafio é muito maior...

... muito maior porque implica a descoberta de uma nova “visão do mundo”, assente em novos valores filosóficos e culturais, e numa nova ética das relações humanas. Aceitar, pelo menos provisoriamente, a economia de mercado como inerente à condição humana não implica aceitar, sem crítica, o sistema de valores que lhe é subjacente. A esquerda tem esse papel histórico: reformar a sociedade e o mundo – não podendo, ao que parece, transformá-los de alto a baixo, como pretendia o jovem Marx das teses sobre Feurbach –, reformar, dizia, em nome de um “humanismo” que seja capaz de integrar todos os aspectos da enorme complexidade e diversidade do mundo e da vida.

É esse o papel que cabe então aos partidos socialistas?

Um papel primordial. A eles compete a tarefa pioneira de desbravar o caminho que conduza a um novo tipo de relações entre os homens – agora que já sabem que não é pela via da colectivização, ou do dirigismo económico, ou das nacionalizações, etc., etc., que se chega a um mundo mais perfeito. E será, talvez, através de uma prática reformadora, que tenha em conta a enorme diversidade e riqueza de contribuições teóricas acumuladas ao longo de toda a História conhecida dos homens, que será possível, a pouco e pouco, construir a tal nova “visão do mundo” de que lhe falava antes, e que não tem de ser, fatalmente, um sistema de ideias fechado, com uma lógica de imposição dogmática. Bom [ri], mas agora me dou conta que já falei de mais... Embora isto não seja mais do que um despretenso ponto de partida para um diálogo mais alargado que poderemos vir a ter mais tarde.

Hoje Portugal é europeu: que sentido e que destino?

Aqui também o tema é vasto... limitar-me-ei a referir alguns aspectos salientes. Para mim, Portugal não faz sentido sem a Europa, desde que esta não ponha em causa a especificidade do modo de ser português ou, se quiser, a identidade cultural dos portugueses...

... será isso possível?

Por enquanto, é uma incógnita, não se conhecendo ainda com clareza quais os modelos institucionais que

hão-se presidir à ideia da união política. Tenho para mim que o federalismo não é o modelo mais adequado à preservação das culturas nacionais. Isto porque a forma federal incentivaria a existência de um centro (hegemonizado pela Alemanha) e de periferias claramente subalternizadas, a que Portugal obviamente não escaparia. Neste aspecto, eu privilegiaria a forma confederal, por ser muito maior a autonomia de cada Estado–Nação, sem pôr em causa certos objectivos comuns, como a moeda única, a economia integrada, uma política externa, de defesa e de segurança, comum. De qualquer modo, a União Europeia é uma grande ideia, que terá de ser aprofundada à medida que se vai construindo e que terá de enfrentar corajosamente contradições e dificuldades imensas.

Uma dessas dificuldades, se não a maior, é a definição de uma política externa comum...

Exacto. As dificuldades neste campo têm sido patentes (basta ver a impotência europeia face à crise dos Balcãs), minando gravemente a confiança dos europeus na União. Muitíssimo mais haveria a dizer. Mas não gostaria, contudo, de terminar sem esta nota, para mim essencial: nas condições do mundo de hoje, desaparecida (ou pelo menos excepcionalmente atenuada) a ameaça de confrontação entre as grandes potências, a União Europeia é o maior garante da paz, da segurança e da estabilidade na Europa. No futuro, muita coisa, incluindo a paz, dependerá do modo como se efectuar o alargamento da Comunidade ao restante espaço europeu.

O que faz hoje?

Vivo em Portugal, estou reformado. Vou ganhando a minha vida como consultor de várias empresas, a maior parte estrangeiras. Mas vivo sobretudo dos meus livros e para os meus livros. E para alguma coisa que vou escrevendo...

Maria de Lurdes Pintasilgo: A reinvenção da democracia

Acreditou em Marcello Caetano, foi ministra no PREC, primeira-ministra com Ramalho Eanes (a única mulher, até hoje na história portuguesa, a ocupar esse cargo) e candidata à Presidência da República, em 1986. Desses anos, Maria de Lurdes Pintasilgo guarda uma impressão muito particular, que revê nesta entrevista. Maria de Lurdes Pintasilgo morreu em 2004.

Maria João Avillez 30/03/1994

Igual a ela própria. Exuberante, enérgica, polémica. Como dantes, quando foi primeira-ministra, como depois, quando concorreu a Belém. Como hoje.

Formou-se em engenharia química, trabalhou para o Grupo Mello nas fábricas da CUF, no Barreiro, acreditou em Marcello Caetano – embora recusasse participar nas listas da União Nacional –, integrou a Câmara Corporativa. Desde sempre inspirada pelos valores cristãos e norteadas pela doutrina social da Igreja, Maria de Lurdes Pintasilgo nunca deixou ninguém indiferente. Polarizando os extremos, é capaz de galvanizar ou afastar, com a mesma dose de energia. Com tanta que se apontam, na sua caminhada, os sustos que pregou a líderes partidários quando as bases “pintasilguistas” se evidenciavam com maior vivacidade que as deles no horizonte político. Começou muito cedo a pertencer a diversos organismos internacionais e, de então para cá, não tem parado de viajar. Desde que, em 1979, abandonou a residência oficial de S. Bento, é (entre muitas outras coisas) vice-presidente do Conselho de Ex-Primeiros-Ministros (“uma coisa divertidíssima!”), onde têm assento trinta e seis homens e mulheres que presidiram aos governos de países de diferentes continentes. Mas aquilo que hoje mais a mobiliza é, sem dúvida, a presidência da Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida.

“É uma iniciativa de diversos governos – Suécia, Holanda, Inglaterra, Japão, Canadá, Alemanha –, patrocinada por fundações privadas norte-americanas e instituições multilaterais como a ONU ou o Banco Mundial, por exemplo, que pretende elaborar uma nova visão sobre questões internacionais da população, no contexto dos direitos humanos e das condições económicas e sociais.” Um cargo e um tema talhados por medida para ela.

Um belo dia, os portugueses deram com eles a ver a tomada de posse de um governo dirigido por uma mulher. Ficaram surpreendidos. Também ficou?

Sinceramente, não. Essa questão tinha sido já discutida e como o então Presidente da República estava, como se recorda, num impasse político por causa da formação do novo governo, eu sabia que, de algum modo, poderia vir a ser escolhida.

Porquê? Considerava que o seu protagonismo e a sua visibilidade na política justificavam essa escolha?

Nos primeiros governos provisórios, tivera, no domínio dos assuntos sociais – especificamente, na saúde e na segurança social –, uma intervenção que apontara para algumas soluções que me pareciam importantes para o país. Em função disso, houve uma ala dos militares que integravam o Conselho da Revolução que viam com interesse e empenho a minha participação na vida política.

Como se dá a sua aproximação à política? Por que vias?

Foi determinada por muitos factos da minha própria história. Para responder, tenho de voltar atrás: a escolha do meu curso de engenharia foi logo uma aposta numa zona que aparecia como importante, nesses anos cinquenta, para instaurar novas relações sociais e ir ao encontro dos mais carenciados ou marginalizados. Aliás, devo dizer que esse curso me proporcionava fazer investigação – como fiz ainda, durante um ano, na Junta de Engenharia Nuclear –, mas o apelo veio justamente desse interesse pela realidade do mundo industrial e das pessoas que nele viviam. Fui também muito influenciada pelos ideais vividos no interior da Igreja Católica, em particular pela experiência dos padres operários em França, e pela própria experiência da filósofa Simone Weil.

E onde trabalhou, então?

Aceitei o convite do dr. Jorge de Melo para integrar a equipa de estudo e de investigação da CUF. Trabalhei em contacto directo com essa realidade e esse ambiente: pude viver, nas fábricas da CUF, no Barreiro, ao pé de pessoas que diariamente respiravam a poluição e

nunca podiam, por exemplo, ter um vaso de flores no quintal. Esta experiência arrastou outro tipo de interrogações: como era possível que, numa empresa onde inclusivamente havia, da parte dos seus proprietários, uma preocupação social evidente, não se pudesse avançar com as ideias que se defendiam nem concretizar as medidas sociais que se justificavam? E foi conversando com os seus responsáveis que me fui apercebendo dos condicionalismos que o poder político impunha à iniciativa privada. Isso acentuou ainda mais o meu interesse pelas questões políticas.

Um interesse nunca desligado, no seu caso, dos princípios e valores do cristianismo e, sobretudo a partir de certa altura, da doutrina social da Igreja...

Sem dúvida.

Em última análise – ou em primeira, neste caso –, foram sempre esses princípios cristãos que determinaram a sua acção? Mais do que uma corrente de pensamento ou que...

Sim, sobrepos-se sempre a tudo o resto. O que, aliás, me levou a correr alguns riscos.

Que tipo de riscos ?

O risco de não ser compreendida, justamente. O Evangelho é qualquer coisa de muito radical. Quando Jesus Cristo se apresenta na sinagoga diante dos sacerdotes do seu templo, abre o livro do profeta Isaías e lê: “Eu vim anunciar a boa nova aos pobres, libertar os cativos, dar vista aos cegos e tornar livres os oprimidos.” Depois, fechando o livro, diz apenas: “Aqui se cumpriu a profecia.” Ora isto é... terrivelmente claro. E terrivelmente forte.

Participava, aliás, desde muito nova em diversos movimentos de inspiração cristã, organizações católicas...

Sim. Muito especialmente no GRAAL – um movimento de mulheres que tentam viver em conjunto o seu empenhamento de cristãs na vida social. O GRAAL tem, pelo mundo fora, diversas equipas, muito mobilizadas para aquilo a que se chamou o desenvolvimento comunitário – adquirindo, mais tarde, expressão concreta na teologia de libertação. Libertação entendida como conceito de libertação das sociedades, num plano social, económico e necessariamente político. Tudo isto norteado pelo ideal cristão, com o qual me identifico totalmente.

Desde muito cedo que teve também contacto com o mundo internacional, viajou, conheceu gente, trabalhou no estrangeiro. Em que medida é que isso também foi determinante?

Considero isso indiscutivelmente um privilégio. Desde o tempo da universidade que vivi a dimensão internacional das coisas, que acompanhei a evolução do pensamento da Europa, viajei muito, conheci outros

continentes e outras formas de pensamento...

Foi abrindo um caminho por aí...

Sim, que sempre me inspirou muito. Sabe, eu admiro as pessoas que, no nosso país, conhecem a realidade até ao mais ínfimo pormenor, que sabem de cor os factos e os números. Mas justamente, por vezes, é essa análise face ao imediato que impede que se veja o resto... que se esteja a par do que vai pelo mundo, que se descubra onde está (e de que é feito) o pensamento inovador... Porque o problema fulcral é ser capaz de relacionar isso com a questão meramente política. Pode ter-se uma boa ideia, mas, entre a ideia e o acto, há uma série de “démarches” e de etapas – e todas elas têm de ser criativas e fiéis à sua inspiração original, e, simultaneamente, adaptadas ao momento concreto que vive a sociedade em que se inserem.

E, quando foi primeira-ministra, como é que fez para transpor tudo isso para a acção política? Que marca é que disse a si própria que gostaria de deixar no Executivo, na sua passagem pelo poder?

Nessa altura, era ainda tentar recapturar aquilo que eu sentira no ano que se seguiu ao 25 de Abril: ser capaz de construir as estruturas de uma sociedade mais justa. Esse foi, sem dúvida, o meu objectivo número um.

Embora tivesse, à partida, um calendário marcado no tempo e um governo com prazo...

Mas isso foi secundário! A política também tem isso... a não ser quando se produzam na sociedade fenómenos muito especiais de conformismo... A política, em democracia, é justamente uma interrogação quanto aos termos, quanto à duração do poder. Sabia-se, de facto, a duração do meu Executivo, mas, se formos a ver, desde o 25 de Abril até ao momento em que saí de S. Bento, a média de duração dos executivos era de oito meses...

Isso não a afligiu absolutamente nada!

Nada. Foi uma experiência que, também por isso mesmo, me apareceu como extremamente dinâmica! De resto, um dos meus ministros, o engenheiro Frederico Monteiro da Silva, titular da pasta dos Transportes, exprimiu isso muito bem: tinha, no gabinete, um calendário com a contagem decrescente do tempo. Sabia muito bem o que tinha de ser feito, até quando, etc.

Então, o que fez? Ou melhor, o que ficou feito em relação ao seu objectivo prioritário?

Algumas coisas ficaram realmente feitas. Mas um dos aspectos que considero mais importantes no plano da elaboração estrutural de uma sociedade mais justa (de que lhe falava há pouco) foi justamente a criação de um sistema mínimo de segurança social para todas as pessoas. Isto é, criou-se um esquema de segurança social que não tinha como base o vínculo do trabalhador ao seu empregador – pretendia que houvesse um espírito onde coubesse a aceitação de que a vida de

cada pessoa tem que ser assumida por toda a colectividade. Isso foi um dos aspectos indubitavelmente muito importantes do meu governo.

E mais?

Tentei igualmente – o que me pareceu quase mais importante que a simples tomada de medidas concretas, a seguir umas às outras – que se equacionassem os problemas na sua globalidade e logo que o governo passasse a funcionar de outra maneira... Repare que a estrutura dos governos é praticamente a mesma desde os primeiros tempos da industrialização, com a sua sufocante parcelização das responsabilidades... Longe, portanto, da exigência que marca os tempos modernos. Por exemplo, está a Saúde de um lado, a Educação do outro, o Emprego do outro... numa altura em que sabemos que não se solucionam os problemas a não ser de uma forma integrada! Tem que haver mecanismos que permitam uma circulação, não só entre os membros do governo como em todas as fases de execução das suas políticas!

Foi o que fez?

Foi. Para além das áreas que estruturam o próprio Estado – justiça, administração interna, defesa e Estrangeiros –, organizei o governo em três grandes áreas: económica, social e cultural. A área social integrava o Trabalho, a Saúde, os Transportes e Obras Públicas – visto que tudo isto é uma realidade social. Isto nunca foi retomado... Do mesmo modo que, na área cultural, tinha a Educação, a Ciência e a Cultura. Uma das pessoas que percebeu isto bem foi o Lucas Pires: no governo seguinte, da AD, exigiu que a Ciência e a Cultura permanecessem juntas.

O facto de ser uma mulher acarretou problemas extra?

Acho que sim. Não no contacto com o povo, nem obviamente no Conselho de Ministros – nunca houve qualquer tipo de problema. Mas originou-se uma reacção violenta por parte de alguma classe política, devido a uma outra forma de encarar as coisas, de olhar para os problemas. Por outro lado, penso que houve outras pessoas que, talvez mesmo sem o formularem, viam na presença de uma mulher no topo do Executivo um abanão, um desafio a preconceitos ou ideias que vinham de há muito tempo. Olhe, a propósito de contactos com o povo, recordo-lhe que saíamos muitas vezes de S. Bento, para o contacto directo com as populações...

Como assim?

Levei a cabo um trabalho de conhecimento “in loco” e, posteriormente, de acompanhamento das questões. E foi possível, durante cinco meses, estar em oito zonas diferentes do país, trazendo depois para Conselho de Ministros os “dossiers” de algumas questões que sabíamos ser prioritárias para as zonas visitadas. O ponto

de partida era um trabalho conjunto entre o poder central, distrital ou municipal, conforme os casos e os locais. Um ponto de partida que, aliás, verifiquei com apreço que o dr. Mário Soares veio, de certa a forma, a prosseguir, enquanto Presidente da República, nas suas “presidências abertas”. Ceio que o espírito era o mesmo.

Voltando agora um pouco atrás, antes de prosseguir: qual era a sua relação com o poder vigente antes do 25 de Abril? Aceitou pertencer à Câmara Corporativa. O que é que isso implicava da sua parte?

Implicou algumas coisas. Em primeiro lugar, uma sincera confiança na capacidade do dr. Marcello Caetano de mudar as coisas e abrir as portas... Havia ali duas questões: por um lado, as desigualdades sociais, verdadeiramente gritantes. Dou-lhe dois exemplos que me ocorrem agora: tínhamos na altura, no tecido industrial, mais de 60 por cento dos trabalhadores sem a instrução primária completa; e, quando introduzimos o salário mínimo, ele veio atingir mais de 50 por cento das pessoas! Por outro lado, dado o meu permanente contacto com gente lá de fora e com outros continentes, cada dia sentia mais a preocupação relativamente à nossa posição internacional: os movimentos de libertação ganhavam terreno; desde 1957 que se processava a independência de diversos países, sobretudo dos africanos. Parecia-me que teria de haver, da nossa parte, o assumir desta situação, tanto mais que se estava já em 1969 e havia oito anos que durava a guerra colonial.

Aceitou, então, colaborar com Marcello Caetano...

Aceitei em parte: comecei por ser convidada para integrar a lista da União Nacional para a Assembleia, mas recusei. Se não concordava com um regime de partido único, não podia participar na sua lista...

Como é que ele reagiu?

Penso que terá compreendido. Mas foi uma excelente conversa, falámos de muitas coisas e, quando recusei este convite, o professor Marcelo Caetano perguntou-me então da minha disponibilidade para outro tipo de colaboração que não envolvesse os meus princípios, os quais eu não queria pôr em causa. É neste contexto que surge a Câmara Corporativa. Entrei para a sua Comissão de Política Geral, onde me mantive até ao 25 de Abril.

Valeu a pena?

Ah, foi extraordinariamente interessante! Pude aperceber-me, em contacto com diversos ex-ministros de Marcello Caetano que não pensavam de modo nenhum da mesma maneira –, do que era a política concreta, e pude observar, do interior, as suas estruturas, o seu modo de funcionamento, os erros, etc. Havia discus-

sões muito ricas entre todos, sobretudo entre alguns ex-ministros que manifestavam já uma séria revolta em relação ao estado das coisas e outros que nunca se questionavam... Por outro lado, esta experiência foi-me impedindo de julgar as pessoas e as questões de forma maniqueísta...

Manteve-se na Câmara Corporativa até ao 25 de Abril de 1974. E depois?

Fui logo convidada a colaborar com o primeiro governo. Eu passara as três semanas que se seguiram ao 25 de Abril tentando perceber o que se estava a passar na sociedade portuguesa, tentando compreender a que é que tudo aquilo conduziria. Num congresso que a Françoise Giroud realizou em Paris, por essa altura, lembro-me de ter dito que, “em Portugal, se fazia uma revolução no masculino, apesar de a palavra ser feminina”. As notícias visavam apenas os homens, tudo se passava entre eles, etc. Estava eu nesta constatação quando Mário Murteira – indicado para titular dos Assuntos Sociais – me convidou para sua secretária de Estado. Foi a minha primeira função no Executivo.

Seguiram-se outras... .

O Governo durou cerca de dois meses, findou com a crise Palma Carlos. No segundo Governo Provisório, entrei já como ministra dos Assuntos Sociais.

Há, normalmente, uma má ideia quanto a esses governos: surgem-nos na memória como desligados, trabalhando muito e mal, etc.

Mas justamente repare que vivíamos uma época curiosa: tínhamos as tarefas governativas mas, como não havia ainda Parlamento, cabia-nos redigir a lei dos partidos políticos, a lei eleitoral, preparar eleições, etc. A nossa tarefa era gigantesca e pioneira ao mesmo tempo... devido a este acumular de tarefas em simultâneo... Os Conselhos de Ministros tinham aspectos aliciantes: era necessário não só preservar o equilíbrio, já de si frágil, do Executivo – com o PS, o PSD, o PCP, os militares e os chamados independentes – como manter vivo o compromisso assumido mutuamente entre o MFA e os partidos. Isto tornava o consenso muito mais difícil – as reuniões chegavam a durar oito horas e, por vezes, doze! –, tudo se passava dentro daquelas quatro paredes, era como que uma câmara de eco da revolução que ocorria na rua... Sublinho que havia ainda um outro fenómeno perante o qual um ministro não podia ficar insensível ou, pelo menos, desatento: era o de tentar compreender a pressão que, durante décadas, se exercera sobre um povo que agora se inebriava com a possibilidade de dizer as coisas de forma aberta e audível... Ora isso desaguou naquele tremendo desejo de tomar a palavra, de gritar...

Não olha, então, para esses governos com o olhar pessimista ou impiedoso com que ainda hoje são recordados...

Não, repito: tínhamos que organizar os aspectos políticos que normalmente caberiam a um Parlamento; cumprir a gestão corrente e gerir a revolução na rua... e em cada um dos nossos ministérios. Era preciso, da nossa parte, ter suficiente paciência para conduzir este processo de tal forma que todos tivessem justiça e sentissem solidariedade.

Para lhe dar um exemplo, surgido no meu próprio Ministério: apareceu-me uma lista com 500 pessoas para sanear! Devolvi a lista com diversas interrogações consoantes pessoas e casos: porquê este saneamento, quem deve substituir esta pessoa, por quem, etc. Resultado: ninguém foi saneado, todos foram relocalados.

Continua no Governo até ao dia 11 de Março. Nessa própria manhã, houve reunião do Conselho de Ministros. Que se passou?

Lembro-me de que vimos os helicópteros a passar pelas janelas... Alguém vem logo avisar o dr. Cunhal, depois o dr. Salgado Zenha e depois é alguém que diz ao próprio primeiro-ministro que “estava a haver um golpe”! Alguns de nós decidimos logo ir ter com o dr. Soares ao Palácio das Necessidades. Mas, como isto sucedeu à hora em que os nossos motoristas tinham ido almoçar, encaixámo-nos à pressa – éramos cinco ou seis – no carro do então ministro da Economia, dr. Rui Vilar, e fomos ter com o dr. Soares. Recordo-me de uma coisa deliciosa: alguém sugeriu que, “se calhar, tínhamos que ir para a clandestinidade” e outro alguém perguntou: “Mas onde é a clandestinidade?”. E é então que se ouve o dr. Tito de Morais, que estava presente, murmurar que “podia ser em sua casa...”

Estavam divididos quanto à natureza e origem do que estava a ocorrer?

Penso que nenhum de nós compreendeu o que sucedia. Ou, pelo menos, essa compreensão não foi explicitada sobre de onde é que as coisas partiam... e sobre quem as organizava... E, como tal, não houve uma análise profunda, limitámo-nos ao imediato: ficamos ou não ficamos, o que é que cada um devia fazer para surgir uma acção concertada. Penso que os ministros partidários se dirigiram às sedes dos seus partidos e que os independentes como eu, por exemplo, se rodearam dos seus colaboradores mais próximos.

A partir dessa data, deixa o governo. Porquê?

Por imposição do Partido Comunista. Face a esta atitude do PC relativamente a mim, o PS insiste junto de Vasco Gonçalves com o meu nome, com o argumento de que eu vinha de uma força social relevante na sociedade portuguesa – a Igreja Católica. Mas como o PS insistia também na manutenção do dr. Salgado Zenha no Governo – que os comunistas também não queriam –, os socialistas acabaram por obter apenas uma destas suas duas reivindicações. E contra a ala

ainda dominante no Conselho dos Vinte, acabou por vencer a tese do meu abandono de funções.

Porque é que acha que o PC não a queria por ali?

. Houve uma razão. Em teoria, o PC trabalhava para as classes mais desfavorecidas. Ora como eu também manifestava preocupações sociais muito fortes nesse domínio – e agia segundo essas preocupações –, comecei a granjear a simpatia de muitos militantes de base vindos do PC... Com o passar do tempo, isto foi fazendo com que eu comesse a corporizar uma ameaça para eles... Parece ridículo dizer isto, mas creio corresponder à verdade dos factos com esta explicação...

Como se comportavam os líderes dos Partidos? Cunhal, Zenha, Soares...

O dr. Mário Soares nem sempre podia estar presente nestas longuíssimas reuniões do Conselho de Ministros. Mas recordo, de forma muito impressiva, os grandes debates ideológicos – personificados pelo dr. Cunhal e pelo dr. Salgado Zenha... Eram umas sessões interessantíssimas... Quem não soubesse nada de comunismo e de socialismo democrático, ficava a saber! Foram umas discussões memoráveis... Recordo particularmente as discussões sobre a lei da unicidade sindical, um debate tão violento entre os dois, quanto interessantíssimo...

E Vasco Gonçalves?

Falava de vez em quando... Preferia sempre intervir em questões ideológicas e quase só dava a sua opinião quando de tratava de conflitos sociais. Quem, de facto, liderava e moderava o Conselho de Ministros era Vítor Alves. Devo dizer que o fazia de forma muito eficaz.

No fundo, esteve sempre perto daquilo que depois teve um nome, um rosto e uma bandeira: Melo Antunes e o “melo-antunismo”.

Vínhamos de experiências – e de áreas – muito diferentes. Mas a verdade é que tínhamos, afinal, uma percepção convergente da situação de Portugal no contexto dos grandes movimentos do mundo. Tanto ele como eu assumimos totalmente o facto de Portugal ser fundamentalmente (como ainda é, de resto) um país do Sul da Europa. De outro modo, não permaneceríamos o país mais pobre da União Europeia, nem faríamos tanto alarde do dinheiro que vem da CE – duas atitudes típicas de países do Sul. Isto hoje pode parecer utópico mas, na altura (há vinte anos!), tinha grande sentido no contexto das correntes da época, nos cenários em que se discutia a evolução das sociedades. Tratava-se de ponderar, de procurar, uma via para Portugal que não ocorresse nos mesmos termos em que se tinha processado a dos países altamente industrializados. Isto é, sociedades marcadas por um extremo consumismo e por uma marginalização crescente dos fracos – os quais nunca chegavam a aceder

a esse consumo!

É-lhe possível explicitar, concretizar, o que se pretendia?

É-me impossível resumir em três linhas, e no contexto de uma entrevista, o que se pretendia... Mas convidou-a a ler o programa que elaborei para o Ministério dos Assuntos Sociais, onde estruturei todas as prioridades (explicitando a sua importância e oportunidade) e que, mais tarde, tornei a repor naquele Programa Económico e Social que, sob a tutela de Melo Antunes, um grupo de pessoas – Vítor Constâncio, Rui Vilar, eu própria, etc. –, redigiu em Sesimbra, no final de 1974, e a que também o major Vítor Alves emprestou o seu habitual dinamismo...

Talvez possa aduzir duas ou três grandes linhas...

Tratava-se de dar forma a ideais de solidariedade social e de defesa dos direitos humanos por uma via que tivesse em conta a nossa maneira de ser e a situação económica da maioria da população. Tratava-se de “inventar” a redistribuição dos bens, dos serviços, de modo a que os portugueses pudessem encontrar uma nova dignidade perante si próprios e perante o mundo. Tratava-se de garantir à cultura do povo, a todos os níveis, o seu direito a moldar o presente e o futuro.

Uma bandeira que sempre foi a sua...

Sempre, sempre... Eu sempre defendi a tradução da organização política, ou melhor, a sua transposição para o quotidiano das pessoas... Há uma frase da Constituição que diz que a soberania reside no povo...

Mas isso é uma utopia! Consultar permanentemente o povo? Como?

Evidentemente que fazê-lo sempre de uma forma directa pode ser utópico... Temos aí o exemplo da Suíça e das abstenções cada vez maiores que têm vindo a sofrer aquelas permanente consultas... Mas lembre-se, por outro lado, da proliferação de organizações de todo o tipo que então pululavam pelo país fora: as comissões de pais, de moradores, de trabalhadores, de bairros, etc., etc. Não se podia passar ao lado desse sinal evidente, ao lado do que isso significava, de vontade de participação... Uma participação que não se esgotasse nos partidos políticos organizados segundo um manual, uma cartilha, um programa, necessariamente redutores desta tal ânsia participativa e afuniladores dos seus projectos, ideais, propostas... Ainda hoje considero que continua por estudar, por trabalhar, o tipo de participação específica das pessoas no fenómeno político para alterarem, de facto, os seus quotidianos: como é que, a cada momento, se pode mobilizar um ser humano com vista à sua própria melhoria e à melhoria da sociedade em que está inserido?

O serviço cívico, da forma como foi, a dada altu-

democracia carece de ser reinventada.

É um tempo em que...

É, antes do mais, um tempo em que a exclusão de muitos não pode ser aceite. A justiça social deixou de ser um ideal remoto para se transformar num imperativo incontornável. Por isso, os dois milhões de pobres do nosso país são a grande interrogação sobre o que não conseguimos fazer nestes vinte anos e sobre o que devemos fazer, onde quer que estejamos. Não num futuro longínquo, mas hoje. A dignidade humana não pode ser adiada.

Adriano Moreira:

Uma transição serena

Foi em 1961 que Salazar o convidou para ministro do Ultramar. Aceita, mas por pouco tempo. Em 1963 volta ao seu caminho: a intervenção cultural e académica. É aqui que o PÚBLICO encontrou o professor e então líder do CDS, 20 anos passados sobre o 25 de Abril, para falar da revolução e dos seus antecedentes.

Maria João Avillez 10-04-1994

Tratando-se de si, parece interessante recuar um pouco atrás: como analisa no tempo a evolução do antigo regime?

O regime passou por três fases, independentemente até da lei constitucional ser sempre a mesma, porque há menos coincidência do que seria desejável entre aquilo que as Constituições dizem e o que ocorre na realidade política... O primeiro modelo correspondeu a uma ideia de presidencialismo e por isso mesmo o Presidente da República era eleito directamente por sufrágio universal. Na letra da Constituição, parecia ser a sede do poder e a chave do funcionamento de todo o regime...

Não foi assim...

Não. A evolução veio a traduzir-se na circunstância de que, à margem da letra da lei fundamental, a verdadeira sede do poder era o presidente do Conselho. Depois, o próprio dr. Oliveira Salazar teve uma Constituição que definia o Estado como corporativo mas efectivamente nunca chefiou um Estado com essas características. Finalmente, há uma terceira fase que corresponde ao Governo do dr. Marcello Caetano, que julgo que pode caracterizar-se como um Estado de segurança nacional...

O que quer dizer exactamente essa expressão?

É um Estado autoritário que inclui as Forças Armadas entre os suportes importantes do poder, mas que procura defini-las como uma força a caminho de uma democratização, de uma implantação de respeito total pelo Estado de direito. Isso teve aliás reflexos interessantes em Portugal e julgo que foi nessa linha que se criou o Instituto de Defesa Nacional, inspirado pela doutrina e experiência do general Golbery no Brasil. Aqui em Portugal esse projecto foi implantado sob a direcção do general Câmara Pina. E ainda hoje, mudadas as circunstâncias, o objecto específico do Instituto de Defesa Nacional é a avaliação da função portuguesa no mundo.

Uma evolução curiosa do regime, repartida como o foi, por essas três fases distintas...

Foi curiosa, sim. Porque permitiu testemunhar a interdependência que foi assumindo, conforme as circunstâncias, um ou outro dos elementos do sistema. Por exemplo, no regime que tinha a sua sede de poder na Presidência do Conselho, a economia – que era privada e não liberal – foi a meu ver o aparelho organizado que mais tarde veio a assumir grande importância para a definição de um novo clima em relação à política africana. Esse aparelho deu-se afinal conta – mais cedo que qualquer outro – do nível de risco que fora atingido e naturalmente procurou eliminar esses riscos. A doutrinação do europeísmo – que veio desaguar nas formas modernas de hoje – encontrou a sua primeira raiz nessa orientação que o aparelho económico, amparado pela organização intervencionista do Estado, pareceu tomar.

E, por seu lado, também o aparelho militar...

... também se independentizou. O que veio a ter um papel fulcral na descolonização...

Mas antes disso: como analisa a “independentização” do aparelho militar, um suporte tão essencial no modelo de Estado então vigente?

Há com certeza muitos elementos que merecem consideração, mas destacarei aquele que significa uma mudança estrutural e, por isso, extremamente importante. Para qualquer fase da evolução do regime, as Forças Armadas foram importantes: quando se passou do modelo presidencialista para o do presidente do Conselho, manteve-se o simbolismo da chefia do Estado ser sempre de um oficial general do Exército ou da Marinha. Ora, durante o período que vai de 1961 até 1974, continuou-se a manter as Forças Armadas como elemento fundamental, concentrando a sua atenção nas cúpulas. Eram precisamente a sua solidez e a sua fidelidade que davam ao regime a ideia de segurança...

Mas com a guerra colonial isso começou a ser subvertido...

Durante os 14 anos de guerra, a sede orientadora da coesão das Forças Armadas passou das cúpulas para as

bases, com a presença de oficiais milicianos que nelas introduziram novas concepções de vida e novos valores. Não se pode ignorar o sacrifício que implicou para os oficiais milicianos ou dos quadros uma guerra tão longa... O resultado foi que a orientação dessas Forças Armadas passou a depender mais das bases do que das cúpulas. É por isso que o regime se enganou quando procurou, já no fim, obter publicamente a declaração de fidelidade das cúpulas, um acontecimento que veio aliás a ter a maior das importâncias....

Essa “independentização” foi o princípio do fim...

Porque a cadeia de comando foi totalmente modificada e subvertida sem que tenha sido organizada outra. Com as consequências que depois se viram, no processo que se seguiu. Julgo que tudo isto – que exigirá mais estudo, maior análise – explica a função importante que teve a chamada “ala liberal”, indispensável aliás num projecto destes, de instaurar um Estado de segurança nacional, porque justamente podia ser a ponta avançada que anunciasse a democratização, o Estado de direito. A partir de determinada altura, esta intervenção já não foi possível e é o próprio presidente do Conselho, Marcello Caetano, quem a abandona... Mas o que houve de mais importante nesta evolução foi a dissolução do império.

Como olha para isso?

Como alguma coisa de grande importância para os portugueses porque é a nossa história, a nossa vida, a nossa função no mundo. Mas há que tomá-la como uma batalha que se insere numa guerra que o euromundo enfrentou e perdeu. Todos os impérios da frente marítima europeia regressaram a casa com dramas imensos, a França, a Inglaterra, o Vietname. Relembrem-se coisas graves a propósito da Inglaterra, por exemplo: a independência da Índia, a divisão entre dois Estados que custou, em primeiro lugar, o assassinato do único santo laico da vida política que conheço...

Ghandi...

Custou a vida de Ghandi e ainda o preço de uns quatrocentos mil mortos para que a separação entre os dois Estados fosse efectiva.

Não separa pois os acontecimentos portugueses de um contexto internacional?

É nesse recuo geral que se insere o recuo português. Cada modelo tem a sua característica específica. Em Portugal – como em França, com o caso da Argélia – é também o aparelho militar que intervém mas já subvertido e até com o efeito que podemos chamar “de Naguib”: na revolução do Egipto, também se manteve um general clássico à frente – o que certamente inspira confiança –, mas com a sede de comando nas bases... Para lhe responder, considero que esta dissolução da cadeia de comando teve uma das principais responsa-

bilidades no desastre total que foi a descolonização.

Falando agora mais concretamente do seu caso pessoal: também passou por uma evolução na forma como foi avaliando a questão colonial?

A primeira percepção que tenho do ultramar foi adquirida na escola, na aldeia de Grijó, em Macedo de Cavaleiros: as paredes tinham mapas dos territórios ultramarinos e a ideia da grandeza do país aprendia-se na instrução primária. Depois, a minha formação em Direito deu-me uma concepção puramente normativista, uma visão legalista – o sistema das leis e a sua coerência, etc. – que tinha pouco a ver com a realidade.

Quando descobriu a falta de sintonia entre essa formação e a realidade?

Quando o almirante Sarmiento Rodrigues – um homem por quem tenho grande admiração – me convidou, era ele ministro do Ultramar, para eu fazer um projecto de reforma do sistema prisional do ultramar. Eu dedicava-me na altura ao Direito Criminal e aceitei fazer esse estudo. Visitei então Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné.

Em que ano, recorda-se?

Talvez aí por 1953.

Foi uma viagem determinante?

Foi, porque alterou a visão que eu tinha. E foi determinante pelo desafio: todos os portugueses que passavam por África adquiriam uma noção de responsabilidade, de dimensão, que a sociedade metropolitana não fornecia. Havia infelizmente uma falta de correspondência nas imagens dos que tinham conhecimento africano e dos que apenas tinham uma experiência metropolitana: o ultramar real não era reproduzido nas preocupações de quem estava reduzido à metrópole e isso não foi bom para o país. Foi este conhecimento “in loco” da realidade africana que me levou a inflectir a orientação da própria escola onde passei a vida como professor e que evoluiu – bem ou mal – para uma escola de Ciências Sociais e Políticas, abandonando a tradição que era apenas a de dedicação à administração colonial.

Esse seu primeiro olhar sobre África foi de resto complementado por uma ida às Nações Unidas, integrado numa delegação portuguesa, em 1958...

A delegação era chefiada pelo doutor Paulo Cunha – um professor de grande prestígio de quem tive a felicidade de ser amigo. Estive como delegado de Portugal à ONU no final da década de 50. Isso permitiu-me ter uma noção do enquadramento internacional, da evolução rapidíssima que se estava a verificar no mundo e, sobretudo, da necessidade de acompanhar um mundo que era cada vez mais interdependente e onde os pequenos países seriam cada vez mais exógenos, isto é, mais subordinados a variáveis externas que não podiam controlar.

E não o afligia observar que em Portugal se conti-

nuava de olhos fechados perante esse enquadramento internacional, em particular perante uma realidade que, como acabara de verificar “in loco”, não era a autêntica?

Não posso dizer que afluí, não é o termo exacto. Estimulou. A mim e a outras pessoas que tiveram grande participação. Estimulou tanto que alterei, como já referi, o sentido da estrutura e da função da minha escola... O que posso dizer é que contribuí para multiplicar muitas investigações em diversos domínios e também para que aparecessem – em numero apreciável – jovens que nessa altura se dedicaram a essas áreas e que hoje são valores das universidades portuguesas.

Houve assim uma mudança na sua avaliação que veio a ter consequências?

Houve. E foi ela que implicou em mim a adopção de atitudes reformistas...

Dizia por vezes que “as reformas adiadas tornam as revoluções inevitáveis”...

Pois, não sou um revolucionário e parecia-me que a razão devia ser um instrumento suficiente para que responsáveis e interessados – não apenas em causa própria mas nas questões do país – assumissem que uma reforma tinha de ser feita e mesmo acelerada.

É isso que o leva a aceitar o convite de Salazar, em 1961, para ministro do Ultramar? Nunca estivera ligado a nenhuma organização política...

Não fazia parte das minhas preocupações. A minha intervenção foi sendo feita através de escritos, aulas, lições publicadas – aquilo que é a vida normal de um professor.

Nunca sentira a necessidade de se situar politicamente face ao regime, ou a vontade de intervir?

Não. Tinha a vida académica, trabalhara muitos anos como advogado de barra – o que depois vim a abandonar –, mas nunca participara em movimentos políticos.

O convite de Salazar para a pasta do Ultramar surpreendeu-o?

Na altura em que fui convidado, eu tivera já uma intervenção com alguma importância nas consultas que por vezes esse ministério me fazia ou à minha escola. Foi devido a isso, aliás, que fui integrado na delegação portuguesa à ONU. Parecia-me normal que professores de uma escola com aquelas características fossem chamados a dar pareceres, intervir em estudos ou mesmo em organismos consultivos do próprio ministério, como o Conselho Ultramarino, por exemplo.

Mas não respondeu...

Quando fui chamado, fui confrontado, em primeiro lugar, com algumas ideias minhas que entretanto se haviam tornado conhecidas: o dr. Salazar disse-me ter notícia de críticas que eu fazia nas aulas sobre a questão colonial. E eu respondi-lhe que o que se dizia nas aulas

não era confidencial. Em seguida, houve um desafio ao meu sentido de responsabilidade cívica para implementar essas ideias... Entendi que não devia recusar, embora soubesse que não poderia contar com nenhum apoio político – a não ser o do próprio presidente do Conselho –, já que não pertencia a nenhum grupo.

Mas Salazar manifestou-lhe de imediato esse apoio, quando o convidou?

Manifestou. Foram então feitas algumas reformas que considere importantes; se não fosse assim, não as teria concretizado...

Poderia falar dessas reformas, das que conseguiu fazer...

Não, não vou falar delas porque acho que isso pertence à crítica histórica. Direi apenas que o principal do que levei a cabo foi a revogação do estatuto dos indígenas. Fora um documento elaborado com as melhores intenções mas que se transformara num símbolo de discriminação.

Essas reformas começaram logo a provocar reacções...

Provocaram, como é normal. Mas há aqui um ponto que é curioso lembrar agora: eu não conheço nenhum doutrinador da unidade portuguesa que alguma vez tenha lastimado a independência do Brasil... Pelo contrário: todos achavam sempre que o Brasil era uma glória portuguesa. Ora o Brasil foi efectivamente um Estado tornado independente por acção dos próprios portugueses, que, ao verificarem a evolução da conjuntura, procederam a uma avaliação dos riscos para o regime de então – o regime monárquico – e fizeram a independência que salvaguardou a presença portuguesa e a sociedade integrada que ali se desenvolvia. Ora sempre me pareceu que um dos elementos fundamentais da concepção portuguesa era o de que as sociedades deviam ser integradas. Seria justamente a presença dos europeus que podia efectivamente consubstanciar o fermento da construção de uma sociedade civil.

Nada disso foi afinal possível...

Ainda hoje, quando a inquietação internacional é no sentido de levar a todo o mundo – e especialmente a África – a democracia e a economia de mercado, julgo que é necessário que se avalie muito bem que não há economia de mercado sem sociedade civil e que esta foi destruída com a expulsão da população europeia que ali estava radicada para ficar.

Está a pensar na África do Sul e no que lá ocorre hoje?

Estou. Repare o empenho com que neste momento todos querem que a população europeia ali radicada não se retire!

Quando esteve na África ex-portuguesa, encontrou gente, população europeia, que também queria ficar?

Encontrei não só europeus que queriam lá permanecer – e muitos deles eram independentistas –, como um grande entendimento sobre esta necessidade!

Que modelo queriam?

O modelo era sempre o da sociedade integrada, entendido no conceito de que tanto europeus como africanos eram todos naturais da mesma terra. Era a ideia que tinham. Mas, por razões que muita gente saberá explicar, este processo reformista ao qual eu metera ombros em África foi interrompido...

Porquê? Na sua opinião, porque é que ele foi interrompido?

Bem... eu tenho uma noção do “porquê”... Mas mais uma vez não lhe responderei. Sabe, é que não sou indulgente para com uma literatura – que aliás se tem multiplicado por aí, nos últimos tempos – à qual chamarei “de justificação”...

Não lhe é pedido que se justifique mas que explique...

... é que essa literatura de justificação não só não contribui para o entendimento da História – que nunca passa por ela –, como vai ser necessário corrigi-la em muitos lugares e passos. É melhor que não se persista nessa autojustificação e que deixemos a História para os investigadores e para os críticos.

Sai do Governo de Salazar em 1963, volta à escola e ao ensino. Entretanto, os anos passam. Tinha a noção de que o regime agonizava?

Julgo que há muita gente que, como eu, conhece alguns acontecimentos e ocorrências a que o regime não parece ter prestado a devida atenção... Estou-me a lembrar do Congresso de Aveiro que não podia ser mais expressivo no seu diagnóstico da situação e da crise.

Mas havia mais.

Há um outro aspecto que foi muito importante: a fadiga da juventude. Foram anos de muito sacrifício. No início, é verdade que houve uma grande mobilização nacional, não se pode negar o que foi a adesão portuguesa à defesa do ultramar contra uma violência que se podia vir a transformar – como transformou – no motor da evolução. Mas houve autenticidade nisso... Só que o tempo é um grande dissolvente das coisas e catorze anos geraram um grande cansaço na juventude.

Vamos voltar àquela interessante evolução que ocorreu também no aparelho económico?

Julgo que esse aparelho económico fez um diagnóstico da gravidade do risco e mudou o centro de atenções. O europeísmo começa aí. Não o europeísmo histórico português, a contribuição portuguesa para a Europa, não é disso que estamos a falar. Mas o europeísmo que mais tarde se haveria de desenvolver e aparecer como opção inevitável começa com esse diagnóstico.

E há todo o contexto internacional da época...

Para compreendermos o que se passou em África, é

também necessário referir isso mesmo: as guerras em Angola, em Moçambique, eram feitas por procuração, quem combatia eram de facto as superpotências, elas é que alimentavam os movimentos de libertação. Julgo que isso é hoje uma evidência que ninguém pode negar pelo facto de a guerra ter continuado até hoje com os mesmos apoios.

Está a dizer que Portugal saiu e a guerra continuou?

Estou. A guerra continuou até hoje com o efeito terrível que tem nas populações e na devastação dos territórios. Mas há outra evidência, também ela muito inquietante: as mudanças de apoios. Agora, a mesma potência que apoiou a UNITA durante tanto tempo apoia hoje o Governo de Luanda – o qual combateu durante anos. Naturalmente que isto corresponde ao realismo da política: os interesses são permanentes, os inimigos não... Isto demonstra claramente que as populações foram objecto de confrontos que em grande parte nada tinham a ver com os seus próprios interesses. Tudo o que temos vindo a lembrar teve assim importância para o desgaste da capacidade de um país pequeno, exógeno, à medida que a comunidade internacional mudava de estrutura...

E essa estrutura foi alterada de forma acelerada! Temos sido contemporâneos de mudanças radicais...

Portugal sofreu na vida de uma mesma geração uma mudança fundamental no que toca às suas fronteiras e à capacidade de as defender: durante a última guerra, as fronteiras de Portugal eram todas com soberanias ocidentais, excepto a China, que não pesava; na década de 60, passámos a ter umas doze fronteiras com Estados que foram tornados independentes e nenhum era de cultura ocidental, excepto a Espanha. Isso pressupõe uma mudança radical da função e da capacidade do país para enfrentar a conjuntura internacional. E, finalmente, após o 25 de Abril, Portugal ficou só com uma fronteira! E tudo isto teve que ser absorvido pela mesma geração que está hoje ainda viva.

Que fazia no dia 25 de Abril de 1974?

Quando saí do Governo voltei para a actividade que sempre tinha tido: o ensino. Nunca participei em nenhum movimento político, nem em qualquer actividade revolucionária. Tinha abandonado a actividade do foro, continuando como consultor, o que me dava mais liberdade para me dedicar ao ensino como eu gostava. No dia 25 de Abril, era esta a minha situação. Mas não fui rigorosamente surpreendido. Como muitos outros, previa o que iria acontecer. Soube do 25 de Abril pela rádio.

O 25 de Abril foi uma revolução?

Foi uma revolução. Dinamizada principalmente pelo novo braço militar e orientada por alguns objectivos

que se anunciaram na altura...

Os três “d”: democratizar, desenvolver, descolonizar.

Exactamente. Mas julgo que sem programa para as consequências das consequências.

Já uma vez se referiu a isso num dos seus livros. O que eram para si as consequências das consequências?

Escrevi-o no “Novíssimo Príncipe”. Resumo-o agora dizendo que não havia um programa, ninguém tinha um programa. E, de todas as forças envolvidas, apenas o Partido Comunista tinha a percepção da situação internacional, tinha uma interpretação da História, tinha objectivos e programa. Portanto, ocupou um espaço vazio. A seguir, tudo se traduziu numa luta para recuperar a sociedade civil e o Estado de direito. E para finalmente se implantarem padrões que estavam mais de acordo com a cultura portuguesa e a Europa em que Portugal entrava como inevitável opção.

Sentiu-se mais impressionado ou mais mobilizado pelo PREC que ocorria aqui, ou pelo que se passava em África?

Pela intervenção que tivera no ultramar e pelo próprio objecto dos meus estudos, o que de imediato me chamou a atenção foi o descontrolo total da descolonização. Também temos aí muita literatura de justificação... Mas, com ela ou sem ela, nada diminuirá o desastre humano que se traduziu na perda de tantas vidas. Naturalmente que também o processo interior do país, a ameaça de marxização – que foi séria –, me preocupou.

Não pensa que no que toca à questão da descolonização se tem frequentemente caído num maniqueísmo que impede qualquer análise?

É por isso que refiro com algum desgosto essa tal literatura de justificação... Porque muitas vezes se pretende dar a impressão de que estamos perante uma divisão que se traduz em que o regime, até ao 25 de Abril, só teve decisões acertadas e depois disso decisões erradas, expondo até isto como uma espécie de mistério bíblico: os bons não são recompensados e os maus são-no. Ora isso não é verdade...

E não é verdade porque é preciso ver que a geração que fez a descolonização – e tem por isso que ser responsabilizada –, essa geração nasceu, cresceu e foi formada pelas escolas e pelos instrumentos de integração que vigoraram até ao 25 de Abril! O tempo, como ensinava Gilberto Freire, é tribulo. É sempre o mesmo tempo, com três pontas, que são o passado, o presente e o futuro: o passado está sempre presente e o futuro já vive entre nós. Esta noção de responsabilidade colectiva dos portugueses tem de ser assumida, ninguém é inocente neste processo.

Em que momento destes últimos vinte anos gos-

taria de se atardar? Qual destaca com maior ênfase?

Há vários certamente. Uns mais depressivos, outros mais animadores. Em todo este longo processo destaco, como mais importante, o momento da Aliança Democrática e da liderança de Sá Carneiro.

Porquê?

Porque foi um ponto decisivo da recuperação de valores fundamentais, da sociedade civil, de um julgamento equilibrado da posição do país na comunidade internacional e da necessidade de novas opções.

Foi essa avaliação que fez do espírito da AD e da personalidade de Sá Carneiro que esteve na origem da sua entrada na política activa? Participou como independente nas listas da AD.

Foi dentro dessa atmosfera que aceitei esse convite. Mas gostaria de dizer o seguinte: eu praticamente não conheci o dr. Sá Carneiro, conversei com ele muito vagamente, apreciei-o de longe e, portanto, o meu julgamento pessoal não tem nada que ver com um trajecto comum, não tem nada a ver com isso... O meu julgamento residuiu na importância que teve para a época a sua intervenção e o seu projecto.

Foi convidado pelo CDS?

Fui. Foi por intermédio do CDS que procurei dar a minha contribuição e pela primeira vez entrei numa organização política. Mas não lhe vou dizer se estou arrependido ou não...

Agora já se antecipa, pela não resposta, àquilo que pensa que irão ser as perguntas!

Sou fiel aos meus compromissos e julgo até que temos dado uma contribuição apreciável para a estabilidade e evolução da vida portuguesa.

Não muito correspondida pelo eleitorado?

Gostaria que tivesse sido melhor correspondida. Mas não é isso que me impede de pensar e de dizer que a nossa contribuição tem sido importante.

Depois foi líder do próprio partido. O que retém hoje dessa experiência?

Passei a compreender melhor algumas coisas que só conhecia teoricamente....

Como viu a nossa integração na Comunidade Europeia? Havia outra alternativa?

Penso que Portugal não poderia deixar de aderir a esse projecto.

Não podia?

Não. Trata-se de um país exógeno, com sinais de Estado exíguo. Uma situação comum a muitas dezenas de Estados participantes da ONU. Isto é uma coisa. Outra, diferente, é o entusiasmo com que, de cada vez que a Comunidade dá um passo, considerar-se como “não europeus” aqueles que não acompanham esse passo... Portugal deve acompanhar a marcha da Comunidade mas tem de defender a sua identidade, a sua autono-

mia, a sua posição. Uma situação que deve mobilizar a solidariedade dos pequenos Estados europeus.

A identidade está em risco?

Não. É preciso dizer que não. Porque um país que resiste a estas mudanças que temos vindo a referir, numa mesma geração, que resiste à perda do conceito estratégico nacional e vive sem ter conseguido formular outro dá um extraordinário exemplo de capacidade e de identidade.

Quais são as suas preocupações a respeito da Europa?

O pior que pode acontecer à Europa é que se venha a estabelecer um directório ou uma hierarquia de Estados e há vários sinais de que isso possa vir a ocorrer. Sempre que tal aconteceu, não foi bom nem pacífico para o convívio entre Estados europeus... Não é bom o predomínio que os grandes países europeus estão a tomar nas decisões, à margem dos tratados, nem a independência que tomam na política externa, sem necessidade de um acerto dessa política como impõem os tratados em vigor.

Por exemplo?

Algumas intervenções, como a da Alemanha no reconhecimento das repúblicas da Jugoslávia, que julgo ter influído o desastrado processo que se seguiu; a reunificação da própria Alemanha; a fixação das suas fronteiras no Oder-Neisse; o acordo com a Rússia para a retirada das suas tropas; a venda que fez de uma esquadra à Indonésia. São exemplos de decisões tomadas sem prestar atenção às obrigações que dizem respeito à política externa comum.

Esses exemplos não ilustram precisamente a impossibilidade da União Europeia se entender numa política externa comum?

O que principalmente mostra é que, como referi, é necessário não alienar a capacidade de cada Estado – independentemente do seu poder – impedir que a situação na Comunidade possa ser instrumentalizada pelos mais poderosos.

Com tais exemplos não pensa que está em crise o Estado nacional?

O que está em crise é o Estado soberano e não o nacional. Uma questão que se tornou aguda desde a fundação das Nações Unidas. Os Estados nacionais são muito poucos no mundo mas a nação é um valor tão importante que os Estados adoptam com frequência um projecto nacional, isto é, o objectivo de criar uma solidariedade de natureza nacional. A crise da soberania dos Estados foi resolvida no Bloco Leste com a imposição da doutrina da soberania limitada. No espaço atlântico, essa solução foi sempre condenada, apelando-se à cooperação e ao repúdio da institucionalização da hierarquia dos Estados.

Para terminar este capítulo: sem perda dos valo-

res fundamentais, o que temos de ser capazes de enfrentar?

Em relação a Portugal, julgo que não pode ser abandonada a vocação atlântica. Mas não é com critérios economicistas que ela deve ser avaliada... Caiu um regime político, caiu uma estrutura imperial mas não se afundaram os territórios nem desapareceram as gentes; não foram extintos os usos nem os costumes, não se perdeu a língua. O sincretismo e a própria miscigenação continuam, a área está lá. O que é necessário é reconstruir um novo modelo de convívio. Por isso mesmo ligo uma importância muito grande ao projecto da comunidade dos povos de expressão oficial portuguesa...

Uma iniciativa do Brasil...

É uma iniciativa do Brasil que está em desenvolvimento. Penso que devemos acompanhá-la; tenho dado o apoio que posso. Parece-me tratar-se de um projecto importante para equilibrar a função de Portugal... espero que em termos que não sejam puramente poéticos, já que esta situação é justamente a que nega ao nosso país um destino periférico, que é um conceito económico. Trata-se agora de um destino de país de fronteira ou de articulação, se quiser. O projecto deve ser estimulado, porque enriquece a Europa e enriquece esses novos Estados. E porque a presença portuguesa seria neste contexto a de uma soberania de serviço e não uma soberania de domínio, podendo, por isso mesmo, desempenhar uma grande função e dinamizar esse espaço.

Para terminar: como sentiu, na sua vida, a passagem de um regime político para outro? Ou melhor, como lhe foi possível passar tão bem de um para o outro?

Seguindo um conselho de Charles Morgan: é preciso ser como o eixo da roda que acompanha a roda mas não anda.

O que significa...

... o que significa que há valores que nunca podem ser abandonados.

Manuel Monge:

O regresso à pureza de Abril

Fiel entre os fiéis de Spínola, preso na sequência do golpe falhado de 16 de Março de 1974 e mais tarde membro da Coordenadora do MFA, o brigadeiro Manuel Monge apontava, nesta entrevista, o dedo acusador à ala radical do Movimento das Forças Armadas, responsabilizando-a pelos desvios à “pureza” do 25 de Abril.

Maria João Avillez 17/04/1994

Militar “por gosto e convicção”, alentejano “assumido e militante”, homem moderado e sereno – o que nunca lhe impediu a frontalidade –, é um fiel entre os fiéis de António de Spínola desde os tempos da Guiné.

Ficou desde aí um “indefectível” das ideias do general e do seu ideário político. Hoje recorda que foi justamente desse ideário que nasceu a ala mais “pura” – e simultaneamente “mais aguerrida militarmente” – do futuro 25 de Abril do qual foi um dos membros da Comissão Coordenadora do MFA.

Manuel Monge, 56 anos, brigadeiro – actualmente assessor da Casa Militar do Presidente da República e responsável pelo pelouro das relações com Macau –, retém destes vinte anos o “cumprimento do programa do MFA, excepto na Descolonização”, sobre a qual pousa aliás um olhar tremendo, despido de qualquer espécie de complacência. Tanto, que é porventura a primeira vez que um “militar de Abril” ousa apontar a dedo determinados procedimentos e atitudes de outros militares, como ele, estiveram na origem – e na vontade – da revolução.

Quantas comissões de serviço fez em África?

Quatro: duas em Angola, as duas últimas na Guiné.

Com o passar dos anos e das comissões, a sua avaliação da questão colonial ia-se modificando?

Na minha terceira comissão, feita na Guiné, de 1968 a 70, o general Spínola impôs alterações significativas, quer no processo militar de fazer a guerra, quer no relacionamento com as populações. Criou-se então aí um ambiente de progresso social e de liberdade, com a libertação dos presos políticos – como Rafael Barbosa, por exemplo – e a auscultação sistemática das populações, nomeadamente nos Congressos dos Povos da Guiné.

Foi o início de uma “outra coisa”? De um projecto?

Foi. Em meu entender, era o projecto certo e a ele me liguei de alma e coração. E nessa comissão, em que a maioria dos meus soldados eram guineenses, criei um relacionamento especialmente amistoso com a

população de Bula, onde estava estacionado o meu esquadrão.

Foi isso que fez de si um “spinolista”?

Em 1970, a situação na Guiné galvanizava-nos. Estivemos a um passo de ganhar a paz. E a admiração que nós, jovens militares, tínhamos pelo general Spínola era enorme.

Falemos um pouco mais desse projecto: como o caracteriza?

Em meu entender, o “Caco Baldé” (a alcunha por que o general era conhecido na Guiné: Caco por causa do monóculo, Baldé porque é o nome mais comum na Guiné, como os Silva em Portugal) tinha o projecto ajustado. A história já lhe deu razão em parte, com a ruptura entre a Guiné e Cabo Verde, cuja ligação o PAIGC artificialmente queria impor, para garantir a hegemonia política da elite cabo-verdiana que dominava o PAIGC.

O general queria preparar os guineenses para uma grande autonomia, a eles caberia escolher os contornos e os limites da mesma. O antigo regime, em Lisboa, não o autorizou a seguir em frente. Mas, em 1970, ainda se ia a tempo de uma boa descolonização na Guiné.

Como se inicia, de facto, o Movimento dos Capitães? As suas origens foram exclusivamente corporativas?

É uma questão complexa... Teremos que abordar o tema em dois patamares: primeiro, apontar a consciencialização dos militares para a necessidade de intervir na área política; e, em segundo lugar, na organização e metodologia dessa intervenção. Já na Primavera de 1968 (em Paris, era Maio), um grupo de oficiais de Cavalaria se reuniu para reflectir sobre o país e a guerra. A reunião, obviamente reservada, era restrita a capitães. Causou algum alvoroço. Como um dos seus promotores era eu, fui chamado ao comandante do Regimento onde então prestava serviço (Lanceiros 2). Lá me expliquei ao coronel Henrique Calado, disse-lhe que faláramos no brigadeiro Spínola. Repare que já então os jovens oficiais olhavam para ele, que mal acabara de embarcar para a Guiné...

E quando, mais tarde, se pensa na realização do Congresso dos Combatentes – ou melhor, no seu projecto –, há na Guiné uma reacção...

Sim, foi em 1972 e houve, na Guiné, uma reacção. Foi ela que, em meu entender, o fez abortar. Julgo poder afirmar que, na Guiné, se foi criando e sedimentando a consciência de que era preciso mudar a política portuguesa em África, enquanto, ao mesmo tempo, se ia organizando um grupo de oficiais que lhe dava corpo.

Depois, surgem os célebres decretos...

Quando surgiram os decretos – sobre alterações das antiguidades relativas entre os oriundos de milicianos e de cadetes –, criou-se uma ampla contestação, de base essencialmente corporativa. Mas se, para alguns de nós, essas questões de carreiras eram de somenos importância, elas revelam-se determinantes pelo clima de mobilização que originavam. Recordo-me de que, na altura, estava a comandar uma guarnição na fronteira sul da Guiné, onde fora colocado em situação de emergência. Por correspondência (aqueles célebres aerogramas!), os camaradas de Bissau e de Lisboa mantinham-me informado. Um dia, vim a Bissau, convocado para uma reunião de capitães. Apresentei-me, levando comigo um capitão “inimigo”, o então ex-miliciano Campante de Carvalho. Ele não queria ir, invocando que o Movimento era contra os novos critérios de antiguidade dos ex-milicianos, receava ser mal recebido. “Para mim não é, visto que não é disso que se trata, o meu inimigo é outro”.

E lá o levei à reunião... Isto para lhe dizer que, para alguns militares, aqui em Portugal, em Angola e em Moçambique, o movimento reivindicativo deu dimensão, argumentos de carreira e oportunidade para uma intervenção de cariz político. Mas afirmo que era indiscutivelmente na Guiné, onde, em termos de consciência política, se estava mais avançado.

E que isso se deve a Spínola?

Sem dúvida. À sua pessoa e à sua acção dinamizadora. Recebia e despedia os batalhões metropolitanos com discursos que eram autênticos comícios... .

Quem esteve na formação do Movimento? É possível dizer hoje esses nomes?

É difícil. Respondo-lhe pela negativa. Quem não esteve desde o início, quem não deu a cara nos momentos difíceis foram muitos daqueles senhores que o país conhece por se terem assumido como líderes da ala radical do MFA... Da Marinha, por exemplo, só o Crespo, o Contreiras e o Costa Correia deram a cara... Mas, depois, apareceu toda a Marinha, que “ocupou” tudo! Não se lembra que Vasco Gonçalves chegou a dizer que, “se os militares do Exército fossem como os da Marinha, a revolução tinha seguido em frente”? Eu até costumava brincar com alguns marinheiros meus

amigos dizendo que a grande maioria daqueles revolucionários saltara dos braços do Tenreiro directamente para o colo do Vasco Gonçalves! E no Exército também tivemos muitos saltitões.! E, aqui, faço justiça à Força Aérea: manteve-se, na sua grande maioria, homogénea e isenta.

Voltando aos “spinolistas”...

Já que insiste nesse nome, eles foram um vector importante na génese do Movimento. Mas penso que valerá a pena, hoje, clarificarmos o termo... Poder-se-á chamar “spinolistas” aos oficiais que, tendo servido sob as ordens do general, lhe ficaram a guardar grande devoção e se identificavam com as suas posições políticas. Foi assim no início do Movimento. Depois, muitos militares se juntaram a nós, porque o “spinolismo” começou a ser o movimento de resistência, por incarnar uma leitura moderada face à radicalização que os líderes do MFA imprimiam à evolução política.

Já lá vamos. Mas, antes disso, como se organizou a liderança do MFA?

Quando o Movimento assumiu uma dinâmica significativa, foi eleita uma comissão coordenadora com três oficiais de cada arma e serviço, excepto nos de mais pequeno quadro, que só tinham um representante. Eram vinte e poucos oficiais, não recordo o nome de todos. Foram eleitos na reunião de Óbidos, no dia 1 de Dezembro de 1973. Era essa a legítima direcção do Movimento. Pela Cavalaria, foram eleitos o Salgueiro Maia, o Miquelina Simões e eu, que, estando na Guiné, regressaria em breve. Mas digo-lhe (porque isto é que é importante) que, nessa fase, não havia ainda alas político-ideológicas diferenciadas. Com muita gente com pouca formação política, haveria muitas ideias... Na minha opinião, em termos políticos, todos queríamos uma democracia. E se havia alguém – admito que haveria poucos – que sonhasse com um regime contrário a uma democracia política pluralista de tipo ocidental, não se pronunciaram nunca, nesse sentido, antes do 25 de Abril!

Mas quem dirigia o Movimento? Quem detinha o poder? A Comissão Coordenadora? Logo a seguir, surge a Comissão Coordenadora do Programa do MFA... Qual era, afinal, a relação entre elas?

O Movimento era dirigido pela sua Comissão Coordenadora. Quem detinha o poder... é mais difícil de explicar, ainda não havia verdadeiro poder para administrar. A direcção era da Comissão Coordenadora. Em 5 de Março, em Cascais, nomearam-se duas comissões: uma, militar, para a preparação da acção militar e uma outra, chamada a Comissão de Redacção do Programa.

Quem integrava uma e quem integrava a outra?

Da Comissão Militar faziam parte o Oteló, o Garcia dos Santos, o Moreira de Azevedo e eu próprio. Mas a este

núcleo juntavam-se, quando possível, outros oficiais para ajudarem a estruturar a ordem das operações. Por exemplo, o Moraes e Silva, o Luís Macedo, o Manuel Geraudes, entre outros.

E a outra comissão era composta por quem?

Pelo Melo Antunes, o Vítor Crespo, o Vítor Alves, o Vasco Gonçalves. Da Força Aérea, julgo que eram o Pereira Pinto e o Costa Neves.

Ainda antes do 25 de Abril, há então já, distintas, como que duas linhas?

A questão é que o surgimento, depois, de uma auto-proclamada Comissão Coordenadora do Programa, foi o primeiro grande abuso e o primeiro desvio do espírito do MFA. Se a Comissão Militar pensasse do mesmo modo após o 25 de Abril, teria assumido a chefia hierárquica das Forças Armadas. Ora havia compromissos solenes entre nós de que não reivindicaríamos cargos nem benesses. E o correcto seria que a Comissão do Programa se extinguisse, tal como o fez a Comissão Militar, logo que cumprida a sua missão.

Porque pensa que não o fez?

O que essa Comissão quis – ou, melhor, os seus elementos – foi contra o próprio mandato que tinham, contra compromissos assumidos, sobreporem-se à Comissão Coordenadora do MFA e boicotar a Junta de Salvação Nacional, a quem programaticamente havia sido confiado o poder político e militar. Foi a acção funesta desses elementos que levou depois à queda do primeiro-ministro Palma Carlos e ao afastamento desse grande democrata que já se batia pela liberdade enquanto os aprendizes de feiticeiros da Comissão Coordenadora do Programa – que lançaram o anátema do “golpe Palma Carlos”... – andavam, de calções, na Mocidade Portuguesa!

Está a ir muito depressa... Antes disso: como se explica o 16 de Março? Qual a sua versão desse acontecimento?

Neste vigésimo aniversário, publicitou-se a sua verdadeira versão: porque alguns dos intervenientes nos dispusemos a falar. E porque os radicais do MFA e os seus aliados políticos já não controlam a comunicação social... Aliás, hoje, já controlam muito pouco... Bem, o 16 de Março foi uma explosão de revolta pelas demissões dos generais Spínola e Costa Gomes, e resultou de que estava para ter sido por esses dias a acção militar que viria a dar-se no 25 de Abril. A não anuência dos pára-quedistas na última reunião de distribuição da Ordem de Operações levou à suspensão da acção e criou o clima propício a essa acção espontânea...

Espontânea?

No dia 15 de Março à tarde, estavam reunidos na minha casa o Otelo, o Casanova Ferreira, o Armando Ramos e eu. Devido à grande agitação que se vivia nas unidades (provocada pela demissão dos dois generais, Spínola

e Costa Gomes), o Centro de Operações Especiais de Lamego revoltou-se contra o Comando da Região Militar Norte. E pediram-nos apoio. Resolvemos, então, accionar o dispositivo militar que estivera preparado para o golpe militar em 12 de Março. Para tentar movimentar as unidades, o Otelo foi para Mafra, o Casanova para Santarém, o Armando Ramos para as Caldas – que sabíamos estar com grande grau de prontidão.

E o brigadeiro Monge?

Fiquei em Lisboa para informar as estruturas do Movimento e, ao fim da noite, reunimo-nos na Academia Militar – eu, o Bruno, o Jaime Neves, o Rafael Durão, o Mensurado e alguns outros. Decidimos ir então a casa do general Spínola (que morava ali perto) e pusemo-lo ao corrente do que se passava. A minha missão era assumir o comando dos esquadrões blindados de Cavalaria Sete, quando estes saíssem do quartel, dentro do planeamento das forças leais ao regime. Estava combinado com os respectivos comandantes que colocariam esses esquadrões em frente dos Jerónimos, onde eu os esperaria, para assumir o seu comando. Para a hipótese de impedimento da minha parte, estava em reserva o capitão Ruben Domingues. Spínola, ao ouvir esta descrição, mandou-me directamente a Cavalaria Sete, dizendo que o comandante, coronel Romeiras, estava duzentos por cento connosco... Tive as maiores dúvidas de que assim fosse e procurei contrariar o general. Ele insistiu, dizendo que o Costa Gomes lhe assegurara a adesão daquele comandante. Fui para lá com o Jaime Neves. Tal como receara, o comandante Romeiras mostrou-se totalmente contrário à nossa posição, tendo eu insistido então (e muito!) para que ele ligasse ao Costa Gomes – o que ele viria a fazer, mas, infelizmente, sem nenhum resultado prático! Ao ver o ambiente em Cavalaria Sete, o Jaime Neves e eu saímos. Como resultado desta “démarche”, quando os esquadrões saíram do Regimento, o seu comandante mudara os comandantes dos esquadrões e perderam-se estas forças...

E Otelo e Casanova Ferreira?

Nenhum conseguiu, por seu lado, movimentar as forças de Mafra ou de Santarém. Quando as Caldas saem, ficam sozinhas no terreno. Fui preso, fiquei em Caxias até ao 25 de Abril. Mas quer a versão dos radicais do MFA – de que fora um golpe de antecipação “spinolista” –, quer a do outro lado (segundo a qual fora uma rasteira para prender um lote de oficiais moderados) são meras especulações.

Dá-se o 25 de Abril: nesse próprio dia, a Comissão Coordenadora do MFA transfere o seu poder para a Junta de Salvação Nacional?

Nesse mesmo dia, a Comissão Coordenadora do Movimento, como estava solenemente escrito, transferiu o poder para a Junta...

Que se passou com a ala dita “spinolista”? Organizaram-se ou como foi?

A Comissão Coordenadora do Movimento não era tão coesa como a Comissão do Programa Na Coordenadora, havia moderados mas também radicais..Não nos organizámos, estávamos demasiado ocupados com o dia-a-dia, todos nós tínhamos as nossas tarefas a cumprir... E cumpriu o que estava escrito no programa do MFA. Mas, no momento anterior, a Comissão Coordenadora do Programa autocriou-se para subverter a ordem institucional acabada de estabelecer e para, em conluio com forças políticas radicais, lideradas pelo Partido Comunista, tentar levar a revolução democrática para outras vias.

Não acharam estranho esse comportamento?

A Comissão de Redacção (logo a seguir, Comissão do Programa) foi incorporada no Conselho de Estado...

Incorporada por quem?

Julgo que pelo general Spínola, aliás, na melhor das intenções. Admitimos que se confinasse à sua missão institucional no seio do Conselho e não viessem a intervir na área do governo e na estrutura militar.

O general sabia, por exemplo, que Vasco Gonçalves era comunista?

Não sabia. E eu também não.

Pensa que foi havendo uma “ultrapassagem” da ala radical do MFA aos representantes do “espírito” inicial do 25 de Abril?

Como disse atrás, a ala radical do MFA, contra o compromisso dos militares do movimento, em vez de trabalhar para dar às forças políticas partidárias (logo, civis) o apoio e o campo livre para – como constava no Programa do MFA – se estabelecer e consolidar uma sociedade democrática, procuraram impor sistemas políticos que oscilavam entre uma ditadura do proletariado de modelo soviético e um regime terceiro-mundista de tutela militarista. Obviamente, tratou-se de uma ultrapassagem, a acção dos radicais do MFA foi um abuso indesculpável. Foi essa institucionalização do MFA que depois impôs aos partidos a monstruosa prepotência do pacto MFA-partidos, que se viram compelidos a aceitar. O PS tentou resistir mas, na altura, não lhe era possível.

O brigadeiro Monge vem-se queixando dos comportamentos heterodoxos da ala radical do MFA. Pergunto então: se os “spinolistas” sentiam isso, porque calaram? Porque não agiram?

Nessa altura, esse grupo já tinha a apoiá-lo a poderosa máquina do PC, com o respectivo controlo de toda a comunicação social, ou quase... Os únicos, na liderança do MFA, que na época funcionavam com alguma autonomia em relação aos comunistas eram Melo Antunes e Vitor Alves.

Entretanto, acompanha, a Londres, Mário Soares,

então ministro dos Negócios Estrangeiros, para a primeira negociação do cessar-fogo na Guiné. Que descolonização pensavam fazer os militares que rodeavam Spínola? Que “instruções” havia?

Fomos a Londres e, depois, a Argel negociar o cessar-fogo com o PAIGC. A situação militar no terreno era muito difícil e, no campo político, a independência da Guiné, proclamada unilateralmente em 1973, fora já reconhecida por dezenas de países. Apesar disto, o povo da Guiné bem precisaria que não tivéssemos saído com a pressa com que o fizemos... Em Londres, o PAIGC propôs-nos um prazo largo para a nossa saída da Guiné. Só que a situação na Guiné foi pressionada para se reflectir em Moçambique e, principalmente, em Angola, onde não havia problemas militares. Sentimos essa pressão e vislumbrámos essa estratégia, inspirada pela União Soviética e conduzida pela OUA. E que, em Portugal, tinha como grandes aliados a ala radical do MFA e o PCP.

Mas não me respondeu sobre se havia ou não algum tipo de “instruções” para a condução das negociações...

Na véspera de partir para Londres, em 26 ou 27 de Maio de 1974, houve, à noite, uma assembleia do MFA na Manutenção Militar...

O MFA continuava a reunir, a deliberar...

Naquela altura, havia decisões que era difícil serem tomadas por outra instância. Perguntei aos meus camaradas se, nas negociações onde ia tomar parte, devíamos mostrar firmeza no sentido de acautelar os nossos interesses – ainda que nos pudesse acarretar dificuldades militares no terreno – ou se devíamos, como o Otelo defendia (e veio, aliás, a fazer com o Samora Machel!), considerar os movimentos emancipalistas credores de total apoio e confiança. Numa acalorada discussão, a maioria da assembleia concordou com a minha posição. Com essa disposição segui para Londres. Mas os líderes radicais do MFA faziam o jogo da parte negociadora adversa (chegando a encontrar-se às escondidas com os líderes africanos...), inviabilizando assim, totalmente, os esforços dos negociadores portugueses, nomeadamente dos ministros Mário Soares e Almeida Santos.

Quem se encontrou às escondidas com quem? Quem fazia o jogo da parte adversa?

O marechal Spínola conta tudo isso em pormenor no seu livro “País sem Rumo”. Os nomes estão lá todos! **Estou a entrevistá-lo a si e não ao marechal Spínola... A sua ideia da descolonização é negra! Não é vulgar ouvir um militar com responsabilidades no 25 de Abril acusar outros militares de forma tão frontal...**

Só para a descolonização era preciso uma entrevista! Apesar de feita tardiamente (reconheço isso), deveria

ter sido conduzida doutro modo. Na altura, o MFA radical e os seus aliados políticos chamaram-lhe descolonização exemplar; agora dizem que foi a descolonização possível. É falso. Foi a descolonização que os líderes do MFA quiseram, inclusive curto-circuitando, secundarizando, ultrapassando os ministros civis do Governo que tomaram parte nas mesmas. Perseguido e prendendo, e deixando levar à morte em África e Timor – como Joana Simeão, Magiolo Gouveia e tantos outros –, aqueles que tentaram opor-se. Começou a sua série de entrevistas com o tenente-coronel Melo Antunes, que nos acusou – a nós, o grupo próximo do general Spínola – de lhe termos dificultado os seus projectos descolonizadores. Foi ótima essa confissão de Melo Antunes. É que não me revejo nessa descolonização exemplar que provocou a terrível guerra civil de Angola, o genocídio do povo de Timor e a mais horrorosa miséria em Moçambique. Mas, em Macau, provou-se que poderia ter ocorrido uma descolonização diferente...

Porquê?

Também ali havia uma célula do MFA radical a desestabilizar... E o governador Garcia Leandro teve a clareza e a coragem de a expulsar de Macau... Recordo-me de que um deles, o Quitério de Brito, quando cá chegou, foi logo nomeado pelo Vasco Gonçalves para o V Governo! Gostaria de acrescentar que, há pouco tempo, o ex-Presidente Aristides Pereira disse aquilo que muitos de nós bem sabíamos... O povo de Cabo Verde teria preferido ficar a fazer parte de Portugal, obviamente com um estatuto autonómico, que depois se definiria. E assim teria sido se se tivesse cumprido o estabelecido no Programa do MFA. Vou contar-lhe um episódio da descolonização de Cabo Verde: poucos dias depois do 11 de Março, estava eu preso em Caxias, ao passar por um corredor vi uma cela cheia de indivíduos de cor. Soube pouco depois que se tratava dos líderes dos dois partidos cabo-verdianos que, após o 25 de Abril, se organizaram em Cabo Verde... Um belo dia, foram presos e enviados para Caxias. E soube também que as segundas figuras desses partidos foram mandadas para o Tarrafal... Algum tempo depois, o PAIGC conseguia implantar-se em Cabo Verde. Mas quando, anos depois, houve eleições livres, foi o que se viu...

E, na Guiné, lugar que conheceu tão bem, como entende que se passaram as coisas?

Posso dizer o seguinte: quando a situação se estava a complicar – muito para além da própria complicação no terreno –, havia ao mesmo tempo um núcleo do MFA radical que desestabilizava as nossas forças militares. O general Spínola, sabendo disto, mandou que o Fabião, então governador, os recambiasse para a Metrópole. Esses revolucionários – um era o émulo

do Danny Kay, o capitão Clemente, o outro o capitão Faria Paulino e ainda um terceiro, da Marinha, cujo nome não me ocorre – vieram então para Lisboa, porque Fabião obedecera às instruções do general. Mas, poucos dias depois, é o próprio Costa Gomes quem os devolve à Guiné... para onde voltaram a seguir!

Como foi o seu 28 de Setembro? Estava no Palácio de Belém...

Estava em Belém na noite da fracassada manifestação silenciosa. Montou-se a maior farsa e a mais agressiva intimidação contra essa manifestação. Ergueram-se barricadas com civis armados a chefiar os soldados presentes nas mesmas. Foi a primeira vez que o poder caiu na rua.

Porque é que Spínola não o agarrou?

Dentro do Palácio de Belém, o general Spínola, sem capacidade de manobra nem força política, resolveu demitir-se. Foi uma atitude digna. Queriam impor-lhe esquemas de poder como aquele que mais tarde se veio a institucionalizar com o Conselho da Revolução. Abstenho-me de lembrar os pormenores de alcova dentro do Palácio; sinto náusea em recordar esses procedimentos e os seus autores.

Gostaria, apesar de tudo, que recordasse alguma coisa...

Recordo o essencial: o general Spínola e as suas casas civil e militar permaneceram dois dias em Belém – até 30 de Setembro –, vivendo essas horas na esperança de receberem algum apoio militar e político. E só no dia 30 é que Spínola lê o seu discurso.

Mas como compreender isso? Estavam assim tão sós?

Nos escalões intermédios, ao nível dos milicianos, a demagogia destilada pela comunicação social dominada pelo PC – que chamava “fascista” a tudo o que fosse contra os seus interesses – impedia o funcionamento disciplinar das unidades militares. Lembre-se de que “o povo estava com o MFA”... Em 30 de Setembro (o que prova o que acabo de lhe dizer), eu e alguns camaradas tivemos que fazer fortes pressões para que os jornais publicassem o discurso de renúncia do general. Lembro-me até de que, durante a sua leitura perante as câmaras da televisão, a Casa Militar estava toda armada para garantir que aquela transmissão, efectuada em directo, não fosse interrompida, pois tínhamos informações de que o iriam tentar... A verdade é que era obrigatório que o 28 de Setembro se desse, era imperioso afastar o general Spínola para que a aliança MFA-PCP pudesse, em Angola, descolonizar a seu modo. Para os fins de Setembro, estava prevista a vinda a Belém de um conjunto de angolanos não pertencentes aos movimentos emancipalistas mas influentes a nível local e que representavam, quiçá, a maioria dos angolanos.

Entretanto, o general Spínola fora aos Açores...

Para se encontrar com o Presidente Nixon, a quem pediu apoio para a descolonização de Angola. Queria resistir à pressão do MFA radical e do PCP, no sentido de evitar uma descolonização efectuada no interesse da União Soviética. Seguidamente, foi ao Sal encontrar-se com Mobutu, garantindo o apoio do Zaire. Acompanhei o general Spínola nestas duas viagens, embora não estivesse nas reuniões. Mas sei do que falo. Entretanto, enquanto, em Portugal, Costa Gomes, Vasco Gonçalves e a ala radical do MFA manobravam para afastar Spínola, ao mesmo tempo, em Angola, Rosa Coutinho, sabendo que os movimentos emancipalistas (nomeadamente, o MPLA) não tinham qualquer força militar, destruía a estrutura de comando do Exército português, enviando para Portugal dezenas de excelentes oficiais, ao mesmo tempo que distribuía armas ao MPLA e lhes transferia os catangueses que tinham estado ao serviço do Exército português. Digo tudo isto para deixar claro que foi assim que se criaram, em Angola, as condições para a descolonização que se seguiu.

Agora vêm os responsáveis por tais acções dizer que a trágica descolonização foi da responsabilidade dos três movimentos. Mas eu pergunto: Quem os armou? Quem lhes deu a exclusividade de representar os angolanos? Quem destruiu a capacidade militar das forças armadas portuguesas em Angola, destituindo os seus comandos, perseguindo os melhores oficiais? Quem lançou panfletos sobre os destacamentos, nomeadamente aerogramas de um autoproclamado “movimento das mães”?

Tinha, entretanto, surgido em Portugal o “Documento Hugo dos Santos”. Que pretendiam os seus signatários?

Hugo dos Santos, militar generoso, prestigiado pela sua verticalidade e isenção, era uma referência ética para os oficiais do Movimento. Apercebendo-se dos graves desvios à pureza do Movimento, redigiu um documento com recomendações, entre as quais propunha a extinção da ilegítima Comissão Coordenadora do Programa e que se concedesse à Junta de Salvação Nacional a confiança do Movimento para exercer o poder. Este documento foi rubricado pelo general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e circulou pelos quartéis, sendo igualmente enviado para África. Os radicais do MFA entraram em pânico, de tal forma que conseguiram que o general Costa Gomes desse o dito por não dito e proibisse – através de mensagens-rádio – a circulação do documento. Continuando a circular semiclandestino, o texto reuniu muitas centenas de assinaturas, não se conseguindo, porém, a dissolução da Comissão usurpadora. Foi a última oportunidade de impedir o cortejo de abusos e desvios depois do 28 de Setembro.

Foi a última esperança para o general?

Foi. O general Spínola já antes pretendia renunciar. Mas foi a esperança de que o “Documento Hugo dos Santos” viesse a alterar a ordem das coisas que o aguentou mais uns tempos em Belém.

Em Janeiro-Fevereiro, há eleições para os conselhos das armas e reedita-se a luta entre as facções. Qual era, nesse início de 1975, a verdadeira relação de forças entre as duas alas (ou mesmo três...), do MFA? Terá sido aí que nasceu a ideia de eleger Carlos Fabião para o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército. Isso pressupunha que a sua ala, a moderada, estivesse a subir, ou não?

Os moderados tiveram, de facto, uma vitória esmagadora nas eleições para os conselhos de Infantaria, Cavalaria e Transmissões. E averbaram um bom resultado nos outros conselhos. Já antes, em meados de Dezembro de 1974, a ala radical do MFA e o seu aliado civil Manuel Serra haviam sido derrotados na sua manobra para decapitar o Partido Socialista. Recordo que, na noite da véspera do II Congresso do PS – o primeiro realizado em liberdade –, algumas brigadas do MDP-CDE e militares do Copcon andaram a prender diversos empresários, numa manobra de intimidação. Mas, no PS, impôs-se a liderança democrática da lista de Mário Soares e Salgado Zenha...

Paremos um pouco nesse Congresso. Esteve lá..

A clarificação democrática no PS era fundamental para a democracia. Pelo próprio PS passava, na época, uma clivagem democrática. Todos nós, quer os moderados quer os radicais, entendíamos isso; só que... com uma visão antagónica. Por isso, o Manuel Serra ia apresentar uma lista, aliado ao socialismo militar terceiro-mundista do MFA radical. Como tal, entendeu-se que seria útil levar ao Congresso uma representação do MFA moderado, dos capitães do Abril “puro”. Organizei uma lista, éramos trinta militares: o Hugo dos Santos, o Salgueiro Maia, o Jaime Neves, o Virgílio Varela, etc. Como se provou, venceu a via democrática, pluralista e europeia. E, como dizia há pouco, a relação de forças começava, entretanto, nesse início de 1975, a pender para os moderados. Fomos nós que elegemos Carlos Fabião para CEME, contra o candidato do MFA radical, o Fisher Lopes Pires. Mas, sobre a actuação do tenente-coronel Fabião, já o PÚBLICO lhe fez uma esclarecedora entrevista...

Mas então porque o escolheram?

Direi apenas que Carlos Fabião passou, algum tempo depois, a estar do lado de indivíduos que não eram a sua gente...

Entre essas eleições e o 11 de Março, pode então dizer-se com rigor que os “moderados” estavam a caminho de vir a obter a vitória no seio do MFA?

Não direi que caminhávamos para a vitória no seio do MFA. Consolidávamos posições. E, com as eleições nacionais previstas para Abril, tínhamos esperanças de poder vir a controlar o processo.

O 11 de Março ocorre para decapitar essa ala moderada?

Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Há, aliás, dados dos serviços de informações militares que apontam nesse sentido.

Qual é a sua versão dessa ocorrência? Onde estava?

Estava colocado na Academia Militar. Em 6 ou 7 de Março, fui a casa do general Spínola com o Casanova e achamo-lo muito excitado. A televisão bolsava na altura os mais degradantes programas: haviam passado uma peça revoltante sobre Luís de Camões, etc. O general dizia que queria sair do país, não aguentava o clima. Por estranho acaso, dois dias antes, o então Presidente Costa Gomes havia-lhe entregue dois passaportes diplomáticos, para ele e para a senhora. Convidou-o para almoçar e, de repente, entregou-lhe, sem mais nem menos, os dois passaportes... A cúpula radical do MFA queria-o fora de Portugal, a todo o custo. Mas, nessa noite, o Casanova e eu fizemo-lo prometer-nos que aguardaria o resultado das eleições anunciadas para Abril. Nunca mais o vi, a não ser em 1976, quando regressou do exílio...

Mas, então...

O 11 de Março foi uma ratoeira muito bem montada. Eu não quis ir para Tancos, mas cumpri aqui em Lisboa o que o general me manda pedir de Tancos. Não saíram as forças de Cavalaria 7, contra os pára-quedistas, unidade onde fui nessa manhã. O marechal foi enganado com a história da “matança da Páscoa”. Puseram à prova o seu pundonor, a sua solidariedade para com os seus amigos. Não sei onde começou a extrema-direita e onde entrou em acção a aliança MFA radical/forças de esquerda radical. Nós, os moderados, nunca desencadearíamos um golpe numa altura em que as eleições – cujos resultados sabíamos ser-nos favoráveis – estavam à porta. Tudo foi feito à nossa revelia. Só poucas horas antes eu soube o que se preparava – certamente muito depois do almirante Rosa Coutinho, por exemplo.

Entretanto, é novamente preso...

E comigo todos aqueles que se distinguiam pela oposição à ala radical do MFA: Bruno, Casanova, Virgílio Varela e outros...

Entretanto, desde Setembro, os “spinolistas” ou “moderados” teriam vindo a organizar a resistência ao sector “radical” do MFA: particularmente com o PS ou exclusivamente?

A resistência contra os radicais era montada com forças dos partidos democráticos mas, muito particular-

mente, com o PS. Viu-se mais tarde a sua força na Fonte Luminosa. E foram os dirigentes do PS Salgado Zenha e Manuel Alegre que afrontaram corajosamente uma “troika” do MFA radical, liderada pelo Vasco Lourenço, quando este sector quis impor a unicidade sindical. Os dirigentes do PS tiveram um papel determinante nessa resistência. Quando estive preso em Caxias, após o 11 de Março, os interrogadores – às ordens do MFA-PC – queriam saber quem eram os dirigentes do PS que visitavam o general Spínola em Massamá, entre Setembro de 1974 e Março de 1975. O PS veio a ganhar as eleições de Abril de 1975, mas, antes disso, para criar o Partido “verdadeiramente” socialista que o almirante Rosa Coutinho anunciava, era necessário decapitar a liderança do PS. Por isso, os inquiridores queriam comprometer o PS no 11 de Março. Bem se esforçaram para tentar prová-lo, bem insistiram nos seus interrogatórios: sem grande êxito.

Entretanto, ia-se organizando também o MDLP. De uma vez por todas, o que era e quem era o MDLP?

Eu estava preso em Caxias. Fui dos últimos a sair. Saí em 31 de Outubro de 1975. Não sei nada do MDLP.

Mas o facto de estar na prisão não o impedia de saber. Qual era a exacta relação, quais os contactos entre o MDLP e a vossa “resistência”? Que queria um e que queria o outro?

É verdade que sei pouco, não acompanhei esses desenvolvimentos. Embora soubesse das pessoas mais “visíveis” que compunham o MDLP: o general Spínola e os que o acompanharam a caminho do exílio. Mas o Vítor Alves, aqui há tempos, disse coisas interessantes para a comunicação social sobre as ligações entre o Conselho da Revolução e o MDLP...

Aproxima-se o Verão Quente. A resistência organiza-se, os Nove preparam o seu documento, pensa-se num governo liderado por Carlos Fabião para substituir o de Vasco Gonçalves. Como conta todas essas peripécias? A relação de forças entre as várias alas; o papel de Costa Gomes, o dos Nove; o de Otelo e da extrema-esquerda, o vosso...

Como lhe disse, eu estava preso, não conheço essas peripécias tão bem como outras. O general Spínola estava no exílio, os “spinolistas” usavam outra capa, já que essa designação era maldita... Também não conheço em pormenor a acção dos Nove...

Alguma coisa há-de conhecer!

Dou-lhe a minha leitura: “Se não puderes vencer os teus inimigos, junta-te a eles.” O PS mobilizara a sociedade civil, a Igreja chefiava a resistência popular. Alguns radicais do MFA, com tantas responsabilidades no processo como os outros, resolveram mudar de campo. O documento puro de salvaguarda da democracia, o único, fora o de Hugo dos Santos. Ora o

Grupo dos Nove – que a ele se opuseram ferozmente – veio copiar-lhe os processos e as intenções, sob a pressão dos acontecimentos. Depois, travaram o 25 de Novembro e negociaram com os golpistas. E, passado algum tempo, voltaram aos seus braços!

A que se refere com essa expressão? Ao facto de o PC se ter mantido no Governo após o 25 de Novembro?

Sim, claro. Mas repare que, para além disso, ao contrário de muitos militares que foram ouvidos em auto e responsabilizados, ninguém pediu nenhuma espécie de contas aos elementos do Partido Comunista, que se apurou que estavam metidos, até ao pescoço, no golpe. Existem nas Forças Armadas documentos comprovativos de que o 25 de Novembro foi um golpe desencadeado pela ala “gonçalvista” do MFA com o total apoio do PC. Quando o golpe estava em perigo de fracassar, o PC negociou com os Nove a sua retirada e os militares mais expostos foram para a prisão... Mas aquela tese dos Nove – segundo a qual se eles próprios não travassem a acção “clarificadora” que poderia estar em marcha, a direita reacçãoária tomaria o poder – é totalmente peregrina...

É?

É! Está mais que provado que não havia, na altura, nenhuma direita organizada em Portugal. O que poderia ter acontecido era as Forças Armadas terem logo, a partir daí, voltado à pureza do 25 de Abril e acabado com o Conselho da Revolução.

É uma ideia fixa da sua parte!

Mas explico-lhe já porque penso assim: a existência do Conselho da Revolução – que os Nove dominavam – e a sua duração até 1982 é uma autêntica vergonha para a democracia portuguesa. Um Conselho da Revolução? Uma excrescência terceiro-mundista na Europa democrática dos anos oitenta? E, em 1982, quando se extinguiu o Conselho da Revolução, os “conselheiros” foram corridos porque as Forças Armadas não os reconheciam como seus... No Exército (o ramo mais actuante), nem um único conselheiro conseguiu regressar a quartéis e manter-se nas suas fileiras. Estão todos na reserva. Não é revelador? Provavelmente, porque eram, afinal, elementos estranhos... Mas o Hugo dos Santos, esse, hoje é general. Veja a diferença... De qualquer maneira, o que penso é que os Nove, se eram verdadeiros democratas, deviam ter extinguido o Conselho a seguir à eleição do Presidente da República, em 1976. Ao manter esse aberrante órgão, desmereceram a minha confiança. Não posso esquecer que tudo isso maculou a pureza do espírito do MFA e até a letra do seu programa.

Que pensa de Otelo hoje?

Otelo foi um militar generoso, foi o folclore romântico da revolução, mas deu cobertura a muitos excessos.

Acabou por não se vergar ao PC, que nunca lhe perdoará. Deixou-se enredar nessa tragédia das FP-25. Mas ele e outros ex-revolucionários – que todos sabem quem são – fazem hoje chorudos negócios nesse pântano de corrupção em que se tornou Luanda.

Entretanto, fez-se a descolonização. Acompanhou algumas negociações logo no início, mas depois foi mero espectador. Que comenta hoje? Foi a “inevitável” ou a “possível”?

A liderança radical do MFA aponta como êxitos da sua acção a célebre política dos três D: descolonizar, desenvolver, democratizar. Tenho, mais uma vez e infelizmente, um parecer antagónico da versão oficial dos textos sagrados do MFA...

Vamos por partes...

Já dei, atrás, a minha opinião sobre a descolonização. Para reforçá-la, apenas acrescento que, em Angola, o Alto Comissário Rosa Coutinho, para impor a descolonização que os radicais do MFA desejavam (e incluem-se aqui os futuros líderes do grupo dos Nove), desenquadrado as forças armadas, preparando a expulsão de Angola de um conjunto de 43 oficiais que eram, naturalmente, os melhores e que mantinham a funcionar a estrutura militar...

Quem eram?

Antes de lhe dizer quem eram, digo-lhe onde estão hoje, para ter uma ideia... Um deles é hoje o chefe do Estado-Maior do Exército, outro, comandante-geral da PSP; outro ainda, é o general director da Arma de Cavalaria, etc. Ou seja, o MFA radical fez a descolonização que quis e que correspondeu aos interesses estratégicos da União Soviética. A salvaguarda dos objectivos permanentes de Portugal e os interesses dos portugueses de África nunca estiveram presentes nas suas preocupações.

Segundo D...

Desenvolvimento: com o beneplácito do MFA radical e pela mão do PCP, destruiu-se a estrutura produtiva do país, insuflou-se o ódio no mundo do trabalho, aniquilaram-se os grandes grupos económicos nacionais. Como resultado, na altura da abertura das fronteiras, devido à nossa integração no espaço económico europeu, os grupos estrangeiros dominam a economia portuguesa e controlam a nossa decrescente produção nacional.

Será que, no terceiro D, a sua visão é menos negra?

A democratização? Contra o jurado no seu Programa, a clique dominante do MFA institucionalizou-se no poder – nesse órgão terceiro-mundista que era o Conselho da Revolução –, que, durante oito anos, ofendeu o povo português, tutelando as suas opções democráticas e humilhando os líderes políticos seus legítimos representantes.

Apesar de tudo, o brigadeiro Monge trabalha hoje no Palácio de Belém, justamente com alguém que foi um desses líderes políticos, e que hoje é Presidente da República...

Como o país sabe, o dr. Mário Soares foi importantíssimo na resistência contra a tentativa de imposição de uma nova ditadura de cariz comunista-militarista. Naturalmente, entender-se-á que eu não queira tecer considerações lisonjeiras para com o Presidente de que sou hoje assessor. Mas os radicais do MFA bem sabiam da sua importância... Por isso o distinguiram na sua senha persecutória, que foi ao ponto de Vasco Gonçalves o mandar ouvir no processo do 11 de Março!

Vinte anos depois, como vê hoje o país?

Como militar no activo, não devo pronunciar-me sobre a situação actual. Nem seria preciso. O essencial é que hoje vivemos em democracia e em liberdade, com a importância das forças radicais que foram aliadas do MFA esquerdizante reduzidas à sua força eleitoral, como deve ser em democracia representativa. As instituições funcionam. Em relação às Forças Armadas, o MFA remanescente lançou a mistificação de que os militares de Abril eram segregados nas Forças Armadas; o que é falso. Alguns líderes do MFA nunca quiseram a integração harmónica do MFA no conjunto das Forças Armadas. Tinham e têm um espírito de seita. Consideravam-se os “donos do 25 de Abril”. Hoje entrincheiraram-se na Associação 25 de Abril e aí vão murchando nostalgicamente.

Os militares de Abril, que se não desperfilaram como militares e que tinham competência, atingiram os mais altos postos. São generais, homens fundamentais do 25 de Abril, como Aurélio Trindade (inspector-geral das Forças Armadas), Hugo dos Santos (ex-comandante da Guarda Fiscal), Almeida Bruno (presidente do Supremo Tribunal Militar), Carlos de Azeredo (chefe da Casa Militar do Presidente da República), Adérito Figueira (até há pouco, comandante da Região Militar Norte), Mateus da Silva, Garcia dos Santos. E os mais novos, como os brigadeiros Garcia Leandro, Mariz Fernandes, Gabriel Teixeira e um magnífico grupo de coronéis – como Morais Silva, Silvério Pimentel, Armando Aparício e tantos outros –, têm abertas as suas perspectivas de carreira, embora saibamos que o número de oficiais generais é hoje muito menor.

Em minha opinião, acabaram por cumprir-se os objectivos do 25 de Abril, porque se voltou, pela acção soberana do povo português nas eleições e com as revisões constitucionais – só com elas foi possível pôr termo ao Conselho da Revolução! –, à pureza do espírito inicial de Abril. Vejo com satisfação e orgulho o Portugal de hoje. No MFA, cruzaram-se e confrontaram-se duas ideias de sociedade: os radicais queriam uma democracia popular ou um regime de socialismo

militarista; os moderados aquilo que hoje temos, um regime democrático, pluralista, moderno. Veja, pois, quem pode hoje dizer que ganhou e sobretudo, que é o “povo quem mais ordena”!

“Portugal está numa fase que anuncia uma profundíssima decadência”

José Miguel Júdice surgia na série de Maria João Avillez sobre o 25 de Abril, da qual seleccionámos oito, como um defensor do Império e da transformação de Portugal num país “africano” com representação na Europa, posição que defendeu antes e depois da revolução.

Maria João Avillez 16/01/1994

Veio de Coimbra e de um meio “rebelde”, tinha um sonho para a África portuguesa que norteou os anos da sua juventude, bateu-se por ele, perdeu.

Viveu os anos do PREC do outro lado da revolução, lutando contra ela, onde podia e com quem podia. Depois, tornou-se um comentador de referência, bebido pela direita e respeitado pela esquerda.

O encontro com Sá Carneiro foi decisivo: para além de seu advogado (conheceram-se assim), foi em certa medida e de certa maneira um seguidor das teses – que ampliava e comentava nos jornais – e da visão do líder da AD.

Entrou para o PSD um ano após a morte de Sá Carneiro. Porque, como ele recorda, “era preciso continuar o projecto de Sá Carneiro numa época difícil”. Nos tempos em que a distrital do PSD estava viva e marcava alguns rumos, foi por duas vezes seu presidente, de uma delas eleito por 96 por cento de votos. Foi em 85 um dos redactores da moção com que Cavaco Silva haveria de vencer o congresso social-democrata da Figueira da Foz e aplaudiu o fundo e a forma como ele entrou na cena política.

Depois, José Miguel Júdice, com a descrição, o critério e o carácter que sempre o hão-de definir, saiu de cena e mergulhou, de corpo e alma, na advocacia.

“Eu um dia se quiser voltar, digo.”

Não tem querido, embora Cavaco Silva – que o ouviu de vez em quando – o tenha já convidado diversas vezes. Mas permanece um dos melhores observadores e comentadores dessa mesma cena política.

Hoje fez um “flash-back” dos anos da revolução e aceitou também, ao longo de muitas horas e “como nunca o fizera até aqui”, falar de si.

Que idade tinha no 25 de Abril?

Tinha 25 anos.

E fazia o quê?

Era assistente de Direito em Coimbra e tentava evitar

o inevitável: lutava com o desespero e a determinação da juventude para que a solução do problema africano não equivalesse à desagregação da unidade política então existente.

Com quem travava esse combate?

Um grupo entre os vinte e os trinta anos. Havia apenas um, mais velho, o Pacheco de Amorim, que era um referencial: um aventureiro, fizera parte da revolta da Mealhada, fora um dos homens que avançara sobre Lisboa para derrubar o Salazar... só que com ele, que era alferes miliciano, apenas avançou mais um outro! Os outros ficaram em casa... Mas estava connosco porque estava próximo do que o nosso grupo defendia para África...

... que era o quê, precisamente?

Achávamos que Portugal era um país colonial porque havia colónias, o que nos distinguia do pensamento dominante à direita, que sustentava que aquilo eram províncias ultramarinas. Entendíamos que a melhor forma de desfazer o poder colonial era através de um processo que chamávamos integração: cada um dos territórios devia tornar-se tão português quanto o era o Portugal europeu. Nesse contexto, achávamos por exemplo que se devia trabalhar e depressa para transferir a capital para Angola. A prazo, a consequência seria Portugal deixar de ser um país europeu para se transformar num país africano com uma espécie de entreposto na Europa. Portugal deveria assim ser uma ponte entre dois mundos, um mais rico, outro mais pobre...

Uma utopia ou uma... possibilidade?

Obviamente uma ideia idealista e impossível na época em que a queríamos concretizar, mas isso não nos importava e lutávamos!

A entrada em cena do 25 de Abril pôs um ponto final no sonho?

Nessa altura alguns de nós – era o meu caso – já achávamos que a única solução para evitar o descalabro

era aproveitar o projecto federalista de Spínola. Isto é, mesmo que o federalismo pudesse ser factor de desagregação – se uma unidade se transforma numa unidade federal a tendência é para a desagregação –, podia porém funcionar como forma de ganhar tempo para um processo de verdadeira unidade. Devido ao desespero de quem tem de se agarrar a qualquer coisa, alguns entenderam – e outros aceitaram – que se devia apoiar Spínola.

Esse apoio nasceu com o 25 de Abril ou começara a esboçar-se antes?

Antes mesmo do 25 de Abril houvera já uma grande reunião onde ficou assente esse apoio ao general e ao projecto federalista. Havia nesse grupo muita gente que estivera com ele na Guiné, e a Guiné era um bom exemplo do que se podia fazer para criar condições para a autodeterminação sem que esta significasse forçosamente independência. Éramos contra ela, achando que deveria haver antes um esforço de guerra que criasse as condições da modificação. É evidente que pensávamos que a forma como a guerra estava a ser feita e os objectivos que aparentemente possuía iriam conduzir a situações que não defendíamos: nem a independência negra, nem tão-pouco a branca...

Que era uma tese que também vigorava na época em alguns sectores...

Sim e fortemente. Achávamos de certa forma que era mais importante não perder a Guiné do que não perder Angola [sorriso], uma forma de idealismo, como é óbvio. Mas o que era fundamental era ganhar tempo para que a alteração da correlação de forças internacional, as próprias modas e o exemplo de alguns rotundos fracassos nas independências africanas, levassem a que a atmosfera política internacional fosse compatível com o conceito da autodeterminação não colonialista. Aliás, nós, nessa altura falávamos sempre no facto de Amílcar Cabral, pouco tempo antes de morrer, dizer basicamente que “se o Presidente da República de Portugal – que era Thomaz, reeleito em 72 – fosse também e efectivamente o Presidente da Guiné, eu não teria inconveniente em ser independente através de Portugal”.

Ele disse isso?

Não sei nem o contexto nem se isto era sentido por ele, sei que correspondia ao nosso conceito. Isto é, era possível que cada um dos territórios fosse independente sem necessidade de se separar e de caminhar para o que entendíamos como desastroso. E a História nesse sentido veio dar-nos razão – independentemente de não estarmos neste momento em época de ver de quem foi a culpa ou que percentagem cabe a cada um dos actores antes e depois do 25 de Abril.

No saldo que faz não desliga então o “antes” do “depois”?

Não. Foi o mesmo pessoal político intermédio que fez

as duas coisas. Aqueles que com idealismo partiram para África com os “Lusíadas” na mão e que tentaram criar aquilo que a minha geração ainda defendia. E que depois, com o mesmo idealismo e os mesmos erros – ou diferentes mas de consequências semelhantes –, tentaram desculpabilizar-se de algo em que não tinham só culpas e criar aquele conceito absurdo, idiota até, de que o MFA era um movimento de libertação: iria fazer aqui o que os movimentos de libertação haviam feito em África... Logo, uma lógica de fuga à realidade, autista. Hoje sou capaz de reconhecer que a minha geração também a tinha, mas é muito mais saudável – e natural – ser autista com 20 anos do que com 40!

Que geração era a sua? Como classifica a família ideológica que a envolvia e inspirava?

Bem, era confuso. Éramos uma geração muito anarquista. Cada um ia ao supermercado e abastecia-se daquilo que gostava...

E você, abastecia-se de quê?

Em primeiro lugar, como já referi, o que eu queria era a transformação de Portugal num país africano. Mas defendia aquilo a que chamávamos socialização, segundo a qual as empresas deveriam ser geridas pelos trabalhadores e o capital remunerado como se fosse um empréstimo, devendo a rentabilidade do negócio ficar para o colectivo desses trabalhadores... Não lhe chamávamos autogestão, porque isso era o que lhe chamava a esquerda! Nem todos me acompanhavam neste radicalismo, mas era o que eu defendia. Cheguei também a escrever que a terra deveria ser nacionalizada e entregue – sem indemnização! – aos trabalhadores e que a banca deveria também ser nacionalizada...

Bem, então o que o separava da esquerda?

A questão africana! Por causa do conceito pluricontinental, o inimigo principal era a esquerda. E discordando ou não da totalidade das coisas que algumas pessoas pensavam, eu fazia alianças com todos os que em relação a essa questão não queriam o abandono, a derrocada militar e as independências. Depois, haveria tempo para se pensar no resto... Mas isto era assim um microcosmos conimbricense de pessoas que andavam à procura de algo que nem sabiam bem o que era... E este universo ideológico era fruto da época também: a esquerda era ideológica e culturalmente tão dominante que, sem querer, nós éramos de esquerda. Tal como hoje, em que a direita é de tal forma dominante que a esquerda, sem se dar conta, é de direita... Veja que hoje a esquerda bem-pensante defende ideias e soluções liberais que, no meu tempo, nem a direita defendia! As atmosferas culturais fazem com que as pessoas, sem querer, sejam mais a sua época que as suas ideias. Nós éramos assim uma época de esquerda pensando que não e com a convicção de estarmos a ser muito diferentes...

Manifestou muito cedo preocupações intelectuais, cívicas, políticas. Elas despertaram onde? Em casa?

Em casa, fundamentalmente por causa do meu pai. Ele tinha sido militante comunista, tinha abandonado o partido, convertera-se ao catolicismo e morreu pouco depois. Vivi assim numa atmosfera em que o problema comunista era muito pessoalizado. E bebi de tal forma essa questão que, se o meu pai fosse vivo, poderia ter feito de mim um comunista. Estando ele morto, obviamente que ao querer continuá-lo pretendi sempre ultrapassar o comunismo. Fui anticomunista mesmo antes de saber o que era comunismo. E nessa medida fui também contra a esquerda mesmo antes de a questão se colocar.

Falou há pouco do microcosmos conimbricense. O facto de a sua raiz estar em Coimbra determinou alguma coisa? Isto é, nunca foi um lisboeta?

Determinou muita coisa: estávamos por um lado imunes às tentações, por outro deslocados da realidade. O poder não nos chamava, não conhecíamos pessoas importantes ou com peso. E estávamos suficientemente longe para ninguém ser tentado a apadrinhar-nos. Éramos muito independentes das direitas da época. E, como estávamos fora dos jogos de poder de Lisboa, talvez mais puros. Mas também mais autistas: em Lisboa era mais difícil defender as coisas “surrealistas” que queríamos... Mas Coimbra era uma sociedade juvenil, foi até talvez o único sítio onde, em termos urbanos, o Maio de 68 se instalou.

Como assim?

Porque embora estivéssemos contra os seus herdeiros e contra os seus representantes locais, de certa forma vivíamos como eles: em bando, em grupos, influenciados pela atmosfera cultural reinante na qual estávamos totalmente imersos. O que também nos fazia ser mais propícios ao trabalho intelectual e à reflexão e menos activistas, menos preocupados com o dia seguinte. Nunca tínhamos necessidade de intervir na realidade a curto prazo.

E havia uma certa tradição de rebeldia também...

Muita. Em Lisboa, um jovem formava-se e preparava-se para ir ganhar a vida. Nós, não: eu acabei de me formar, fui para assistente da Faculdade de Direito e acabei a vender livros numa cooperativa por militantismo! [ri]. Demorámos mais tempo a sair da adolescência... Em Lisboa, os estímulos são outros, há as empresas, os convites para trabalhar, etc. Ninguém se lembrava de nos ir lá convidar para nada, vivíamos “por ali”, numa certa boémia que prolongava os sonhos juvenis...

Quem eram as referências ou os autores que os inspiravam?

Até tínhamos a ilusão de que não precisávamos disso!... Estávamos em ruptura com a geração que nos antecederia – mais autoritária, influenciada pelo pensamento criptofascista. Mas à direita a minha geração foi a primeira que se dedicou a sério à sociologia, que olhou para o marxismo não como se fosse um demónio – eu próprio estudei bastante o marxismo nessa época. Os nossos autores? Diversificados e variados... José António Primo de Rivera, que não era um autor mas que produzira muita coisa, fiz – e publiquei, aliás – uma antologia de textos dele. Havia também um homem que veio a desaparecer da História, o ministro das Finanças da Primavera de Praga, Ota Sick, que escreveu “La troisième voie”, que muito me marcou. O Wilfredo Pareto, um sociólogo do final do século ou princípios deste que estive em ruptura com Marx e que defendia teses que estiveram na origem intelectual dos radicais de direita, italianos, por exemplo. Ortega y Gasset influenciou-me também, como aliás o Edgar Faure, um radical socialista que depois foi gaullista. Houve ainda toda a lógica dos chamados “danados”, isto é, dos que em cada momento estavam em ruptura com os movimentos de que faziam parte e de que um Ugo Spirito em Itália é um bom exemplo. Enfim, um cacharote onde havia grandes inspirações... O Jaime Cortesão era importantíssimo por causa da questão africana, o livro de Franco Nogueira “As Crises e os Homens” foi também determinante, como o foi a leitura do Sérgio. Mas a nível português não houve muito mais.

Como partiu para a realidade aberta pela revolução do 25 de Abril? Com que pé e com que sentimento?

Já estávamos a trabalhar politicamente para tentar impedir o que nos parecia difícil, mas... nessa altura aquele grupo de que lhe falara e que já se reunia antes alargou-se um pouco mais. Coimbra era uma zona politicamente isolada, naquele tempo as nossas ligações a Lisboa eram apenas a um grupo chamado “Círculo de Estudos Ultramarinos” – que sobre África tinha posições semelhantes às nossas – e aos monárquicos de Barrilaro Ruas. Depois, vimo-nos obrigados a trabalhar a um nível mais nacional e a organizarmo-nos noutra perspectiva.

E organizaram-se?

Houve dois grupos que se separaram: uns entendiam, como eu, que se deveria apoiar Spínola para tentar salvar o que era possível e criaram o Movimento Federalista Português, com o objectivo de criar uma federação entre Portugal e os vários territórios africanos. Outros, considerando que Spínola não era apoiável – ou porque não era credível, ou porque era traidor, etc. –, embora mantendo uma boa relação pessoal e até de solidariedade geracional connosco, nunca en-

traram no nosso Movimento.

Já vivia em Lisboa?

Comecei por ir para o Porto, montar o Movimento. Vivi lá dois, três meses, a montar estruturas, a criar delegações... sempre numa semiclandestinidade...

Porquê numa semiclandestinidade?

Porque havia a ideia de que éramos vigiados e veio a provar-se que havia uma vigilância muito intensa. Depois mudei-me para Lisboa, onde vim chefiar a organização socioprofissional do Movimento Federalista Português, que depois viria a transformar-se – após o célebre discurso de Spínola em 27 de Julho de 74 – em Partido do Progresso. Era uma tentativa desesperada de manter coisas... À medida que umas coisas iam morrendo, agarrávamo-nos a outras...

Para vocês foi um golpe mortal esse discurso do general Spínola? O fim da ilusão?

Foi terrível ouvi-lo dizer que a independência é o caminho natural da autodeterminação. Não abandonei pura e simplesmente nessa altura a actividade política por solidariedade para com as pessoas com quem estava. Mas a razão essencial da nossa luta perdeu todo o sentido e isso fez com que me tivesse afastado da luta política, embora não da luta pelo país. E depois, no 28 de Setembro, fui preso...

Porquê?

Porque havia aquela história da manifestação da maioria silenciosa com a qual estávamos de resto em desacordo, considerámo-la um erro absoluto. Mas quem estava connosco achava que não havia alternativa senão apoiar Spínola e, assim, entendemos que não valia a pena ter razão. Fui a Coimbra convencer as pessoas que não queriam aderir a vir para Lisboa, o Pacheco de Amorim foi para o Porto fazer o mesmo. E, obviamente, fomos para a chacina, visto tudo aquilo ser um disparate. Estive três meses em Caxias. Fui solto e no 11 de Março voltei a ser preso, embora nada tivesse a ver obviamente com tudo o que ocorreu. Em Agosto fui demitido da função pública e em vez de ir para o Brasil como era suposto, fui para Espanha trabalhar no departamento político do MDLP, tentando salvar o que era possível ser salvo.

O que era o MDLP? Exactamente?

Na altura, um movimento político chefiado por Spínola, o Movimento Democrático de Libertação de Portugal. Era uma tentativa de criar condições para resistir ao hipotético golpe comunista que se dizia que ira ser desencadeado. Digamos que era uma força de resistência popular.

Financiada por quem?

Havia quem tratasse disso, não era o meu pelouro...

... mas o dinheiro aparecia?

Sim, embora o meu ordenado me permitisse comer e dormir mais ou menos por caridade... Eu vivia numa

Casa de Santa Zita em Espanha, pagando uma renda baixíssima. No fundo, vegetávamos...

Mas acreditava naquilo que fazia, havia uma fé ou tratava-se de um mal menor?

Quando se vê tudo a soçobrar, os pessimistas desistem, os optimistas agarram-se ao que têm...

... mas você está longe de ser um optimista!

... as dificuldades estimulam-me!

Isso é diferente de ser um optimista...

Eu achava possível evitar que o comunismo tomasse conta de Portugal – e o comunismo para mim era uma coisa complicada... Portanto, fiquei ali no meu terreno a fazer na minha trincheira o combate que podia fazer. Era sobretudo um trabalho intelectual, de elaboração de estudos.

Por exemplo?

Fizemos um projecto de Constituição, um esquema de Organização Administrativa do país...

Fizemos... quem?

Não devo ser eu a revelar esses nomes, eles um dia o dirão se assim o entenderem. Houve muita gente que foi do MDLP e que não o afirmou, não o revelou, porque julgou melhor assim... Mas nada tem de vergonhoso, algumas dessas pessoas correram até grandes riscos em Portugal ao fazerem esses trabalhos teóricos.

Também havia os trabalhos práticos, como por exemplo os incêndios das sedes comunistas...

Penso que isso não foi o que se chama organizado, foi algo que rebentou. Aliás eu fui para Espanha já na fase final desse processo, no final de 75, e havia estudos teóricos sobre a política de alianças, sobre se houvesse um golpe de Estado como é que deveria reagir, como se organizaria o regime transitório, etc.

Quem eram, nos partidos políticos vigentes, os interlocutores do MDLP?

Eu não fazia parte da direcção do Movimento, estava num gabinete a trabalhar, mas sei que havia essas conversas, o MDLP estava em contacto permanente com outras forças e há pessoas que hoje são aí importantes...

O que o fez voltar? E quando voltou?

Em Fevereiro de 76. Os perigos do marxismo estavam ultrapassados, não era provável a necessidade de um combate que fosse mais do que meramente político. E ficar a salvar a pátria no exílio não valia a pena...

Na sua perspectiva, quem acabou com esses perigos? Hoje, olhando estes vinte anos... Os militares, o Grupo dos Nove, o dr. Soares? Tudo junto?

Vários factores. Em primeiro lugar, foi a extrema-esquerda e o seu radicalismo que desencadeou o 25 de Novembro, o Partido Comunista foi a reboque, é um partido conservador, não corre riscos. Foi a reboque para não perder as bases.

Também foi a reboque do 25 de Abril?

Foi a reboque dos militares do 25 de Abril, foi a reboque dos militares do 11 de Março e depois foi atrás da extrema-esquerda no 25 de Novembro. Das duas primeiras vezes, ganhou, da terceira perdeu. Ganhou porque engoliu o 25 de Abril horas depois, como veio a engolir o 11 de Março. Queria engolir a extrema-esquerda, mas como esta perdeu, o PC perdeu alguma coisa. Não perdeu tudo porque recuou no último minuto e porque foi apoiado e “salvo” pelo célebre discurso de Melo Antunes quando ele disse que o PC era essencial à revolução portuguesa.

Qual foi a sua “leitura” desse discurso?

Foi o discurso de um homem pragmático. Melo Antunes sabia que o seu poder se baseava na existência de uma balança: sem o PC esse equilíbrio far-se-ia mais à direita; com um PC forte, o equilíbrio far-se-ia entre o PS e o PC, isto é, far-se-ia onde ele, Melo Antunes, estava. Se houvesse um PC forte, ele era o cerne desse poder, se não houvesse ele seria a extremidade do poder. E obviamente Melo Antunes entendia – e aí é o lado idealista – que tinha as melhores ideias para o país e, como é normal, gostava de ser poder. Assim, para ele, era essencial um PC controlado, controlável, não revolucionário e com peso na sociedade portuguesa. Por outro lado, um partido comunista integra e disciplina a anarquia social. E nessa medida era mais fácil negociar com o dr. Álvaro Cunhal do que negociar com os FUP, os SUV, etc.

Mas havia, disse há pouco, uma segunda causa do 25 de Novembro...

Sim, foram os militares da extrema-esquerda – ou os próximos do PC – que de facto tinham um sonho revolucionário e se deixaram envolver no radicalismo do poder popular. Terceira causa da derrota dessas forças de extrema-esquerda e de esquerda: o papel da Igreja Católica. Goste-se ou não, quem fez a resistência popular não foi nenhum partido, nem o MDLP, foi a Igreja.

Mas em articulação com...

... com toda a gente, claro, como é óbvio! Mas a única força com capacidade de mobilização real, de tocar a rebate e de as populações acorrerem, era a Igreja. Mas há um quarto factor: a luta de Mário Soares e de Sá Carneiro para resistir a uma onda em que não era óbvio que se pudesse resistir. E depois há ainda os bombeiros que deitaram fogo à seara e que portanto, estando mais perto do fogo, puderam ser os primeiros a deitar água..

Quem são esses bombeiros?

Estou a falar sobretudo do Grupo dos Nove que, de uma forma geral, esteve ligado ao processo de radicalização da revolução: radicalizaram em Julho levando Spínola a uma certa direcção; radicalizaram no 11 de Março porque se alguns estavam contra as naciona-

lizações, nenhum esteve contra elas no dia seguinte; foram eles que puseram na cadeia algumas pessoas para levar a decisões que se não fossem tomadas essas pessoas não seriam libertadas...

O que é que isso quer dizer?

É por exemplo o caso do director do “Jornal de Comércio”, que esteve preso comigo e cuja história conheço muito bem. Como conheço outras. Foram portanto homens que andaram na borda do poder comunista e depois ficaram na borda do poder anticomunista... Isto é, saltaram de um lado para o outro, uns por idealismo, outros por oportunismo. Mas indubitavelmente não foram eles que salvaram o país do comunismo. Quem salvou o país do comunismo foram aqueles que não tiveram ilusões sobre o comunismo, ao passo que eles tiveram-nas: namoraram excessivamente com o PC para poder exigir os louros que não lhes são devidos...

E entretanto, passados que foram esses tempos quentes, deixa a política e começa a escrever para jornais... É logo um cronista lido – e respeitado – à direita e à esquerda...

Afastei-me em 76 quando regresssei e comecei então a escrever. Ao princípio mais para sobreviver, para ganhar a vida. Depois, porque fui achando graça à intervenção política...

E em 78 faz uma aproximação a Sá Carneiro, embora sem nunca ser tentado pelo partido dele...

Nessa altura, quando ele estava na oposição, eu era talvez a única pessoa – ou das raras – que nos jornais o apoiava em comentários políticos regulares

O que foi o detonador dessa aproximação?

Vi nele a capacidade de fazer uma coisa que eu tentara ver em Eanes. Isto é, eu pensava que após uma ruptura revolucionária é determinante uma normalização que provoque a alteração da confusão revolucionária sem perda de tempo. Voltar a pôr o país numa rota de normalidade. Isso exige um homem ou um grupo de pessoas com uma concepção muito forte da autoridade e uma indiscutível democraticidade. Aquilo a que chamo cesarismo democrático. Um homem capaz de fazer alterações em legislação já feita, mas que se revela afinal inadequada ao país, correndo todos os riscos com as oposições. Foi o que Eanes nunca fez e Sá Carneiro, em 80, foi fazer.

Acreditou então que Eanes faria isso...

Sim, apoiei-o e votei nele, mas cedo percebi que ele era o gestor de uma derrapagem e não o criador de um novo estado de coisas. Nunca conseguiu pôr em causa o essencial do modelo ideológico ou jurídico que estava na Constituição e que atrasou o país 15 anos. Rompi com ele por causa disso. Em 78 comecei a apoiar Sá Carneiro e de uma forma que ainda hoje não é conhecida, estive na estratégia do seu regresso ao PSD e à cena. Em 80 fui, com Casqueiro, o único convidado a

ingressar nas listas do PSD como independente, mas recusei, não queria voltar à política.

O que viu em Sá Carneiro?

A concretização ideológica de Sá Carneiro correspondia ao que eu pensava ser naquele momento o mais adequado. Eu tivera uma fase muito idealista e revolucionária antes do 25 de Abril. Compreendi depois que as várias coisas que eu defendera – nacionalizações, reforma agrária, etc. – eram irrealistas e estavam erradas. Em relação à questão africana, não pude ter a prova, porque fizeram outro erro que não era o meu. Uma vez, antes de Abril de 74, eu dissera ao Mota Pinto, então meu professor, que se acreditasse que a solução para Portugal era o reformismo, seria social-democrata, como ele já o era, não o foi apenas pós-25 de Abril. Mas quando percebi, anos depois, que me enganara, fiz um processo ideológico e evolutivo para uma ideologia geral – cujas linhas exprimi num texto que vim a publicar em livro sobre o pensamento de Sá Carneiro. Isto é, uma solução reformista para a criação de soluções de justiça social, que era afinal o grande objectivo que me movia depois de a questão africana e de a questão nacional terem perdido a possibilidade de se concretizarem como eu teria gostado.

Quando perdeu esse combate guardou ressentimento a Spínola?

Não. Ele foi muito mais patriota do que muitos dos que, batendo no peito, o consideraram um traidor. Porque foi capaz de perceber que era necessária outra solução para evitar o descalabro do então Portugal pluricontinental. Bateu-se por isso, tentou na Guiné uma solução para uma nova fórmula de encarar a relação entre Portugal e os nossos territórios. E arriscou. Cometeu erros, pagou por eles. São mais responsáveis os que se fixaram numa solução e persistiram em manter uma relação de tipo colonial do que aqueles que mal ou bem tentaram superá-la.

Como analisa o nosso tipo de colonialismo?

Acho que se fizeram coisas magníficas em Angola, em Moçambique...

... por exemplo?

A erradicação de doenças endémicas, um aumento de investimento público descomunal; a criação do começo de uma classe média autóctone com poder económico próprio; um conjunto de realizações humanas e técnicas – barragens, estradas, etc. Mas nessa altura eu tinha vinte anos e era mais radical... E como já lhe disse, na descolonização a culpa foi de toda a gente. Excepto daqueles – e eu não fui desses, posso prestar-lhes a minha homenagem – que, com generosidade, foram para a guerra e lhe deram três ou quatro anos do melhor da sua vida para manter algo com o qual ninguém soube fazer nada a seguir... Ninguém tem o direito de atirar uma pedra: talvez se eu e a minha ge-

ração, em lugar de lutarmos pelo inviável, tivéssemos sido um factor de moderação para quem queria uma descolonização acelerada, a nossa utilidade histórica tivesse porventura sido um pouco maior... Mas também acrescento que se Angola ou Moçambique estão como estão, a culpa dos que lá ficaram é maior que a nossa: é dos angolanos e dos moçambicanos. Mas se não devemos ter vergonha das culpas, devemos sim estar disponíveis para colaborar com quem lá está a sofrer.

Voltando a Portugal: Sá Carneiro seduziu-o. Nunca olhou, um quarto de hora que fosse, para o CDS, para onde tinham ido alguns bons amigos seus?

Sá Carneiro era demasiado determinante. Mas para além disso eu entendia que era importante um federador à direita. A única forma de o país não ser governado à esquerda era alguém organizar as direitas que havia...

... que eram?

... a bonapartista – claramente a do PPD na altura, dos self-made-men, dos que tinham sentido de autoridade; a conservadora – para os que desde o antigo regime permaneciam órfãos, gente de qualidade e seriedade, gente que amava o seu país; e a liberal, a direita orleanista, mais burguesa, mais acomodada e conciliadora. Ora eu, apoiando Sá Carneiro, sabia que estava também a apoiar um projecto estratégico. Lembro-me muito bem, por exemplo, de quando escrevi um artigo onde pela primeira vez defendi o conceito de bipolarização – que Sá Carneiro leu com muita curiosidade – liderada à direita pelo PSD e à esquerda pelo PS. Criei assim algum escândalo quando, ao entrar para o PSD, disse que o fazia porque o PSD estava mais à direita. Na altura, havia ainda quem lá defendesse o socialismo. Para lhe responder: o PSD deveria liderar o bloco de direita, sem cedências ideológicas e com capacidade federadora.

Então rejubilou com a AD, que consubstanciava tudo isso?

Antes de eu aderir ao PSD – o que fiz um ano após a morte de Sá Carneiro –, eu dizia-me militante da AD. E foi assim que trabalhei com Sá Carneiro.

Conheceu-o de perto?

Fui advogado dele num processo complicado, um conflito com “o diário” por causa de uma dívida. O meu colega e sócio António Maria Pereira e eu fomos os advogados. Ora nessas reuniões de trabalho a conversa extravasava muitas vezes para a política. Era... um homem determinado, de grande convicção. Muito sensível aos conflitos, tinha uma imensa capacidade de captar onde estavam os aliados, os adversários, os inimigos. Nunca esquecia a regra fundamental dos conflitos que é não esquecer a sua base de apoio. Nisso, nunca falhou. Tinha um grande sentido de autoridade.

de e não gostava de discrepâncias. Um dia, discordei num artigo de uma sua posição, apoiando a posição de outro dirigente da AD.

“Bom, já vejo onde está o seu coração”, disse-me ele, como que zangado... Não houve problema, mas gostava que as pessoas o apoiassem. Ou seja, não lhe era indiferente que elas o não apoiassem... Mas eu não gostaria, agora que toda a gente descobre que foi íntima dele, dizer que o fui. Não fui, tivemos sempre contactos formais, mas como a política nos apaixonava aos dois, falávamos alguma coisa.

Que lhe disse ele sobre Soares Carneiro, por exemplo?

Sá Carneiro achava que corríamos de facto o risco de virmos a ser “vermelhos”, e nesse sentido muito da sua estratégia se baseou nesse pressuposto. E uma das razões porque Sá Carneiro lhe dava o seu apoio era porque, como ele dizia, se houvesse uma greve geral, uma insurreição, quem estivesse em Belém o apoiaria em vez de o boicotar... Segundo ele, o que estava em jogo era uma civilização e não meramente um governo. Estava convencido – como muitos, aliás – de que os comunistas eram muito mais perigosos do que depois se percebeu que eram.

Voltou a dedicar-se à política em 83. Porquê?

Porque o projecto de Sá Carneiro estava a ser desrespeitado em termos estratégicos. Isto é, em vez de o PSD ficar na oposição – dando embora o apoio necessário ao PS que o país exigia – com a máscara do interesse nacional não largou as cadeiras do poder. Voltei ao combate político na oposição interna a essa solução.

E é aí que vê com bons olhos a entrada de Cavaco Silva em cena?

Sem dúvida, congratulei-me, apoiei. Eu fazia parte da Nova Esperança. No Congresso da Figueira da Foz, Cavaco chegou para ganhar, mas não tinha uma moção. Com mais umas pessoas fizemos essa moção redigida em função do seu discurso. Ela acabou por ser o projecto político com base no qual se apresentou aos militantes. E depois ganhou, porque foi capaz num momento de imensa confusão mostrar que sabia o que queria. E é evidente que a maioria ali não queria apoiar Freitas do Amaral, ideia que era já a de Cavaco, porque as eleições presidenciais o preocupavam muito. Foi portanto Cavaco Silva que num estilo “sá-carneirista” foi dizer aos militantes exactamente o contrário do que eles queriam ouvir. E com isso conquistou-os profundamente. Foi um magnífico momento dele, sem dúvida.

Foi o homem dessa circunstância, portanto. Continua a ser hoje o homem desta circunstância?

Continua a ser – como diria Churchill da democracia – o menos mau de todos os seus rivais nos outros partidos, o menos mau dos seus aliados no PSD. E me-

lhor, também, do que os seus adversários do PSD... É quem, nesta conjuntura, possui melhores condições para a função que ocupa. O que não quer dizer que seja perfeito. E se nunca fui “cavaquista” não é agora que o serei.

Que político é ele, na sua opinião?

Não é um político por paixão, não o é por instinto, não o é por emoção, é um político por profissão, por eficiência, e nesse sentido não corre riscos. É um bom gestor de uma empresa em velocidade de cruzeiro e não o melhor para fazer a mudança de uma empresa que está na falência e tem que voltar a ser boa. Melhor com as adversidades, com as dificuldades, como todos os verdadeiros profissionais, porque isso lhe dá uma capacidade de reacção que compensa o que lhe falta em instinto político. Como profissional, reage ao desafio, mede bem prós e contras, age com rigor. É mais equilibrado que Sá Carneiro, mais moderado nesse sentido, mais tranquilo, menos capaz de cometer erros de juízo, mas muito menos capaz de descobrir grandes soluções. Gere conjunturas de crise mas não de grande crise.

Para terminar: falámos longamente destes vinte anos. Como olha hoje aquilo em que Portugal se transformou? O que éramos, o que somos?

Dentro e fora de Portugal, estes vinte ou trinta anos foram fascinantes. Desapareceu a bipolarização, há guerras onde se julgava que haveria a paz e paz onde se esperava encontrar a guerra. Nos últimos anos, vive-se coisas que fazem lembrar o século XVII, o XVIII, o XIX e até coisas... deste século! A cena internacional está tão perigosa quanto fascinante. Em Portugal passou-se de um período em que se sonhava que tudo era possível – o sonho dos revolucionários de Abril é o sonho que eles próprios tinham, nos anos sessenta, quando foram para África tentar criar um novo Portugal, influenciados pelo Jean Larteguy – para um período em que temos que viver com as nossas realidades. É difícil, porque Portugal perdeu todas as condições de independência que não seja um conjunto articulado de interdependências. Os centros de poder económico estão cada vez mais a sair de Portugal, o país está cada vez mais periférico. Somos uma zona a viver de subsídios, apoios, transferências, que mantêm um certo nível de vida mas que matam a capacidade de auto-afirmação histórica. No fundo, Portugal está a tentar encontrar uma razão de ser num mundo que lhe não é favorável, que lhe é mesmo hostil. E, sobretudo neste momento, está tudo a acontecer nos laboratórios onde há investigação, que nós não temos; está tudo a ocorrer com base em níveis educacionais, que nós não temos; tudo se passa em centralidades onde há a cultura, os investimentos, as empresas de serviços, etc., etc., que nós também não temos. Portugal está

portanto numa fase que anuncia uma profundíssima decadência e eu, francamente, não sinto – e isso preocupa-me muitíssimo – que haja nas elites qualquer sentido das gravíssimas tarefas que a nossa sobrevivência nos vai exigindo...

Porventura porque há a tendência de se achar sempre que a culpa vai sendo exclusivamente dos governos...

Claro. Mas é muito mais fundo do que isso. Não basta falar dos oito séculos de História... Pertencer à CE pode ser uma alternativa para um projecto nacional, mas é preciso saber qual é a nossa vantagem dessa pertença. A sensação que tenho é que as elites vivem egoisticamente o dia-a-dia, pelo seu prazer, sem sentido das responsabilidades. Se não nos adaptarmos, de forma criativa, aos novos desafios – para os quais nunca estivemos preparados –, o que virá aí não será a catástrofe anunciada pelo Eça, mas será a perda da felicidade – também é por isso que aqui estamos não é? – e da autonomia. Vivemos sempre no sonho do império que há-de vir, mas agora a realidade é o império que veio... Isto é, deixámos de ser o centro de um império para sermos a periferia de outro.

Ainda você dizia há pouco que era um optimista...

E sou: Portugal não vai desaparecer do mapa... É possível lutar contra esse anúncio da decadência. E aprender a fazer o que os descobridores fizeram como ninguém: navegar com o vento pela frente. Ir na direcção do vento, contra o vento. Isto, que foi o segredo das Descobertas, é o segredo das novas descobertas que temos de fazer.

Inventar de novo a vela latina?

Essa é a questão. A única.

“O problema histórico português é o de um Estado prepotente”

Quis juntar Mário Soares e Sá Carneiro e através deles o PS e o PSD para fazer uma aliança de regime e para que o pedido de adesão à CEE corresse bem. Mas o projecto falhou. Victor Cunha Rego, um dos entrevistados da série sobre o 25 de Abril de Maria João Avillez, publicadas entre Janeiro e Abril de 1994, morreu em 2000.

Maria João Avillez 23/01/1994

Viveu muitas vidas em muitos lugares. Fez muitas coisas, acreditou em todas. Ao fim de um exílio de dezoito anos, voltou em 74. Cinco dias após o 25 de Abril, “percebeu que estava tudo perdido”. Por isso, no PS e ao lado de Mário Soares, lutou, mesmo quando os combates eram desiguais. Passou por Madrid como embaixador, o PS portou-se mal para com ele, demitiu-se, abandonou Madrid e de caminho a família socialista. As ideias de Sá Carneiro seduziram-no porque iam ao encontro daquilo que desde 74 fora – ainda é – o seu combate essencial. Hoje, passados alguns anos de distância e silêncio, voltou para junto de Mário Soares, talvez porque é esse afinal o lugar que lhe é próprio. Mas sempre, sem nenhuma espécie de ilusão sobre coisa nenhuma. Le Carré não faria melhor. Um personagem.

Esteve muitos anos exilado no Brasil. Que contactos tinha e com que oposição em Portugal?

Com a oposição que havia. Desde que saí, em 57, houve um período de unidade oposicionista. Unidade cimentada pela candidatura de Humberto Delgado que uniu o Partido Comunista, a resistência republicana e socialista – a origem do futuro PS – e alguns grupos como o MAR – o Movimento de Acção Revolucionária – e outros grupos revolucionários de esquerda, onde conhecia muitos dos seus participantes.

Quando voltou para Portugal?

Poucos dias antes do 25 de Abril. Finalmente, o Governo português, que sempre me negara o passaporte, deu-me um, o que me permitiu voltar. E como aconteceu já o golpe das Caldas – onde tinha alguns amigos –, foi-me dito por eles que a situação estava no fim, que o regime ia cair... Arrisquei voltar – pelo menos já não seria preso –, tinham passado 18 anos.

O que disse a si próprio no dia 25 de Abril? Como olhou para as coisas?

Não disse grande coisa, a situação era ainda muito fluida... Ao fim de 18 anos não consegui logo estabelecer as ligações políticas e pessoais em 24 horas... Só tive uma percepção mais exacta no dia 1 de Maio de 74.

A percepção de quê?

De um tremendo equívoco. Especialmente nas classes médias portuguesas e na burguesia. Tive a percepção de que o Partido Comunista tudo faria para tomar conta do poder. E que não só a oposição liderada pelo PS como os sectores mais liberais dessa mesma oposição estavam a ser empurrados para uma situação muito difícil, especialmente em termos da formação da Junta de Salvação Nacional e sobretudo do primeiro grande problema que teriam de enfrentar, que era a descolonização.

Na formação da Junta de Salvação Nacional o que o afligiu?

A sua composição, que traduzia um compromisso que, por exemplo, Melo Antunes pode julgar que lhe era desfavorável mas que eu considerava ser uma cedência grave dos militares mais moderados. E que num momento posterior inevitável de ruptura não estariam coesos como estava o outro lado.

Nesse estado de coisas, você fez o quê, virou-se para quem?

Sempre estivera ligado ao movimento que levou à formação do PS e ao dr. Mário Soares, na decorrência desse percurso. Afastara-me da política militante no exílio em 68, 69, por considerar que o PC tinha um papel tão preponderante que eu não estava disposto a colaborar. E logo a seguir ao 25 de Abril percebi que a única força que se poderia opor aos comunistas não estava à direita, estava à esquerda, ou seja, era o dr. Mário Soares e o PS. Eu já lá estava, mas assumi então posições de direcção no Partido durante alguns meses, exactamente com esse objectivo: estar no lugar onde eu considerava que poderia de alguma maneira opor-me com mais eficácia ao rumo das coisas.

O facto de ter tido responsabilidades na direcção socialista e de trabalhar com o dr. Soares levou-o a acompanhar de perto as primeiras negociações com vista à descolonização?

Eu era chefe de gabinete do dr. Soares nas Necessidades, sendo ele ministro dos Negócios Estrangeiros. Os problemas eram muitos e foi evidente desde o princípio que o dr. Mário Soares foi empurrado para tratar de

assuntos ligados à descolonização com uma expressão relativamente menos importante do que outras...

Explique melhor...

Eu explico melhor: ao dr. Soares foi reservada a descolonização de Cabo Verde, da Guiné, e de S.Tomé e depois, por ser ministro dos Estrangeiros, as forças do MFA que controlavam a descolonização – e em particular, Melo Antunes – foram obrigadas a também não poder prescindir do dr. Soares para Angola e Moçambique. Mas numa primeira fase foi nítida a sua marginalização.

Mas nem ele nem você – que estava junto dele – tiveram a consciência disso? Não se procurou inverter essa situação?

Eu nunca troquei uma palavra sobre a descolonização com o dr. Soares, a não ser o facto de o ter alertado para o rumo que as coisas tomavam em termos de alguns domínios portugueses que estavam a ser sacrificados – mesmo ao nível do Estado – nesse processo de descolonização. É minha convicção que o dr. Soares não se queria comprometer com o processo de descolonização de Angola e Moçambique.

Porquê, se falava na necessidade dessa descolonização?

Porque ele não controlava de maneira nenhuma esse processo, que foi dominado pelo major Melo Antunes por um lado e pelo Partido Comunista pelo outro. Estou convencido de que Melo Antunes não era membro do PC: se o fosse não teria tido o papel de destaque que teve... Só um homem que não faz parte do aparelho de um partido pode ter esse papel de relevo. Porque, tirando o major Melo Antunes, foram escassas as figuras de relevo na descolonização...

... por exemplo?

Por exemplo, o almirante Rosa Coutinho, que teve um papel pontual, curto, porque era do Partido Comunista... Ora o facto de Melo Antunes ter sido sempre um mentor e um executor dessa descolonização leva-me a crer que ele não pertencia ao partido. Para voltar ao dr. Soares: a sua marginalização era evidente.

Insisto: não poderia ter sido diferente?

Só poderia se ele tivesse querido romper com o Governo de que ele próprio fazia parte e com o MFA.

Tratou-se de uma espécie de opção? Uma escolha entre duas “dificuldades”?

Tratou-se de escolher entre uma aliança com o MFA – e de certa forma não conduzindo assim o processo de descolonização – ou romper com o MFA logo desde o início – como foi o caso de Sá Carneiro –, mas isso conduziria o dr. Soares a tirar o PS do Governo ou, pelo menos, a ter de sair ele próprio. E a perder toda a influência e interferência na política interna.

E então você não falava com o dr. Soares da descolonização? Nem do major Melo Antunes? Sendo

o seu mais próximo colaborador, custa um pouco a crer...

Dou-lhe a minha palavra de honra e garanto-lhe que nunca falei com o dr. Soares sobre o major Melo Antunes em termos da descolonização! Troquei várias impressões com ele sobre Melo Antunes em relação à política interna, não troquei sobre a descolonização. E isso porque eu próprio não estava de acordo com esse processo nem como ele estava a ser conduzido. E tive mesmo receio que, numa troca mais profunda de ideias com o dr. Mário Soares, ele pudesse interpretar mal os meus pontos de vista e pressentimentos.

Qual era o seu desacordo? O aceleração? Ou...

... era um motivo muito claro e simples. Eu considerava – e não apenas eu, muita gente como o Manuel Lucena, por exemplo, e outros que o escreveram na altura – que as Forças Armadas deveriam permanecer em África mesmo para além da independência e que eram o único garante dos bens portugueses e da presença portuguesa naquela altura. Mas a partir de um certo momento, apercebi-me que já não era esse o problema. A questão era bem mais dramática: era retirar essas FA e retirá-las de lá rapidamente. Porque no estado em que elas estavam e com as chefias que tinham, era necessário evitar um perigo terrível: serem essas Forças Armadas afinal, no caso de lá permanecerem, a reprimir os portugueses. A minha principal preocupação e receio era se as tropas se viravam, em Angola e Moçambique, contra os colonos portugueses. O que, a meu ver, se poderia transformar numa possibilidade. E então era necessário retirá-las para que, em vez de estarem a garantir vidas e bens, estivessem a proceder a uma aliança – inevitável – com as vanguardas revolucionárias locais: MPLA, Frelimo. O que seria terrível...

E aí, interveio de algum modo?

Tentei intervir no sentido em que elas retirassem rapidamente, já que a descolonização era irreversível – disso eu não tinha dúvidas – no modelo em que se deu. Isto é, sem haver já qualquer possibilidade de equilíbrio entre os três movimentos angolanos. Também era já visível que o único que sobreviveria, para além do MPLA, era a UNITA, pois assemelhava-se àqueles movimentos de sobas que se opuseram à colonização portuguesa, era uma movimentação do campo contra o cosmopolitismo e a cidade e iria sobreviver porque tinha raízes históricas na luta contra o MPLA que representava a elite da cidade. O resto iria ser trucidado. Para voltar atrás: quando me apercebi de tudo isto e do papel tremendo que poderiam vir a ter as nossas Forças Armadas ajudando nessa trucidação, falei com gente e tentei influenciar. Falei com o Oteló, por exemplo, que nesse tempo ainda não era um extremista mas

um militar moderado que se dizia ligado ao general Spínola e apelei para que ele exercesse a sua influência no sentido de um repatriamento rápido.

Como analisou as tomadas de posição do general Spínola?

Não se esqueça que eu tinha estado 18 anos longe daqui e não conhecia bem as pessoas, não podia fazer juízos de valor definitivos. E só percebi que Spínola talvez não estivesse predestinado a ser Presidente da República quando cá estive o general Wernon Walters, na altura o “big boss” da CIA, que aliás veio cá visitar – em fins de Agosto de 74, se não erro – ostensiva e institucionalmente o general Spínola, o general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o ministro dos Estrangeiros, dr. Mário Soares. Numa conversa que mantive com Wernon Walters, para grande surpresa minha, ele disse-me que a figura que tinha mais hipóteses de persistir no poder com a apoio dos militares seria o general Costa Gomes.

E a que atribuiu essas “certezas” de Wernon Walters? Não se interrogou, não o interrogou?

Atribuí a informações de que ele disporia e limitei-me a ouvi-lo... Mas isso ajudou-me a compreender melhor as posições relativas de cada um. Depois, fui com o dr. Soares à sessão inaugural da ONU, de onde ele seguia para Estrasburgo, para o Conselho da Europa. O dr. Soares aconselhou-me então a que regressasse a Portugal porque a situação aqui degradara-se muito. Cheguei a 27, assisti aos acontecimentos de 28 com muita preocupação e ao discurso de Spínola com maior preocupação ainda. Depois disso, acompanhei de certa forma o general Spínola no seu ostracismo até ao 11 de Março, tive com eles diversos contactos no sentido de o dissuadir de posições radicais... como o próprio 11 de Março... Presumo que ele não é o pai da ideia! De resto, foi para mim claro que iria haver um 11 de Março...

Percebeu que iria haver qual 11 de Março?

Dei-me conta que iria haver uma actuação anticomunista de alguns elementos desgarrados do MFA ou das FA... E que tanto o PC como o MFA – que ainda existia com muito poder e força apesar das cisões e prisões de oficiais spinolistas – se iriam aliar e dominar totalmente a situação. Por isso apelei ao general Spínola para que não se mexesse. Até o convidei a ir à Suíça, a um simpósio, e ficar por lá uns tempos... E fiz mais do que isso: transmiti-lhe certas garantias – tanto quanto era possível dá-las! – de que ele seria escolhido por individualidades socialistas de peso e vulto para se candidatar à Presidência da República quando fossem as eleições. Infelizmente ele não me ouviu e aconteceu o que aconteceu.

E então o seu objectivo passa a ser qual? Virou-se

para quem e para quê?

Virei-me cá para dentro com outro objectivo: fazer uma aliança entre Mário Soares e Sá Carneiro.

Estamos a falar de que altura?

Logo após o 11 de Março... O meu objectivo era juntá-los e através deles o PS e o PSD para fazer uma aliança de regime e para que o fatal pedido de integração na CEE fosse feito em conjunto pelos dois grandes partidos e pelos seus líderes.

Esbarrou com quê, ou com quem?

Esbarrei com um acontecimento fortuito que foi a doença de Sá Carneiro. E quando ele volta, encontra já o PS no centro da grande luta contra o PC. Ele chega depois das Antas, depois da Alameda, a ocupação do espaço político fora do PC estava feita pelo PS! Mas apesar disso, quando Sá Carneiro chega a Lisboa, eu consigo – através da Conceição Monteiro – um encontro imediato entre os dois. Mas nessa altura, o dr. Sá Carneiro não quis dar ao dr. Soares aquilo que legitimamente lhe pertencia: a primazia de ser ele não só a primeira figura da política portuguesa mas de ter sido também o condutor da luta contra o PC – inserida no contexto mais vasto da luta Leste-Oeste. O dr. Soares foi o grande protagonista dessa luta que começa, como sabemos, com o comício contra a unicidade sindical, com o dr. Salgado Zenha e outros dirigentes – Jaime Gama, Manuel Alegre – do PS...

Luta que teve a ajuda da Igreja e de...

Ah, mas essas movimentações da Igreja nunca escaparam ao dr. Soares! Recordo-lhe que a primeira coisa que ele fez como ministro dos Estrangeiros – após a digressão aos países europeus e africanos – foi visitar, num gesto absolutamente inédito em termos diplomáticos, o núncio apostólico, sem esperar que o núncio, que era o decano dos diplomatas, lhe fosse apresentar cumprimentos a ele... E depois da Nunciatura, foi visitar o cardeal-patriarca...

Sinais políticos determinantes...

A partir desse momento, os sinais estavam dados e – à excepção de algumas movimentações pontuais da Igreja no norte, lideradas por uma ou outra figura, como julgo que foi o caso, por exemplo, do cônego Melo – o dr. Soares esteve sempre muito atento e nunca ficou de fora desse contexto.

Voltando ao encontro gorado entre Soares e Sá Carneiro: foi uma batalha que você perdeu?

O encontro gorou-se, foi duro para mim, havia outras pessoas interessadas nisso, não foi possível: sou um homem que vai perdendo sucessivas batalhas!

E depois, vai trabalhar com o dr. Soares para S. Bento, como secretário de Estado adjunto, quando ele foi primeiro-ministro. Para fazer o quê?

Ser responsável pela Presidência do Conselho era também ser responsável pelas agendas do Conselho de

Ministros. Quem faz essa agenda tem algum poder. E nunca houve durante esse tempo uma só vez em que o dr. Soares não concordasse com a agenda ou com as opiniões fundamentadas do Gabinete que eu chefiava sobre os diversos pontos dessas agendas, salvo em assuntos económicos.

Mas há aí uma contradição: faz as agendas mas acaba de sair de S. Bento por não concordar com o rumo da política económica. Porquê? O que advogava?

Há essa contradição, é um facto. Essa política económica era corporizada pelo dr. Sousa Gomes, ministro da Coordenação Económica, mas havia no Conselho um certo dualismo entre ele e o titular das Finanças, Medina Carreira. Não se conjugavam nos diversos pontos. Mas o dr. Sousa Gomes, com a confiança total de Salgado Zenha, conseguia impor-se. E eu não estava de acordo com isso. Não era preciso ser inteligente para perceber que Portugal não escaparia a um acordo com o FMI. Ora eu via nesse acordo uma arma da oposição e não consegui convencer o dr. Soares de que não era assim...

Era como?

O problema histórico português para mim é sempre o de um Estado prepotente. A nação portuguesa forma-se através de um Estado avassalador e de uma sociedade civil muito fraca e com pouca capacidade de reacção. Esse continua a ser, de resto, ainda hoje, o problema número um da sociedade portuguesa. Naquelas circunstâncias, o que eu pretendia era que se apoiassem os estratos da classe média surgida com o “boom” económico do fim dos anos sessenta no “caetanismo” – e que hoje estão no poder – e se apoiassem também os grupos económicos que tinham sido frustrados pelo 11 de Março, mas que eu via como inevitavelmente ressurgentes, embora com um papel diminuído no futuro se esse futuro fosse muito longínquo...

E havia condições para isso?

Havia. Os empresários que restavam e aqueles que estavam a ressurgir queriam isso. E mais: dispunham-se a colaborar com o Governo. O dr. Soares teve sempre por essas pessoas, no plano pessoal, muita consideração – excepto num ou noutro caso. Recebeu, quando era primeiro-ministro, quase todos os empresários com nomes mal vistos pela oposição e já tinha falado com eles quando era ministro dos Negócios Estrangeiros. No entanto, uma coisa é o dr. Soares, outra, o Governo.

O Governo era o dele... escolhido por ele...

... mas não esqueça o que lhe disse há pouco: a grande importância que tinham os ministros das áreas económicas. Seja como for, o dr. Soares não foi sensível nessa altura às minhas ideias... que eram um ponto fulcral.

Tratava-se da autonomia da sociedade civil que só poderia ser feita com aquilo que havia e não com aquilo que se pensava que poderia vir a haver! E o que havia eram os estratos da população que tinham emergido como forças económicas, como grupos económicos, sociais, voltados para o desenvolvimento dentro de uma economia de mercado. Dentro do capitalismo, portanto, emergido do tal “boom” do final de sessenta. Mas falhei. E a teoria que imperou foi a do poder do Estado... o Estado era o governo, eu não tinha já nada a fazer, fui-me embora....

... para Madrid...

Como o dr. Soares me tratou sempre com a máxima generosidade, ele e o dr. Medeiros Ferreira, então titular dos Estrangeiros, convidaram-me para embaixador em Madrid. Fiquei uns anos, gostei muito, tentei juntar todos os portugueses sem excepção que se haviam exilado em Espanha e congregá-los numa casa-mãe. E colaborei de uma forma muito activa na consubstanciação do tratado que substituiu o Pacto Ibérico. Hoje tenho orgulho em dizer que – com Pires de Miranda – sou o único diplomata que cortei os vínculos ao Ministério dispensando assim auferir dos benefícios que a carreira dava: hoje seria embaixador na reforma...

Quando regressa, encontra Sá Carneiro a tentar fazer aquilo por que você se tinha batido... Estava em curso a alteração do regime, um tema que lhe era caríssimo...

Exacto. Havia em Portugal um facto completamente novo, a AD. E Sá Carneiro era primeiro-ministro. De resto, presumo ter contribuído para isso. Sá Carneiro, Francisco Balsemão, Freitas do Amaral e Amaro da Costa – como ocorreu como muitos outros políticos portugueses – tinham estado comigo na Embaixada em Madrid a conversar. Era visível alguma desconfiança entre eles em relação à formação de uma coligação entre o CDS e o PSD porque quando ela estivesse feita Sá Carneiro seria o seu líder natural. Tive longas conversas com Amaro da Costa e fui das pessoas que o convenceu que Sá Carneiro seria um excelente líder e que nada seria feito, na AD, sem o seu acordo, o de Adelino e o de Freitas do Amaral. Devido talvez a estas minhas colaborações, Sá Carneiro convidou-me para o seu primeiro Governo.

Não aceitou...

Não. Não queria participar em mais nenhum outro governo que não fosse socialista, nem entraria nunca para mais nenhum outro partido, eu que saíra a contragosto e forçado do PS. Pedira também já, de resto, a minha demissão do cargo de embaixador em Madrid. Por gentileza ou por bondade – não vejo outra razão –, Sá Carneiro convidou-me para a RTP. Como recusara integrar o Governo mas estava de acordo na forma como o dr. Sá Carneiro pretendia fazer o primeiro

grande avanço político em direcção à autonomia da sociedade civil, e como além disso estava de acordo com a sua personalidade – admirava-se ou odiava-se, eu admirava-o –, aceitei o convite para a televisão.

Porque admirava Sá Carneiro?

José Miguel Júdice, que em diversos artigos conseguiu consubstanciar o que mais aprecio como análise do que Sá Carneiro representou para Portugal, dizia que ele chega à social-democracia a partir de uma base neoliberal. Como primeiro-ministro é essa política neoliberal que ele pratica e que era a meu ver a única capaz de desbloquear a situação naquela altura. Sou liberal no sentido em que faço parte de uma família portuguesa que são os liberais – por oposição aos absolutistas –, mas não o sou de um ponto de vista ideológico. Simplesmente, o liberalismo, como outra qualquer corrente de pensamento e como outra maneira de agir na política, é como o socialismo, ou a doutrina social da Igreja: apenas um instrumento da humanidade e não um dogma da humanidade. Foi o facto de Sá Carneiro ter entendido que era essa componente neoliberal, esse instrumento que deveria usar, que ainda mais me aproximou dele.

E Sá Carneiro disse-lhe para fazer o quê, na RTP?

Não me disse rigorosamente nada.

Falando agora de Eanes? Começou por estar perto dele, afastou-se...

O general Eanes teve dois papéis: o primeiro, muito positivo, em toda a fase de transição do regime, na fase em que foi presidente do Conselho da Revolução, como membro do Grupo dos Nove, como chefe do Estado-Maior, finalmente como Presidente da República durante o seu primeiro mandato. Penso aliás que deveria ter cumprido apenas um. Quando voltei de Espanha ele ouviu a minha opinião sobre essa questão e não fez caso. Outra batalha perdida, mais uma... Choquei-me muito por ele não ter dado ao dr. Sá Carneiro, numa fase, ao dr. Soares, noutra, quando ambos foram primeiros-ministros, o poder de que necessitavam. Era preciso ter havido solidariedade, ter existido uma óptica dialéctica e não patológica da convivência e existência dos dois órgãos de soberania – Belém e S. Bento –, que possuem a mesma origem, isto é, o povo soberano. Por isso me afastei do general Eanes...

Entretanto cria-se “A Tarde”, de grandes recordações e combates, você vai dirigi-la, começa uma outra fase?

De grandes recordações e óptima memória. Foram uns meses magníficos, onde se juntaram personalidades muito diversas: o António Barreto, o Paulo Portas, o Manuel Lucena, o Saarsfield Cabral, o Vasco Pulido Valente, etc. “A Tarde” não tinha grande tiragem, mas tinha influência e o dr. Balsemão, que era primeiro-

ministro, sentiu-a negativamente... O jornal opôs-se muito à sua maneira de conduzir o Governo. Eu tinha consideração por ele, mas não podia deixar de me opor. São coisas do destino.

Outra coisa que não sei se será do destino ou não: você andou com a direita às costas a tratar da natureza do regime, do rearrumar das coisas no sentido em que ela, direita, queria... Outra batalha, e forte...

Eu sempre me bati pela autonomia da sociedade civil de que tenho vindo a falar nesta nossa conversa. Ora a direita estava mais propensa a isso, até porque a sociedade civil emergia daí muito mais do que do Estado. Não andei com ela às costas, provavelmente ela é que andou comigo às costas. Eu estive objectivamente e sem duvida alguma junto do que se poderia dizer a direita da sociedade civil.

A direita tratou-o bem?

A direita não tem por costume ser grata ou tratar bem seja quem for mesmo dentro das suas fileiras. No meu caso não me resenti porque a minha passagem pela política coincidente com essa direita era fatalmente episódica e meramente instrumental para os dois lados.

Voltando às suas batalhas: há outra onde se compromete totalmente não só n’“A Tarde” como depois no “Semanário”: a luta contra o Bloco Central...

Exacto, é a minha segunda grande batalha política de fundo. Eu queria uma alteração do regime no sentido da bipolarização...

... era aí que eu agora queria chegar...

Atenção, costuma haver aqui uma grande confusão: bi-partidarismo não é o mesmo que bipolarização. Esta são dois pólos que podem ser compostos por vários partidos – devem ser, na minha opinião – que se alternam no poder. Lutei por isso, porque sempre considerei que um sistema de partido dominante ou bloco leva a que se dispute o centro e só o centro. Quando há de facto um partido que domina – como foi durante pouco tempo o caso do PS e é hoje o caso do PSD – há essa atrofia. Não havia, como não há hoje, espaço para a bipolarização e a alternância. Por isso combati o Bloco Central...

Mas aí houve uma pessoa que veio combatê-lo com estrépito, o dr. Cavaco... Uma boa porta de entrada para falarmos do “cavaquismo”...

Ele posicionou-se muito bem. Logo após a morte de Sá Carneiro eu disse a algumas pessoas que achava que quem haveria de dirigir o PSD era Cavaco Silva. Não foi pela actuação dele como titular das Finanças – que achei desastrosa – que o disse, mas sim pelo seu posicionamento; porque se manteve desde a morte de Sá Carneiro à margem das lutas internas do PSD. Com

exceção de duas cartas que escreveu com Eurico de Melo a Francisco Balsemão, ao mesmo tempo fazia um percurso a jogar no sentido de se dirigir às bases. Quis mostrar que não era apenas o “professor Tabuada” – a frase não é minha – mas um animal político. E surge estrepitosamente, como você diz, no Congresso da Figueira, liderando a luta contra o Bloco Central. Não me espantei, fiquei preocupado...

Porquê?

Porque ele iria militarizar um bloco, neste caso o PSD, de forma inquietante para a democracia portuguesa... O dr. Soares e o dr. Sá Carneiro tinham substituído a classe média formal que eram as FA por uma classe média civil. Mas eu antevi que Cavaco Silva fosse impor uma hierarquia de tipicidade militar, dentro do seu partido. Não é difícil ter uma ideia, difícil é ter todas as ideias e achei improvável que ele fosse uma espécie de Platão que tentasse dar expressão real e corpo a esse conjunto de ideias, que se me afiguravam como indispensáveis, tanto no plano externo quanto no interno, apesar de herdar um país muito viável... Mas ele só teve uma ideia ao longo destes últimos nove anos...

Qual?

Dominar o partido e o aparelho de Estado. Não nego que o queira fazer num sentido positivo para o país, mas não vale a pena perder tempo com essa teoria, a do “chefe”... Sempre a combati por motivos filosóficos e de formação. Quando um chefe começa a acreditar que é chefe, correm-se grandes riscos...

O dr. Soares e o dr. Sá Carneiro nunca pensaram que eram chefes...?

Não, nenhum deles. O dr. Sá Carneiro considerava-se um líder político e não um chefe e por isso sofreu derrotas importantes. O dr. Soares – todo o português o sabe – não tem nem vocação nem feitio para isso.

O que foram estes anos de cavaquismo?

Um grande fortalecimento do Estado. Regressámos a isso, ao papel preponderante do Estado, de que o primeiro-ministro é emblemático: é um alto funcionário, um professor de Finanças, um homem que toda a vida esteve ligado ao Estado. É-o por vocação, por formação, pela maneira como age e pensa, e por tudo isso fortalece esse Estado que hoje é maior que nunca. A sociedade civil – que se tinha vindo a libertar e autonomizar, por surtos, quer com o dr. Soares, quer com o dr. Sá Carneiro, está hoje num estado de dependência absoluta. Mas por enquanto, aparentemente, não se pode nada contra isso. Porque a direita está ali, no PSD, com Cavaco Silva: não se discute com quem nos dá um subsídio e a direita portuguesa não está habituada a discutir com quem dá subsídios. Há exceções mas são raras, desgarradas e marginais ao poder.

Para terminar: onde estamos, ao fim deste vinte anos? Que saldo?

Estamos num período de transformações sem paralelo, na história de Portugal desde há pelo menos um século. Essas transformações estão, desde há oito anos, nas mãos de um só chefe político-partidário. Ele tem ao seu lado quem preveja um final feliz, com um país moderno e coeso. E tem pessoas como eu na oposição – e não só na oposição –, que consideram que essas transformações foram e são desertificadoras, incapazes de terem a sustentá-las o tal conjunto de ideias, quer no plano interno quer no externo. O futuro será de dependência e perda do instinto nacional num final de século em que curiosamente os nacionalismos estão mais fortes do que nunca.

Alpoim Calvão: A contra-revolução permanente

Alpoim Calvão, um dos oficiais mais condecorados de Portugal e líder do principal movimento contra-revolucionário durante o Período Revolucionário em Curso (PREC, 1974-75), o MDLP, foi um dos entrevistados da série sobre o 25 de Abril de Maria João Avillez, publicadas entre Janeiro e Abril de 1994.

Maria João Avillez 13/02/1994

Nasceu em Chaves, viveu em Moçambique, frequentou a Escola Naval, fez o curso da Marinha, esteve várias vezes na frente de combate, na guerra de África.

Alpoim Calvão, 57 anos, um dos oficiais mais condecorados das Forças Armadas (com, entre outras, duas Torre e Espada), tão polémico quanto aventureiro e arrojado, distinguiu-se em Novembro de 71 quando conduziu a célebre – e fracassada – invasão da Guiné-Conakry. Se não se recusa a falar disso, remete contudo o fundo e a forma dessa operação para o relatório – da sua autoria – onde constam, em detalhe, todos os meandros dessa controversa invasão.

Vinte anos depois, vive ainda “com o espinho de África no coração e na memória”. Talvez por isso mesmo, quando se apercebeu da irreversibilidade da perda do império, meteu-se em Portugal e no PREC, à contra-revolução – da qual foi um dos mentores e, certamente, um dos principais executantes.

É esse itinerário que hoje, de forma desassomburada – e uma vez mais, polémica –, ele refaz aqui. Uma espécie de contra-25 de Abril revisto por este homem que hoje administra empresas, enquanto nos intervalos, continua a dedicar-se a aumentar a sua raríssima colecção de arte.

Quando é que ouviu falar pela primeira vez do 25 de Abril?

Quando fui convidado a participar no movimento pelo então comandante Pinheiro de Azevedo.

Quando foi isso?

Umas 6 ou 7 semanas antes do 25 de Abril.

Aceitou?

Não, não aceitei. Ele falou-me (diante de alguém que pode testemunhar esta conversa), num movimento que pretendia pôr fim ao regime anterior e na necessidade da democratização. Fiz-lhe a única pergunta que para mim era fulcral: “E o ultramar, como é?” Respondeu-me que era uma questão de autodeterminações, achei que isso era vago e insisti. Claro que eu achava que as democracias são os menos maus dos regimes mas queria garantias sobre o ultramar. Como

ele não saísse das auto-determinações, pedi-lhe para não contar comigo.

Conhecia bem Spínola, estivera com ele na Guiné. Nunca falaram do MFA?

Não.

Tinha lido o livro dele?

Li o “Portugal e o futuro”.

O que achava? Como lera o livro?

Era uma achega importante para o único problema que tínhamos que era político. Era uma reflexão que toda a gente fazia: tendo as Forças Armadas durante 13 anos dado um espaço de manobra para, na metrópole, se pensar politicamente o problema e se tomar iniciativas, a verdade é que ninguém as tomava. Considerei o livro do general Spínola como uma forte contribuição para explicar ao poder constituído, que havia outras soluções para além daquele imobilismo. Todos percebíamos como eram frágeis os meandros do poder – como aliás se confirma por esta correspondência entre Marcello Caetano e Salazar: era complicada e frágil a teia de poder dentro da tão apregoadada ditadura...

No dia 25 de Abril, quando viu os seus camaradas na televisão, o que disse a si próprio?

Conhecia alguns: Spínola, Costa Gomes, o Bruno, o Garcia dos Santos que era do meu curso. Mas vi ali gente que me deixou as maiores dúvidas. O Melo Antunes, por exemplo. Eu sabia – pela convivência que com ele tivera quando frequentámos ambos a Escola do Exército –, que era um homem de raiz marxista, o que aliás nunca escondeu. Pela maneira como o dia decorreu, percebi que se abrira a Caixa de Pandora e que todos aqueles homens estavam embriagados com a possibilidade de serem pequenos Che Guevarazinhos. Depois, todo o processo revolucionário andou durante meses aos solavancos e encontrões, ao sabor do acontecimento do dia... O que evidentemente impediu qualquer acção – por parte das forças que se agruparam atrás de Spínola –, de se pôr em prática o programa inicial do MFA.

Mas naquele contexto e quarenta anos depois de

Salazar, não era fatal que o sinal da revolução fosse à esquerda?

Na época era fatal, senão chamar-se-ia contra-revolução. Esse romantismo revolucionário que achava que só é legítima a libertação dos povos pela força das armas... Toda a génese dos movimentos independentistas das ex-colónias veio desse conceito global da liberdade pela luta armada. Razão pela qual eu, concordando com a necessidade do Movimento do MFA, dissera a Pinheiro de Azevedo que se deveria tomar o poder mas endurecer ainda mais as condições. É que havia uma clivagem entre quem estava em África e o ar da Metrópole... Custava a quem combatia lá, ver aqui uma certa euforia, um certo laxismo...

Então o que teria advogado?

Nos primeiros seis meses redobrar-se-iam os esforços de guerra onde havia guerra, Guiné, Angola, Moçambique. Depois, anunciar-se-ia ao mundo que iríamos dar a autonomia a Cabo Verde e S. Tomé – às outras não, porque se estava em guerra. Uma autonomia passando pela autodeterminação que escolhessem: com Portugal, ou associados a Portugal ou independentes de nós. Isto ter-nos-ia dado uma força negocial muito maior e tiraria a razão aos movimentos que nos combatiam pelas armas. Nunca ninguém fizera tentativas de diálogo para obter, de outra maneira, independências ou auto-determinações, começou-se logo na luta armada...

Voltando a Portugal: qual foi a sua quota parte no 28 de Setembro?

O 28 de Setembro foi organizado por pessoas ligadas ao general Spínola e foi uma última tentativa para lhe dar uma demonstração de apoio cívico, na ideia de que ele poderia reconduzir uma vez mais o PREC aos princípios ditados e aceites pelo povo, no dia 25 de Abril.

O general Spínola estava desesperado? Ou desorientado?

Ele nunca pediu aquela mobilização que nós pretendíamos. Mas em múltiplas conversas contou as suas imensas preocupações sobre a velocidade com que tudo lhe escapava das mãos, com que as pessoas mudavam de opinião; a velocidade com que, por exemplo, Costa Gomes, em 25 de Agosto de 74, lhe tirara o tapete dos pés. E sobre a tristeza e o desgosto com que fora obrigado a fazer um discurso sobre a independência de Moçambique, porque Costa Gomes lhe anunciou que haveria 150 companhias que se renderiam se ele, Spínola, não anunciasse imediatamente o fim das hostilidades...

... mas porque é que ele não denunciou as pressões de que era alvo, não se opôs a elas?

Mas ele tentou opôr-se de todas as maneiras! Repare que para se poder manifestar tinha que dar ordens

a alguém mas esse alguém nunca cumpria essas ordens...

Quem era esse “alguém”? Costa Gomes?

Sim, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas... A clivagem começou logo por aí.

Mas o 28 de Setembro foi um fracasso rotundo...

O partido comunista mobilizou-se totalmente, ergueu barreiras, etc. Lembro-me de as passar de pistola na mão para poder ir a Belém! Sei – por interposta pessoa, visto que lá não estive –, que numa reunião que houve nessa noite em Belém, o general Neto deu uma bofetada no Vasco Gonçalves, que este se queixou por o outro lhe ter batido, mas que não passou disto... Não apareceu ninguém na manifestação, as pessoas tiveram medo das barreiras, dos pregos no chão, etc. Os militares que haviam prometido movimentar-se não o fizeram... E ficou tudo na mesma e o general Spínola ainda mais isolado. Aliás nem no próprio Conselho de Estado ele teve apoio... O próprio professor Freitas do Amaral que lhe tinha proposto redigir dois decretos, um para o estado de emergência, outro para o estado de sítio, que eu saiba também não lhos redigiu...

É a partir daí que decidem partir para outra? Reagir, passando para “formas superiores de luta”?

Por curioso que pareça, essa reacção inicia-se com um documento que tem o visto do general Costa Gomes e de que eu tenho uma cópia [levanta-se, abre uma gaveta, tira um papel oferece-mo]. Está aqui, é um documento, apoiado por uma série de oficiais, em que se descreve a situação, sublinhando que ela nada tem a ver com o programa apresentado ao país em 25 de Abril, e em que se descreve a necessidade de mudar o estado das coisas. Por exemplo, esse texto historia as conclusões de uma reunião ocorrida de 7 para 8 de Agosto, segundo as quais sobressai a hipótese de anulação do Presidente da República e dos Chefes do Estado Maior do Exército e Força Aérea; denuncia a existência de uma Comissão Coordenadora que era ilegal – porque nunca fora prevista no programa do MFA – e ilegítima – porque nunca fora democraticamente eleita, etc. O general Costa Gomes – a quem se mostrou esse nosso documento por uma questão de ética militar –, apõe o seu visto, mas mais tarde, quando confrontado com ele, diz que o facto de lhe ter posto o visto e de o ter assinado, não significava que forçosamente concordasse.

Daí até à formação do MDLP foi um passo?

Este documento foi a génese e congregou à sua volta muita gente preocupada com o andar das coisas aqui e pelo rumo que elas tomavam em África onde se inventavam partidos políticos para lhes entregar o poder. O Almirante Rosa Coutinho, há tempos na televisão, disse mesmo que quando tomou posse do seu Alto Comissariado em Angola, não sabia a quem entregar o poder.

Sabíamos que o MPLA há seis meses que desaparecera do terreno, a FNLA – disse-me pessoalmente o Holden Roberto, no Ambriz, em Setembro de 75 – tinha condições para aguentar mais um ou dois meses, a UNITA toda a gente sabia que teria 300 guerrilheiros. Ora é o MFA da época que força a entrega nestas condições: foi preciso andar a correr para agarrar os restos destes partidos, financiá-los, procurar quadros, etc. Tudo foi feito por esse MFA, sempre dominado pela aquela ideia dominantemente estúpida de que a liberdade dos povos só podia ser conseguida pela força das armas e que só os partidos que combatiam é que tinham direito a sentar-se á mesa das negociações e tomar o poder. Foi o que se passou.

Entretanto houvera esse vosso documento e a derrota de Spínola. Em face disso, que decidiram fazer?

A partir do discurso de renuncia dele, começou a haver conversações para se ver se se minimizavam os males.

Isso é vago. O que queriam? Que objectivos tinham?

Parar partido comunista. Fui formado na luta contra a ideia, a filosofia e a forma do comunismo, contra a ditadura do proletariado, contra o espezinhamento do homem e as “nomenklaturas” vivendo nas suas “datchas”. Só se fosse insensível é que não partiria para esta guerra. Parti.

Partiu então para essa guerra. Houve entretanto o 11 de Março: qual é a sua versão sobre esse acontecimento?

Como era preciso parar o PC, começou a gizar-se-com a colaboração de membros do Conselho dos Vinte –, um plano para aproveitar certas facilidades que havia. Por exemplo: sabíamos que se poderia contar com a guarda de Belém, onde esse Conselho se reunia. Essa Guarda era assegurada por várias forças entre elas uma companhia de pára-quedistas cujo capitão estaria disponível para as operações que queríamos fazer.

Quais eram essas operações?

Prender alguns membros do Conselho dos Vinte que sabíamos ligados ao PC. E através de um golpe palaciano, travar o rumo do PREC. As coisas iam sendo eram cada vez mais difíceis, já nem tínhamos o general Spínola na Presidência da República... Mas foram-se instalando dúvidas, havia suspeitas de fugas de informação, desconfianças, alguns dos que estavam comigo consideraram que se tinha ainda de ouvir este e aquele, etc. A primeira tentativa – feita numa noite em que essa tal companhia estava de guarda – falhou justamente porque houve pessoas que não apareceram por causa das tais dúvidas. Ora esta companhia – cujo oficial comandante estava perto de nós –, só voltava a estar de serviço um mês depois, isto é, só se voltaria a tentar

de novo, a partir de 17 de Março. Ora nesse intervalo, eu deixei-me estar, apesar de suspeitar já de fugas de informação gravíssimas. No dia 10 de Março um oficial vem ter comigo e fala-me da “matança da páscoa”: uma “operação” que o PC iria levar a cabo para eliminar os contra-revolucionários, entre os quais eu. Não fiz caso mas de súbito algo me alertou. Foi quando esse amigo me disse que afinal a nossa tentativa de tomada de poder no Palácio de Belém – já programada para 17 – seria feita antes, dias depois. “Como?”, interroguei-o. Ele disse-me que a Base Aérea de Tancos estava de acordo, que os pára-quedistas de Rafael Durão iriam participar e que bastava levar o general Spínola para Tancos e protegê-lo. Fui para Tancos sem saber o que se passava.

Mas como é possível, que tenha caído daí abaixo, um oficial superior e experimentado como era?

Eu estava preparado para, num golpe palaciano, agarrar alguns elementos do Conselho dos Vinte e não para aquilo... Mas se aquela gente a quem estivera ligado todo esse tempo estava na disposição de proceder de outra maneira, se me diziam que a Força Aérea estava connosco, eu confiei. Além disso já não havia tempo, era mergulhar ou abandonar o navio. Como não sou rato, fiquei. Apareci em Tancos às 2 da manhã, e ouvi Spínola, no meio da confusão e da efervescência, dizer-me: “Estou a ver que não há plano nenhum!” Disse-lhe que íamos tentar segurar alguma coisa. Tínhamos a Região Militar do Brigadeiro Moraes, a própria Base de Tancos, etc. Mas desconfiei ainda mais quando ouvi o Comandante da Base de Tancos dizer ao telefone ao Chefe do Estado Maior da Força Aérea, general Mendes Dias, “que sim, que estavam todos com ele”. Não houve nem organização, nem tempo, tudo se precipitou: os pára-quedistas saem para atacar o Ralis, os aviões descolam, mas tudo se processou sem base nem organização... Destruiu-se o Radio Clube mas ninguém sabia onde era a Emissora..

Conclusão?

Foi uma formidável armadilha essa história da “matança da páscoa”! Lançou-se o furão e os coelhos saíram. Algumas pessoas foram de helicóptero para Espanha com Spínola, outras ficaram. Quando o general foi para o Brasil – estava eu já em Madrid –, consegui arranjar meios de ir lá vê-lo a ele e aos os oficiais que o tinham seguido. Foi a partir daí que se começou a activar a Frente Democrática para a Libertação de Portugal, depois Movimento Democrático para a Libertação de Portugal.

Onde e como recrutavam as pessoas para o MDLP?

Era um movimento aberto, as pessoas passavam palavra... A partir de certa altura as fileiras foram engrossando e umas pessoas ficaram em Portugal, outras em

Madrid. Eu? Andava de um lado para outro, a salto, apesar de diversos mandatos de captura e da acusação por 17 crimes.

De onde vinham os financiamentos?

Ao princípio, dos próprios. Houve muita gente do norte que contrabandeou coisas através da fronteira. Eu próprio vendi, num antiquário de Madrid, um serviço que me pertencia, da Companhia das Índias, com o qual financeiei, de início, estas minhas andanças. Depois foram aparecendo pessoas, como por exemplo o Manuel Queiroz Pereira que contribuíam mensalmente para o Movimento. Depois, quem passou a controlar as finanças foi o dr. Manuel Cotta Dias.

Havia muita gente do antigo regime ligada ao MDLP?

Figuras de proa, não. Havia até pessoas que dantes haviam feito oposição ao regime e que passaram a colaborar connosco, não gostavam do rumo que o PREC tomava.

E do regime saído do 25 de Abril?

Repare que nós nos conhecíamos todos: sou do curso do Almeida Bruno, do Melo Antunes, do Garcia dos Santos, do Eanes, do Jaime Neves, etc etc. E o facto de termos estado pelo menos um ano juntos na Escola Militar, deu-nos um grande conhecimento, uns dos outros. Por isso, tínhamos contactos estreitos com muitos oficiais. No Conselho da Revolução, com Canto e Castro e Pinho Freire, por exemplo, mas dentro do Exército também. O Eanes foi contactado mas como já estava comprometido com o grupo dos Nove, não pôde aceitar. No entanto, esteve sempre ao corrente de tudo, soube a cada momento o que se ia passando. Lembro-me de que o tenente coronel Dias Lima, que estivera com Spínola na Guiné e na Presidência da República, se deslocou uma vez a Espanha para falar com Sá Carneiro quando ele lá estava em convalescença, para o informar. Havia também contactos com o CDS e com o próprio PS, mas a minha função no MDLP sempre foi essencialmente operacional...

... isto é?

... deslocava-me dentro do país, organizava as células, o MDLP chegou a ter uma estrutura complicada: um directório presidido pelo general Spínola; um Gabinete Político onde estavam o José Miguel Júdice, o José Vale Figueiredo, o Luís Sá Cunha, entre outros. E uma organização operacional composta pelo Gilberto Santos e Castro, pelo tenente coronel Pires de Lima e por mim próprio. E no interior, havia as comissões coordenadoras: uma no norte, outra no centro e estava-se a organizar a do sul.

O que era o trabalho no “interior”?

Mobilizar, esclarecer e inclusive cimentar a ideia de que, se houvesse um conflito armado – o que não excluíamos – havia que estar preparado para ele: saber

onde se depositavam as armas, quais seriam as forças que nos três ramos das Forças Armadas distribuiriam as armas, etc.

Onde arranjaram essas armas?

No Exército, sobretudo. Pela minha parte arranjei duas mil armas que pedi ao Holden Roberto em troca de uma operação que faria para ele – fechar o porto de Luanda – que afinal acabou por não se consumar. Mas isso é outra história... Mas o Holden Roberto cumpriu a parte dele, entregou-me duas mil armas e quinhentas mil munições.

Onde estavam essas armas?

Estavam na Tunísia, transportámo-las como se fossem para Angola e o navio, ao chegar a Gibraltar, rumou a norte e foi para Cadiz. Aí, através de contactos que estabeleci com a Guarda Civil – e com a sua colaboração –, foi-nos indicado um pequeno porto onde foi possível descarregar o armamento e conduzi-lo, em camionetas, pela Espanha, até Tuy. Quando andávamos nisto, dá-se o 25 de Novembro e o MDLP começou a desfazer-se. E as armas foram entregues às autoridades espanholas.

Queriam parar o Partido Comunista. Mas o dr. Mário Soares também. Como olhavam para ele? Não lhes parecia que ele estava bem colocado – com a maior parte do país atrás dele –, para lograr o vosso objectivo que era também o dele?

Respeito o Presidente da República, já respeito menos o dr. Mário Soares. Passou pelo PC, trabalhou em S. Tomé para os latifundiários, em Paris foi advogado de banqueiros. Está no seu direito, foi uma opção. Mas quem como eu viveu a questão africana, não podia aplaudir nem concordar com o modo como ele, como Ministro dos Estrangeiros, correu pressurosamente pelo mundo fora, para entregar as províncias o mais depressa possível! Reconheço os seus dotes políticos, sei que é um homem de cultura, mas nesse tempo, tinha as maiores desconfianças daquela pressa toda! **Só o dr. Mário Soares lhe incutia essa desconfiança?**

Não, claro, tinha a mesma desconfiança em relação a muitos militares, por exemplo: vinham aos molhos comer à mesa do poder! Alguns Conselheiros da Revolução andavam num desvario, para dividir os BMW do Jorge de Brito ou os Mercedes do Jorge de Mello... Outros, civis ou militares, insultavam diariamente na rádio os soldados portugueses que estavam em África... Mas assim como digo isto, reconheço que se conseguiu um objectivo fundamental: a democracia, o menos mau dos sistemas, o mais sólido, apesar de tudo.

Falou há pouco que o MDLP se desmembrou a partir de Novembro. Mas até lá, que participação vossa houve no 25 de Novembro?

Aliámos o povo do norte, já que a rapaziada do Alen-

tejo andava na euforia da reforma agrária.

Quem é o povo do norte?

É toda a gente, desde a Igreja a milhares de pessoas...

O cónego Melo, de Braga?

Sim, o cónego Melo foi uma pedra chave em toda esta movimentação.

Quem incendiou as sedes do PC no norte?

Havia já algumas outras movimentações no terreno. Por exemplo, havia um pirata chamado Paradela de Abreu, mas que era um pirata útil. E a ligação do seu movimento – “Maria da Fonte” – connosco, era feita pelo engenheiro Jorge Jardim, por quem eu tinha consideração e admiração. Houve assim alguns movimentos como este que se juntaram a nós e chegou a haver 10, 15, 20 mil pessoas como aconteceu em Braga e noutros sítios. Quando os da Dinamização Cultural chegavam a certas aldeias encontravam 50 burros à espera deles e a aldeia deserta... Incendiaram-se as sedes, reagiu-se... Gerou-se assim uma vaga de fundo em que uns entravam pelo rés-de-chão e os outros, saíam a voar pelo primeiro andar. Mas em muitas sedes os comunistas defenderam-se a tiro de caçadeira... Seja como for, arranjou-se muita gente o que explica que, a dada altura, o MDLP tivesse logrado uma certa expressão e importância.

Voltando a Novembro de 75...

Apesar de haver já nessa altura muitos contactos com oficiais de vários lados, com o grupo dos Nove, com civis dos partidos, o 25 de Novembro passou por uma unha negra: quando se quebra a disciplina militar e a cadeia de comando, ninguém sabe a quem obedecer. Mesmo o Jaime Neves – uma das figuras de proa – só devia confiar em meia dúzia de homens! E um dos responsáveis pelo sucesso desse 25 de Novembro foi o Otelo.

Como assim?

Porque foi ele que reintegrou o Jaime Neves nos Comandos. Ele fora saneado por um grupúsculo de extremistas – e mais uma vez os que o apoiavam ficaram paralisados! – mas quando depois disso o Otelo vai à Amadora e, chegando à conclusão de que afinal quase todos queriam o Jaime Neves de volta, reintegra-o... Se ele não o tem feito, estou certo de que o 25 de Novembro não teria ocorrido nem naquela data, nem daquela maneira.

E o MDLP, ficou satisfeito com o 25 de Novembro? Ou...

Bem... eu não sei se alguma vez leu os objectivos do MDLP... Um deles era a garantia de eleições democráticas. E quando acontece o 25 de Novembro, levanta-se a questão de saber quem ia falar para explicar as coisas... porque era preciso senso e serenidade, toda aquela gente queria comer os comunistas! Havia

o consenso geral de que deveria ser o Eanes... mas claro que se o Eanes fosse à televisão, os comunistas não acreditavam. E foi o Melo Antunes. Mas ele, intencionalmente ou não, em vez de dizer – o que seria aceite por todos – que os culpados da situação a que se chegara haviam sido os comunistas, declarou que o PC era fundamental para a democracia em Portugal. A maioria dos nossos pensou: “Então fez-se o 25 de Novembro e estes tipos continuam”?

Mas o que é que essa maioria de gente que estava consigo queria fazer ao PC?

Eu nunca fui sequer dos mais radicais, mas penso que poderia ter havido mais equilíbrio. Uma coisa é dizer que o PC era “fundamental para a democracia”, outra era ter deixado claro perante o país que eles tinham sido os culpados e depois então dar-lhes generosamente a “chance” para se recuperarem e participarem na construção da democracia.

Que aconteceu ao MDLP depois disso?

Fomos fechando a loja devagarinho... mas continuando a falar uns com os outros. Pinheiro de Azevedo pediu um dia a Vítor Alves, então ministro da Educação, que fosse lá acima falar comigo. Encontrámo-nos, foi fácil dialogar com ele, concordámos que as coisas tinham corrido mal até aí por causa desses grandes democratas que são os comunistas, mas que entre nós, queríamos afinal todos a mesma coisa... Simplesmente havia sectores mais radicais no MDLP a murmurar que “afinal ficava tudo na mesma, que alguns deles continuavam com mandatos de captura” etc. O resultado foi que alguns destes elementos entraram numa espécie de auto-gestão difícil de travar... Apareceram aí umas bombas que ninguém mandou pôr...

Já depois do 25 de Novembro?

Sim. Antes disso, podem dizer que fui eu que as mandou pôr, a todas, que eu não desminto. Depois disso, nem uma! Bem, as coisas foram-se resolvendo pelo tempo e pelo diálogo, embora, dentro daquilo que restava do MDLP, houvesse ainda quem continuasse a pôr bombas quase por profissão... Já não tive nada a ver com isso.

Vinte anos depois acha que o MDLP teve de facto um papel?

Teve, foi positivo, em algumas alturas foi mesmo um referencial. A imprensa publicava coisas, fazia entrevistas, conseguíamos publicitar os nossos objectivos e simultaneamente angariar mais pessoas, mais vontades. Muita gente sentiu que de facto alguma coisa se conseguiria. O que veio acontecer, com as eleições de Abril de 76. Depois, a gente apagou-se, foi cada um à sua vida.

Entretanto,houvera a independência nas várias Áfricas...

Quem viveu tremendamente isso tudo foi o Gilberto

Santos e Castro que trabalhou durante meses e meses com o Holden Roberto em Angola. Nós ficámos em Madrid, ele mudou-se para Angola.

Porquê com a FNLA?

Porque era quem combatia no terreno. A UNITA não combatia, era meia dúzia de gente... o MPLA foi construído e financiado pelo Rosa Coutinho e pelo MFA. Com dinheiro e tudo.

Tem provas disso?

Sabíamos isso mas agora é o próprio Rosa Coutinho quem o vem dizer à TV...

É caso para dizer que a cada um, os seus apoios: a CIA apoiava a FNLA...

Apoiava, também o sabíamos. O Holden Roberto tinha oficiais brasileiros do II Exército como observadores – e o Fernando Câmara Casculho como uma espécie de Ministro da Informação – e contava também com tropas zairenses.

E no exterior?

No exterior contava igualmente com apoios. Em Paris havia um representante do Holden, o Miguel Quina, que coordenava o apoio financeiro à FNLA.

Há pouco referiu que a troco de armas, se disponibilizou a fechar o porto de Luanda, a favor da FNLA. Não chegou a fazê-lo. Porquê?

Se se fechasse o porto – o que não era difícil, é uma piscininha com uma milha de largura e 30 metros de profundidade – o MPLA morreria porque deixava de ser abastecido. O Miguel Quina pegou nesta ideia e eu fui convidado a ir Angola, ao Ambriz, falar com o Holden Roberto e com o Gilberto Santos e Castro. Tinham-me dito que o Holden não falava português, exprimia-se num português correctíssimo. Nessa altura, em Setembro de 75, estavam a aproximar-se do quilómetro 16, da estação de água. Quando foi submetido o plano ao indivíduo da CIA, ele também concordou. Mas uns dias depois, não me pergunte porquê, a CIA diz que não faz a operação. Mas apesar disso, o Holden Roberto dá-me as armas que me prometera.

Justamente, pergunto-lhe porquê: o que se passou?

São grandes mistérios. Talvez tenha sido o Holden Roberto quem não quis cortar a água nem fechar o porto de Luanda. Ele dizia que quem ia sofrer era a população, teve medo, recuou...

Foi a sua ultima acção directa em Angola?

Foi. Mas se ainda hoje para mim tudo aquilo continua um espinho, a partir de certa altura deixou de ser uma obsessão, uma preocupação porque vi que era irreversível. Continuei a ter ligações com o Jorge Jardim, segui sua trajectória e mesmo quando ele foi para o Gabão, continuámos a manter contactos. O Jorge Jardim teve sempre a ideia de que um dia regressaria a Moçambique ou mesmo a Angola....

O 25 de Abril surge-lhe vinte anos depois, como negativo?

Dos três “D”, realizou-se apenas um: a democratização do país. A descolonização foi o que viu, é o que se sabe. O desenvolvimento... aconteceu por acaso e mais tarde. Porque durante anos e anos, após o 25 de Abril, houve a destruição do tecido industrial português, do tecido empresarial, a subversão de todas as regras da economia. Houve empregos às catadupas, dinheiro lançado a rodos. Até que veio a integração europeia, embora alguém ainda venha um dia a pagar a factura dos fundos comunitários... Mas esta questão traz outra: qual será a nossa identidade na Europa com todos os outros caminhos fechados – não estou a ver, pelo menos nos próximos anos, um regresso à África... Por isso, qual será então essa identidade?

O conhecimento destes últimos vinte anos pode reforçar o sentido dessa identidade? Ou da procura dessa mesma identidade?

É necessário que se analisem com lucidez os acontecimentos destes últimos vinte anos. Mas deixem-se de lado os excessos ideológicos e os “rodriguiños” políticos...

É um oficial muito condecorado, conheceu a guerra, é o “autor”, entre outros feitos de guerra, da invasão à Guiné Conakry, teve um sonho africano e em Portugal, depois de Abril de 74, fez a contra-revolução. Valeu a pena? Voltaria a fazer tudo igual?

Se valeu a pena? Claro que sim, valeu a pena! Voltaria a fazer o mesmo, tentando fazer melhor... Assim o exige a única fidelidade que me guia..

... e que é?

A fidelidade a mim mesmo e à minha consciência.

João Bénard da Costa: O filme dos nossos vinte anos

João Bénard da Costa, 59 anos, cinéfilo de sentimento e hoje director da Cinemateca Nacional, serve-nos aqui de cicerone aos anos e às ilusões que iluminaram a sua geração, da actividade dos “católicos progressistas” à revista “O Tempo e o Modo”. Foi um dos entrevistados da série sobre o 25 de Abril de Maria João Avillez, publicadas entre Janeiro e Abril de 1994. João Bénard da Costa morreu em 2009.

Maria João Avillez 30/01/1994

Como tantos outros da sua geração, chegou à política por “razões religiosas e morais”: tinha 22 anos, andava na faculdade, era presidente-geral da Juventude Universitária Católica. O Jornal “Encontro”, a Acção Católica e os bancos da faculdade foram para João Bénard da Costa os instrumentos primeiros da luta contra o regime, nesses tempos longínquos do final da década de cinquenta. Depois, deu corpo e voz aos “católicos progressistas” – como eram, a contragosto, chamados na época –, deu em 63 conteúdo à revista “O Tempo e o Modo”, teve fé na CDE em 69, esperança no MES depois de 74, procurou sem nunca encontrar a alma de uma esquerda “revolucionária”. Talvez por isso, acabaram, ele e os seus amigos, por se render ao “reformismo” que durante quase uma vida, sob o olhar paternal de Mário Soares, condenaram com fervor.

Não é possível compreender as batalhas políticas da esquerda travadas pós-revolução de Abril se não se tiver o conhecimento desta história. E, sobretudo, da revista “O Tempo e o Modo”: marcou uma década, cimentou amizades, selou um combate cultural e político, definiu as fronteiras entre a CEUD e a CDE, abriu a uma geração – a meio caminho entre o romantismo, a utopia e o diletantismo político – o apetite pelo 25 de Abril.

João Bénard da Costa, 59 anos, cinéfilo de sentimento e hoje director da Cinemateca Portuguesa, foi o cicerone desses anos e das ilusões que os iluminaram. De caminho, viajou pelo rasto que os 20 anos de Abril deixaram nele e no seu grupo de amigos – hoje sempre o mesmo.

Teve a noção, no dia 25 de Abril de 1974, que estava ali a queda do regime ou sentiu que era mais uma “tentativa”?

Tinha-me deitado tardíssimo na véspera, jantara com o Vasco Pulido Valente, que ficou até de madrugada a tentar convencer-me, numa imensa discussão, que o Marcelo tinha o poder garantido por mais 20 anos...

E na manhã do 25 de Abril, sem saber ainda de nada – a não ser estranhar não haver trânsito nas ruas –, encontro o Villaverde Cabral à porta do Conservatório que me disse: “É agora!” “O quê?”, perguntei. “É agora o fim do regime!” Bem, eu estava vacinado de fazer profecias que nunca se verificavam... E não sabendo rigorosamente nada sobre o MFA, com aquilo que estava a acontecer no Carmo percebi que era imparável. Embora hoje esteja menos convencido disso do que nesse dia. Se tem havido uma resistência militar a sério e com o que hoje se sabe sobre a preparação militar do 25 de Abril, se calhar ele teria abortado! A verdade é que ninguém esteve para arriscar. Só não foi tão excessivo como o 5 de Outubro, em que meia dúzia de oficiais mudaram o regime... Tudo isto para lhe dizer que na noite de 25 para 26 percebi que era irreversível.

Para perceber alguns passos da história do 25 de Abril temos de voltar a trás. A história da sua geração, de que você é um dos emblemas, começa no fim dos anos 50. A política começou para si e para alguns dos seus amigos pela Acção Católica e pela JUC?

Foi. A minha família era católica e ferrenhamente salazarista, com excepção do meu pai, que era democrata e tinha Churchill e a democracia inglesa por modelo. Mas a minha primeira grande influência veio de um cunhado meu, católico, que me tocou num ponto sensível – uma certa consciência moral, a ideia de que era impossível aos católicos, que eu era, conviver com o que chamávamos a “desordem estabelecida”: um regime social injustíssimo, em que os pobres quase não tinham direitos, onde havia a censura, a PIDE e a tortura e onde se perpetuava o poder de uma minoria. Usando uma linguagem da altura, “um cristão não poderia aceitar aquilo”! Ninguém fazia nada para alterar as coisas e quem fazia era preso ou marginalizado. Cheguei assim à política por razões religiosas e morais.

Depois, a faculdade cimentou tudo isso...

Na universidade conheci gente cultural e politicamente inconformista e, sobretudo, encontrei uma geração a pensar como eu, mais precisamente na JUC, em 56-57, quando começa o jornal “Encontro”, com um conteúdo completamente diferente de outra qualquer publicação católica. Havia muitos não católicos, à esquerda, que nos felicitavam pelo jornal. Entrei para a JUC no 2º ano, como militante de base, e com surpresa minha sou convidado pelo assistente, o cônego António Reis Rodrigues, para presidente-geral da organização. Tinha 21 anos, havia uma hierarquia, eu não esperava aquilo. Resolvi transformar a JUC, convicto de que – sendo ele embora mais moderado que eu – o conseguiria, porque estava convencido de que a Igreja também estava a mudar. Havia o bispo do Porto e as suas homilias, havia a carta pastoral “A miséria imerecida do povo português” e eu próprio cheguei a defender o cardeal patriarca dizendo que a sua visão era diferente da do Governo...

Logo a seguir há as eleições de Delgado, em 58...

O padre Rodrigues falou-me, na altura, pedindo-me que me abstivesse publicamente de tomar posições políticas, que se vivia um momento difícil para a Igreja, etc. Surge então um editorial no “Novidades” onde se fazia a apologia ao voto em Américo Thomaz, mas ingenuamente pensámos que se tratava apenas duma posição do director, monsenhor Moreira das Neves, sem repercussão na hierarquia. Escrevemos então uma carta – que foi o primeiro documento de fundo político elaborado por católicos –, assinada por João Salgueiro, Xavier Pintado, Rogério Martins, Pereira de Moura, entre outros, pedindo que o “Novidades” mantivesse a isenção que convinha à Igreja durante uma campanha eleitoral. Essa carta assumiu uma clara contestação à hierarquia e o padre Rodrigues lembra-me a minha promessa de não tomar posições. Ao que respondo que ela ia justamente no sentido de pedir que não se fizesse política... em nenhum dos lados. O desentendimento era irreversível, saí de presidente da JUC.

Desiludindo o padre Rodrigues?

Ele dizia que tinha preparado uma geração de rebeldes, que não tínhamos o sentido da Igreja, que afinal havíamos todos enveredado por uma via política. Acho que ele também vivia um momento de crise interior. No fundo, via-nos porventura como as pessoas que podiam continuar a aguentar o prestígio e o poder da Igreja numa futura sociedade civil. Enfim, como os sucessores de Salazar, com outras ideias e outra mentalidade...

O que os norteava nesse caminho entre a Igreja, Deus e a política era já Emmanuel Mounier?

Nesses anos foi mais o “Témoignage Chrétien”, um jornal católico com um conteúdo bastante à esquerda

que gostávamos de ler. A “Esprit” surge um pouco mais tarde, mas foi uma revista que me interessou de tal modo que fiz a tese de licenciatura sobre o personalismo e o pensamento de Mounier. Foi portanto a minha grande referência doutrinária e ideológica.

Era aí que eu queria chegar: Mounier consubstanciava, para si, uma espécie de terceira via?

Exacto, era a terceira via. Havia, nesse tempo, o existencialismo, por um lado, o marxismo, por outro; nós não tínhamos nada a ver nem com uns nem com os outros. Aquela terceira via afirmava uma série de valores cristãos, baseados no primado da pessoa, ao mesmo tempo que afirmava valores hostis ao regime.

Quem estava consigo nessa altura?

Muita gente: Nuno Bragança, Manuel de Lucena, Pedro Tamen, Manuel Lourenço, Luís Sousa Costa, Alberto Vaz da Silva, José Escada, Cristóvão Pavia – um espantoso poeta que morreu muito novo –, Nuno Portas... Era um grupo muito amigo e muito sólido. Identificávamo-nos numa linha que era simultaneamente política – nessa afirmação do personalismo contra o regime – e cultural – na recusa da literatura conformista do regime, mas também do neo-realismo defendido pelos comunistas e marxistas e que era o movimento literário vigente na esquerda portuguesa.

É por aí, ou também por aí, que se chega a “O Tempo e o Modo”?

Claro, queríamos fazer uma “Esprit” em Portugal, alguns de nós tinham experiência de jornalismo, por causa do “Encontro”; “O Tempo e o Modo” é uma consequência directa e imediata.

Já se chamavam “católicos progressistas”?

Já, embora recusássemos a expressão, porque ela tinha ao tempo uma carga pejorativa. Fora um movimento católico que no princípio dos anos 50, em França, se aliara aos comunistas e fora condenado pelo Papa. Aliás, Mounier dizia o mesmo na “Esprit”: o grande erro deles foi pensar que era possível separar uma doutrina política de uma filosofia geral sobre a vida. E nós recusámo-nos inteiramente a isso e escrevemos diversas vezes que rejeitávamos um movimento que fora posto fora da Igreja. Pelo contrário: defendíamos uma total adesão à Igreja, já muito fortalecida quando, após a morte de Pio XII, veio o pontificado de João XXIII. Achámos que aquele Papa nos iria dar razão todos os dias com o concílio, a “Pacem in Terris”...

“O Tempo e o Modo” é então a etapa seguinte e o terreno essencial desse combate?

É. Decidimos fazer uma revista, mas faltavam-nos o dinheiro e os meios. Conhecemos o Alçada Baptista, que era mais velho, já estava formado e tinha a editora Morais. Foi o “coup de foudre”: encontrámos nele a identificação total e os meios de andar para a frente. Ele seria o director, eu o chefe de redacção.

Muito depressa “abriram” as páginas a não católicos... A revista foi, por isso, a semente de grande parte da oposição ao regime?

Indiscutivelmente. Mas houve grandes discussões sobre se devíamos permanecer como um grupo católico ou abrirmo-nos a outras correntes, como o Mário Soares e o Francisco Salgado Zenha – que o Alçada dizia que seriam as duas pessoas que fora do círculo católico mais futuro teriam numa oposição política. Tanto o pensava que defendeu logo que eles entrassem para o conselho consultivo. Nós éramos seis e decidimos votar. Mas antes rezámos uma ave-maria para que a decisão fosse inspirada divinamente, e dessa ave-maria saíram o Soares e o Zenha – que eu nem sequer conhecia. Mas depois vieram outros, da geração de 62...

Como olhava essa geração?

Também não se situava nem no PC nem naquilo que foi o embrião do Partido Socialista, estavam mais à esquerda. E juntaram-se então a este movimento...

Quem fez a ponte?

O Manuel de Lucena, porque tinha sido católico, embora já o não fosse. Como tivera um papel muito importante na crise académica de 62, conhecia-os bem: o Jorge Sampaio, que fora o grande líder estudantil, o José Manuel Galvão Teles, o Vítor Wengorovious, etc. E o Vasco Pulido Valente, que era muito mais novo mas veio recomendado por eles para subchefe de redacção.

Houve também um facto curioso, que foi, através do Alçada Baptista, a entrada de Sotto Mayor Cardia, que nesse tempo era do PC – sem a gente saber, como é óbvio. Mas logo a partir do terceiro ou quarto número da revista ele saiu para a “Seara Nova”, dizendo que “O Tempo e o Modo” era o veículo do reformismo português.

Isto é?

Era a aliança da democracia cristã, personificada por nós, com o PS, personificado por Mário Soares! O que era, portanto, uma arma ideológica perigosíssima... Coisa que nos causou o maior espanto, ninguém entendia estas jogadas nem sobretudo o que ali se estava a jogar. Começou por nos parecer um delírio, mas depois inclinámo-nos para uma manobra do PC, com o objectivo de nos isolar e limitar a nossa influência.

Isso afligiu-os?

Achámos que era ultrapassável. Houve um sobressalto com a saída de Cardia, porque receámos ficar rotulados à direita, mas procurámos sempre compensar à esquerda estes “desgastes”. E acabou por ser só ele a sair...

Entretanto, 1968 é um ano determinante.

Há três acontecimentos fundamentais para o nosso grupo, que entretanto ia mudando com a entrada e saída de pessoas por motivos meramente pessoais. No

plano interno, a morte política de Salazar e o início do marcelismo, o que originou uma divisão entre os que defendiam que tudo iria permanecer na mesma e os que olhavam Marcelo Caetano como uma via de alteração ou saída do regime. Era o caso da Ala Liberal, por exemplo, onde estava José Pedro Pinto Leite, que colaborava connosco e era um grande amigo meu, e o próprio Alçada, que quando Marcelo toma posse tem uma posição de simpatia para com ele.

O segundo factor foi o Maio de 68, com uma estrondosa repercussão em todos nós. Achámos logo que se iria cumprir o nosso sonho de mudança da vida e do homem e, sobretudo, achámos formidável que nada daquilo tivesse que ver com os aparelhos tradicionais dos partidos políticos. Era um movimento espontâneo que se propunha transformar tudo...

Hoje, quando olha para isso, vê o quê – ingenuidade, ternura, utopia? Com que sentimento se vê envolvido em tudo isso?

Ternura, com certeza, mas muito mais do que isso. Houve uma profunda emoção minha perante algumas daquelas coisas. E se havia utopia, ela era generosa e enérgica, não renego nada. Voltando ao terceiro elemento que foi fundamental em 68, a invasão de Praga e aprovação do PC português, ele gerou polémicas terríveis. Lembro-me que tive de escrever à pressa um artigo a dizer que não podia haver meias-tintas, tanto mais que havia dois textos que eram ultracríticos para Dubcek e quase desculpavam a invasão... E tudo isto com a censura sempre em cima de nós.

O facto é que se acentua a ruptura à direita, por causa do marcelismo, e regista-se a saída de Alçada Baptista de “O Tempo e o Modo”... Vocês tornam-se mais críticos ou mais irreverentes perante os aparelhos tradicionais e, sobretudo, Mário Soares, abrem a revista a gente diferente...

A transição de António Alçada Baptista foi pacífica; eu fiquei director, estava lá desde o início, conhecia as pessoas. Mas essa ruptura foi um facto: tínhamos uma posição ultracrítica em relação ao que era ainda o embrião do PS por considerarmos que se tratava da via para a abominável social-democracia. Mas sobretudo porque havia a ideia da necessidade de inventar uma nova esquerda, com novos valores a conquistar, na linha do Maio de 68. Em 68 e 69 entram, por causa disto, muitas pessoas ligadas ao maoísmo, gente que depois, em 69-70, formou o MRPP: Arnaldo de Matos, Amadeu Sabino, Martins Soares, Sebastião Lima Rego...

E tudo só se clarifica em 69, com a formação da CEUD e da CDE?

Exactamente. Em 69 põe-se de novo a questão da participação eleitoral. Já em 65 ela se pusera, mas optou-se maioritariamente por não intervir. Recordo que é nessa altura, em 65, que se faz a primeira grande

discussão sobre o problema colonial. Quem a fez foi Mário Soares, candidato a deputado, o que suscitou um clamor imenso, abaixo-assinados, manifestações de rua... Entendemos, pelo nosso lado, que deveríamos dizer que também nós estávamos contra a guerra e a política do Governo em África, o que fizemos.

Consideravam, na época, que o grosso do país os acompanhava nesse sentimento contra a guerra colonial?

Achávamos que o grosso do país estava connosco. E não duvidávamos que as elites pensantes estariam maioritariamente ao nosso lado. Foi de resto isso que levou à redacção do célebre Manifesto Católico dos 101 – assinaram 101 pessoas –, em Outubro de 65. Foi, pela primeira vez, uma afirmação clara de ruptura na questão colonial. Baseámo-nos na encíclica do Papa para defender o direito de autodeterminação dos povos e dizer que Portugal o deveria respeitar.

E depois, o que pensavam que se seguiria? A independência...

Era preciso dialogar com os movimentos de libertação. De resto, no MAR – Movimento de Acção Revolucionário, de que faziam parte Jorge Sampaio, Vasco Pulido Valente, Nuno Bragança e muitos outros, havia grande admiração por esses movimentos de libertação terceiro-mundistas, desde Cuba aos africanos.

Porquê?

Era uma via nova para a revolução, que se tinha de distinguir cuidadosamente do comunismo e das vias neocoloniais. Pensava-se que quanto mais Cuba fosse apoiada, mais se evitaria que acontecesse em África o mesmo que nesse país... Isto é, que dirigentes africanos se precipitassem nos braços do Partido Comunista. Havia sobretudo referências ditirâmbicas de todas essas pessoas que citei sobre Amílcar Cabral, olhado como o grande líder negro e o homem que procurava uma via dessas em ligação a Portugal. E havia ainda a ideia, corporizada pelo MAR e por Manuel de Lucena em diversos artigos que escreveu, que, se em Portugal se estabelecesse um movimento capaz de dialogar com os movimentos de libertação em África, se criaria uma terceira frente no mundo e que, por isso, Portugal voltaria a ter um lugar-chave, preparando uma linha que escaparia aos dilemas clássicos da política mundial.

Não alinhada, portanto...

Uma linha de países terceiro-mundistas, de países não alinhados, onde houvesse cooperação e que pudesse dar de novo um sentido à afirmação exterior de Portugal. Pretendia-se que em Portugal e nos futuros países africanos pudessem vir a estabelecer-se regimes políticos que se entendessem claramente nesse ponto. Digamos, visto com o olhar de hoje e com aquilo que já conhecemos, que foi o que Melo Antunes veio a tentar recuperar quando procurou conseguir uma

política africana fora dos blocos.

É então no rescaldo de tudo isso que se chega à formação das listas para as eleições de 69?

Iríamos ou não ter uma lista unitária? A nossa ideia era que, a haver, ela dissolveria todas essas novas movimentações de esquerda, essa nova energia, que iríamos cair numa posição tradicional e rotineira, no estilo da oposição verbalista que não levava a nada. Eram precisas caras novas, gente diferente, um discurso político diferente para Portugal. É claro que o PC se colou rapidamente a esta segunda posição – a que se concretizou na CDE –, que teve ramificações em todo o país, mas que em Lisboa assumiu características especiais. Houve até ao último momento tentativas para que as listas se unissem, mas a maior oposição a isso veio precisamente das pessoas que apostavam nesta terceira via onde eu me encontrava.

E o PC?

Não me custa admitir que houve da nossa parte um erro colossal de apreciação, mas estávamos ainda sob a euforia de Maio de 68... Tinha havido os maoísmos, houve, enfim, a ilusão de que comeríamos o PC ao pequeno-almoço... E de facto essa foi a imagem que se tornou pública em 69.

O que, de resto, talvez explique os resultados...

O que explica – com todas as reservas da altura – que a CDE tenha tido 19 ou 20 por cento e a CEUD oito por cento. Houve a adesão de toda uma geração à CDE, por causa desse ar do tempo. A CEUD eram uns senhores bem-comportados, à antiga, mas tão mal-comportados para o regime que normalmente pagavam isso nas cadeias.

Isso mostra alguma lucidez e visão do dr. Mário Soares...

Mostra, indiscutivelmente. Por um lado, ele percebe já que o grande obstáculo é o Partido Comunista, por outro, que aquela gente da CDE era uma cambada de irresponsáveis e que dali não iria sair nada! Fartou-se de nos dizer que acabaríamos todos no PS, coisa que nos punha possessos... Mas isso foi verdade a 99 por cento. Ele percebeu antes que, não sendo nós comunistas, não tínhamos outra via à esquerda que não fosse o PS. Nesse tempo estávamos todos num daqueles cíclicos movimentos de geração... E o curioso é que os resultados que Mário Soares obteve pareciam o primeiro fim dele.

Como é que ele estava no dia seguinte?

Bem, ele usava de um tom paternalista, dizia-nos que tínhamos de voltar a trabalhar, mas estava extremamente abalado, sobretudo por causa dos perigos que se anunciavam de uma radicalização de esquerda para o futuro. E enquanto, por exemplo, no dia seguinte toda a gente que dizia e queria coisas mil vezes mais à esquerda do que ele continuou a sua vida pessoal e po-

lítica, ele foi logo parar à cadeia, tendo sido expulso de Portugal pouco tempo depois. O Jaime Gama também foi preso... Há, portanto, uma repressão que se exerce muito mais sobre a CEUD do que sobre a CDE.

E quando é que vocês percebem que o aparelho da CDE – que de resto não se desfaz – estava a ser dominado pelo PC?

Em 70 compreendemos que, na prática, aquilo era uma organização comunista encapotada. Saí nessa altura em ruptura violenta...

Para se defrontar com outra: a tomada de poder dos maoístas em “O Tempo e o Modo”...

Essa linha maoísta afirma-se maioritária, e eu saio da revista. Foi uma imensa desilusão, eu estava extremamente ligado a “O Tempo e o Modo”.

Foi uma derrota?

Foi uma derrota. Tinha apostado naquilo, apostara que era possível dar à revista uma volta noutra direcção. E de repente encontrei-me com uma gente tão fanática e facciosa como o PC – alguns ainda piores –, numa linha ideológica com a qual não tinha a ver e numa revista cujo conteúdo se ia degradando dia após dia. A questão foi muito democraticamente votada em plenário, perdi por esmagadora maioria, vim-me embora.

Já estava na Fundação Gulbenkian?

Já, desde 69. Depois, entre 71 e 74, tenho uma intervenção política escassa. De resto, o ambiente era muito cinzento em 73 em Portugal. Tinha havido o desfazer da Ala Liberal, a oposição parecia muito mais diluída; na oposição havia, por outro lado, um tipo de acções cada vez mais perigosas e capazes de a conduzir a um grande isolamento, as Brigadas Revolucionárias, etc. Via muita gente com pouca preparação política metida em acções perigosíssimas, arriscando-se a levar 15 ou 16 anos de prisão... Tinha sempre a noção, por um lado, de que a situação não tinha saída e, por outro, que teria de acontecer qualquer coisa... Daí aquelas conversas intermináveis como a que referi no princípio. Mas nunca pensei que a situação caísse por via militar.

E aí voltou-se uma vez mais para os seus amigos de sempre, e de algum modo há como que uma continuação das vossas teses de 69 na CDE...

Havia a ideia de reformular, com toda aquela euforia esquerdizante que se seguiu ao 25 de Abril, o tal projecto de terceira via de esquerda... Mas no 28 de Setembro apercebo-me que o PC estava a tomar um papel de tal modo preponderante no país que daí advinham, de facto, perigos muito reais. E apercebo-me muito bem disso porque havia no MES – ao qual eu aderira como uma espécie de continuação do que queríamos em 69 com a CDE –, um cada vez maior alinhamento pelas posições do PC. Em Dezembro de 74 saímos todos – Sampaio, Galvão Teles, eu... – do MES, numa altura, já ninguém se lembra, muito preocupante: foi quando

os comunistas tentaram conquistar o PS por dentro, na célebre luta entre Mário Soares e Manuel Serra. Mário Soares ganhou o congresso, mas por uma pequena margem. Por tudo isto, pela luta da unicidade sindical, pensei que estava diante de uma luta clássica pelo poder que encarnava todas as formas conhecidas das tomadas de poder nos países de Leste. Embora me custasse a crer que houvesse aqui, no extremo ocidental da Europa, condições para isso... Mas os sinais lá estavam.

Ficou, após a saída do MES, numa espécie de orfandade política. Preocupou-o o fracasso dessa experiência?

No MES criara-se depois uma coisa que me deu muita satisfação: desde o início que havia lá gente muito diferente de mim, com quem não me entendia de todo, que não pensava como eu, não queria o que eu queria... Mas após a cisão, quando se passou para o GIS – Grupo de Intervenção Socialista – começou a haver uma identidade muito maior, uma sintonia e uma coesão. Isso veio ao encontro do que eu queria: ter um tipo de intervenção mais virada para a escrita, a reflexão sobre certas questões...

Por exemplo?

Para onde se encaminhava Portugal, de que maneira, qual seria a evolução... Ela teria forçosamente que escapar a qualquer hegemonia dos comunistas, mas por outro lado teria, a meu ver, que manter os valores de uma esquerda independente, numa via original. Era nisso que acreditava profundamente e não me importo nada que me chame ingénuo. Era nisso que eu apostava seriamente.

Não o chamo ingénuo, penso é que o dr. Soares deveria rir-se imenso...

É que justamente era necessário não nos metermos num sistema clássico e sermos capazes de combinar várias fontes de inspiração da própria revolução.

Por isso olhavam sempre de longe para o PS...

Ainda vinha longe, embora comesse a fazer cada vez mais sentido que só dentro do PS se poderia actuar politicamente. Lembro-me, por exemplo, de ter tido uma conversa muito longa com Nuno Bragança, em pleno período da nossa contestação ao PS, em que ele me diz que não temos outra saída... porque aqueles movimentos todos não só não iriam dar a parte nenhuma, como iria ser impossível alterar os esquemas tradicionais da política.

E o que se passa consigo em 78, data em que quase todos os ex-MES e ex-GIS entram para o PS?

Nessa altura, com tudo o que se passou depois, e uma leitura diferente que fui fazendo – sobretudo a partir de 75, 76 – de tudo o que ocorrera no país, dos falhanços das várias linhas e de cada uma das nossas tentativas, resolvi afastar-me da política. Aliás, eu dis-

sera várias vezes que no dia em que houvesse uma democracia estável, e dado que nem tenho jeito especial para a política nem ela me estimula particularmente, me afastaria. A minha última luta política foi dentro do grupo da Intervenção Socialista para uma entrada no PS, a tal que se faz em 78. Mas nunca cheguei a aderir formalmente ao PS.

Entretanto ia escrevendo. Lembro-me de textos seus muito críticos, arrasadores alguns, sobre o PS e o academismo do seu discurso...

Houve um texto no PS, chamado “Dez anos para mudar Portugal”, que eram os anos oitenta. Escrevi dizendo que quem ia mudar Portugal nesses anos seria a direita, conquistando de novo o poder, não tendo o PS sequer dez meses para mudar Portugal. Foi um enorme escândalo, mas se a minha clarividência política nunca foi grande, aí não me enganei muito. Não tinha a menor ilusão sobre como tudo iria ocorrer.

Atribuía essa sua antevisão aos erros do PS ou ao facto de ter surgido em cena Sá Carneiro?

Aos erros cometidos pela esquerda em geral. Do PC não vale a pena falar, porque não se trata de erros mas de uma estratégia, que era conseguir as colónias para o seu bloco. O dr. Cunhal actuou aqui de forma a criar em Portugal um ambiente que lhe permitisse qualquer coisa de muito mais importante para a União Soviética, em termos de política mundial. Ganhou nos anos setenta.

Os militares foram instrumentalizados?

Não tenho dúvida nenhuma.

Todos os que “mexeram” na descolonização?

Melo Antunes não. É o homem que faz frente ao PC – aliás, uma das ironias de Portugal é as pessoas terem-no sempre conotado com posições ultra-esquerdistas, quando Melo Antunes, tal como Mário Soares, é o protagonista civil – é o militar que impede o triunfo do poder comunista em Portugal.

Melo Antunes não impediu o comunismo em Angola ou Moçambique... Pelo menos como o logrou com êxito em Portugal.

Mas esteve contra, foi o homem que tentou outras vias. Só que nessa altura a corrente militar estava demasiado absorvida com o que se passava cá para ter uma presença activa em África. Em África quem manda é Rosa Coutinho. Em Angola é ele. Rosa Coutinho era o expoente máximo, porque era governador ou alto-comissário, e as suas posições alinham pelo PC, como aliás alinhou Vasco Gonçalves. É contra esses homens que Melo Antunes e o Grupo dos Nove se opõem.

Passaram-se vinte anos sobre o 25 de Abril. O que diz a si próprio? Como caracteriza estes anos, vistos da sua geração?

Em relação ao sonho da minha geração, ele nada tem que ver com esta realidade. Só que o mundo modifi-

cou-se de tal maneira, tudo se alterou tanto que me é difícil projectar para hoje aquilo que pensávamos nos anos 60-70. Como eu diria nessa altura, isto hoje é uma democracia burguesa. Mas deram-se passos fundamentais: não só as pessoas estão muito mais livres e conscientes – pronunciam-se e afirmam-se –, como é preciso ser-se cego para não ver que o país sofreu uma evolução profundíssima. É outro país, mas não é um país com que se possa sonhar. Continua a ser atrasado e a sofrer de problemas gravíssimos, embora se tenha transformado substancialmente. Por outro lado, nenhum país do mundo concretizou, no quadro de uma revolução, aquilo que a minha geração pensava nessa altura. Não há modelos nesse aspecto. Ou tudo acabou, como no Leste, apesar de ele nunca ter sido para nós uma referência, ou continua aí – como Fidel, em Cuba: um dinossauro. Um dia pode olhar-se para este final do século XX do mesmo modo que a metade deste século olhou para o século XIX, isto é, como um falso momento de repouso histórico que preparava outras e diferentes questões e tensões. Ora, isso faz parte de toda uma dinâmica na qual continuo a acreditar profundamente.

Que idade tem?

Tenho 59 anos.

E acredita em quê?

Substancialmente, nas mesmas coisas. Mudei pouco de crenças e mantenho os mesmos amigos. Acredito na espantosa importância da cultura; penso que a arte tem um papel fundamental para o conhecimento e a transformação dos homens, acredito que isso é mais importante do que qualquer família política. Ao longo da minha vida sempre tive amigos com ideias políticas totalmente diferentes e isso nunca influenciou na amizade, mesmo quando nos situávamos em campos opostos. Mas é-me difícil ter a mesma relação com alguém que não comungue dos mesmos valores culturais.

Isso sempre se sobrepôs a tudo o resto?

O valor cultural foi sempre dominante. Aliás, todos os meus disparates políticos vêm de uma leitura romântica e estética da sociedade e da política...

“Quem mandou no processo de descolonização foi o MFA”

Presidente do PS e ex-presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos, hoje com 78 anos, foi um dos protagonistas da descolonização como ministro da Coordenação Interterritorial. Iliba Mário Soares e a si mesmo também das “culpas” na descolonização. Confessa que tentou “influenciar” no sentido da “moderação”. Não poupa, porém, Spínola - cujas teses “à altura eram inviáveis eram impossíveis e que envenenaram o processo” - e lembra que em Lisboa se vivia um clima de esquerdismo que não dava azo a outras soluções

São José Almeida 10/02/1994

Paulo Portas tem feito críticas a Mário Soares sobre a descolonização. As críticas, ao longo dos anos, têm-no atingido também a si. Quais são as suas culpas?

Tenho encarado as críticas com uma grande serenidade porque sempre tive e continuo a ter bons argumentos para poder defender-me. Simplesmente, para me defender eu tenho de acusar.

Bom, mas então...

O problema é que quem tem consciência do valor das instituições, quando tem que fazer acusações que podem envolver o desprestígio de algumas instituições, por exemplo a instituição militar, as Forças Armadas Portuguesas, tem que pensar um pouco se deve fazê-lo e em que momento. Por isso, eu deixei passar 30 anos, não vou deixar muito mais porque estou exactamente a escrever um livro em que, sem preocupações defensivas - não é a minha alegação de defesa longe disso -, eu digo a verdade sobre a descolonização, doo a quem doer. Não identifico pessoas, não digo o senhor fulano de tal fez isto ou aquilo, mas digo aconteceu isto, aconteceu aquilo. A simples ocorrência de determinados factos absolve os descolonizadores. Não tenho a menor dúvida em poder demonstrar e demonstrarei que os descolonizadores, nomeadamente o doutor Mário Soares que, como disse, está a ser objecto de críticas actuais, indirectamente eu próprio também, teve uma responsabilidade mínima, eu diria mesmo nula na descolonização e teve até uma actuação positiva.

Até que ponto é que Spínola estava isolado na ideia de uma África branca e de uma África federal?

O Spínola era um patriota, não há dúvida nenhuma sobre isso. Sonhou com a ideia de comunidade, um bocado fora de época, mas é uma ideia nobre, generosa. Foi pena que as ex-colónias não tivessem concordado com isso, porque teriam vivido estes trinta

anos muito melhor do que viveram e quando fosse de cortar o cordão umbilical cortava-se sem dor. Ele esqueceu-se de que quando há guerra só podemos obter a paz negociando com quem nos faz a guerra. Ele queria negociar não só com quem nos fazia a guerra, mas com todos os partidos que surgiram, com todas as forças sociais, com a comunidade em geral. É uma ideia bonita, simplesmente irrealizável.

Ele chegou a reunir-se com a comunidade branca de Angola, não foi?

Teve aqui uma reunião, dois dias antes de renunciar ao mandato de Presidente. Mas era uma ideia fora de época porque o MFA não concordava com isso, nem concordavam os três movimentos de libertação de Angola, que exigiam negociações directas com eles próprios. Por isso é que a lei 7/74 foi publicada, um pouco a “contre-coeur” do Spínola.

Foi tirada muito a ferros?

Não, nem foi. O que acontece é que houve a crise Palma Carlos. [O primeiro-chefe de Governo pós-25 de Abril] Palma Carlos tentou uma solução de legitimação do Presidente da República através de um referendo. Tentou também a aprovação referendária de uma Constituição. O MFA e a generalidade dos partidos, tirando quatro ministros que se solidarizaram com o primeiro-ministro, estavam contra.

Quem eram?

Sá Carneiro, Magalhães Mota, Firmino Miguel e Vasco Vieira de Almeida, que também pediram a demissão. A crise Palma Carlos fragilizou o Presidente da República. Foi ele próprio quem propôs aquilo aos partidos e ao Governo. O Conselho de Estado aproveitou essa fase de fragilização de Spínola para lhe propor a lei 7/74. A lei tem uma génese curiosa porque aparece publicada no “Diário de Governo” sem eu ter sido ouvido. Eu era o ministro da pasta, fui direitinho a Belém dizer ao Spínola: “Eu venho aqui pedir a demissão.”. Ele

perguntou porquê. “Por isto, sempre defendi o que a lei diz, sem ser ouvido vejo isto consagrado numa lei, sou como os maridos enganados, sou o último a saber, não posso admitir”. E ele diz-me assim: “Mas eu não assinei essa lei.”. Mandamos vir o dossier e de facto a lei não estava assinada.

Mas foi publicada como? Quem mandou?

Não me peça para explicar como foi publicada que eu não sei, não faço ideia, nem sei qual foi a intenção. O que sei é que eu próprio fiz algumas críticas à lei. E disse: “Além do mais, está mal redigida e precisa de um artigo terceiro que diga como se faz a descolonização.” É o tal artigo terceiro que diz que é por acordo negociado e assinado pelo Presidente da República. Não estava previsto o formalismo da negociação directa com os movimentos. Anulou-se a lei anterior, publicou-se a lei. No dia seguinte, Spínola faz um discurso histórico de elogio fabuloso à lei. Defendeu aquilo que nunca tinha defendido, há uma mudança radical na sua posição. Naquele momento, recuperou a confiança do MFA. Quando voltou a perdê-la? Quando reuniu com as forças vivas de Angola. Foi quando ele declarou: “Agora Angola é comigo!” Aí ele ditou a sua sentença como Presidente da República. Pouco depois, virá a renunciar depois do 28 de Setembro. O 28 de Setembro não está muito bem explicado, mas, digamos assim, foi a última tentativa que ele fez de poder retomar o processo de descolonização nas mãos. Renunciou. Veio o Costa Gomes que estava mais identificado com os pontos de vista do MFA.

Há um outro protagonista da época a quem se refere sempre, que é a Comissão Nacional da Descolonização.

Foi um órgão criado sob sugestão de Veiga Simão, que era muito amigo de Spínola. Foi útil. Reunia para os problemas da descolonização, na Presidência da República. Era constituída pelo Presidente da República, pelo primeiro-ministro, por Melo Antunes, por mim, pelo Mário Soares. O Governo, enquanto órgão, nunca quis saber da descolonização.

Não eram aí tratados os problemas da descolonização?

Pôs-se à margem. Quando eu queria levar lá qualquer problema não encontrava eco.

Portanto, quem tratava da descolonização era este órgão.

Não direi que tratava, mas acompanhava, dava consulta. Antes de irmos para Lusaka [Zâmbia] discutimos o documento que o Melo Antunes tinha pré-negociado com a Frelimo.

Todas as personagens que integravam esse órgão concordavam com o processo em curso?

É evidente. Reconheciam que não havia mais nada a fazer senão aquilo que se fez, que apesar de tudo o

que se fez era o melhor que havia a fazer.

Quando se analisa o processo de descolonização, o discurso dos civis envolvidos é que aquilo foi o fruto da vontade dos militares.

Mas não tenha dúvidas nenhuma, quem mandou no processo de descolonização em relação aos principais processos foi o MFA. Não tanto em relação à Guiné, estava arrumado.

A ideia que passa muitas vezes é que os militares eram todos esquerdistas, mas quando se vê os militares envolvidos temos: Moçambique, Vítor Crespo; Angola, Silvino Silvério Marques; Timor, Lemos Pires; São Tomé, Pires Veloso. Não são esquerdistas.

Não são esquerdistas, mas o ambiente em geral no pós-25 de Abril foi um ambiente de esquerda. Mesmo os que não eram esquerdistas defendiam, sem esforço nenhum, posições de esquerda.

Silvino Silvério Marques defendia uma Angola branca, uma solução rodesiana.

Sempre foi um homem de direita, não sei se defendia uma Angola branca. Antes defendeu, depois não sei. Mas todos não faziam esforço em tomar posições de esquerda. Toda a gente em Portugal.

Era então uma questão de espírito do tempo?

O clima geral era de esquerda, era difícil que alguém dissesse: “Eu não sou de esquerda.” Antes disso tinha ido para o Brasil.

Na sua opinião, a descolonização podia ter sido melhor, foi o melhor possível ou foi o pior possível?

Pior possível não foi. Se comparar com outras descolonizações, a França só apertou a mão ao Governo da Argélia 13 anos depois. As pontes ficaram lançadas.

Mas foi o melhor possível ou podia ter sido melhor?

O melhor possível não digo que fosse, podia ter sido melhor necessariamente. Houve condicionalismos. Se em Portugal não existisse o clima político que existiu, todo ele propenso a um esquerdismo extremo a influenciar as decisões, a entusiasmar tudo o que era de esquerda, a condenar tudo o que era moderado, já não digo de direita. Fomos vítimas do clima que se vivia em Portugal, quer nas Forças Armadas quer no civil. Eu posso reivindicar para mim que me mantive sempre com uma certa moderação.

O senhor, que era ministro da Coordenação Interterritorial, lutava por quê, o que eram os seus desejos, o que era essa moderação?

Era, no fundo, lutar pelas soluções mais harmoniosas e mais sensatas, dentro do condicionalismo em que eu tinha que trabalhar. Eu não tinha a decisão isolada, havia o MFA, havia o Presidente da República. Duran-

te o Spínola havia o Spínola, que era um decisionista, depois havia o MFA, que tinha os seus centros de decisão, nos quais eu não mandava nada, mas procurei sempre influenciar. Onde pude influenciar, fui para soluções moderadas e sensatas. Mas quem tinha o poder era o MFA.

Foi sempre da opinião que não havia outra coisa senão descolonizar?

Não havia outra coisa a fazer e mais: tive muita pena que não se descolonizasse depressa. Repare, a lei 7/74 veio permitir negociações directas com quem nos fazia a guerra e aí podemos fazer a paz e a partir da paz a descolonização. Eu estava em Portugal quando foi o 25 de Abril, o “Século” pediu-me uma entrevista e eu nessa entrevista defendo negociações directas com os movimentos de libertação. Antes de ser ministro defendi aquilo que veio a ser consagrado na lei 7/74. Portanto, eu não tenho culpa que tenhamos perdido aqueles três meses que envenenaram completamente a situação militar, provocaram a indisciplina militar.

Há uma responsabilidade maior do Spínola?

Responsabilidade sim, culpa não. Ele fê-lo por bem, a intenção dele era saudável e era boa e tinha apoiantes, não estava isolado. Dentro das Forças Armadas tinha quem o apoiava, o Firmino Miguel. Foi pena que ele tivesse de defender aquelas teses que à altura eram inviáveis, eram impossíveis e que envenenaram o processo. A prova disso é que ele veio a corrigir a atitude e assinou e elogiou a lei 7/74.

O senhor está ligado à democratização portuguesa por dois pilares, um que é a via jurídica, como autor da maior parte do edifício jurídico do regime de Direito pós-25 de Abril, e outro que é a descolonização. Se pudesse voltar atrás o que faria de novo ou de diferente o que corrigiria para ficar de bem com a história?

Se fosse egoísta não tinha aceitado a pasta da descolonização, mas não só capaz de ser egoísta, nem sou capaz de ser calculista. Sei fazer cálculo, lá burro não sou. Sabia que a descolonização ia ser uma fogueira, sabia isso. Mas, também me atraem as dificuldades, o fugir às dificuldades por comodismo, não sou capaz disso. O desafio da descolonização de algum modo seduziu-me por ser difícil. Depois vim aceitar a pasta pior: comunicação social. Por que é que aceitei? Porque ninguém a queria. Era uma pasta terrível na altura, os órgãos de comunicação social estavam todos na mão da esquerda. Tirá-los da mão da esquerda não era fácil sem ser acusado de fascista como fui muitas vezes. Mas tirei e deixei a comunicação social normalizada, ainda que tendo de recorrer a um instrumento que eu não gostava que foi a nacionalização das partes não públicas da televisão e da rádio e dos jornais, para poder nomear novos administradores e eles poderem

nomear novos directores. Depois a Justiça, era uma pasta terrível, era a adaptação de toda a legislação portuguesa à nova Constituição. De momento tudo ficou inconstitucional. Tinha ano e meio para regularizar aquilo, revi os códigos, reorganizei a organização judiciária, o Ministério Público, o estatuto dos magistrados, o estatuto dos Açores e da Madeira, tudo isso, a lei sindical. Era o desafio que me seduzia.

“Fiz pelos retornados o que podia”

Almeida Santos sustenta que foi feito tudo o que era possível pelos retornados e frisa que a integração resultou. Defende mesmo que hoje estão melhor do que se tivessem ficado em África

Na negociação dos acordos, que lhe competia a si também como ministro das Coordenação Interterritorial, até que ponto se sente responsável e vive com o drama de não terem sido salvaguardados os interesses de meio milhão de portugueses que depois retornam...

Espere aí, salvaguardar pode ser uma palavra ou um facto. É verdade que não ficaram salvaguardados, mas as palavras estão no acordo, leia o acordo de Lusaka e está lá.

Então o que se passou foi não ter havido respeito pelo acordo?

O acordo passou a ser letra morta no dia seguinte. E o próprio Machel, que até ao acordo teve palavras simpáticas para os portugueses, a evitar que saíssem, quando depois entrou no Norte, dentro daquele espírito de criar o vazio para não ter outras intentonas, ele fez discursos terríveis que desmotivaram os portugueses.

É um fenómeno global. Vieram também muito de Angola.

O fenómeno é sempre o mesmo. Na Guiné havia muito pouca gente, havia dois mil portugueses e não foi pelo acordo que se vieram embora, na Guiné não havia condições para lá continuarem.

Como é que o senhor vive com o problema dos retornados, de meio milhão de portugueses que vê as suas vidas...

Tenho muita pena dos retornados, sou um deles. Fiz pelos retornados o que podia. E devo dizer-lhe uma coisa, quer a França quer a Inglaterra quer os outros países que tiveram colónias reconhecem que o país em que se passou melhor o problema do regresso dos residentes nos ex-territórios, foi em Portugal.

Houve uma maior integração?

Não só uma maior integração, houve medidas tomadas. Por exemplo, os funcionários públicos, que era um drama, eu integrei-os todos no funcionalismo português, criei o quadro de adidos e não perderam nenhuma regalia, nenhum vencimento, nenhum direito que tinham lá, reforma, etc. Não podia fazer mais. Ora bem, com os funcionários não houve problema. Quanto aos outros retornados, não foi tarefa só minha, mas colaborei. Integramo-los nos hotéis e nas pensões, que na altura estava tudo vazio, não havia turismo. Demos crédito para iniciativas industriais e comerciais, de tal maneira que o contributo dos retornados para a recuperação da economia portuguesa foi decisivo. A família funcionou, até a solidariedade da amizade funcionou. Portugal deu um exemplo ao mundo que os outros países não deram. Porque nós recebemos em percentagem da população mais do que qualquer outro país com colónias, quase cinco por cento.

Meio milhão de pessoas.

Apesar disso, não foi um problema para o nosso país, nem um problema económico, nem um problema social. Pelo contrário, às tantas havia carne de frango a mais, havia carne de coelho a mais, porque as iniciativas eram tantas. Recuperámos a economia com base nos retornados que traziam uma qualificação profissional em média superior às de cá. Portanto, não foi um drama, longe disso. E muitos deles hão-de reconhecer que estão melhor aqui do que se estivessem hoje lá.

O acordo foi negociado lá, pelo MFA” antes do Alvor

O acordo do Alvor foi negociado em Angola, entre os movimentos de libertação e os representantes do MFA local, garante Almeida Santos que lembra que, após o 25 de Abril, a guerra reacendeu e que até a Unita voltou a pegar em armas. Isto enquanto em Lisboa “os mesmos que hoje criticam a descolonização estavam na rua aos berros: ‘Nem mais um soldado para Angola, nem mais um soldado para Moçambique, nem mais um soldado para o Ultramar’.”

Qual o papel do MFA em Angola?

O papel do MFA é fundamental no caso de Angola. Porque Angola tinha três movimentos de descolonização, três exércitos que lutavam entre si e que lutavam todos contra nós. Por detrás do FNLA estavam os EUA, por trás do MPLA estava a URSS, por trás da Unita estava a África do Sul.

Em Angola houve uma especificidade ligada à

Guerra Fria.

Absolutamente. E o petróleo e os diamantes faziam com que cada uma destas potências exteriores tivesse os seus representantes dentro do território.

Há quem defenda que em Angola havia as condições excelentes para haver uma negociação com mais tempo e com paz, porque a guerra estava ganha.

Estava em 25 de Abril, quando as nossas forças davam suporte militar a qualquer actuação política. Mas depois deixaram de dar, aconteceu o mesmo fenómeno de degenerescência, digamos assim, da disciplina militar e da cadeia de comando, rompeu-se a cadeia de comando, rompeu-se a disciplina militar igualmente. E, por outro lado, os movimentos militares também intensificaram os seus ataques para puderem negociar em força. A Unita até praticamente tinha deposto as armas, mas logo a seguir avançou para poder dizer: “Também sou um movimento de libertação.”

Para se sentar à mesa das negociações.

Por isso mesmo é que esta especificidade do caso de Angola fez com que os negociadores tradicionais, eu e Mário Soares, etc., não tivéssemos tido nenhuma influência. Porque o acordo foi negociado lá, pelo MFA.

Mas lá como? Quem era o MFA lá? Era o Rosa Coutinho?

O Rosa Coutinho teve um papel importantíssimo, mas esse não era do MFA, era o presidente da junta regional e depois foi Alto Comissário, nessa qualidade ele teve um papel importantíssimo.

E Silvério Marques?

O Silvério Marques é um epifenómeno. Quando fui nomeado ministro fui a Angola e a Moçambique e tinha prometido aqui antes de ir que ia ouvir as populações sobre quem é que queriam que fosse governador. Em Moçambique toda a gente pediu o Soares Melo. Em Angola pediram Silvino Silvério Marques com surpresa minha, não era o meu candidato. Cheguei cá, falei com o Spínola e disse-lhe: “Para Angola, o nome foi o Silvino, eu tenho o compromisso de propor mas o senhor pode não aceitar.” Esteve lá um mês e meio. Mas o acordo da descolonização é quase um pequeno milagre porque, quando três movimentos lutam entre si, o Rosa Coutinho, fundamentalmente, e o MFA local, conseguem pô-los de acordo para se juntarem numa mesma cimeira. É um sucesso.

O MFA quem era?

Isso não sei, era a comissão do MFA local.

Então quando Lisboa é chamada a assinar o acordo de Alvor faz aquilo que o senhor já referiu, ou seja, “pôr em bom português” o que tinha sido localmente negociado.

Mais nada, não fizemos mais nada. A informação que

tenho é que o acordo terá sido proposto pelo MPLA, pelo Agostinho Neto, salvo erro em Argel.

O Holden Roberto já reivindicou a autoria do acordo para a FNLA.

Agora cada um chama a si o heroísmo de o ter feito. Quem o redigiu não sei, sei é que eles puseram-se de acordo em Nakuru [Quênia] no sentido de aceitar uma negociação conjunta com o Governo português. O Alvor é dois dias depois. Ora, terem eles conseguido pô-los de acordo, quando na véspera estavam aos tiros...

E estiveram no dia a seguir.

No dia a seguir não tanto. É um pequeno milagre. Repare que no caso de Angola até estava prevista uma consulta popular, uma eleição para uma assembleia constituinte e depois legislativa. Infelizmente, não foi possível porque eles voltaram aos tiros uns com os outros. Luanda transformou-se num caos. Ainda lá fui com o Melo Antunes tentar uma trégua, conseguimos que durante duas semanas não dessem tiros, mas começaram. O governo de transição justificou alguma esperança. Fui lá dar-lhes posse e fazer um discursozinho bonito, mas logo disse que este acordo tanto pode ser um papel como uma base de esperança para Angola. Veio a ser um papel, que eles rasgaram.

Há pouco disse que o Governo de Lisboa não acompanhou o processo, que foram os militares, mas o senhor no seu livro “Pare, pense e mude”, diz que para a solução Spínola ou para uma solução mais negociada era preciso paz e tempo. Porque não se conseguiu?

Porque eles não queriam. Queriam uma solução imediata. Por isso aceleraram na guerra. Deixámos de ter suporte militar.

Deixaram de ir tropas para Angola?

Não deixavam aqui. Os mesmos que hoje criticam a descolonização estavam na rua aos berros “Nem mais um soldado para Angola, nem mais um soldado para Moçambique, nem mais um soldado para o Ultramar”. Houve uma tentativa de embarque que foi boicotada. Depois nunca mais se tentou porque não era possível. Portanto, não era possível refrescar as forças, os que lá estavam entregavam armas e estavam cansados, exaustos, eles deram dez anos, treze nalguns casos, de paz ao Governo, para negociar uma transição política. Não o quis. Agora o culpado é quem? São os pobres militares? Claro que não são.

“Melo Antunes e Almeida e Costa acordaram com a Frelimo as bases do futuro acordo” de Lusaca

Antigo colono em Moçambique, onde integrou os Democratas de Moçambique, Almeida Santos, hoje com 78 anos, relata em pormenor a descolonização deste país e não hesita em afirmar que o acordo de independência foi negociado entre a Frelimo, Melo Antunes e Almeida e Costa. Quanto a si e a Mário Soares em Lusaca, apenas assinaram o que já fora combinado. E, no seu caso, também tratou de o “pôr em bom português”.

Da leitura do que o senhor já disse e escreveu sobre descolonização fica patente que é muito omissos nas referências que faz.

Sou intencionalmente omissos por razões de responsabilidade política. Tenho um sentido de Estado muito apurado.

A ideia que dá é que o senhor não assume responsabilidade nenhuma no processo.

Se usar a palavra responsabilidade, tenho de assumir alguma; se usar a palavra culpa, eu não assumo nenhuma. Responsável sou, culpado não sou.

O senhor diz que foi “o bombeiro da descolonização”...

Exacto.

Em relação a Lusaca diz que o acordo estava pré-negociado por uma alta patente das Forças Armadas, que em Alvor o senhor se limitou a “pôr em bom português” um acordo que estava pré-feito.

Tudo isso é rigorosamente verdade.

Quem são as pessoas que fazem estes acordos?

Permita-me que faça um apanhado dos vários processos de descolonização. Primeiro, Guiné - na Guiné a guerra estava perdida. Havia uma situação de facto; os descolonizadores o que fizeram foi arranjar um acordo bonito de ler, em que se falava de cooperação, em amizade.

Uma saída airosa.

Uma saída airosa. Nós não tínhamos a possibilidade de fazer mais nada, porque a alternativa era a continuação da guerra e a derrota que se queria evitar. Na Guiné não há culpas da nossa parte, nada a fazer. Moçambique foi a seguir. A situação não era idêntica, apesar de nos três meses que mediaram o 25 de Abril e a Lei 7/74 a guerra ter acelerado; a Frelimo procurou atacar mais do que nunca para poder negociar em força. É natural.

Mas houve ou não uma retirada das forças do terreno em Moçambique?

Também em Moçambique estávamos à beira da derrota militar. E a Frelimo pôs o problema claramente: não aceitavam negociações com aqueles partidecos que surgiram à última hora, porque não tinham entrado na luta; só eles tinham legitimidade revolucionária, os outros não tinham; e não estavam dispostos a disputar uma eleição em pé de igualdade com os outros partidecos de última hora, uns ligados à minoria branca, outros ligados a outras minorias negras. Se a alternativa era negociar com a Frelimo ou continuar a guerra, tivemos de negociar. É verdade que houve, infelizmente, uma posição de força das nossas Forças Armadas - não de todas, nisto há bom e mau, como em tudo. E o facto é que se recebeu aqui [em Lisboa] um telegrama a dizer: “Se até ao fim do mês vocês não entregarem o poder à Frelimo, único e legítimo representante do povo de Moçambique, nós depomos as armas.”

Quem era a estrutura militar em Moçambique?

Não vou dizer-lhe, desculpe, eu nem sei, nem nunca quis saber. Posso dizer: foram os comandantes de tal e de tal e agora vão à procura de quem eram à data, mas não vou fazer isso, pela razão simples que eu compreendo de algum modo a razão deles: eles tinham feito o 25 de Abril para acabar com a guerra e a guerra depois do 25 de Abril em vez de acabar, acelerou-se; morreram tantos ou mais soldados portugueses nessa altura que anteriormente. Eles não puderam aceitar isso e então começaram a fazer pressão para que houvesse paz. Houve uma companhia, no Norte de Moçambique, em Omar, que se entregou. Esse tal telegrama dizia: “Até ao fim do mês.” No fim do mês uma companhia entregou-se à Frelimo. E veio outro telegrama a dizer que a companhia tinha sido objecto de uma emboscada, tinha sido involuntário da parte dos nossos. E antes de irmos para Lusaca, para as negociações, o general Spínola disse-me que, como condição de começarmos a discutir, eles tinham de apresentar desculpas pelo que se passou em Omar. Assim fizemos, dissemos: “Temos instruções de não começar a negociar sem vocês justificarem o que se passou em Omar.” Eles apresentaram uma cassete que mostrava que tinham sido os nossos que se tinham entregado. Na cassete diziam: “É hoje, peguem lá as nossas armas.”

O tal prazo.

Trouxemos uma cópia da cassete para o Spínola. Imagine o efeito que fez a cassete no Spínola quando começou a ouvir aquilo. Não conseguiu ouvir até ao fim. Começou a ficar comovido e irado quase. Portanto, nós negociámos nesta situação, sem suporte militar; tínhamos deixado de ter suporte militar e sem suporte militar não há negociação forte que eu saiba. Depois evocaram o facto de na Guiné não ter havido o refe-

rendo que o Spínola queria fazer.

Mas hoje não acha que teria sido mais sensato fazer esses referendos?

Os referendos eram impossíveis, na medida em que a Frelimo disse e todos disseram: ou referendo com continuação da guerra, ou não há referendo. Optava pela continuação da guerra? Não podia, não havia suporte militar. Também lhe digo uma coisa: o referendo seria uma fonte de distúrbios de toda a ordem. Aqueles partidecos todos, a lutar uns com os outros. A Frelimo muito mais potente, muito mais armada, a boicotar o referendo. A Frelimo disse: “Quem votar no referendo é traidor.” Mas também é verdade que, antes de o dr. Mário Soares e eu termos ido para Lusaca, tinha havido uma negociação prévia, dirigida pelo MFA. Porque, a partir da Lei 7/74, que veio permitir negociações directas entre os movimentos, o MFA chamou a si a condução do processo de descolonização. O MFA mandou a Dar-es-Salam [Tanzânia] dois militares.

Quem eram?

Melo Antunes e Almeida e Costa. E, de facto, acordaram com a Frelimo as bases do futuro acordo. O essencial estava lá: a dispensa da consulta popular, fosse referendária, fosse directa; o reconhecimento da Frelimo como único e legítimo representante do povo de Moçambique; a existência de um governo de transição com a composição assim ou assado - estava basicamente tudo discutido. Portanto, não venham dizer que os culpados sou eu e o dr. Mário Soares, quando depois começamos a discutir, naquela base, em Lusaca. Também eu aí absolvo absolutamente o dr. Mário Soares. Não estou a defender-me a mim, pela razão simples que ele negociou perante situações de facto: primeiro, sem cobertura militar; segundo, com uma negociação prévia em que não tinha intervindo. Ele não teve culpa nenhuma. O acordo de Lusaca, apesar de tudo, é um acordo hábil. Tenho um grande papel na redacção do acordo; os acordos foram praticamente todos redigidos no essencial por mim, mas na prosa, não nas soluções.

O problema em Moçambique foi só Jorge Jardim?

Não! Qual Jorge Jardim! O Jorge Jardim é um falso problema em Moçambique. O acordo de Lusaca é um acordo em que salvamos a face. Nós não reconhecemos a Frelimo como único e legítimo representante. Leia o acordo e não está lá isso. Foi o que ainda conseguimos: evitar reconhecer que a Frelimo era o único e legítimo representante, mas foi com a Frelimo que negociámos. Por outro lado, estabeleceu-se cooperação, amizade, deixámos as pontes lançadas, coisas que a França não deixou na Argélia, nem a Holanda na Indonésia, nem a França na Indochina, nem a Inglaterra no Quénia. Atenção, é preciso ver isto! As pontes ficaram cortadas

e as nossas não ficaram. Ficaram lá muitos portugueses e continuaram a passar nos dois sentidos.

Por que é que o processo não correu bem? Porque no próprio dia em que assinámos o acordo de Lusaca um grupo de brancos em Moçambique invadiu o Rádio Clube e fez uma intentona militar favorável à direita. A seguir a isso, houve um massacre de pretos, em que morreram entre uma centena e um milhar, não se sabe bem, há várias estatísticas, mas morreu muita gente, um massacre verdadeiro. Isto passou-se a 7 de Setembro. No dia 21 de Outubro, há a “revanche” dos pretos contra os brancos. Aí morrem uma largas dezenas, se não centenas de brancos, que foram chacinados. Ora bem, com estas condições é evidente que o processo de descolonização foi imediatamente abandonado. E a Frelimo começou a pensar: O que é que mais nos convém? É termos aqui esta minoria branca, que nos vai continuar a infernizar a vida e a fazer intentonas militares, ou criar o vazio, correndo o risco de batermos no fundo, do ponto de vista económico, administrativo, jurídico, social e médico?” Eles optaram por criar o vazio.

Alguma vez julgou possível um Moçambique branco, uma solução de tipo rodesiana?

Branco nunca, nunca defendi isso.

Quando integrou o grupo Democratas de Moçambique, qual a solução que propunha?

Nós no princípio da guerra - um pouco influenciados pela Commonwealth inglesa e pela União Francesa e também pelas ideias defendidas pelo Cunha Leal na altura - defendemos uma solução comunitária, que ainda era possível nessa altura. Não tínhamos ilusões de que, mais tarde ou mais cedo, o cordão umbilical se cortaria, mas cortava-se sem dor. Escrevemos manifestos, eu escrevi um livro que foi proibido pela censura e em resultado disso tive problemas de toda a ordem. Mas a partir de certa altura, quando a guerra começou a não ter recuo e vimos que não conseguíamos controlar as frentes militares, aceitámos a ideia de autodeterminação e independência. Fomos os primeiros a fazê-lo num manifesto eleitoral. Candidatávamo-nos às eleições fantoches do regime anterior e éramos depois “descandidatados” pelo tribunal administrativo, que anulava as candidaturas pelas razões mais fúteis: a primeira vez foi porque defendíamos ideias contrárias à ordem social estabelecida; outra vez foi ainda mais ridículo - porque não tínhamos feito a prova de cidadãos portugueses. Como se fosse preciso! Estávamos inscritos nos cadernos eleitorais.

Como avalia o papel de Vítor Crespo?

Atendendo às dificuldades que ele teve de encarar a seguir ao 7 de Setembro e ao 21 de Outubro, que envenenou completamente o processo, foi tão bom como possível, o que significa que não foi inteiramente bom,

mas também não podia ter sido muito melhor.

No livro “Paixão Lusófona” relata que antes de Lusaca foi ao Buçaco encontrar-se com Spínola, acompanhado por Veiga Simão, e que ao entrar viu sair um grupo de personalidades que identifica como “amigos de Jorge Jardim”. Quem foram essas pessoas que diz também terem estado por trás da criação da Renamo?

Foram as pessoas que estiveram no 7 de Setembro, que estiveram no Rádio Clube de Moçambique [a principal estação emissora ouvida em todo o país].

Pode dizer nomes?

Vou lembrar alguns: Velez Grilo, que tinha sido dirigente do PCP, um ex-padre ou padre Moreira, o Arlindo Maloso, o líder daquilo, o Gomes, locutor que se colocara ao microfone a tentar incendiar aquilo. Mas eles não falaram só com o Spínola, falaram com outras entidades.

Quais?

Falaram com o MFA, não sei se falaram também com o primeiro-ministro. Comigo não falaram. Dois dias depois estavam no Rádio Clube a tentar incendiar aquilo. Que vieram cá fazer? Não sei, talvez tentar evitar que houvesse Lusaca, como não conseguiram atacaram o Rádio Clube.

“O grosso dos meus haveres ficou em Moçambique e perdi-os”

O senhor tem sido acusado de ter dito às pessoas para ficarem, para deixarem os bens e de ter salvo e retirado de Moçambique uma fortuna pessoal. Já comentou isto, mas...

Vamos separar as duas coisas. Conselhos: não é verdade que tenha dito às pessoas que não tirassem. Pelo contrário, nalguns casos de amigos mais íntimos até os aconselhei a salvaguardar alguma coisa, porque o futuro era incerto. Portanto, é mentira que tenha aconselhado a deixarem ficar. Mas, se o tivesse feito, era de boa fé, era na fase em que acreditava que a descolonização era possível sem prejuízo dos bens e das pessoas. O meu caso: estou farto de explicar que nunca vendi nada em Moçambique. Só vendia os carros quando os trocava. Nunca vendi nada, salvo um pequeníssimo terreno que tinha lá numa periferia qualquer e que um dia vendi para me libertar daquilo. Não vendi nenhuma quota, nenhuma acção, nenhum imóvel, nada. De tal maneira que está tudo registado em meu nome nas conservatórias. Vão lá e vejam.

E nunca tentou readquirir? O Governo de Moçam-

bique tem estado a devolver a propriedade.

Eu podia, melhor que ninguém, fazer essa tentativa, porque tenho amigos no Governo de Moçambique. Nunca o fiz por uma questão de coerência. Se eu pedir o prédio que tinha no centro da cidade, valiosíssimo, estou convencido que eles mo dão. Nunca tentei. Portanto, é um bocado doloroso que, nunca tendo feito aquilo que podia ter feito, seja acusado de ter feito aquilo que não fiz.

É verdade que eu advoguei muito em Portugal, muito na Inglaterra, na África do Sul, e sempre que advoguei no exterior deixei cá fora uma reserva. Por isso, quando vim, depois do 25 de Abril, não vim pobre.

O grosso dos meus haveres ficou em Moçambique e perdi-os. É claro que trouxe os meus livros, o meu instrumento de trabalho. Sabia lá se precisava de voltar a ganhar a vida como advogado. Trouxe as mobílias de minha casa e dos dois carros que tinha trouxe um carro.

“As descolonizações que pude controlar previram consulta popular”

Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe não havia guerra, mas a pressão foi idêntica para descolonizar. O MFA pôs-se ao lado dos independentistas, lembra Almeida Santos, que afirma que nestes casos conseguiu controlar o processo no caminho da democratização: “As descolonizações que eu pude controlar previram consulta popular.”

A ONU tinha aconselhado as descolonizações, o clima aqui era “Nem mais um soldado para o ultramar”, mas, quando se olha retrospectivamente, pensa-se assim: e Cabo Verde e São Tomé? Por que se deu a independência e não se esperou nesses casos por uma solução negociada de outra forma?

Não tinha havido guerra, mas houve a mesma pressão. A hora era das independências. Não havia outra solução. Até porque, ao contrário do que julga, a pressão em São Tomé e em Cabo Verde foi igual aos outros.

O senhor foi vítima em Cabo Verde de uma manifestação bastante desagradável.

Terrível. Não fui eu, rigorosamente não fui.

Mas o senhor é que sofreu as consequências.

Era contra o Spínola, que era para ir lá. Quando chegámos à ilha do Sal, ele foi conversar com o Mobutu, ninguém assistiu à conversa. Estava no aeroporto um grupo de 15 jovens aos berros: “Independência ou morte.” A insultar: “Fascista, fascista, independência ou morte.” O Spínola ficou furo, como calcula. Fascista

ele nunca foi. E soube que esses jovens tinham vindo no avião que tinha transportado o próprio governador. Claro que o governador ficou ali logo demitido. O Spínola deu ordem para que fosse demitido. Ele próprio reconheceu que não tinha condições para continuar no exercício do cargo. Era para ir à Cidade da Praia e eu disse-lhe: “Olhe, senhor Presidente, se isto é assim aqui, o que será na Cidade da Praia? Vou eu, mas o senhor não vai.” Ele até se zangou comigo: “O senhor agora é que me dá ordens?” E respondi: “Se é para o proteger, não sei porque não?” O Spínola caiu em si. O Firmino Miguel também me apoiou e ele não foi à Cidade da Praia.

Quando cheguei, chovia a cântaros. Como sabe, em Cabo Verde nunca chove, mas naquele dia chovia a potes, era uma coisa diluviana. Quando subimos a rampa para chegar ao topo da cidade, havia uma manifestação de milhares e milhares de pessoas, com jovens, em excitação brutal. Queriam virar o carro até que se aperceberam que o Spínola não ia dentro do carro. Abri a janela do carro para verem que ele não ia lá. Perguntaram: “Quem é este?” Disse: “É o bispo.” Felizmente, quando viram que o Spínola não ia, abrandaram um pouco, mas aquele quilómetro entre o início da subida e o Palácio do Governo foram dramáticos. Ainda se nomeou um governador cabo-verdiano, mas foi demitido pouco depois, porque o PAIGC foi para lá fazer a mesma campanha eleitoral que tinha feito na Guiné.

O partido era o mesmo.

Pouco depois tinham aquilo dominado. E os militares fizeram pressão para que houvesse descolonização rápida. Também houve um ultimato de lá para cá, a dar cinco ou oito dias para o Governo português entregar o poder ao PAIGC, sob pena de entregarem eles lá. Ficámos de mão atadas. Não podíamos julgar centenas de militares, tinha sido um plenário de militares e não podíamos substituí-los - “Nem mais um soldado para o ultramar”. O Costa Gomes e eu ficámos sem saber e eu disse: “Vou pedir a demissão, vou explicar porquê, não estou para aturar isto.” Ele disse: “Ah, senhor ministro, veja lá o que pode fazer, o senhor é tão hábil, tem resolvido tantos problemas, veja se resolve mais um.” Lembrei-me: “Vou chamar o Pedro Pires.” Que era quem andava lá a fazer a propaganda revolucionária. Chamei-o e disse-lhe: “Você conhece este telegrama?” E ele: “Conheço.” E eu: “Então, agora?” Ele diz: “Os senhores perderam, nós ganhámos.” E eu perguntei: “Vocês ganharam o quê? Que guerra é que você ganhou em Cabo Verde? Quantos mortos é que tem lá?” Ele ficou um bocado chateado e diz-me: “Você é que me chamou, tem que me dizer o que quer.” E eu disse: “O que quero é que você seja mais inteligente do que infelizmente alguns dos nossos moços que estão lá em

Cabo Verde e que aceite uma consulta popular. Vocês ganham a consulta popular por 90 por cento e nós salvamos a face.” E ele disse: “O que é que ganho com isso?” Respondi: “Olhe, ganha a legitimação democrática do novo poder, nunca mais será discutido. Se você o recebe da mão de militares, toda a vida será discutido.” Ele disse: “Eu já percebi, estou de acordo, mas tenho de ir falar com os meus colegas do PAIGC e dentro de dois dias estou cá.” Respondi: “Então vá depressa que não temos tempo.” Ele foi, veio, quando chegou disse-me que estavam de acordo. Eu disse: “Então sente-se aí.” Comecei a redigir o acordo, eu e ele, praticamente fi-lo sozinho, mas ele lá discutia uma palavra ou outra. E depois telefonei ao Costa Gomes a pedir uma reunião urgente com Mário Soares e Melo Antunes, que tinha novidades. Ele perguntou: “Boas ou más?” Respondi: “Não lhe digo pelo telefone.” Chegámos lá, assinámos o acordo e ficou descolonizado Cabo Verde. Fiz uma lei eleitoral. Houve uma grande participação da população. Eles ganharam por 92 por cento. Elaboraram uma Constituição. Acabou. Salvámos a face.

São Tomé também foi fruto da mesma pressão?

São Tomé foi a mesmíssima coisa. Chefiei a delegação que foi a Argel discutir com o Miguel Trovoada. Eles não queriam de maneira nenhuma aceitar a consulta popular. Eu disse: “Desculpem, vocês não tiveram guerra, vocês não ganharam nenhuma guerra, não têm nenhuma legitimidade militar, têm de ter outra e a outra só pode ser a eleitoral. O que é que vocês perdem nisso? Têm aquilo resolvido.” Porque também houve lá intencionalidades. O Pires Veloso evitou banhos de sangue em São Tomé e Príncipe, porque o povo de São Tomé e Príncipe fez lá bernardas; queriam a independência imediata, era o heroísmo da época, a moda da época.

Bravatas todos os dias.

Disse ao Trovoada: “Desculpem, mas no caso de São Tomé e Príncipe eu não aceito outra coisa que não uma legitimação democrática. Vocês não têm o direito de exigir que seja de outra maneira. Nós vamos mandar forças para lá - não podíamos, mas disse - e vamos resolver o problema.” Ele não cedeu e interrompemos as negociações. Mas cheguei ao hotel e telefonei ao Bouteflika, que é agora Presidente da República da Argélia - conhecia-o de quando tinha ido falar à ONU, fiquei amigo dele - e disse: “Ponha lá juízo na cabeça destes gajos, não têm a menor legitimidade para exigir uma entrega imediata do poder a sessenta mil pessoas; eles que façam a consulta, eu faço-lhes uma lei eleitoral.” Ele disse: “Eu vou falar com eles.” E foi ele que os convenceu a sentarem-se no dia seguinte à mesa das negociações e lá fechámos o acordo. Portanto, as descolonizações que pude controlar previram consulta popular.

“Também em Timor houve a apetência do heroísmo barato do esquerdismo”

Em relação a Timor, a ideia que dá é que o senhor não percebeu bem o que estava ou ia acontecer.

Percebi muito bem e o que percebi é o seguinte: os estudantes timorenses que estavam aqui na universidade foram para lá fazer a sua revoluçãozinha e alguns militares de esquerda também foram para lá criar partidos e fazer a sua revoluçãozinha de esquerda, a época era essa. Nessa altura, quantos partidos de extrema-esquerda tínhamos aqui? Não deitaram fogo à embaixada de Espanha? Os SUV não faziam para aí tropelias de todo o tamanho? Era a época dessas loucuras. Também em Timor houve a apetência do heroísmo barato, do esquerdismo desse tempo. Quando visitei Timor, já encontrei três partidos que tinham nascido assim. Eram partidos incipientes. Ainda consegui pôr dois de acordo.

A UDT...

E a Fretilin. Mais tarde, o Lemos Pires tentou pô-los de acordo e conseguiu, para mais tarde se separarem. Com a Apodeti não tínhamos nada a fazer - queriam a integração na Indonésia. Mas o fenómeno foi o mesmo: uma pressão heróica de um esquerdismo militar e civil, estudantil, que estragou tudo. O acordo de Macau era um acordo bonito; previa um período de transição longo, para eles poderem preparar-se para a independência, previa uma eleição para uma Assembleia Constituinte, eles depois diriam se queriam uma ligação a Portugal, se queriam a independência. Estou certo que na altura queriam a independência, a moda era essa. Mas depois veio a guerra e aí sou eu o culpado da guerra? Somos nós os culpados da guerra? Claro que não.

Já nos anos 90, depois do massacre no cemitério de Santa Cruz, o senhor diz mais ou menos que os guerrilheiros timorenses mantiveram na montanha a lamparina da resistência e a Portugal só resta deitar azeite na lamparina. Esta declaração é um reconhecimento de que, se não fosse a resistência, não teria havido independência e Portugal teria lavado daí as suas mãos.

A independência foi conquistada por aqueles bravos que foram lá para a montanha e também pelo suporte que a população lhe dava.

Certo, mas é o reconhecimento total de que Portugal não teve nada a ver com isso.

Portugal teve a ver na medida em que quis criar con-

dições para eles serem independentes, fez o acordo. Por que é que Portugal não mandou para lá forças armadas, quando rebentou a guerra? Tínhamos lá forças suficientes para termos evitado a colisão entre a UDT e a Fretilin. Tínhamos lá cem pára-quedistas. Como começa a guerra? Quando a UDT ataca o quartel da polícia e aprisiona, julgava-se que tinha aprisionado, o Maggiolo Gouveia. O governador Lemos Pires ou agarra-meia dúzia de pára-quedistas, libertava o camarada e recuperava as armas, ou negociava. Negociou. Se ele na altura tem atacado a UDT e morto dois ou três membros, aqui del' rei, o que teria sido as acusações a Portugal. Como não reagiu, a UDT achou que podia atacar outros quartéis e roubar mais armas, a Fretilin fez o mesmo. Ficaram dois exércitos cheios de armas e nós sem elas. Passados uns dias o Maggiolo Gouveia fez uma declaração patética a dizer que não tinha sido sequestrado, tinha aderido voluntariamente e estava a comandar a UDT. Nessa altura o Lemos Pires podia ter tomado a atitude de ir prender o traidor. Também não o fez e continuou a negociar, o que eu também compreendo.

OPINIÃO

VICENTE JORGE SILVA

EDUARDO PRADO COELHO

ANTÓNIO BARRETO

VITAL MOREIRA

FREI BENTO DOMINGUES, O.P

ANTÓNIO COSTA PINTO

MARINA COSTA LOBO

JOSÉ MANUEL FERNANDES

Os olhos do capitão

Editorial Vicente Jorge Silva 23/04/1994

É um olhar melancólico, triste mesmo, aquele que nos dirige o capitão Salgueiro Maia na primeira página desta edição do PÚBLICO. Um olhar que o fotógrafo surpreendeu há precisamente vinte anos, no Largo do Carmo, enquanto o país celebrava, eufórico, as primeiras horas de liberdade.

Melhor do que ninguém, Salgueiro Maia representou a pureza e a simplicidade do gesto libertador do 25 de Abril. Ele foi o herói quase anónimo da revolução, aquele que nunca conheceu os privilégios do poder e a quem o poder fez pagar, com a solidão e o ostracismo, o preço da inocência. O capitão que cercou com as suas tropas o que restava da ditadura – e que, simbolicamente, a derrubou – nada exigiu em troca. Com isso suscitou a desconfiança dos que se atropelavam para tomar de assalto os postos políticos de comando.

O capitão cumpria a sua missão e regressou ao quartel. Não foi promovido. Deslocaram-no para longe, porque a sua independência era demasiado incómoda e porque a sua rebeldia de carácter não se conformava aos jogos das facções militares e civis que disputavam a propriedade da revolução. Foi perseguido até ao fim pelo seu fado de herói romântico e melancólico: morreu, doente, sem que a nação e o Estado democrático se tivessem lembrado de agradecer-lhe o gesto fundador da liberdade. Hoje, no Largo do Carmo, vinte anos depois, são os olhos premonitoriamente tristes de Salgueiro Maia que nos olham.

Os olhos deste capitão solitário foram os olhos de uma revolução que, bem vistas as coisas, quase esquecemos. Porque é a lei das coisas, do tempo e das gerações. Porque é o destino de todas as revoluções: não há nenhuma que tenha sobrevivido ao seu sonho e à utopia que projectou. E é também sabido que as utopias supostamente realizadas degeneraram em monstros totalitários e no império do terror.

Em Portugal fomos oportunamente poupados a essa vertigem, apesar de não terem faltado profetas para nos impor à força o paraíso. Mas Salgueiro Maia nada tinha de profeta ou de pastor político: era apenas um homem justo, generoso e bom que deu o rosto àquilo que, finalmente, é o património indestrutível do 25 de Abril – a conquista da liberdade e o direito à cidadania.

Depois de quase cinquenta anos de paternalismo sufocante e de castração política dos cidadãos, num

país que o salazarismo moldara a uma escala imperial de resignação e pobreza, bastaram vinte anos para banalizar a democracia. As novas gerações, nascidas ou chegadas à idade adulta depois da revolução, terão dificuldade em compreender como é que direitos tão vulgares e banais como o de votar ou exprimir livremente as opiniões eram, há apenas duas décadas, veleidades impensáveis e persistentemente reprimidas.

A normalização democrática e a invejável estabilidade política de que o país desfruta – apesar dos acidentes de percurso vividos entretanto – são, indiscutivelmente, valores no activo dos últimos vinte anos. Mas há, também, a outra face da moeda: aquela que nos faz questionar se, depois de Portugal se ter acomodado à longa humilhação paternalista do salazarismo, não estaremos a viver hoje em estado de acomodamento passivo e asséptico aos rituais democráticos.

Portugal passou em vinte anos da pobreza salazarista para o novo-riquismo europeu. A facilidade artificial – embora politicamente habilidosa – com que se deu esta metamorfose deveria fazer-nos reflectir no imenso vazio de conformismo e indiferença que substituiu a vivência activa da cidadania, esse património essencial que o 25 de Abril deixou como herança mais durável. Além disso, se o país é hoje rigorosamente irreconhecível para quem o conheceu há vinte anos, é também certo que o progresso económico, a abertura moral da sociedade e a expansão das classes médias não eliminaram as marcas mais profundas do subdesenvolvimento ou as sequelas do corporativismo.

Vivemos num país indiscutivelmente mais rico e próspero, mas também sujeito à sanha destruidora do novo-riquismo e do capitalismo selvagem, que devasta paisagens, envenena o ambiente e faz triunfar a vulgaridade. Deixámos para trás a lógica suicida do “orgulhosamente sós”, mas contentámo-nos com o estatuto de “bom aluno” europeu, obediente e cordato, que teme comprometer o maná dos fundos estruturais.

Não fomos capazes de descolonizar melhor por causa de uma colonização péssima, mas rendemo-nos depressa à evidência da nossa incapacidade em fazer mais do que isso. No fundo, sofremos de falta de vontade e ousadia em desejar mais do que ser aquilo a que a fatalidade das coisas nos obriga: um pequeno país periférico, uma economia subcontratada na nebulosa europeia.

O olhar melancólico do capitão que nos desafia na primeira página de hoje poderia ser o olhar que o país saído da libertação do 25 de Abril projecta nesta nova encruzilhada da História, vinte anos depois. Portugal inaugurou, em 1974, a grande viragem na paisagem internacional das últimas duas décadas. Entre a revolução portuguesa e a queda do Muro de Berlim, entre o fim das ditaduras de direita no Ocidente europeu e o

colapso do comunismo a leste, foram sinais de euforia e esperança que os homens e as nações não souberam depois agarrar.

O olhar de Salgueiro Maia era verdadeiramente premonitório: não há revoluções nem utopias felizes. Foi sempre assim, mas a ilusão voltou a repetir-se nos últimos 20 anos. E irá decerto repetir-se no futuro, quando a pequenez da vida for novamente confrontada com a necessidade do sonho. Um sonho onde não haverá já lugar para miragens políticas redutoras, mas talvez, por isso mesmo, mais próximas da escala humana: “Navegar é preciso, viver não é preciso.”

A desorientação

Eduardo Prado Coelho 25/04/1994

1 Dez anos depois de 74, o “Expresso” pedia-me um texto que procurasse traçar o gráfico mais ou menos intuitivo das transformações que se tinham verificado entre nós no plano da ideologia, ou do seu progressivo apagamento, e no da sensibilidade. Esse artigo teve um nome um pouco estranho: chamava-se a “des-look-acção”. A sua tese essencial explicava melhor esta insólita expressão: toda a herança dos primeiros tempos a seguir ao 25 de Abril tinha sofrido um violento processo de deslocação pela acção de um novo paradigma de comportamento que se poderia definir como “a supremacia do ‘look’”, isto é, do jogo das aparências.

Vinte anos depois de 74, a palavra emblemática não pode ser a mesma. Não creio que os traços essenciais do que se designou, numa expressão talvez incómoda mas cada vez mais insistente (veja-se a tradução, nos últimos tempos, de obras sobre o tema de Anthony Giddens, de Mário Perniola ou de Bary Smart), como “pós-modernidade” tenham perdido a sua pertinência. Só que a tonalidade mudou. A marca eufórica converteu-se numa marca disfórica. As artes vivem hoje nos tempos da sida. Os trabalhadores vivem hoje nos tempos do desemprego. Os governos vivem hoje nos tempos da ingovernabilidade. Os jovens vivem hoje em tempos sem futuro. As cidades vivem hoje nos tempos do caos. Se, como se podia ler numa reportagem recente sobre a prostituição masculina no Parque Eduardo VII, o verbo “orientar-se” é extremamente utilizado, isso não significa apenas uma influência brasileira, mas sobretudo a experiência dominante da “des/orientação” – com a perda de vários “orientes”, desde a referência estabilizada do comunismo à referência exaltante da libertação e do desejo.

2. Fale-se num “modernismo inacabado” ou numa “sociedade bloqueada”, fale-se em “pós-modernidade” ou em “sobremodernidade”, todas estas expressões nos parecem remeter para uma conjuntura em que os esquemas de tipo narrativo-temporal, a que nos tínhamos habituado, segundo modelos iluministas ou hegeliano-marxistas, a pensar a sociedade, e que nos diziam com maior ou menor precisão donde vínhamos e para onde íamos, deixaram pura e simplesmente de funcionar. A isto se chamou “a crise das grandes narrativas”. Tornou-se um lugar-comum (demasiado, talvez).

Mas a questão não poderá certamente colocar-se apenas no plano do tempo. A própria concepção da sociedade como um espaço articulado e funcional,

legível nas suas estruturas e subestruturas, começou a falhar, deixando que a vida social se torne cada vez mais opaca a si mesma. Daqui resulta uma outra modalidade da crise, que é a crise do próprio espírito reformista (quase todas as reformas suscitam resistências profundas, imprevisíveis e incontroláveis, sustentadas por uma comunicação social sempre cúmplice destas indignações, e cúmplice também daqueles que regularmente proclamam a necessidade de as sociedades se reformarem).

É difícil desenvolver com convicção programas de tipo socialista ou mesmo social-democrata quando os mecanismos de informação sobre a própria sociedade se tornaram imprecisos e foram substituídos por sondagens extremamente flutuantes e caprichosas, que se movem ao sabor de uma opinião pública cada vez mais aleatória. É difícil propor grandes reformas sociais quando a interdependência das sociedades contemporâneas impõe que as soluções só se tornem eficazes se desenvolvidas coerentemente em termos internacionais (o que é mais do que óbvio em relação aos programas ecológicos, por exemplo).

3. A situação portuguesa provavelmente tem algumas especificidades. Os últimos dez anos, marcados por um fenómeno de tipo novo que alguns caracterizaram como “cavaquismo”, foram caracterizados por uma mentalidade acentuadamente desenvolvimentista e economicista (que não escamoteia a dimensão social mas a subordina ao desenvolvimento económico), que provocaram um certo número de reacções de tipo “espiritualista”: afirmação do homem em relação à máquina, afirmação do lugar em relação à deslocação, afirmação da nação em relação ao cosmopolitismo, afirmação dos valores da família contra a decomposição dos núcleos sociais tradicionais (tudo isto aflorou do CDS ao PCP, passando por alguns arrebatamentos recentes do PSD e hesitações eleitoralistas do PS).

Nesse aspecto não deixa de ser curioso analisar algumas das tendências do cinema português. Se considerarmos filmes como “O Fim do Mundo” de João Mário Grilo ou “Aqui na Terra” de João Botelho, verificamos que a questão da terra como valor último e irreduzível se torna bastante insistente (com toda a sua ambivalência): a terra é a instância que permanece face aos grandes mecanismos anónimos de comunicação ou de produção económica (à deslocabilidade generalizada, em que tudo se processa em tempo real), a terra é aquilo a que o homem se “agarra” para não ser absorvido pela voragem impiedosa do cálculo económico. O recrudescimento dos “nacionalismos” e o culto das “diferenças culturais” partem desta valorização do lugar em relação ao transporte, do tempo lento em relação à velocidade sem fronteiras.

A crise da ideia europeia (que se verifica em to-

dos os indicadores, desde o europessimismo do Presidente da República ao modo irracional com que foi introduzido entre nós o tema do “federalismo”) deriva desta situação. Se o cinema português substituiu a ideologia dos anos 70 pela pureza de um olhar que parte da infância (veja-se “O Sangue” de Pedro Costa ou “A Idade Maior” de Teresa Villaverde), isso quer dizer que a criança ou o adolescente são aqueles que ainda se conseguem subtrair ao fascínio do “sucesso” que assinalou a apoteose da narrativa produtivista portuguesa.

Contudo, qualquer de nós sabe que a economia aparece como uma “estratégia fatal” a que ninguém parece escapar, e por isso mesmo cada sujeito surge dividido no interior de si próprio, lançando-se precipitadamente num processo de auto-realização que é ao mesmo tempo um processo de autodestruição, segundo modelos de esquizofrenia extremamente fatigantes e demolidores: veja-se a dificuldade que tem o protagonista de “Uma Vida Normal” de Joaquim Leitão em não provocar exactamente o contrário do que pretende – o que desencadeia uma desorientação acelerada.

À ideia de que a economia domina tudo e todos, e que quase ninguém deixará mais tarde ou mais cedo de “(se) trair” (tema que ocupa quase todas as páginas do último livro de Eduarda Dionísio, criando a figura algo caricatural do resistente como um “dinossauro entre os humanos”), corresponde a ideia de que “a cultura se tornou um facto social total” (o êxito de público da Lisboa Capital Europeia da Cultura, apesar de uma barragem extremamente agressiva da comunicação social, é disso sintoma). As reacções mais violentas derivam daqueles que acham que, se o cultural toma estas proporções excessivas (marca explícita da pós-modernidade, como muito bem sublinhou Jameson), isso significa que ele funciona como a ideologia que recobre e recalca o plano dominante do económico – o que se manifestaria pelo facto de as próprias políticas do “cultural” serem cada vez mais “políticas económicas de cultura do cultural”).

Por fim, não é possível ignorarmos a importância da mediatização global da sociedade. Os “media” são o interface entre a cultura e a economia. A importância das últimas eleições italianas reside precisamente em mostrar-nos que a economia funciona com tanto mais eficácia quanto procura subtrair a política à classe política (o tema da corrupção generalizada, entre nós desenvolvido nas páginas semanais de “O Independente”, abre o caminho a estes processos) e entregá-la a figuras mais ou menos aberrantes como a do “empresário de mãos limpas”, e quanto mais reduz a cultura aos modelos bárbaros da cultura televisiva (criando a obsessão das audiências como critério de qualidade

cultural, o que tem dado entre nos, à esquerda e à direita, a mania de abandonar a cultura “à lógica dos grandes números”).

4. A modernidade caracterizava-se por uma valorização entusiástica do novo enquanto novo em torno da ideia comum (de proveniência militar) de “vanguarda”. Foi este o terreno partilhado da política e da cultura, centrado na ideia de “revolução”. O segundo aspecto deste dispositivo passava por uma situação de conflito e ruptura dramatizada entre os criadores e a sociedade (uma sociedade que era recusada enquanto sociedade “burguesa”).

Nos anos 90, o novo deixou de ser um valor em si mesmo, a própria ideia de “modernização” (que aproxima o PSD e o PS, sobretudo em torno do projecto europeu) debate-se com a crise da noção de “progresso”; o conceito de “ruptura” foi substituído pelo de “consenso” e valoriza-se (por vezes em termo quase caricaturais, como os de João Lopes em relação a Spielberg) a eficácia com que um artista sabe adaptar-se à sociedade. A verdade é que as “vanguardas culturais” se dissolveram e se reconciliaram com a vida social, ao mesmo tempo que as “vanguardas políticas” foram completamente esmagadas pela evidência (um pouco passiva senão apática) da democracia. A única linha de inovação é de um progresso técnico que prossegue na sua caminhada mais ou menos cega e sem sentido, apesar dos esforços para revitalizar as instâncias éticas e humanistas de modo a criar regulamentos que impeçam derrapagens inquietantes (sobretudo no campo da bioética).

O que desapareceu foi aquilo que se pode designar como “a visão política do mundo”, isto é, um tipo de pensamento radical que partia do princípio de que o pensamento tem efeitos materiais e que esses efeitos são de tipo revolucionário. Derrotada esta concepção, e o papel dos “intelectuais progressistas” que a ela se associava, ficou para um lado a acção mais ou menos “desorientada” (que se manifestou em movimentos de tipo “terrorismo fundamentalista” disseminados pelo mundo) e para outro um pensamento entregue a uma ética do máximo desligada de quaisquer objectivos políticos precisos.

O caos, a desordem e o sentimento de ingovernabilidade nas democracias europeias, a impotência das grandes potências para regular os conflitos localizados intermináveis (de Angola à ex-Jugoslávia), a angústia das migrações, as catastróficas ecológicas, a miséria alucinada das grandes metrópoles, o problema da sida, a convergência inesperada de burocracias estalinistas com nacionalismos fascizantes, tudo isso dá novas razões de ser a um sentimento de insatisfação crescente que se manifesta em explosões sociais sem estratégia política nem consequências profundas. De

qualquer modo é muito provável que se comecem a multiplicar as atitudes de “utopismo teórico” (desde o “talmudismo estratégico” de um Steiner à “justiça indesejável” de um Derrida).

Não são tempo fáceis. Há um pouco a sensação de que tudo pode ser dito, tudo e o seu contrário, sem que nada disso tenha grande importância, porque os efeitos materiais do pensamento passam por imagens e matérias cada vez mais alheias e distraídas dos dispositivos tradicionais do pensamento e da criação artística. Essas imagens e essas matérias parecem ser geradas em pólos acéfalos geridos por complexos económico-informacionais que apenas visam a sua reprodução alargada e infinita. Se uns pensam que a sua apropriação pelas forças que defendem os rostos e os nomes do homem permitiria uma reformulação da história que nos espera, outros, mais cínicos ou pessimistas, julgam que a lógica dos aparelhos acabará sempre por triunfar, domesticando todos os que persistirem na ilusão de os poderem dominar e reconverter.

Isto

Antônio Barreto 25/04/2004

É um dos dias mais felizes da minha vida. Esperei anos, em Portugal e no exílio. E, ao contrário do que sempre se espera e nunca chega, este dia aconteceu. Passei-o num comboio, entre Budapeste e Amesterdão. Só no dia seguinte fui informado. Não fez mal. É um dia como este que todos deveriam viver uma vez na vida.

Vivemos agora dias de comemoração. De data oficialmente nacional. Com os defeitos que estas festas implicam. Uns dizem que é de todos. Outros apenas dos que a merecem por terem sido os autores. Polémicas idiotas. O pior é a parte oficial. Serão discursos envelhecidos, recheados de lugares-comuns. A começar pela banalidade mais sofisticada que consiste em desmentir a banalidade e afirmar que a “festa é dos jovens” e que “o 25 de Abril está vivo”. Os partidos fazem discursos automáticos, com os quais pretendem exibir desejos imediatos. Na oposição, não se esquecem de afirmar que é necessário “cumprir o 25 de Abril”, enquanto no governo garantem que o 25 de Abril está cumprido. O Presidente da República, na tradição iniciada por Eanes e seguida por Soares, fará advertências. Os comentadores esforçar-se-ão por ler entre as linhas e detectar uma mudança de tom no discurso do Chefe de Estado.

Entre todos, um ponto comum. É necessário explicar o 25 de Abril aos jovens. Convencer os que nasceram depois. Mobilizar a juventude para a participação cívica. Fomentar a discussão política. Levar as novas gerações a tomar o destino nas suas mãos. Inutilidades. Lugares-comuns.

Cá fora, com o contributo das autarquias, organizam-se festas e colóquios. Aqui e ali, até porque “o 25 de Abril é do povo”, gente mais atrevida organiza festas populares, com música mais ou menos “empenhada”. Nas margens da direita, ouve-se falar entre dentes da “desgraça do 25 de Abril”. Nas da esquerda e entre militares de alguma idade, ouve-se uma frase castiça: “Não foi para isto que fizemos o 25 de Abril!” “Isto” pode ser tudo. A evasão fiscal, os carros dos ricos, as filas de espera nos hospitais, a pobreza, as propinas universitárias, os incêndios das florestas ou os imigrantes clandestinos.

Acontece que foi exactamente para “isto” que se fez o 25 de Abril. Fez-se o 25 de Abril para poder pensar, falar e amar em liberdade. Para escolher quem nos representa. E para derrubar quem nos governa mal. Nesse sentido, Abril está cumprido. Apesar dos que, depois de terem falhado durante cinquenta anos o

derrube da ditadura, tentaram confiscar o movimento libertário. E não obstante haver quem queira “aprofundar Abril” ou “cumprir-lo integralmente”. Deus nos livre!...

É verdade que muitos dos que o fizeram, e todos nós hoje, temos outras ambições. Queremos uma justiça decente e uma saúde eficiente. Boas escolas e melhor segurança social. Mais cultura e mais produtividade. Uma direita liberal e uma esquerda inteligente. Mais igualdade social, mais oportunidades e um lugar mais destacado ao mérito. Menos compadrio, menos corrupção, menos complacência. E mais brio para um país que o tem pouco. Quero, queremos muito disso. É possível que alguns militares de Abril e não poucos civis do mesmo mês e dos seguintes o quisessem também na altura. Mas o 25 de Abril não se fez para isso. Fez-se para isto. Para ter êxito e para falhar. Para ouvir disparates e rasgos de inteligência.

Continuamos com poucas horas de voo. De voo democrático. Por isso há quem acredite que é necessário “ensinar o 25 de Abril aos jovens”. Obrigá-los a comemorar a data. Pelos resultados visíveis, percebe-se que metade da população nada tem para festejar. Como a quase totalidade já nada tem para festejar o 28 de Maio ou o 5 de Outubro. Os esforços feitos para levar os mais novos, chegados depois de 1970, a “tomar consciência”, têm o efeito contrário. Como se vê todos os dias. Como se vê nas taxas de abstenção eleitoral. Como se vai ver nas eleições europeias. Como se perceberá nos estádios de futebol. Como se vê na televisão, nas escolas, nas noites e nos fins-de-semana.

As velhas gerações dos que fizeram da política um sonho ou uma carreira acreditam nos méritos da politização. É no seu próprio interesse: uma espécie de seguro de vida. Por isso se sentem desapontados pelo facto de não vivermos em permanente euforia política, em constante estado de mobilização. Felizmente que é assim! Nada seria mais detestável do que viver rodeado de militantes e de fanáticos, sempre em serviço, prontos a defender a linha justa! Ainda não se percebeu que o empenho cívico pode ser independente da politização e da simpatia partidária. Os partidos têm a obrigação de organizar uma parte da vida colectiva, mas apenas uma parte. Não podem resumir a liberdade e a autonomia dos cidadãos, os seus direitos e os seus interesses, à actividade do partido e àquilo que chamam a “mobilização”, conceito de ressonâncias militaristas não inocentes.

O ritual das comemorações vai continuar durante muito tempo. A exemplo dos gatos-pingados do Alto de São João que não falham o dia da República. E das festas que o Estado Novo organizou com poder, dinheiro e força. A comemoração é irresistível. É detestável pelo

lado oficioso e oficial. Pela vaidade autista que excita. Pela necessidade de legitimação dos seus promotores. Pela atracção que os lugares-comuns suscitam. As comemorações vão continuar, mas tenhamos consciência de que afastam cada vez mais as pessoas, por razões essenciais, não por falta de informação ou de mobilização. E tudo quanto se faz com boas intenções será irremediavelmente destruído pelo que se passa na vida, sobretudo a incapacidade para fazer as reformas que não dependem do estrangeiro e que poderiam tornar a nossa vida mais decente. O espectáculo oferecido, há vários anos, pelo mau funcionamento do sistema de justiça chega para destruir qualquer afecto republicano e libertário estimulado pelas comemorações. E se é verdade que a maior parte dos jovens não sabe o que foi o 25 de Abril, o que choca não é isso, mas sim a confrangedora falta de cultura. Também não sabem o que foi o 28 de Maio, nem o 5 de Outubro. Não sabem quem foi Oliveira Martins ou Guilhermina Suggia. Não sabem quem foram nem o que fizeram Fontes Pereira de Melo, Guerra Junqueiro ou Egas Moniz. Como não sabem o que é o genoma, nem quem foi Galileu. Curiosamente, os pais também não.

Nos balanços que se fazem do 25 de Abril e que, com os trinta anos, atingiram quase o estatuto de indústria, muito de interessante se vai dizendo. Apesar de as interpretações serem diversas, como convém. Mas é curioso ver como se transformou o espírito. Durante anos, criou-se o mito de que foi o 25 de Abril que permitiu tudo o que era bom. A esquerda foi a principal responsável por essa atitude. O Estado-providência, os direitos sociais, a cobertura nacional pelos serviços de saúde e educação, a democratização do ensino, o acesso à universidade, o decréscimo da mortalidade infantil ou o fim do pé descalço teriam assim sido algumas das consequências gloriosas do 25 de Abril.

Curiosamente, a direita, representada pelo actual governo, retomou o testemunho. Se fosse mais natural e sincera, não haveria mal nisso. Mas age como se estivesse a fazer contrabando: sente-se logo. Não quer que se perceba que pouco fez pela liberdade. Fez, sim, qualquer coisa, quando a liberdade foi ameaçada pelos comunistas. Mas não se importava muito de viver com a liberdade confiscada pela ditadura salazarista. Como queria festejar, mas sem afecto pelo 25 de Abril, fez esta pirueta de transformar a revolução em evolução! E, com a ajuda de estatísticas, preparou uma comemoração científica. É, aliás, a primeira vez que alguém ousa comemorar oficialmente uma evolução! Temos tido, dia após dia, a demonstração de como a vida era má há trinta anos e de como as coisas têm corrido com êxito. É agora a direita a reivindicar a bondade da caminhada feita, enquanto a esquerda se limita a sublinhar o que falta cumprir e o que, con-

junturalmente, corre mal há dois anos.

A verdade é que ao 25 de Abril, às liberdades e ao jogo democrático das eleições, assim como às lutas sociais, se devem efeitos de aceleração do desenvolvimento; e, nalguns casos, conquistas novas. Mas tudo tem de ser visto no seu contexto, para que não se transforme a informação em propaganda. Em muitos casos, a mudança social vinha de trás. A mortalidade infantil diminuía de modo significativo. Tal como as taxas de natalidade, fecundidade e de mortalidade por doenças infecciosas. A esperança de vida à nascença aumentava. A assistência médica ao parto crescia de maneira considerável. A democratização do ensino, com esse mesmo nome, começara, timidamente, nos tempos de Marcelo Caetano e Veiga Simão. A segurança social recebeu um enorme impulso, nesse mesmo tempo, com o alargamento dos respectivos benefícios aos rurais, às empregadas domésticas e às famílias dos funcionários públicos. O bem-estar e algum conforto deram sinais inequívocos desde o início da década de setenta, graças ao extraordinário crescimento económico, jamais igualado, dos anos sessenta. A integração europeia tinha começado, no princípio dessa fabulosa década, com a emigração de mais de um milhão e meio de trabalhadores, com o turismo, com o investimento industrial e com a expansão do comércio externo em resultado da adesão à EFTA. Vivia-se, em 1974, um clima social e uma situação económica que tornavam inevitável a liberdade. Se esta não viesse a bem, viria a mal. Com uma revolução. Como se viu. E que, em muitos aspectos, não fez mais do que continuar a evolução social conhecida. Noutros, acelerou-a. Noutros ainda, para nosso bem, veio criar novas realidades e novos factos. Em certo sentido, a Revolução de 25 de Abril é também resultado dessa mudança social, que encontrava, na ditadura e na guerra colonial, obstáculos que era necessário remover. Como se fez.

Gosto disto.

Três questões sobre o 25 de Abril

Vital Moreira 20/04/2004

A meu ver, só a ignorância histórica, o preconceito ideológico ou o interesse político é que pode contestar a natureza revolucionária do 25 de Abril de 1974. Foi uma revolução em todos os sentidos da palavra: na ruptura “ilegal” com o regime em vigor e na inauguração de uma nova era política; na conversão espontânea e imediata de um pronunciamento militar em genuína revolução popular, com maciças movimentações sociais; nas profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que desencadeou. Desse ponto de vista, o 25 de Abril compara-se favoravelmente com a revolução liberal (1820-1834) e representa uma ruptura muito mais profunda do que a revolução republicana de 1910, que não implicou mudanças económicas e sociais tão intensas. Basta recordar o fim da ditadura e a instauração das liberdades e da democracia; o termo da guerra colonial e a independência das colónias; o fim do nacionalismo e abertura ao exterior, que haveria de culminar com a adesão à então CEE; o fim do centralismo autoritário e o estabelecimento da autonomia local e regional; a abolição do corporativismo e a mudança das relações de trabalho e das relações económicas; as nacionalizações e a reforma agrária e a consequente nova ordem económica (mesmo se posteriormente metamorfoseada pela contra-reforma agrária e pelas privatizações); as radicais transformações nas relações sociais, na família, na emancipação da mulher, nos costumes; a implementação dos direitos sociais, nomeadamente o direito à segurança social e à saúde (designadamente o SNS), bem como a democratização da educação e da cultura.

Na teoria da transição democrática, sobre a qual existe uma vastíssima literatura desde os anos 80, o caso português aparece justamente apontado como o modelo típico da transição por ruptura ou revolução, comparado com o modelo de transição por evolução (de que o exemplo é o caso espanhol). Isso reflecte-se não somente no modo como se operou a mudança, mas também num conjunto de aspectos que a comparação entre Portugal e a Espanha logo põe em evidência, designadamente quanto à intensidade da mudança, quanto ao envolvimento popular, quanto à substituição das “elites governantes”, quanto à liquidação das instituições, símbolos e nomes do anterior regime,

quanto ao apuramento e denúncia oficial do passado autoritário e quanto à “depuração” e eventual punição ou inibição política transitória dos seus responsáveis; quanto à proibição de reconstituição de organizações conotadas com a ditadura; etc.

Existe um argumento segundo o qual a revolução ficou “inacabada”, oriundo sobretudo do PCP e da esquerda anticapitalista em geral. A verdade é que todas as revoluções ficam sempre inacabadas na medida em que deixam por realizar os projectos dos seus protagonistas mais radicais. Mas, se se analisarem os projectos das diversas forças políticas que, originária ou sucessivamente, intervieram na revolução, desde o núcleo inicial do movimento das forças armadas até às forças da extrema-esquerda civil e militar que em certo momento assumiram forte influência na condução do processo revolucionário, até ao “termidor” de 25 de Novembro de 1975, é fácil ver que, se a revolução ficou aquém das ambições mais radicais dos adeptos da “revolução popular” e do socialismo, também é verdade que foi muito além dos projectos bem mais comedidos dos que, desde os sectores militares moderados, passando pelos sectores civis liberais, até ao próprio Partido Socialista, ansiavam essencialmente pelo estabelecimento de uma simples democracia parlamentar, ainda que com uma dimensão social mais ou menos acentuada.

Recorde-se, aliás, que o próprio PCP pautou de início a sua conduta essencialmente pela cartilha da “revolução democrática e nacional”, que Álvaro Cunhal teorizara em pleno fascismo, no seu célebre relatório “Rumo à Vitória”, que era ainda um projecto de revolução democrática, não socialista, se bem que com forte componente anti-imperialista e antimonopolista. Só mais tarde, no pico da agitação revolucionária, e em competição com a extrema-esquerda civil e militar, é que o PCP se deixou tentar pela ideia de transformar a revolução democrática em revolução socialista, com o insucesso que se conhece e que só não teve mais funestas consequências para esse partido e para as próprias “conquistas da revolução” porque o 25 de Novembro não foi tão contra-revolucionário como alguns pretenderam. Por isso, na “normalização” pós-revolucionária consubstanciada na Constituição de 1976 e nas leis que a desenvolveram, bem como nas leis pré-constitucionais que ela legitimou, radicou a edificação de democracia porventura bem mais “avançada” do que era razoavelmente de antecipar imediatamente após a queda da ditadura no dia 25 de Abril de 1974. O “retrocesso” que desde então se verificou em vários sectores, designadamente no campo económico e mais recentemente no campo social, mas também o próprio “descarnamento” das instituições democráticas não devem porém fazer esquecer o inestimável “adquirido democrático” e o

enorme progresso económico, social e cultural que constituem a herança irreversível do 25 de Abril.

Por fim, importa contestar a ideia, que hoje tem adeptos em diversas áreas políticas, desde os adversários da revolução até aos desiludidos dela (como ultimamente o escritor José Saramago), segundo a qual Portugal seria de qualquer modo uma democracia, mesmo sem o 25 de Abril, insinuando que poderíamos ter passado por um processo de transição democrática do tipo espanhol ou brasileiro, menos traumático e mais consensual. Não é possível reconstruir a história cancelando hipoteticamente a existência da revolução de 1974. Mas o exercício levar-nos-ia muito provavelmente à conclusão de que não foi por acaso que em Portugal houve uma diferente transição.

A via revolucionária não foi uma escolha, mas sim uma imposição, depois do falhanço da tentativa de liberalização de Marcelo Caetano, para cujo êxito havia algumas condições favoráveis, designadamente a avançada usura e deslegitimação do Estado Novo e a existência de tendências moderadas quer no campo do regime, quer no campo da oposição que poderiam ter protagonizado uma “transição negociada”. Se a débil e fugaz “abertura marcelista” se frustrou rapidamente, com alienação inclusive da pequena mas influente “ala liberal” criada em 1969, isso não se deveu a uma indisponibilidade de compromisso entre as forças da oposição, que não foi testada seriamente, mas sim à incapacidade do regime para lidar com o intratável problema da guerra colonial e com o “tabu” correspondente.

Ora, não é nada provável que esse obstáculo pudesse ter sido contornado pacificamente em momento ulterior, previsivelmente em circunstâncias mais degradadas quer nas colónias, quer no que respeita à degenerescência do regime. Tudo indica que, mesmo mais tardia, a mudança democrática em Portugal, justamente por causa do abcesso colonial, só poderia vir por via revolucionária, a reboque da “terceira vaga democrática” (Huntington), que, sem o 25 de Abril de 1974 - que a iniciou -, teria sido desencadeada na mesma na Grécia ou em Espanha. Seja como for, mesmo que viesse por outra via, mas sempre atrasada de vários anos, nada garante que o resultado fosse idêntico ao que veio a ser com o 25 de Abril, em termos de qualidade do regime democrático e de transformação económica e social. E, de qualquer modo, em matéria de transição democrática, antes cedo do que tarde. Um ano que fosse a mais de regime autoritário (de guerra, de política, de censura, de repressão política e sindical, etc.) seria mais um ano roubado às esperanças dos que ano após ano lutaram para lhe pôr termo.

Ao 25 de Abril só podemos censurar o não ter vindo mais cedo!

A pastoral da inteligência no 25 de Abril

Frei Bento Domingues, O.P. 24/04/2004

1 Lembrar que hoje é o Domingo do Bom Pastor talvez não desperte só boas recordações nos militantes católicos da década de 60 e começos dos anos 70. Nos desencontros com alguns bispos sobre o relacionamento da Igreja com a política de Salazar e Marcelo Caetano – apoiada na censura, na PIDE, na tortura, na polícia de choque –, ouviram, demasiadas vezes, repetir quem eram os seus legítimos pastores. Alguns militantes, ao serem reduzidos a ovelhas tosqueadas e sem voz, ou bateram com a porta ou se acomodaram. Só os mais sofisticados aproveitaram a Igreja como um espaço de luta relativamente mais protegido. Mais raros foram os que procuraram manter uma comunhão eclesial sem condições através de uma independência assumida em matérias que só por abuso podem ser confiscadas por pastores mais zelosos que esclarecidos.

A outro nível, o desejo evangélico de “um só rebanho e um só pastor” foi muitas vezes confundido com o centralismo romano, em detrimento da autonomia das igrejas locais. Por falta de perspectivas ecuménicas, os pastores protestantes eram considerados mercenários ao assalto do rebanho católico. É muito recente – e ainda pouco acolhida – a redescoberta de uma concepção policêntrica da unidade na Igreja católica.

Se em nome do Bom Pastor é preciso aturar tantos pastores medíocres e alguns bastante maus, se arrebanhar e deixar-se arrebanhar são métodos detestáveis que censuramos nas seitas, parece que o mais sensato seria arrumar definitivamente o vocabulário da pastoral eclesial no museu da linguagem religiosa.

Não é assim tão fácil. Apesar de muito velha e cansada, é a metáfora de todas as tarefas diocesanas e paroquiais: pastoral da família, da juventude, das vocações, da terceira idade, da saúde, da imigração, do turismo, dos divorciados recasados, etc. É possível que em muitos casos sirva apenas como registo classificador de actividades burocráticas privadas de sonho. Metáfora morta.

2. No entanto, de muitas maneiras pode reacender-se o lume em palavras gastas. Um uso novo, uma combinação inédita, pode torná-las brilhantes. João XXIII transformou-se no pastor dos sonhos de crentes e ateus porque a sua voz acordava o que de melhor

tinha sido abafado em todos por ideologias, ambições e rivalidades. Queria que o Vaticano II fosse um Concílio pastoral porque esperava que ele fosse o instrumento de conversão de todas as actividades da Igreja em fonte de vida nova para o mundo contemporâneo

Jesus Cristo é o Bom Pastor não só porque é a própria respiração da vida mas porque efectivamente “dá a sua vida pelas suas ovelhas: eu vim para que tenham vida em abundância”. Não é um funcionário de Deus, de uma instituição ou de uma ideologia. Ele é, em pessoa, o amor da vida, o cântico do reconhecido amante: “Eu sou o bom pastor porque conheço as minhas ovelhas e elas conhecem-me, como o Pai me conhece e eu conheço o Pai. Mas se o Pai me tem amor é porque eu dou a minha vida. Ninguém me rouba a vida, sou eu que a dou espontaneamente” (Jo 10,1-19).

No Antigo Israel, povo nómada sempre à procura de pastagens para os seus rebanhos, Deus é o pastor da sua própria alma, da sua identidade e da sua liberdade. Mas é ainda um Deus exposto a tornar-se privilégio de uma etnia e de uma religião.

Na pessoa de Jesus, o nacionalismo é derrotado. Ele dá a sua vida pela verdade humana de cada homem, sem acepção de pessoas num conflito em que se jogava o próprio sentido universal de um gesto. Só essa verdade não regional é fonte de liberdade de todos, porque revela a indignidade imanente e eterna de todos, filhos de Deus, como nos é dito na segunda leitura deste Domingo (1 Jo 3, 1-2). É a partir da fronteira inviolável de cada homem e de cada povo que se pode afirmar a comunhão radical de todos os homens e de todos os povos na promoção mútua da sua beleza diferente.

Sei que dizer isto é juntar palavras. Mas para reunir toda a energia vital e fazer da existência um dom à liberdade de todos é preciso ter nascido das próprias raízes do amor. Talvez por isso a segunda leitura deste Domingo diga que não há outro nome, outro modo de viver, debaixo dos céus pelo qual possamos ser salvos (Act 4, 8-12) da repetição dos nossos caminhos cegos.

3. Hoje é o Bom Pastor. Amanhã é o 25 de Abril. Há vinte anos foi derrubada uma ditadura por Salazar que tinha um admirador e um amigo incondicional de todas as horas na pessoa do cardeal Cerejeira, o pastor mais destacado da Igreja em Portugal no século XX. As cartas publicadas por Franco Nogueira não deixam dúvidas a respeito dessa amizade e dessa admiração incondicional.

Salazar teve no exílio D. António Ferreira Gomes, pastor da Igreja do Porto, desde 24 de Julho de 1959 até 2 de Julho de 1969. Em termos objectivos, o pastor da Igreja de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, preferiu a solidariedade com o ditador à solidariedade com

um irmão do Episcopado, com um pastor da Igreja. Paz e perdão aos que já partiram e revisão crítica das correntes do pensamento social cristão em Portugal, é o meu desejo.

Neste aspecto, é importante não se fixar apenas no significado libertador da atitude de D. António em relação ao ditador que sempre tentou arrebanhar o catolicismo português. Tenho andado a reler as suas intervenções de discernimento do caminho cristão no período revolucionário de 1974 e 1975. São textos notáveis de filosofia e teologia política que não exerceram a influência provocadora que mereciam e precisávamos. O alarido e a rapidez com que tudo aconteceu depois do 25 de Abril impediu sempre o debate das razões das suas tomadas de posições. Além disso, os seus longos discursos recheados com ecos de debates teóricos e de alusões não imediatamente identificáveis, em tom monocórdico, não eram o melhor exemplo de comunicação. É frequente ouvir repetir que os fiéis não o entendiam e os padres consideravam o que ele dizia sem alcance na prática pastoral. Durante a revolução muitos católicos julgaram que já o tinham ultrapassado pela esquerda.

Neste dia do Bom Pastor e na preparação da comemoração de um acontecimento que D. António Ferreira Gomes preparou e interpretou como ninguém, ele continua a ser entre nós o pastor que entendeu o que exige a pastoral da inteligência cristã dos acontecimentos sociais e políticos. O bispo de Setúbal, noutra tempo e noutras circunstâncias, é hoje a sua memória viva.

A Memória do Passado 30 anos depois de Abril

António Costa Pinto 25/04/2004

O 25 de Abril está enraizado na sociedade como uma ruptura central e positiva na história portuguesa e 77% dos inquiridos deste estudo de opinião têm orgulho na forma como a transição para a democracia decorreu. Mais importante ainda: quanto mais jovens mais orgulhosos, o que ilustra que muitos valores democráticos estão consolidados no sector para qual o 25 já é apenas história. No meio do habitual vociferar saudosista de que “os jovens” não sabem nada e deveriam decorar o “jogo da revolução”, esta é uma boa notícia. A segunda é que a integração na União Europeia é referida positivamente como um acontecimento marcante, tanto neste como em outros estudos de opinião realizados por ocasião das comemorações do 30 anos do 25 de Abril.

O Passado Autoritário

Para um historiador, comparar a importância da batalha de Aljubarrota com o 25 de Abril é um pouco anacrónico, mas o que importa salientar é que a importância relativa do passado é dominada pela proximidade do presente e pela selecção de um mundo mediático esmagador. Quanto mais jovens menos importantes são os acontecimentos decisivos da história mais afastados da memória imediata. Prova disso é quantidade de portugueses que já não é capaz de indicar o nome do último primeiro-ministro do Estado Novo, nem sequer o de muitos dirigentes da nossa transição para a democracia, mas isso não os impede de ter globalmente uma imagem negativa do Salazarismo. Se 50% dos inquiridos acha que o regime autoritário foi mais negativo do que positivo, apenas os que têm mais de 70 anos são neutros no seu posicionamento.

A paleta de cores aumenta naturalmente quando analisada na óptica dos grupos de simpatia partidária. Sendo natural que a imagem negativa diminua da esquerda para a direita, os simpatizantes do CDS-PP apresentam uma diferença significativa dos outros, com 62% deles afirmando que o Salazarismo teve tantas coisas positivas como negativas. A fronteira entre autoritarismo e democracia está aqui menos nítida. Este posicionamento é consistente com as atitudes perante o 25 de Abril. Enquanto, os simpatizantes do PCP, do PS e do PSD tem uma imagem predomina-

temente positiva das consequências do 25 de Abril, os eleitores do PP inclinam-se para a neutralidade.

O sistema partidário da democracia foi criado em plena crise revolucionária e com uma radicalização à esquerda, em 1975. A conjuntura fez com que os discursos dos seus dirigentes estivessem à esquerda dos seus eleitores, que com algum pragmatismo apostaram nos que estavam mais bem posicionados para conter o PCP e a esquerda radical. O eleitorado do centro-direita e direita demorou algum tempo a fixar-se no PSD e no CDS, abandonando o PS logo em 1976 e depois, já em plena consolidação da democracia, através da curta vida do PRD do General Eanes. O que era interessante saber é se esta maior “neutralidade” dos eleitores do PP é de velhos “perdedores” de 1975 ou de novos eleitores descontentes. No entanto, o grande arco de rejeição do passado autoritário, que incluiu os eleitores do PSD, é o elemento a destacar 30 anos depois da queda do Estado Novo.

A Transição democrática

É sabido que a história não é neutra, mas os estudos de opinião são os indicadores mais claros da necessidade de historiadores profissionais, que deverão devolver à sociedade um espelho mais rigoroso do seu passado. É que trinta anos depois, os próprios actores políticos alteraram a sua posição sobre o passado e talvez parte das suas próprias motivações. O exemplo dos militares que fizeram o 25 de Abril é nesta perspectiva muito interessante. Os portugueses pensam hoje que as suas motivações eram, quase em igualdade, instaurar a democracia e acabar com a guerra colonial. Mas, segundo outro estudo revelado ontem pelo Público, os que fizeram o golpe pensam que o realizaram sobretudo (quase 90%) para instaurar a democracia e depois, mas com uma diferença de 20%, acabar com guerra. É claro que foi para acabar com guerra que eles fizeram o 25 de Abril e que derrubaram a ditadura com um programa de democratização, mas a alterações de prioridades nas suas motivações quando inquiridos hoje não deixa de ser interessante.

Final, antes do 25 de Abril, existiam muito mais democratas conscientes nas Forças Armadas do que seria de supor. Alguma imagem negativa da descolonização e uma rápida adaptação à democracia pluralista talvez esteja na origem desta alteração da ordem das motivações. É caso para dizer que os portugueses talvez estejam mais perto da verdade. Mais interessante ainda é que os mais jovens também pensam como eles hoje, ou seja que eles queriam sobretudo democratizar. Só os mais velhos, que presenciaram os acontecimentos, têm uma ideia mais clara.

Quer na queda das ditaduras de direita quer nas comunistas um problema que se colocou foi o da

chamada “justiça transicional”: punir ou não punir a elite e os funcionários do regime derrubado, particularmente os agentes das violações dos direitos humanos? No caso português ela existiu para alguns sectores, nomeadamente no caso da polícia política e dos funcionários públicos. Na vaga anticapitalista de 1975 até muito empresários foram atingidos, apenas por o serem. Ora o mais curioso é que os mais jovens acham que os antigos dirigentes do Estado Novo deveriam ter sido julgados, perante uma muito mais moderada posição dos que viveram os acontecimentos. Aqui também a clivagem nas pontas do leque de simpatias partidárias é significativa, com os eleitores do PCP acharem, com 74%, que os dirigentes do Estado Novo deveriam ter sido punidos e os do CDS-PP, com 57%, a pensarem que se fez bem ao permitir a sua saída do país.

São ainda importantes, passados 30 anos, as clivagens de 1975, ou seja da fase mais radical do 25 de Abril? Aparentemente não. Com a excepção parcial dos simpatizantes do PCP, a resposta é negativa. O fim do império, a consolidação da democracia, a adesão à União Europeia e a mudança social dos últimos trinta anos apagaram muitas das clivagens que presidiram à singularidade da transição portuguesa para a democracia.

Abril e Evolução

Marina Costa Lobo 25/04/2004

O governo acertou ao equacionar Abril com Evolução: No imaginário colectivo dos portugueses, a Revolução de 1974 foi catalisadora da evolução na sociedade portuguesa nos últimos trinta anos. Segundo a sondagem RTP/Público, a maioria dos portugueses que considera que a sociedade mudou de forma significativa desde o 25 de Abril (70%), pensa não só que estas mudanças foram mais positivas do que negativas como também que só ocorreram por causa da Revolução. Será que estas percepções coincidem com a realidade socio-económica dos últimos trinta anos?

Dos três “D”s - democracia, descolonização e desenvolvimento- este último é aquele que menos se pode atribuir à Revolução. Enquanto é indiscutível que tenha havido uma ruptura política tanto a nível do sistema político como dos limites geográficos do país devido à independência das colónias, já a ruptura económica e social é mais questionável. Obras recentes de António Barreto, bem como de José Silva Lopes demonstram objectivamente três factos. Em primeiro lugar, a sociedade portuguesa tem evoluído de forma acelerada nas últimas décadas. Na educação passámos de uma sociedade com 34% de analfabetos entre a população dos 15 aos 64 anos em 1960, para 7% no mesmo grupo etário em 1991; na saúde, a mortalidade infantil baixou de 78 em mil nascimentos em 1960 para 8 em mil nascimentos em 1994; quanto ao crescimento económico, o PIB per capita quadruplicou sensivelmente nos últimos quarenta anos, isto para citar apenas alguns exemplos. Em segundo lugar, a evolução destes indicadores não começou, de um modo geral, com o 25 de Abril. Ela existia antes desta ruptura política e nalguns casos a maior evolução dá-se nos anos ditos de ouro da economia europeia, entre 1960-1973. Mesmo as funções sociais do Estado não começaram com o 25 de Abril. Elas dispararam, é certo com a Revolução, mas já no marcelismo existiam de forma incipiente redes de serviços públicos nas áreas da saúde, da educação e da segurança social. O terceiro facto é que apesar desta evolução, sentida como extraordinária, e que atravessa a segunda metade do século XX, a convergência económica e social com a Europa deu-se de forma bastante lenta. Estamos há trinta anos a ultrapassar e a ser ultrapassados pela Grécia em termos de PIB per capita. Ou seja, a evolução não tem assegurado mais do que a manutenção da distância em muitos indicadores em relação ao progresso que os restantes países europeus vão fazendo.

Não quer dizer que a democratização não tenha

tido qualquer impacto na evolução socio-económica em Portugal. A adesão à Comunidade Europeia teve um impacto determinante na evolução social e económica do país. Em ditadura, esta política nunca poderia ter sido seguida.

Vemos portanto que as percepções dos portugueses estão largamente correctas quando declaram ter havido grande evolução na sociedade portuguesa. Já quanto à segunda ideia, grandemente enfatizada pelo governo nestas comemorações, de que a Revolução foi responsável pelas curvas do desenvolvimento, ela não é confirmada pelos factos. Esta contradição poderá interessar ao debate académico sobre a forma como se entende a mudança social em Portugal na segunda metade do século XX. Mas não têm qualquer interesse para a política. Neste âmbito, são as percepções que contam, pois são elas que guiam o comportamento e as atitudes políticas dos cidadãos, que, em democracia determinam a composição dos parlamentos e dos governos.

As atitudes que esta sondagem revela são extremamente interessantes. De uma lista de aspectos sociais, os portugueses destacam a habitação, o nível de vida em geral, a situação económica, a protecção do ambiente, a assistência médica e a educação como as áreas onde a evolução tem sido mais positiva. Já as desigualdades sociais e regionais, a justiça, a corrupção, o desemprego e sobretudo a criminalidade e insegurança são as áreas onde os portugueses consideram que comparando com o que se passava antes do 25 de Abril “as coisas estão pior”.

A mesma pergunta foi colocada em sondagens realizadas em 1978 e depois em 1984. Em comparação houve um aumento muito substancial dos inquiridos que pensam que houve uma melhoria na habitação, na economia, na educação, na saúde. Nestes domínios as atitudes são por isso, não só maioritariamente favoráveis em 2002 como têm evoluído positivamente.

Mesmo assim, estas atitudes não são partilhadas da mesma forma por toda a sociedade. São aqueles que pertencem aos escalões de rendimento mais altos, bem como os que atingiram um grau educacional mais elevado que têm atitudes mais positivas, ou menos negativas. Pelo contrário, os mais idosos, as mulheres, aqueles com menos rendimentos e menos escolarizados são os mais pessimistas em relação à evolução sentida depois do 25 de Abril. O percurso de cada um condiciona portanto não só a avaliação que se faz da Revolução como da própria democracia.

Também o posicionamento ideológico determina de forma significativa a forma como se encara tanto o 25 de Abril, como a evolução social das últimas décadas. Neste domínio a sondagem mostra duas tendências interessantes. Em primeiro lugar, os eleitores do CDS-PP distinguem-se em toda a linha por serem muito menos

entusiastas do 25 de Abril. 62% desses eleitores considera que o salazarismo devia passar à história como um período que teve tantas coisas positivas como negativas; pelo contrário apenas 14% considera que o 25 de Abril deve ser recordado como um acontecimento mais positivo que negativo, enquanto nos outros partidos as percentagens correspondentes são superiores a 50%. Além disso, apenas 13% dos eleitores do CDS-PP que considera que a sociedade portuguesa mudou muito desde o 25 de Abril pensa que as mudanças foram mais positivas que negativas. Já nos outros partidos, mais de 50% tem a mesma opinião. A Direita autoritária vive, está reencarnada no CDS-PP, e esta sondagem demonstra-o bem.

Em segundo lugar, os eleitores do PS e do PSD têm atitudes sempre mais positivas sobre a evolução social ocorrida. Estas atitudes são consequência do facto destes dois partidos terem governado Portugal nos últimos trinta anos. Na medida em que os governos são responsabilizados pela evolução social, quem se identifica com um destes dois partidos terá tendência a achar que os desenvolvimentos operados são mais positivos do que negativos. Ou seja, os eleitores consideram que o 25 de Abril causou a evolução social que se lhe seguiu, e as atitudes perante esta última são determinadas em larga medida não só pelas condições económicas de cada um como do seu posicionamento ideológico.

Posto isto, é necessário colocar a seguinte questão: Será uma força ou uma fraqueza da democracia portuguesa que esta se tenha deixado imbricar de tal forma com noções de mudança e progresso social nas mentes dos portugueses? É uma fraqueza, e uma fraqueza desnecessária. Uma fraqueza, porque torna as atitudes perante a democracia, que é um bem em si, contingentes à evolução social. Uma fraqueza, porque implicitamente sugere que o Estado controla a evolução social e isto não é nem deve ser verdade. E desnecessária porque desvaloriza a maior conquista do 25 de Abril, nomeadamente o estabelecimento de um regime democrático pela primeira vez na história do nosso país. Nesse âmbito, o Estado pode e deve agir para melhorar a qualidade da democracia.

Por estes dias aprova-se uma revisão da Constituição em que se fazem alterações mínimas ao sistema político. A melhor homenagem que se poderia ter prestado nestes trinta anos do 25 de Abril, teria sido uma reforma política mais arrojada para garantir a aproximação dos eleitores aos eleitos, cada vez mais afastados da participação política. Em vez disso, montou-se um operação mediática em que, por vezes erroneamente e com consequências menos interessantes para a percepção que os cidadãos têm da democracia se atribui toda a evolução social na sociedade portuguesa ao 25 de Abril.

O tempo da exigência

José Manuel Fernandes 25/04/2004

30 anos depois do 25 de Abril não restam dúvidas: os portugueses valorizam muito positivamente a revolução, responsabilizam-na pelas mudanças positivas que ocorreram, querem viver em democracia e são exigentes em relação à qualidade dessa democracia. Tão exigentes que se manifestam insatisfeitos com a democracia que temos.

Estas são algumas das conclusões que podemos tirar do estudo que a Universidade Católica realizou para o PÚBLICO e a RTP, com a colaboração do Comissariado para as Comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril. Conclusões que sugerem um conjunto de reflexões.

A primeira sobre a democracia que desejam, que deve assegurar não apenas as liberdades fundamentais, leis iguais para todos, eleições regulares e a possibilidade de criticar livremente os governos, como direitos sociais que minorem as desigualdades e assegurem o desenvolvimento.

A segunda sobre o seu relativo desencanto - apenas implícito neste estudo, mas muito evidente noutros inquéritos de opinião - com aqueles que nos governam ou, de uma forma geral, “os políticos”. É por isso que, sem surpresa, alguns dos aspectos que consideram ter corrido pior desde o 25 de Abril remetem para queixas recorrentes: o mau funcionamento do sistema de justiça e a corrupção.

A bem dizer, nenhuma destas queixas é nova. A corrupção é mal antigo de que os portugueses se lamentavam tanto no tempo da monarquia absoluta como na da liberal, na República como no Estado Novo. Se há novidade, e novidade importante, é a nova visibilidade mediática de corrupção, em parte pela sua maior sofisticação, em parte porque se antes se tolerava o “empenho” colocado em nome da amizade ou de laços familiares, isso hoje tem nomes feios como nepotismo ou tráfico de influências. Quanto à justiça, a sua profundíssima crise não é de hoje: o que é de hoje é o aumento da conflitualidade que acaba na barra dos tribunais e a exposição pública dos fracassos do nosso sistema judicial.

Mesmo assim, apesar deste desencanto e das dúvidas quanto à qualidade da democracia, a verdade é que viver num regime livre e aberto como é o nosso é algo que está hoje completamente interiorizado e é valorizado de forma quase unânime. O que não está

interiorizado é que a solução para as nossas frustrações não dependem de nenhuma varinha mágica ou são resolúveis apenas pelo Estado e pelo Governo.

Os portugueses apreciam, por exemplo, que o país não viva hoje no clima de crispação política que caracterizou os anos a seguir à revolução, e isso é bom: não podemos viver em permanente sobressalto ou mobilização política. Mas, em contrapartida, não valorizam o suficiente a actividade política, vista como coisa menor. E se facilmente concordam com a ideia de que a qualidade da classe política tem caído ao longo dos anos, não se interrogam porque motivo a carreira política atrai cada menos gente e, sobretudo, cada vez menos gente de qualidade.

Esta doença, que está muito longe de ser uma doença portuguesa, gera um ciclo vicioso. O serviço público (não confundir com o emprego na administração pública) é um valor em queda, os seus protagonistas por excelência - os cidadãos eleitos pelos seus pares - são mal vistos, os melhores evitam o desgaste das carreiras políticas e do correspondente escrutínio mediático e os partidos são cada vez grupos de “clientes” com pouca ou nenhuma relação com o cidadão comum, grupos que vivem da intriga e sonham com um novo “rotativismo” que vá dando uns “jobs”.

Para esta evolução há soluções estruturais, algumas das quais a recente revisão constitucional ignorou, ou quase, mas também tem de haver soluções que passem pela cultura cívica e pela consciência das elites. E as nossas elites, como se sabe, são pequenas e de fraca qualidade. Falta-lhes massa crítica, pois os excelentes são poucos e os mediocres podem facilmente progredir numa sociedade mais corporativista do que meritocrática.

Por outras palavras: a desilusão ou desencanto que muitos sentem não é problema nem do 25 de Abril nem da democracia - e é muito agradável verificar que os resultados deste estudo confirmam que os portugueses não fazem essa confusão. Mas se a própria evolução da sociedade, o nosso maior bem-estar material e os maiores níveis de instrução e de pluralismo nos tornam mais exigentes, este novo tempo de exigência não pode ser um tempo de lamúria e acrimónia constante.

Afinal, se vivemos em democracia, se temos liberdade para intervir e protestar, também temos liberdade para construir, para participar, assim como para escolher e demitir os governos. É ou não é?